

# **COMUNIDADE, UMA FORMA DE PENSAR A CIDADE**

Cohousing, Coworking e Codesigning na cidade de Lisboa

**ROMEU ZAGALO**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM ARQUITECTURA**

**Orientador Científico: Professor Auxiliar José Luís Crespo**  
**Co-orientador: Professor Auxiliar Jorge Nunes**

**Juri:**

**Presidente: Professor Auxiliar Hugo Farias**  
**Vogal: Professor Auxiliar José Luís Crespo**  
**Vogal: Professora Auxiliar Teresa Sá**

**Lisboa, FA, Setembro, 2015**





# **COMUNIDADE, UMA FORMA DE PENSAR A CIDADE**

COHOUSING,  
COWORKING E  
CODESIGNING NA  
CIDADE DE LISBOA



*Quanto mais partilhamos, mais temos. É esse o milagre.*  
*Leonard Nimoy*



# RESUMO

O aparecimento recente de diversos sistemas de partilha e comunidade tem sido transversal a toda a sociedade Ocidental. A arquitectura não é excepção. Movimentos como o *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning* têm vindo a cativar indivíduos e a ganhar notoriedade nas cidades actuais. Em Lisboa são vários os exemplos de espaços *Coworking*, como o *Lx Factory*, e de iniciativas participativas como o programa BIP/ZIP. Contudo, estes movimentos ainda não foram absorvidos pelo universo académico.

Através do estudo da evolução da sociedade pós-industrial compreendeu-se o actual interesse pela comunidade e de que modo esse interesse se manifesta. Paralelamente avaliou-se a evolução das cidades de acordo com a maior ou menor presença de comunidades bem como as consequências na vida urbana.

O estudo de alguns exemplos históricos de habitação comunitária, enquanto testes para o *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*, permitiu um melhor enquadramento destes no contexto actual. O estudo mais detalhado de cada um destes conceitos revelou a sua potencialidade para a recuperação de vivências urbanas à escala local, para a reformulação do espaço público e para a reconciliação entre trechos da cidade consolidada e a sociedade actual.

Finalmente, com base nas conclusões anteriores, apresenta-se uma projecção de uma possível aplicação de complexos *Cohousing* e *Coworking* na Graça, em Lisboa. Mostra-se assim de que modo é possível actualizar antigas estruturas urbanas – como as Vilas Operárias – para modos de vida contemporâneos, conservando estas estruturas e mantendo as vivências de bairro da capital.

**Palavras-chave:**

Cohousing,  
Coworking,  
Codesigning,  
Lisboa,  
Reabilitação.

An abstract collage featuring a central red rectangular area with the word "ABSTRACT" in white, bold, sans-serif capital letters. The red area is overlaid on a grayscale background of various architectural and industrial images, including a room with a chair, a window, and a staircase, and a large, textured, possibly metallic or concrete surface. The overall composition is layered and textured, with the red area acting as a focal point.

**ABSTRACT**

The recent appearance of several communal sharing systems has had a transversal effect throughout Western societies, and Architecture is no stranger to this phenomenon. Movement such as Cohousing, Coworking and Codesigning, have been captivating individuals, and gaining notoriety across modern cities. In Lisbon, there is a multitude of Coworking spaces, Lx Factory being its prime example, as well as initiatives such as BIP/ZIP program. However, these movements have not yet been absorbed by academia.

By studying the evolution of post-industrial societies, a palpable interest for communities has been unravelled, coupled with new ways in which such awareness is manifested. In parallel, a study of communities was conducted, and its consequences or the urban lifestyle were surveyed.

The study of a variety of historic examples of communitarian habitation, as tests to determine the existence of Cohousing, Coworking and Codesigning, has allowed for a better framing of such concepts in the actual context. An in-depth study of each of these concepts has revealed its potential in recovering urban experiences on a local scale, aiding in the refurbishing of public spaces, as well as in the reconciliation between portions of the consolidated city and modern society.

Finally, based on the aforesaid, it is presented a projection of possible application of the Cohousing and Coworking concepts in Graça, Lisbon. Thus, it is shown that it is possible to update and upgrade old urban structures – such as the Vilas Operárias – to modern and current lifestyles, whilst maintaining and safeguarding not only the structures but also the urban neighbourhood way of life.

**Keyword:**  
Cohousing,  
Coworking,  
Codesigning,  
Lisbon,  
Rehabilitation.

The image is a complex collage of black and white photographs depicting the interior of a severely damaged building. The structure is in a state of complete ruin, with twisted metal, splintered wood, and debris scattered throughout. A central vertical strip of the collage is highlighted with a strong red tint, creating a stark contrast with the surrounding grayscale images. The word "ÍNDICE" is printed in a clean, white, sans-serif font across the center of this red-tinted area. The overall composition is dense and layered, with various perspectives and overlapping images that convey a sense of chaotic destruction and desolation.

# ÍNDICE

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
Índice Geral	IX
Índice de Figuras	X
1. Introdução	2
2. Comunidade em Contexto	
a. Comunidade vs. Sociedade	11
b. Comunidade em Contexto Social	21
c. Sociedade, Indivíduos e Cidade	31
d. Propostas Comunitárias	45
3. Movimentos Comunitários	
a. <i>Cohousing</i> – Habitar em Comunidade	63
b. <i>Coworking</i> – Trabalhar em Comunidade	91
c. <i>Codesigning</i> – Arquitectura e Participação	119
4. Para uma aplicação em Lisboa?	
a. Da Cidade à Graça	141
b. As Vilas Operárias	157
c. <i>Cohousing</i> – Vila Sousa	169
d. <i>Coworking</i> – Bairro Estrela d’Ouro	185
5. Conclusões	201
Bibliografia	207
Anexos	223

## ÍNDICE DE FIGURAS

**2.COMUNIDADE EM CONTEXTO****P.10**

1.Organização Espacial duma aldeia Bororo. In: Lévi-Strauss (1955). *Tristes Trópicos. Tristes trópicos*, 1955

**P.12**

2.Alinhamentos de Carnac, França, cerca de 2000 a.C

3.Ambrogio Lorenzetti, *O Bom Governo da Cidade*, Siena, 1339.

**P.15**

4.Áreas Urbanas, Park, Burgess e Mckenzie, In *The City*, 1925

5.Liubov Popova, *O Viajante*, 1915

**P.20**

6.Linha de Montagem Ford, 1908—27.

**P.22**

7.Cartaz III Reich: *Trabalhadores unidos pela Nação*, 1933.

8.Cartaz III Reich: *A família modelo*, 1938.

9.Cartaz URSS: *Jovens Constructores do Comunismo*, 1930.

10.Abel Manta, *Muito prazer em conhecer vocelências*, MFA – Campanha de dinamização cultural, 1974.

**P.24**

11.Maio de 68.

12.Queda do Muro de Berlim.

13.Jovens da Geração Y.

**P.26**

14.Concerto, uma forma de comunidade estética

15.Comunidade dos Alcoólicos Anónimos

**P.30**

16.San Geminiano, Itália. In: Delfante (2000).

**P. 32**

17.Sucessivos traçados das muralhas de Pistóia, Itália. In: Delfante (2000).

18.Plano de Paris de Haussmann, 1853. In Delfante (2000).

19.Banco de Jardim, um exemplo de terceiro lugar

20.Starback, um Terceiro Lugar Actual.

**P.34**

21.Quino (1989). *Potentes Prepotentes e Impotentes*.

22.Le Corbusier (1944). *Plano para San Dié*.

**P.36**

23.Centro Comercial Colombo, Lisboa.

24.Straford City, Cidade Olímpica de Londres.

**P. 38**

25.Alcântara Residence, Lisboa.

**P. 40**

26.Pátio Bagatella, Lisboa

**P.44**

27.Charles Fourier e o Falanstério (1808).

**P.46**

28.Vistas e Planta dum Falanstério.

**P.48**

29.Fachada do Familistério de Guise (1956).

30.Pátio Interior do Familistério (1856).

31.Familistério de Guise (1856).

**P.50**

32.Vivências dos Pátios Interiores do Familistério (1856).

33.Le Corbusier (1925). *Plan Voisin*.

**P.52**

34.Camillo Sitte (1898). *Estação de Comboio de Altona*

35. Camillo Sitte (1898). Plano de expansão de Altona.

**P.54**

36. Emanuelle Rocco (1891). Galeria Umberto I, Nápoles.

37. Ebenezer Howard (1902). Os Três Imans.

**P.56**

38. Parker e Unwin (1905). Plano de Letchworth.

39. Ebenezer Howard (1902). Grupo de Cidades-Jard

40. Modelo Progressista e Modelo Culturalista

### 3. MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS

**P.62**

1. Muircommons Chousing

**P.64**

2. Trudeslund, Dinamarca.

3. Trudeslund, Dinamarca.

**P.66**

4. Quadro Colaboração-Espaços Comuns.

5. Sættedammen (1972), Dinamarca.

**P.68**

6. Ilustração sobre benefícios da cedência de 10% de áreas dos fogos. In: Vestro (2014).

7. Hässelby, sistema de circulação. p.

**P.70**

8. Primeiros moradores de Stacken (1979), Suécia.

**P.72**

9. Stacken (1979). Planta do 5º Piso.

**P.73**

10. Prästgårdshagen (1983). Planta do Piso Térreo.

**P.74**

11. Winslow Cohousing, Estados Unidos da América.

12. Numero Zero, Itália.

**P.76**

13. Esboço de Cohousing, Espanha.

14. Modelo de Casa dinamarquês. In: Scott-Hanson e Scott-Hanson (2004).

15. Esquema com localização da casa comum no modelo dinamarquês. In: Scott-Hanson e Scott-Hanson (2004).

**P.80**

16. R50 (2013), Alemanha.

17. R50 (2013), Alemanha.

**P.82**

18. Quadro de Localização dos «Espaços Comuns». In: Lindén (1992), adaptado pelo autor.

19. Trudeslund, Dinamarca.

**P.84**

20. R50, Berlim.

21. R50, Berlim.

**P.86**

22. R50, Berlim

**P.90**

23. Café Starbuck

**P.92**

24. Terceiros Lugares e a Hibridização dos Espaços de Trabalho. In: Moriset (2014), adaptado pelo autor.

**P.94**

25. 1871 Chicago, Estados Unidos da América.

**P.96**

26. Estatística da Google sobre pesquisas de Coworking (2015).

**P.98**

27. Coworking e o desvanecimento de modelos. In: Moriset (2014), adaptado pelo autor.

**P.101**

28. Número de Cidades com Espaços Coworking por País, pela Coworking.Directory. In: Moriset (2014), adaptado pelo autor.

29. Coworking por País da Deswanted.com. In: Moriset (2014), adaptado pelo autor.

**P.102**

30. Perfil de coworkers

31. Caminhos para o Coworking. In: Jackson (2013), adaptado pelo autor.

**P.104**

32. SAS, corredor central.

33. SAS, planta do piso térreo.

**P.106**

34. Google Zurique (2008), Suíça.

**P.109**

35. Club Chiswick, Inglaterra. Planta com e sem cortina corrida.

36. Club Bankside, Inglaterra.

37. Club London Bridge.

38. Factory 789, China.

**P.110**

39. Factory 787, China.

40. 1871 Chicago, Estados Unidos da América.

**P.112**

41. Kulturfabrik, Alemanha.

42. Lieu Unique, Nantes.

**P.114**

43. Sprint Accelerator, Estados Unidos da América.

**P.118**

44. Votação SAAL (1974).

**P.122**

45. Orçamento Participativo, Brasil.

46. Uma Praça em Cada Bairro, Lisboa.

**P.124**

47.Campo de Cebada, Espanha.

**P.128**

48.Vila Matteotti, Itália.

49.L'alma Gare, Roubaix.

**P.130**

50.Curso EcoArquitectura (2014), Lisboa.

**P.134**

51.Cartaz SAAL (1974).

#### 4. PARA UMA APLICAÇÃO EM LISBOA?

**P.146**

1.Limites Administrativos das Freguesias de Lisboa, antes e depois de 2012.

2.Planta da Graça.

**P.149**

3.Cartografia Silva Pinto (1911). Cartas 12G e 12H.

**P.150**

4.Fogos por Edifícios.

5.Residentes com Trabalho no Concelho de Lisboa

6.Densidade Populacional

7.Alojamentos Vagos

8.Indivíduos por Família

9.Residentes Pensionistas e Reformados

**P.152**

10.Comparação Estatística entre Lisboa e Graça. Censo 2011.

**P.156**

11.Evolução da População de Lisboa e da Graça. In: Schmidt (2014), adaptado pelo autor.

**P.158**

12.Localização e Concentração das Vilas Operárias em Lisboa. In: Pinto (2008), adaptado pelo autor.

13.Vila em Correnteza. In: Pinto (2008).

**P.160**

14.Vila em Pátio. In: Pinto (2008).

15.Vila Atrás de Edifício. In: Pinto (2008).

16.Vila em Rua. In: Pinto (2008).

17.Vila de Escala urbana. In: Pinto (2008).

**P.162**

18.Bairro Grandella.

**P.164**

19.Vila Luz Pereira.

20.Vila Dias.

21.Vila Ramos.

**P.168**

22. Vila Sousa, Pátio Interior.

23.Vila Sousa, Fachada.

**P.172**

24.Vila Sousa. Planta dos Pisos 1, 2 e 3.

25.Vila Sousa. Planta da Sobreloja.

26.Vila Sousa. Planta do Piso Térreo

27. Inquérito Online: 6. Prefere viver num complexo vedado a estranhos?

28. Inquérito Online: 7. Quais os equipamentos comuns que lhe parecem mais pertinentes?

29. Inquérito Online: 9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis num complexo deste género?

30. Inquérito Online: 10. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?

31. Inquérito Online: 11. Estaria disposto a ceder 10% da área da sua habitação por espaços comunitários?

**P.176**

32.Vila Sousa. Proposta para Planta do Piso Térreo.

**P.177**

33.Vila Sousa. Proposta para Planta da Sobreloja.

**P.178**

34.Vila Sousa. Proposta para Plantas dos Pisos 1, 2 e 3.

**P.179**

35.Vila Sousa. Proposta para Planta do Piso Térreo.

**P.180**

36.Vila Sousa. Proposta para Planta da Sobreloja.

**P.181**

37.Vila Sousa. Proposta para Plantas dos Pisos 1, 2 e 3.

**P.184**

38.Bairro Estrela d'Ouro.

**P.186**

39.Bairro Estrela d'Ouro

40.Bairro Estrela d'Ouro, os tuk-tuk

**P.188**

41.Bairro Estrela d'Ouro. Vivenda Rosalinda.

42.Ruas Principais da Lx Factory e do Bairro Estrela d'Ouro.

**P.191**

43.Bairro Estrela d'Ouro

44.Bairro Estrela d'Outro. Proposta de Usos.

**P.193**

45.Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta Original.

**P.194**

46.Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta da Proposta.

**P.195**

47.Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta da Proposta.







# INTRODUÇÃO

*As cidades onde hoje habitamos são lugares estranhos para muitos de nós, isto porque na sua maioria proporcionam actividades, serviços, espaços e hábitos cuja identidade é frequentemente mal conhecida. Deixaram no seu aumento de diversidade e complexidade, de ser associadas a elementos estáveis e sólidos, para se tornarem líquidas e ajustáveis, criando cada vez mais referências temporárias entre utilizações e funções urbanas (Carvalho, 2009:124).*

## MOTIVAÇÕES

As numerosas inovações tecnológicas e as transformações sociais que ocorreram desde o início do século têm alterado o modo de viver de boa parte da população. Cada vez mais parece que, no *Zeitgeist* – o espírito do tempo – actual, a identidade individual se confunde com grupos e comunidades. A facilidade de comunicação, mobilidade e trocas é hoje tão grande que alterou os hábitos de consumo. A crise, que se mantém desde 2008, em nada ajuda a manutenção desses hábitos. Hoje, partilhar parece ser a palavra de ordem. Partilhamos fotografias, partilhamos notícias, partilhamos carros, livros, jantares, tudo de forma volátil e instantânea.

*Homens e Mulheres procuram grupos a que possam pertencer, de forma certa e para sempre, num mundo em que tudo o resto muda e se movimenta, onde nada mais é seguro (Hobsbawn, 1996:40).*

## O TEMA

Ostrom (2009) escreveu que as coisas partilhadas, tais como recursos colectivos (sejam eles florestas ou minérios), infra-estruturas como as estradas e hospitais e os serviços como bibliotecas e museus, indicam que a partilha é uma forma mais eficiente de sociedade. O debate sobre a entrega da gestão dos recursos da sociedade, seja ao Estado ou aos indivíduos, está ultrapassado. Muitas das soluções para as grandes questões da actualidade, como reduzir o impacto ambiental ou escrutinar a complexidade da propriedade digital, podem ser reduzidos ao binómio colaboração e partilha. A transversalidade desta questão torna-a pertinente também para a arquitectura. Neste âmbito a cidade é particularmente interessante pois a partilha é algo que transcende as paredes das habitações, e que liga os habitantes além muros.

A cidade é o reflexo da sociedade que a habita. Segundo Choay (2003) há duas abordagens para intervir na cidade, a progressista e a culturalista. Ambas têm defeitos, já que a primeira tende a ignorar a conjuntura e condicionantes sociais e projectar para um homem estilizado e utópico, desconectado do contexto social do momento. A segunda tende a tornar-se saudosista e a decalcar exemplos passados, sem considerar o momento em que é feita. Pretende-se, pois, estudar de que forma a sociedade moldou as cidades actuais e compreender quais são as mais recentes

influências neste processo.

Este trabalho visa estudar as novas formas de cooperação social e partilha de espaços e o seu enquadramento urbano. O debate sobre as mais-valias das cidades actuais sobre a manutenção das relações existentes nas cidades tradicionais é um tema actual. A revolução social e tecnológica, aliada à recente crise económica, potenciou a produção de novas formas de trabalho e habitação, em comunidade, que tendem a renovar as nossas relações com o espaço que nos rodeia e onde estamos inseridos – o *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*. Interessa compreender a origem destes novos modos de fazer e viver arquitectura e discutir o seu potencial para a Cidade.

Destas novas formas de produzir e viver a arquitectura o *Codesigning*, ou movimento participativo, será a mais conhecida. Com o seu início no final da década de 1960, este movimento visa incluir os habitantes locais no processo de concepção do espaço. Mais recentemente, as novas tecnologias impulsionaram este movimento, facilitando o contacto entre a população e as Autoridades.

Com origem no mesmo período, o *Cohousing* é essencialmente um modo de habitar em comunidade. Os complexos deste género alojam grupos de pessoas que preferem partilhar o seu quotidiano a isolar-se nas suas habitações. Isto resulta na arquitectura em que os espaços comuns têm uma forte expressão.

Mais recente, o *Coworking* resulta directamente da conjuntura socioeconómica do novo milénio. Trata-se da entreaajuda entre diferentes profissionais, potenciada pelas novas redes sociais. O sucesso do conceito nas grandes capitais mundiais é notório, estando Lisboa bastante bem colocada e nível global. Os espaços de *Coworking* caracterizam-se pela informalidade e hibridização funcional enquanto impulsionadores de novos contactos e trocas.

À semelhança do *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*, existiram outros exemplos históricos, baseados na comunidade e partilha, que tiveram diferentes impactos nas cidades do seu tempo e até à actualidade. Modo geral, estes complexos baseiam-se na colaboração entre indivíduos para construir espaços, físicos e sociais, em concordância com as necessidades reais da população. Importa, por isso, perceber de que modo os actuais movimentos podem ser usados para (re)construir cidade.

Ao longo deste trabalho expor-se-ão estes conceitos e exemplos, relacionando-os sempre com conjuntura social que os gerou. Pretende-se assim compor um quadro, tão completo quanto possível, das diversas possibilidades de pensar a arquitectura e a cidade com base na partilha e cooperação, com especial atenção aos três conceitos mais actuais. Através do estudo da génese e evolução dos movimentos *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*, pretende-se mostrar a sua pertinência para o contexto social actual e as suas possíveis contribuições para a regeneração de cidade, no sentido duma maior adequação desta com o presente.

**OBJECTIVOS**

A análise feita ao longo deste trabalho permitirá determinar até que ponto a (re)implementação das estruturas de vizinhança e de partilha – *Cohousing* e *Coworking* – é exequível. Uma outra intensão passa por dotar os espaços públicos e o edificado de características e condições que proporcionem a fixação e a integração de novos grupos sociais nesses espaços, assim como, uma componente multidiversificada da estrutura da população. A proposta de configuração de edifícios para habitação e espaço de trabalho partilhados prevê tipologias que consigam atrair novos residentes e utilizadores. A configuração do espaço público visa promover o acesso de população diversificada a usufruir e a partilhar o mesmo.

Compreender a forma da sociedade actual, bem como aquilo que a conduziu à existência, é essencial para fundar novas propostas. Só é possível projectar se se conhecer a conjuntura e se se conseguir interpretá-la e desenvolvê-la de acordo com as intenções do programa. Por isto, neste trabalho preferiu-se uma abordagem teórica. Em vez da elaboração de um projecto, espera-se conseguir expor a conjuntura actual de modo acessível à fundamentação de outras propostas. Mais do que pensar numa solução concreta, vinculada a uma conjuntura específica, analisaram-se possíveis caminhos para futuras formas de construir. Espera-se que este trabalho possa servir de base à compreensão da ligação entre sociedade, arquitectura e cidade, mostrando as novas formas de pensar e viver. Talvez a sua aplicação pareça um desafio. Contudo, pretende-se demonstrar que são uma resposta viável à desertificação, desagregação e insegurança da sociedade contemporânea. Assim, concilia-se a pesquisa sociológica com exemplo de criações arquitectónicas. Este trabalho toma, por isso, a forma de uma compilação dos conceitos e exemplos já referidos, podendo servir como base credível a futuros trabalhos, teóricos ou projectuais, sobre o tema.

## METODOLOGIA

Adoptou-se uma metodologia de casos de estudo. Ou seja, uma abordagem de carácter qualitativo, em que se irá mobilizar uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação (observação directa, análise documental e inquérito por questionário) para perceber o fenómeno estudado na sua totalidade e múltiplas dimensões. Recorreu-se ao sistema de referência bibliográfica de Harvard e redigiu-se o texto segundo o acordo ortográfico anterior ao ano de 2009.

O trabalho está estruturado em momentos distintos mas interdependentes e relacionados entre si. Uma primeira fase recaiu na análise de bibliografia variada, documentos históricos e outros que pudessem alicerçar a definição do quadro conceptual e das várias abordagens aos conceitos e temáticas definidas, como a relação entre os conceitos de comunidade e sociedade e a sua transposição no contexto urbano. Nesta fase enquadrou-se também a investigação e análise, com recurso a exemplos e projectos de referência de relevância nacional e internacional. Os métodos utilizados nesta fase basearam-se na recolha e análise crítica de textos, imagens e documentários. Se a evolução social se encontra bem documentada, a informação sobre os movimentos *Cohousing* e *Coworking*

é escassa e dispersa. Muita da pesquisa sobre estes movimentos foi feita através de *papers*, acesso a *websites* de organizações a eles dedicadas, e análise esquemática de alguns projectos.

Numa segunda fase fez-se o enquadramento, a contextualização e a análise da área de estudo. Neste contexto utilizou-se uma metodologia intensiva e qualitativa. As técnicas utilizadas foram a observação directa do espaço, das formas, dos materiais e dos usos, registos da observação em caderno de notas, esboços e levantamentos (cartográficos, físicos e fotográficos) e às práticas espaciais da população na área de estudo. Também se recorreu ao arquivo municipal para obtenção das plantas e de registos cartográficos das Vilas Operárias de Lisboa. Paralelamente, recolheram-se e analisaram-se dados estatísticos. Designadamente, a informação estatística dos últimos recenseamentos gerais da população (INE), que possibilitaram caracterizar a população e a área de intervenção. A caracterização da área de estudo foi complementada com a análise de cartografia histórica. Uma outra técnica utilizada foi o inquérito por questionário *online*, com o objectivo de apurar o interesse da população no conceito *Cohousing*. A análise desta técnica está especificada no capítulo Da Cidade à Graça. Além disto, recolheu-se a palavra social através de entrevistas não estruturadas e conversas informais com residentes nas vilas operárias.

Finalmente, analisaram-se e descreveram-se os resultados obtidos nas fases anteriores, procurando-se validar as hipóteses e as questões de trabalho e melhor compreender o tema e o problema em análise. Em síntese, a fase de investigação, foi fundamental para a definição das propostas apresentadas para os casos de estudo.

Embora o trabalho desenvolvido seja essencialmente teórico, considerou-se útil a elaboração de dois casos de estudo. Estes casos de estudo são exemplos esquemáticos de uma possível aplicação dos conceitos investigados previamente. É importante salientar que estes exemplos não têm valor absoluto nem pretendem substituir-se a um projecto arquitectónico. As limitações de um trabalho deste género não permitem a elaboração de um processo comunitário completo. Em primeiro lugar, porque o período de realização deste trabalho não é suficiente para realizar um processo participativo, construir o complexo e estudar a real utilização do mesmo. Não menos importante são os recursos necessários para a realização de um projecto deste tipo, a logística necessária e o número de pessoas envolvidas em todo o processo. Finalmente, o período de tempo necessário para produção de dados concretos sobre a vivência em complexos *Cohousing* ou *Coworking* é demasiado extenso. Assim, devem considerar-se os exemplos dados como um ensaio abstracto do que foi exposto. De resto, tirou-se partido da liberdade permitida por esta abstracção para a escolha dos casos de estudo.

## LIMITES

**ESTRUTURA**

Uma vez que a literatura sobre a sociedade actual é vasta, preferiram-se autores que, no seu trabalho, relacionem de algum modo a sociedade com a arquitectura. O trabalho segue assim uma sequência que parte de considerações gerais para exemplos mais específicos e detalhados. Os três capítulos correspondem, respectivamente, à compreensão da dinâmica entre comunidade e sociedade; à descrição dos movimentos comunitários; e à elaboração do caso de estudo em Lisboa.

Cada capítulo está repartido em diferentes subcapítulos. Cada subcapítulo aborda um tema específico. Por exemplo, no subcapítulo Comunidade vs. Sociedade são expostos conceitos fundamentais para a abordagem do seguinte trabalho. Já os subcapítulos Comunidade em Contexto Social, Cidade e Sociedade e Propostas Comunitárias desenvolvem, respectivamente, uma análise história da sociedade, do seu efeito na cidade e alguns exemplos pertinentes. Os subcapítulos dedicados ao *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*, descrevem precisamente esses movimentos, relacionando-os entre si e com o seu contexto social. No último capítulo procede-se à elaboração e justificação dos casos de estudo em Lisboa.

**SÍNTESE**

Para terminar, salienta-se que a arquitectura *per se* não tem a capacidade de mudar a sociedade. Porém, os arquitectos podem – e devem – compreender as *nuances* sociais e adaptar-se, não só para corresponder-lhes como também para as antever e potenciar. É na capacidade que a arquitectura tem para potenciar determinadas interacções e evitar outras que reside a sua força e relevância social. Em suma, mais do que apresentar um projecto pretende-se aqui desenvolver uma reflexão sobre a adequação da arquitectura à sociedade actual.







## COMUNIDADE EM CONTEXTO

Na primeira parte deste trabalho irá desenvolver-se o quadro teórico que acompanhará o restante desenvolvimento. Assim, esta parte é dedicada à contextualização social das sociedades ocidentais, desde o início do século XIX até à actualidade, e à sua transposição para o contexto urbano.

Durante o capítulo, a análise será apoiada no trabalho desenvolvido por Ferdinand Tönnies sobre os conceitos de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. Para a análise do contexto social actual recorreu-se maioritariamente aos trabalhos de Zygmund Bauman e Tony Judt, ambos autores conceituados nas suas áreas. Já para o contexto urbano, utilizou-se o binómio progressista/culturalista desenvolvido por Françoise Choay, na avaliação de diversas experiências arquitectónicas e urbanas.

§

№ 2

/a

Г

**Comunidade**

**vs.**

**Sociedade**

Para poder desenvolver a temática da comunidade dentro da sociedade é imprescindível esclarecer o que se entende por estes dois termos. A definição de um e doutro é, por si só, temática mais que suficiente para uma dissertação de direito próprio. Neste trabalho interessa apenas compreender as principais diferenças entre os conceitos e, sobretudo, quais as implicações espaciais de cada um. Com este fim, apresenta-se a distinção entre estes dois tipos de grupos sociais, estabelecida por Tönnies (2000). Nesta sua obra, o autor refere-se à *Gemeinschaft* – a Comunidade – como aqueles grupos orgânicos e restritos que partilham uma língua e costumes, e à *Gesellschaft* – a Sociedade – como o aglomerado de indivíduos que se instrumentalizam de forma mecânica. Com efeito a forma de encarar os outros indivíduos é bastante divergente nas duas versões, havendo consequências na vivência dos diferentes espaços.

**GEMEISCHAFT.  
TIPOS DE RELAÇÕES  
ENTRE INDIVÍDUOS.**

A primeira característica distintiva, enuncia Tönnies, é o tamanho dos grupos. As comunidades tendem a ter dimensões mais reduzidas que as sociedades. Sendo muitas vezes familiares, as comunidades conhecem uma variedade restrita de tipos de relações entre os seus elementos, como sejam: a relação de *responsabilidade e dependência*, como aquela vivida entre uma mãe e o seu filho; a relação de *reciprocidade*, como aquela que deve existir entre marido e mulher em que a convivência diária e a comunidade de bens forjam um elo forte; e a relação de *similaridade*, esta mais semelhante à relação entre irmãos com uma mesma formação, similaridades de carácter, habilidades e memórias comuns. Estes são os tipos básicos de relações entre indivíduos. Eles aludem directamente às relações existentes dentro duma família. Tönnies (2000) chama a este tipo de comunidade a Comunidade de Sangue. Apesar destas relações serem baseadas nos diferentes graus de parentesco apresentados, elas estendem-se além do grupo familiar.

**DA COMUNIDADE DE  
SANGUE À COMUNIDADE  
DE ESPAÇO.**

Quando a Comunidade de Sangue dá lugar à Comunidade de Espaço, que é expressa pela proximidade espacial dos habitantes, surge também a Comunidade Espiritual, que une todos os indivíduos pertencentes à comunidade. As Comunidades de Espaço e Espiritual são indispensáveis à criação de qualquer comunidade humana, ambas contribuem para formar o carácter dessas comunidades. Assim, pode afirmar-se que a Comunidade Espacial é a manifestação concreta da Comunidade Espiritual, isto é facilmente compreendido no estudo de Lévi-Strauss (2011) sobre a tribo amazónica dos Bororos. Assim, para melhor compreender os mecanismos que permitem arquitetar comunidades duradouras devem estudar-se as relações entre as partes espiritual e espacial de cada comunidade. Partindo dos três tipos de relações base, Tönnies enuncia três tipos de comunidade que se definem consoante o número de indivíduos, a razão que os une e o seu meio, as comunidades podem assumir diferentes tipos.

*Afinidade:* Existe uma total partilha entre os elementos da comunidade. Os bens materiais são partilhados, o sistema de valores é idêntico e a companhia dos outros elementos é estimada e estimulada. Tönnies identifica-a com a vivência que um núcleo familiar pode ter ao partilhar o lar. Fora desta comunidade, a afinidade é mantida pela memória de laços próximos e das actividades comuns, independentemente da distância a que os indivíduos possam estar do resto da comunidade. Uma quinta de maiores dimensões é um bom exemplo deste tipo de comunidade já que é auto-suficiente. Tönnies salienta a importância da independência da comunidade face ao exterior. Nada deve ser comprado, tudo o que for necessário à comunidade deve ser produzido dentro dos seus limites.

*Vizinhança:* A proximidade espacial das habitações e equipamentos provoca encontros furtivos entre os habitantes, acabando por se desenvolver conhecimentos e intimidade entre eles. Dado que os espaços não são dimensionados para cada indivíduo, a organização e repartição de tarefas e partilha dentro da comunidade surge como resposta lógica. A vizinhança tem que ser mantida por hábitos regulares de interação entre pessoas e por costumes “sagrados” que agreguem a comunidade, talvez de forma similar à vida numa aldeia. Aldeias e vilas são bons exemplos de propriedade em comum pela comunidade. A autoridade é combinada com a cooperação, a primeira existe em cada núcleo familiar e a segunda na cooperação na vila.

*Camaradagem:* Este tipo de comunidade, mais abstracto que as anteriores, resulta e é condicionado pela similaridade de trabalho ou opinião entre os elementos. Uma vez estabelecida a empatia, muitas vezes accidental, a sua manutenção faz-se de encontros fáceis e frequentes. Os elementos destas comunidades sentem-se unidos pelo laço espiritual e pelo trabalho desenvolvido, independentemente da distância ou local onde se encontrem. Assim, a camaradagem cria um elo invisível, em que dominam a empatia artística ou propósito criativo, que transcende a proximidade espacial.

Comum a todas as comunidades está a entajuda entre os indivíduos que a compõem e a procura de paridade que daí resulta. É natural aparecerem algumas divisões de trabalho e lazer. Tönnies justifica-a como o resultado da promoção dos interesses da comunidade e do trabalho conjunto. Com mais poder de acção vem maior responsabilidade e é maior a exigência da comunidade face ao elemento. Assim, em prol do equilíbrio, aquele que mais ganha numa actividade é também aquele que mais deve investir nela. Contudo o resultado deve sempre regressar à comunidade, uma vez que, segundo Tönnies, Comunidade de vida significa posse e usufruto mútuos dos bens em comum.

Memórias partilhadas geram gratidão e lealdade, e devem manifestar-se na confiança entre os elementos. A proximidade contínua implica encorajamento e suporte mútuo sendo que estas relações só se mantêm enquanto o lado positivo da convivência predomina. Por isso é mais di-

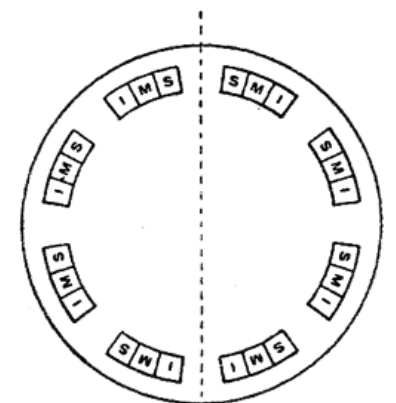
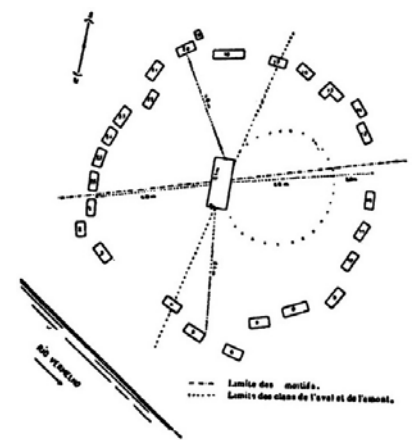
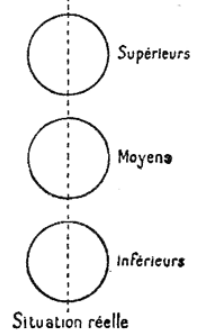


Schéma classique du village Bororo



1

**MANUTENÇÃO  
DA COMUNIDADE**

ficil manter relações de afinidade, pois são mais vulneráveis a quezílias e disputas. A proximidade nas fraternidades intelectuais tem que ser gerida de tal modo que não interfira com a liberdade individual.

Tome-se como exemplo as refeições, pois são algo constante e regular. Nas horas anteriores às refeições cada indivíduo está separado dos outros, embrenhado nas suas tarefas. A uma dada hora toda a comunidade se junta para partilhar essa necessidade comum: comer. A separação de trabalho possibilita esta comunhão, sendo irrelevante quem cozinhou de facto. Do mesmo modo outros bens da comunidade são partilhados, independentemente de serem fruto do trabalho conjunto ou individual. Assim, as trocas dentro de uma comunidade tornam-se supérfluas, já que tudo pertence a todos. No entanto o excedente duma comunidade pode ser trocado pelo de outra. Para Tönnies, a rede de trocas entre estes núcleos cria, também, uma forma de comunidade, mais sofisticada e abstracta.

Em suma, os elementos agregadores duma comunidade são moldados pela compreensão ou consenso mútuos. Compreensão mútua vem do conhecimento íntimo do outro, isto acontece se houver uma base e experiências comuns. A compreensão e aceitação mútua dos instintos e vontades do outro é a essência duma comunidade. Tudo o que estiver de acordo com essa essência, logo compreendido e consentido, é a lei dessa comunidade. Estas leis são a forma básica das vontades dos elementos duma comunidade, Tönnies chama-lhes Concórdia. Pode dizer-se que a compreensão opera nas relações entre indivíduos, concórdia é o carácter e força do todo.

A título de exemplo podem-se considerar as várias instituições características duma cidade medieval, como sejam: o sindicato, a guilda ou união dos artesãos, a congregação religiosa, o tribunal... De acordo com Tönnies, estas são as últimas e mais elevadas formas de comunidade uma vez que todas estão contidas na ideia de família e todas exprimem diferentes realidades de comunidade. Uma vila ou cidade é como uma quinta auto-suficiente, um organismo vivendo de forma comunitária. Uma casa dum artesão na cidade é dependente da permuta. O artesão produz para trocar. A cidade é vista como uma comunidade no seu todo onde as autoridades podem organizar a distribuição de bens.

Devido aos recursos naturais do seu território e à herança cultural dos seus cidadãos, as cidades reproduzem o mesmo carácter e predisposição mental ao longo dos tempos. Cria-se assim uma identidade relacionada com o local e com a psique. Tönnies confere à Arte o importante papel de consagrar e perpetuar esta identidade comunitária, a Concórdia, colocando esses valores mais próximos dos sentidos. Por isso, a Arte ganha importância enquanto elemento unificador da cidade. As afinidades e boa vizinhança entre indivíduos são relegados para círculos mais restritos e íntimos. Os artífices agrupam-se de acordo com as suas práticas, ideais e tutores. Estes grupos zelam pela manutenção do conhecimento e ganham importância na vida da cidade, tornando-se essenciais ao seu



2

## CIDADE COMO COMUNIDADE

2. Alinhamentos de Carnac, França, cerca de 2000 a.C

3. Ambrogio Lorenzetti, O Bom Governo da Cidade, Siena, 1339.

funcionamento. As guildas de artífices assemelham-se a comunidades religiosas. Na cidade, a Arte e religião são indispensáveis para compreender a vida cívica no seu todo. Na cidade a venda e compra de produtos não é uma empresa individual mas algo conduzido pela comunidade. Cada guilda zela pela qualidade e adequação de valores dos produtos vendidos pelos artífices.

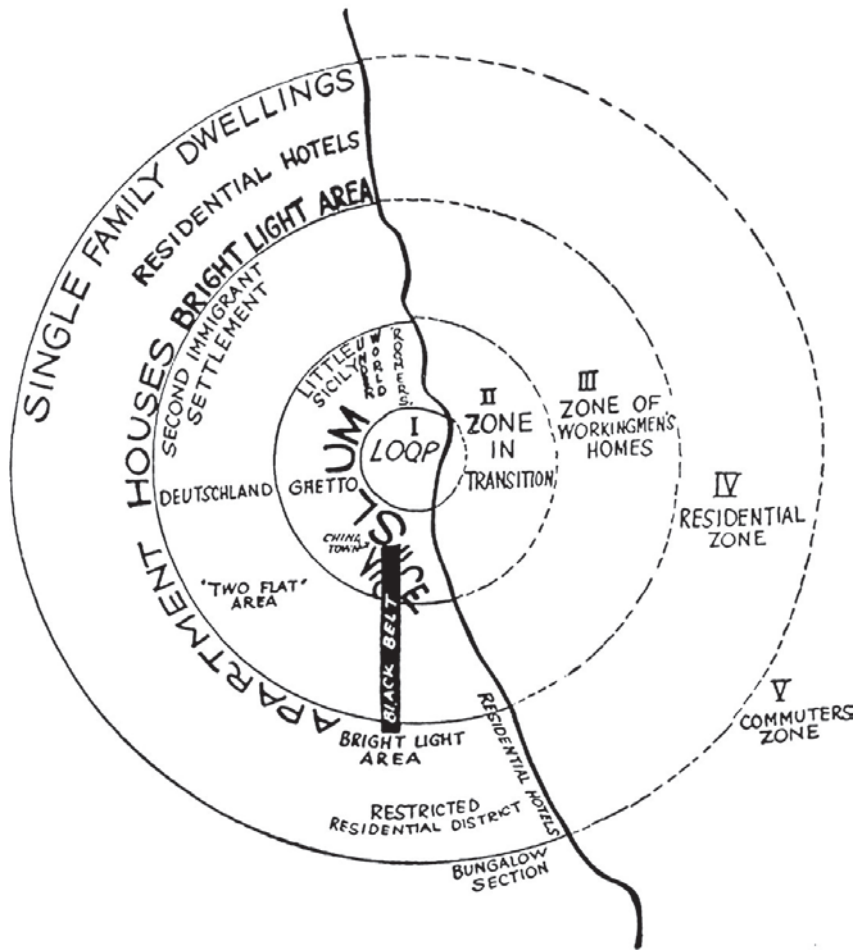
Contudo, o crescimento duma cidade acarreta a perda da homogeneidade que está adjacente a uma comunidade. Quanto menos ligados por uma mesma comunidade estiverem duas pessoas com contactos frequentes, maior é a probabilidade de se verem como utensílios para alcançar as suas vontades. Tönnies chama a uma cidade com vários grupos no seu interior *Gesselschaft* – Sociedade. Para ele, numa sociedade os indivíduos mantêm-se separados apesar de tudo o que os une. A Sociedade é, portanto, uma evolução das comunidades em que, pela sua dimensão, os vínculos de afinidade com o outro são dissolvidos, cada indivíduo cuida de si e dos seus interesses, independentemente do colectivo. A sociedade forma, por conveniência e lei, um único mas complexo agregado. Deve ser entendida como uma massa ou multidão de indivíduos. As vontades e interesses deles interagem numa multidão de formas, no entanto, os indivíduos mantêm-se independentes uns dos outros, afastando-se de relações de intimidade. Numa sociedade, toda a socialização convencional pode ser compreendida como análoga à troca de bens materiais. Isto instala uma visão utilitarista do outro e alimenta as interacções sociais baseadas na troca de valores. Como os indivíduos efectuam uma troca se estiverem persuadidos que estão a trocar o que têm por algo melhor, torna-se essencial que as trocas se apresentem mais desejáveis da condição base. Durante o período de troca em que um objecto é transferido da propriedade de A mas ainda não pertence totalmente a B, existe uma propriedade conjunta. Esta comunhão de interesses torna possível a troca e, alargada à restante sociedade, torna-se uma vontade geral da sociedade. Tönnies defende que o acto da troca forma o conteúdo da vontade social. A vontade de troca torna-se universal e, com ela, o desejo de equidade da troca. A equidade é atingida pelo consenso no julgamento do valor. Dada a universalidade da troca e a vontade social sobre ela, o valor das coisas é o valor que a sociedade lhes atribui, mais do que aquele dos indivíduos envolvidos na troca. Deste modo, a propriedade comunal extingue-se com a sociedade. Os bens materiais acompanham os seus proprietários no seu isolamento. A perspectiva de aumento da propriedade individual através de trocas, torna esta última num grande valor da sociedade.

Numa sociedade, o custo dos objectos é apenas o do esforço e trabalho empregues na sua concretização. Este princípio regula todos os valores e nivela todas as coisas. As tarefas deixam de ser comunais e os indivíduos dedicam-se a actividades pre-definidas pela sociedade, preferindo-se sempre aquelas que requeiram o mínimo de tempo e de esforço. A especialização daí derivada, apoiada no sistema de trocas, deixa cada manufactura totalmente dependente de todas as outras. Gera-se assim a necessidade de mercado enquanto entidade reguladora. Lá existe uma

### GESSELLSCHAFT TROCAS NA SOCIEDADE



URBAN AREAS



troca de papéis permanente, ficamos em inferioridade quando oferecemos algo para venda, estamos no comando quando ditamos o valor de venda dos bens, quando os compramos. O dinheiro surge assim como construção mental, associada ao poder de adquirir bens e comodidades. O objectivo dele não é ser acumulado, mas gasto rapidamente. As possibilidades do dinheiro vão além do seu valor real. Do mesmo modo, a sociedade organiza-se de acordo com as acções em potência, os seus vínculos perdem utilidade no momento em que as acções prometidas são executadas ou se tornam impossíveis. Isto significa que, em sociedade, a vontade tem maior valor que acção, sendo por isso mais transacionada. No entanto, seguindo as regras de regulação acima mencionadas, um indivíduo em posição de receber dinheiro por uma comodidade sem ter que entregá-la a outrem, transcende a *Gesellschaft*. Esta situação perpetua o elo entre dois indivíduos e destrói o equilíbrio social, já que se cria uma forma de dependência e subjugação.

Num escalão mais baixo, os indivíduos vendem os produtos do seu trabalho e disso dependem. Toda a actividade criativa e produtiva é uma forma de arte, por isso integra-se num dado colectivo como as guildas. As trocas não criam a mesma associação. O comércio deixa a natureza das coisas intocada, logo não implica uma base de conhecimentos nem de técnicas. O mercador não é necessariamente um cidadão de um determinado país, pelo contrário ele é livre das amarras da vida comunitária que não favorecem a sua actividade. Deste modo, os mercadores e capitalistas operam apenas com dinheiro e são os senhores da sociedade, já que são quem mais beneficia com ela.

Esta diferença de modelo afecta também o próprio espaço onde a sociedade floresce. Se na *Gemeinschaft* os caseiros, agricultores ou artífices se dispõem de acordo com as suas actividades e em torno dos locais comunais, colocados no centro da comunidade; na *Gesellschaft* os comerciantes concentram-se nas linhas de comunicação e suas oportunidades. Com o alargamento urbano é notório que os seus principais promotores e directores, os que se dedicam ao negócio e ao lucro, se posicionam no centro da área comercial, que coincide com o centro das vias de comunicação. De facto, o trabalhador rural precisa do mercador pela rede de negócios que este lhe proporciona. Já o trabalhador urbano, protegido pelo seu talento ou por alguma organização da sua área, está pronto a tornar-se um comerciante. Se concentrar tanta mão-de-obra quanto possível sob a sua supervisão o artífice retira-se do trabalho e passa a gerir os seus interesses. A concentração de trabalhadores proporciona uma supervisão mais efectiva, melhor coordenação e facilidade de deslocação do local da oficina. A tecnologia desempenha um papel importante neste processo pois é aquilo que permite passar duma manufatura para uma produção industrial, bem como a transformação dos aprendizes em máquinas. Os operários são contratados e pagos como prestadores de serviços uma vez que os sistemas de cooperação e manufatura são pré-estabelecidos, independentemente de quem lá trabalha.

#### ESTRATIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

#### ESPACIALIDADE DA SOCIEDADE



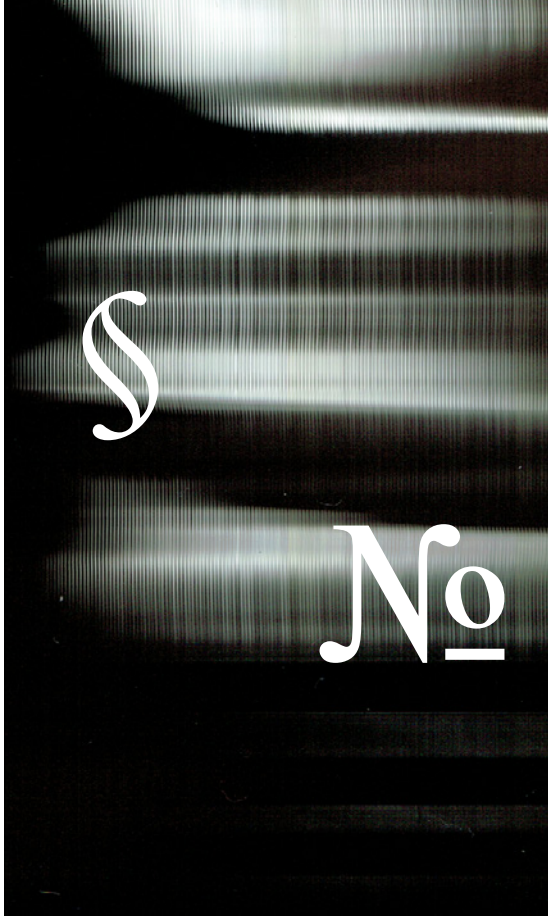
5

Finalmente, o trabalho está associado ao valor. Pelo que não é a grande empresa acumuladora de *stock*, mas a cooperativa de trabalhadores cooperando que produz objectos e valores. Actualmente, a individualidade rege a sociedade. Sem nada que o apoie, cada indivíduo é forçado a preocupar-se apenas com o seu bem-estar em detrimento dos outros. No entanto, essa preocupação autista conduz a uma desconfiança e desapego pelos demais e, por conseguinte, ao isolamento e desagregação social. Isso é visível nas cidades modernas em que os lares são substituídos por dormitórios unidos aos locais de trabalho e dos equipamentos de lazer pelas redes viárias.

#### COMUNIDADE EM SOCIEDADE

Esta imagem descreve sobretudo as megalópolis actuais. Desenhadas por intrincados sistemas de trocas materiais as cidades actuais favorecem a liberdade e anonimato dos indivíduos sobre qualquer interacção. Porém, ainda é possível encontrar exemplos de comunidades vivendo dentro desta cidade, vejam-se as vilas operárias em Lisboa ou os movimentos participativos. Estes últimos, cada vez mais numerosos, alicerçam-se na comunidade de ideais ou necessidades dum grupo para desenvolver a cidade. Os participantes nestas iniciativas parecem compreender que a cooperação com outros indivíduos dá maior força aos seus próprios interesses. Apesar destas associações serem ainda regidas pelo sistema de trocas, são mais profundas e fortes, remetendo para a comunidade de interesses. É possível considerá-las formas de comunidade modernas, geradas dentro duma sociedade. Se as grandes metrópoles são a materialização do sistema de trocas entre indivíduos, talvez seja possível que alguns desses indivíduos sejam comunidades modernas.





№ 2

/b

⌋

**Comunidade**  
**em**  
**Contexto Social**

*A sociedade humana distingue-se dum rebanho pela sua capacidade de sustentar inválidos (Bauman, 2006).*

Segundo a perspectiva de Tönnies, no momento em que a *Gesellschaft* se assume em pleno os laços entre indivíduos dissolvem-se. Isto porque, na busca pelo seu ganho próprio, desaparecem os valores transversais que agregam uma sociedade e que mantêm o seu funcionamento. O ressurgimento de novas comunidades, tem como fim a defesa de interesses comuns dos indivíduos. A vasta escala das megalópolis dificulta seriamente a identificação entre indivíduos. Contudo, para que as trocas numa sociedade possam funcionar é imprescindível a existência de valores comuns. É curioso notar que a ideia de Bem-Comum surge na época em que a *Gesellschaft* se impõe definitivamente sobre a *Gemeinschaft*.

As eras anteriores à Modernidade conheceram, no mundo Ocidental, diversos graus de convergência de interesses. No entanto, os interesses dum povo eram tidos como coincidentes aos interesses dos seus dirigentes. Isto significava que aquilo que engrandecia um governante, fosse ele um rei, cardeal ou outro tipo de representante, engrandecia os seus domínios e, por extensão, aqueles que lá vivessem. Tal como variava a identidade dos governantes, assim variava a identidade das cidades. O aparelho do Estado, inexistente na actual complexidade, para pouco mais servia do que a cobrança de impostos, e a defesa dos territórios. Esta falta de directivas estatais, tais como hoje são conhecidas, pode ser justificada pela dispersão territorial da população e, conseqüentemente, a diferenciação cultural e administrativa. De facto, a maioria dos países europeus herdaram até ao século XVIII uma administração feudal, em que as comunidades locais se autorregulavam e zelavam pelos seus interesses próprios. Os países eram formados pela união, mais ou menos coesa, de comunidades distintas.

#### ESTADO-NAÇÃO

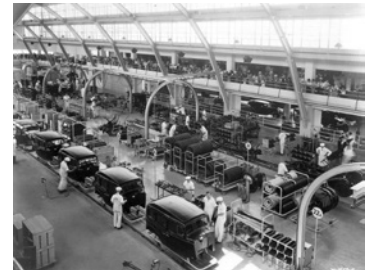
Embora alguns países europeus tenham, a partir do século XVIII, forjado normativas comuns a todo o seu território foram sobretudo a Industrialização e a Revolução Francesa que alavancaram o nascimento do Estado-Nação moderno. Com eles mudou-se o foco da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft*, no sentido em que o comércio a larga escala se impôs à pequena produção (Tönnies, 2000). O desejo de alargar os mercados para os bens de produção em massa e de impor a livre circulação de mercadorias, tanto dentro dum país como com o estrangeiro, conduziu a uma crescente racionalização da organização interna das nações e entre elas. O Estado passou a gerir a nação, agindo como uniformizador de todos os procedimentos administrativos, bem como ordenador territorial. Do ponto de vista social, isto traduziu-se no vínculo dos diferentes

regionalismos a uma cultura nacional dominante. Um bom exemplo da construção dum Estado-Nação é a formação do II Reich por Otto von Bismarck. Convencido de que a acção do Estado central era essencial para o desenvolvimento do país, o Chanceler-de-Ferro instaurou em todo o território alemão códigos civis e comerciais únicos, criou uma moeda comum, um banco central bem como um sistema de providência social e, ao fazê-lo, forjou a identidade alemã.

Mas as alterações administrativas não foram a única função dos Estados-Nação no século XIX. Depois das consequências sociais do êxodo rural de milhares de trabalhadores, e das condições de habitação a que eram sujeitos na cidade, se terem tornado ameaças às directrizes estatais, os Estados-Nação vieram afirmar-se não só como centros administrativos mas também como zeladores do bem-estar geral da população. Inicialmente através de preocupações filantrópicas e, mais tarde, homogeneizadoras da sociedade, a coesão social ganhou relevância nas acções do Estado, tendo-lhe sido imputada. Compreende-se assim que o surgimento do Bem-Comum é tanto uma consequência da vontade e acção administrativa dos Estados modernos quanto o reconhecimento, por parte das populações, do papel do Estado enquanto garantia do seu bem-estar (Judt, 2012).

A principal diferença entre as intervenções urbanas e sociais do século XIX e aquelas do século XX está na escala e na centralização. Se no primeiro as intervenções concretas se cingiam aos alojamentos operários construídos pelos industriais e filantropos, no segundo o próprio Estado tomou a iniciativa. Isto deve-se às condições únicas que se desenvolveram durante esse século. O amadurecimento industrial, bem como a crescente população urbana, crises económicas e devastação das guerras terão, certamente, contribuído para que os Estados pudessem executar o seu trabalho com maior legitimidade. De resto, o próprio esforço de guerra serviu para mobilizar as massas em torno duma organização e planeamento transversal e moderno, que contrabalançasse a desordem social.

É interessante notar que a era moderna desde o seu início, em meados do século XVIII, se preocupou com a equidade-social, talvez pelo desprendimento social resultante do comércio e indústria. Os valores da máquina: padronização, método e racionalização, eram vistos como garantias científicas universalmente aplicáveis. Muitos industriais compreenderam que poderiam alargar a eficiência duma linha de montagem às vidas dos seus assalariados, como forma de manutenção da produtividade. Surgiram assim as primeiras acções filantrópicas, tanto privadas como públicas, que visavam a melhoria das condições de vida das classes operárias com base em conhecimentos e métodos científicos, além de alargarem o controle sobre as classes trabalhadoras (França, 1997). De facto, a pujança da produção industrial aliada à evolução exponencial do conhecimento científico deram ao Homem Moderno uma confiança inabalável no seu poder sobre a sociedade.



6

**ENGENHARIA SOCIAL**



7

### ESTADO SOCIAL



8

Assim, pode afirma-se que a engenharia social, que muitas vezes controlou o desenvolvimento da sociedade, foi uma característica importante da modernidade, tendo acompanhado o desenvolvimento científico e tecnológico. Enquanto o método científico respondia de forma conveniente a mais e mais questões; os hábitos mais comuns, como a estrutura familiar, forma de habitar ou padrões morais, foram equacionados e reformados à luz deste método. Afinal, se é possível organizar eficazmente uma linha de montagem completa, porque não moldar a sociedade de forma mais conveniente aos tempos modernos? De forma inequívoca, a Segunda Guerra Mundial demonstrou o que era possível alcançar com os padrões de mecanização e eficiência generalizados. Tendo compreendido que esse potencial podia também ser utilizado em prol do bem-estar e da paz, os grandes estadistas, burocratas, engenheiros e planeadores estatais, durante boa parte do século XX, empreenderam vastas obras de realojamento e reforma de grandes camadas da sociedade. Assim, a ordem social, que durante séculos se manteve intocada, foi alvo de intervenções baseadas em critérios científicos, um pouco por todo o mundo. De resto, a transversalidade destas intervenções demonstra que este método para a coesão social se coaduna com qualquer tipo de regime, mais liberal, socialista ou fascista, sendo que o Estado-Nação forte é uma constante em todos eles. Perdeu-se, até hoje, a construção orgânica da sociedade.

A mobilização social e os horrores sofridos na Primeira Grande Guerra, conduzira, à criação do Estado-Social nos anos que lhes seguiram. Ao contrário do Estado-Nação, o Estado-Social reclama para si a responsabilidade da harmonia social. Doravante, o Estado controla diretamente as condições de vida dos seus habitantes. A uniformização da situação social e de trabalho garantiu uma estabilidade entre classes e dentro da classe, precisamente por estabelecer um padrão regular e confiável de comportamento, eliminando a incerteza da vida dos cidadãos. Para isso, o Estado-Social impõe uma concepção homogênea de progresso e de unidade étnica, as reminiscências tribais e regionalistas passam a ser vistas como concepções retrógradas. As comunidades são abolidas em favor do progresso e da modernidade. Embora isto pareça o triunfo da *Gesellschaft* descrita por Tönnies, o Estado-Social tenta suavizar a instrumentalização dos indivíduos através de instituições, serviços, apoios sociais em prol do Bem-Comum. Bauman (2003), explica que a concórdia não pode ser produzida artificialmente por ser inexpressável, indeterminável e incompreensível. Para a substituir, o Estado-Social serve-se do Bem-Comum, instalando em cada cidadão a sensação de pertença a algo que o transcende – o Estado. Exemplos de criação deste sentimento em diferentes escalas são os campeonatos europeus de futebol, os hinos nacionais ou os uniformes escolares, estes elementos são projecções visuais duma identidade colectiva criada artificialmente com o objectivo de cimentar a coesão social. Talvez por isso se nota que a maior parte dos indivíduos com formação superior procurava áreas voltadas para o serviço público, como medicina, engenharia ou ensino (Judt, 2012). Existia a consciência de que os indivíduos deviam ser úteis à manutenção do Bem-comum.

7. Cartaz III Reich: Trabalhadores unidos pela Nação, 1933.

8. Cartaz III Reich: A família modelo, 1938.

9. Cartaz URSS: Jovens Construtores do Comunismo, 1930.

10. Abel Manta, Muito prazer em conhecer vocalências, MFA – Campanha de dinamização cultural, 1974.

No período de reconstrução do segundo Pós-Guerra o entusiasmo das classes dirigentes pela engenharia social impulsionou grandes intervenções em prol da harmonia social. O Bem-Comum materializava-se em projectos megalómanos que ostentavam as virtudes do Estado-Social, sem considerar o verdadeiro contexto das populações.

*Era a época de Le Corbusier: o que as massas sentiam pelos seus novos apartamentos, pelas novas cidades para onde as tinham mudando, pela 'qualidade de vida' que lhes tinha sido atribuída, era o mais das vezes encarado com indiferença (Judt, 2012:88).*

E, de facto, a enorme escala da reconstrução levada a cabo permitiu a construção de muitas utopias modernistas que se apoiavam na autoridade estatal. Estas intervenções construíam megalópolis para uma sociedade mais ordenada, mais racional, mais homogénea e com melhores garantias de segurança social. A natalidade aumentou drasticamente, criando a geração do pós-guerra denominada *baby boomers*. Estas crianças cresceram no mundo de segurança e possibilidades criado pelo Estado-Social. A produção industrial alicerçou o crescimento exponencial, tanto a nível económico como social. A massificação dos meios de transporte e comunicação aproximaram todos os lugares. O turismo, a emigração, a rádio e televisão foram agentes de aculturação que estabeleceram definitivamente o conhecimento recíproco entre os indivíduos. O próprio trabalho feminino, até então um fenómeno pouco generalizado, veio alterar as relações familiares e, conseqüentemente, repercutir-se no espaço público e ambiente cultural. O Estado-Social coloca a educação, saúde e segurança social à disposição da vasta maioria da população. Todas estas inovações potenciaram o crescimento da classe média.

Curiosamente são os *baby boomers* que cresceram num mundo abastado, com acesso à cultura, a melhor saúde, melhor educação, mais oportunidades e maior segurança que vão contestar o Estado que os criou. É no final dos anos 60 que surgem organizações vindas da classe média florescente que contestaram muitas imposições Estatais. O acesso a uma boa educação potencia o espírito crítico e desenvolve os interesses particulares de cada cidadão. Conseqüentemente, cria-se uma camada populacional com igual formação, mas heterogénea nos interesses e convicções. Apoiados na segurança do Estado, os movimentos estudantis e não só, começaram a criticar os seus resultados como restrições à sua expressão pessoal e liberdade do indivíduo. São contra as intervenções abusivas, genéricas e sem imaginação do Estado feita em prol da reestruturação social e urbana em bairros ou monumentos (Judt, 2012). As novas organizações, oriundas da classe-média, defendiam um exercício de modernização socialmente responsável e a favor da comunidade, por oposição às intervenções insensíveis do poder central que não tomava os seus interesses individuais em consideração. A erradicação do trabalho pesado, em consequência da terciarização da economia e da população, contribuiu também para esta busca pela identidade individual, uma vez que as profissões liberais não conhecem a necessidade de sindicatos ou

## ESTADO-SOCIAL NO SEGUNDO PÓS-GUERRA



9

## CRÍTICA AO ESTADO-SOCIAL



10



11



12

## DIREITO PRIVADO

duma comunidade que os apoie e defenda os seus interesses. Assim, os jovens do final da década de sessenta rejeitavam o colectivo herdado dos seus pais e avós, para quem a justiça, segurança e igualdade eram causas comuns de acção conjunta, embora ainda almejassem contribuir para o serviço público, seguindo carreiras na saúde, ensino e construção.

Por oposição ao Pós-Guerra, na década de setenta, as áreas económicas e comerciais tornaram-se dominantes, pois traziam maiores vantagens pessoais a curto prazo. A promoção pessoal colidia com o hábito de trabalhar com e para os concidadãos, é nesta década que surge o divórcio entre a colectividade e a expressão individual. O individualismo subiu para primeiro plano político, como a *afirmação da exigência de cada pessoa da máxima liberdade privada e da liberdade irrestrita para a expressão de desejos autónomos e de vê-los respeitados e institucionalizados pela sociedade em geral* (Judt, 2012:92).

A sagração da vontade individual tornou-se um tópico político de primeira ordem e mesmo um axioma. A consequente aceitação da identidade de cada um conduziu facilmente à fragmentação social e política. Numa sociedade em que o bem-comum ainda tem alguma preponderância é comumente aceite que o que é bom para todos é bom para cada um. Mas o contrário não é necessariamente verdade, o que gera uma boa dose de tensão social, já que não existe um consenso universal. Mais, o subjectivismo resultante do individualismo exacerbado impede qualquer tentativa de consenso, já que nada pode ser universalmente bom, logo nenhum interesse é universal.

*Por muito legítimas que sejam as reivindicações dos indivíduos e a importância dos seus direitos, sublinhá-los acarreta um preço inevitável: o declínio de um propósito de vida partilhado* (Judt, 2012: 93).

A Queda do Muro de Berlim, em 1989, marca a entrada na actualidade, onde o individualismo, direito privado e identidade exclusiva são reais. As estruturas sociais criadas para a população depois da Segunda Guerra Mundial têm vindo a colapsar devido a estes valores, não restando muito delas. A sociedade é hoje mais fragmentada que antes, cada indivíduo tem liberdade para explorar os demais, desligado de qualquer sentido de comunidade ou Bem-Comum. A *Gesellschaft* de Tönnies assume-se com todo o seu vigor, a sacralização do indivíduo. A Identidade inventa-se no momento em que colapsa a comunidade (Young, 1999). Com o individualismo, os cidadãos libertam-se de restrições passadas para forjar o seu sucesso e identidade.

A demanda pelo sucesso individual coloca todos os cidadãos em competição directa. Isto implica a perda de compromissos entre os indivíduos, tais como o casamento, filhos, ou mesmo uma casa. Num mundo cada vez mais global e desvinculado parece cada vez mais difícil a recuperação de relações de comunidade. A extraterritorialidade de algumas camadas da população mundial relega as cidades para segundo plano. Ao território é apenas exigida a garantia do perfeito decurso das suas

11. Maio de 68.

12. Queda do Muro de Berlim.

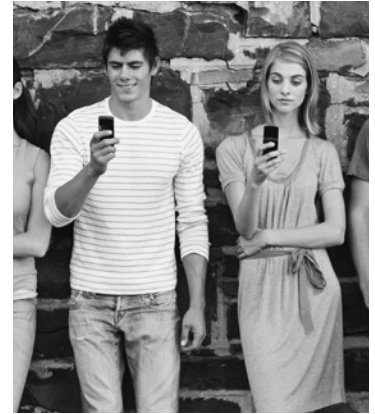
13. Jovens da Geração Y.

actividades, preferencialmente sem interrupções de terceiros. Os Estados passam a ter a função de garantir o livre desenvolvimento dos indivíduos. Para manter a ordem pública, muitas instituições recorrem a modelos panópticos mas, ao fazê-lo, estão a instaurar a desconfiança e a aumentar a desvinculação social.

Os interesses individuais são um obstáculo ao bem-comum. A dissipação das malhas comunitárias contribui para a incompreensão do vizinho. O fácil acesso à informação possibilitado pela *internet* atomiza o conhecimento, no sentido em que os indivíduos selecionam os conteúdos a que têm acesso, ignorando totalmente o resto. Esta triagem individual apaga a afinidade que se cria com o vizinho do lado, ao ler um jornal ou ao assistir a uma novela de propagação nacional. No entanto, o individualismo pode levar à criação de comunidades restritas. Estas novas comunidades são compostas por pessoas com interesses comuns que se reúnem de forma independente do resto da sociedade. Uma vez que o que gera estas comunidades é o interesse individual, elas não dependem dos Estados. Pelo contrário, estas comunidades são uma manifestação da desvinculação dos indivíduos face ao Estado. De resto, apenas o individualismo pode permitir estas comunidades exclusivas, já que ele favorece a iniciativa privada e a liberalidade social. Numa sociedade mais homogénea, como a do pós-guerra, estas comunidades são impossíveis.

A recente chegada à idade adulta da Geração Y<sup>1</sup>, aquela dos adolescentes que se tornaram adultos na viragem do século, já deixou marcas na sociedade. Esta geração é a primeira a ter crescido totalmente conectada à *internet*. A Geração Y não estudou em bibliotecas mas sim em cafés e bares com *wifi*. Não estão presos a dispositivos fixos de trabalho, para eles os *gadgets* são extensões do seu corpo. Historicamente, esta geração é a mais bem-formada. Apesar de terem entrado no mercado de trabalho na época de recessão, estes jovens adultos valorizam mais a liberdade de expressão, tempo-livre e as suas relações do que um cheque chorudo no final do mês. Ao contrário da geração anterior, eles acreditam no poder do Estado, contudo encaram-no mais como um gestor de problemas (Pew Research Center, 2010). A Geração Y tem o desejo de participar e colaborar, pois acredita que é a melhor forma de garantir o futuro.

A Geração Y baseia as suas actividades na economia de partilha. A mudança de hábitos de propriedade para hábitos de partilha tem como base a confiança instaurada pela tecnologia de comunicação e, também, uma desconfiança crescente sobre o consumismo desenfreado que parece ter originado, em parte, a crise. Actualmente tudo pode ser partilhado, desde um sofá ao carro. Curiosamente, os contactos *online* resultam em maiores trocas e facilidade de partilha *offline*. Exemplo disto são os *sites CouchSurfing*, em que é possível encontrar alojamento gratuito durante as férias em casa dum desconhecido. Também a *Blabla Car* oferece o mesmo sistema de partilha de custos para boleias, através da partilha dum carro. Ferramentas, roupas, jardins e até capacidades e competências podem ser partilhados e trocados. Tudo isso faz parte do consumo



13

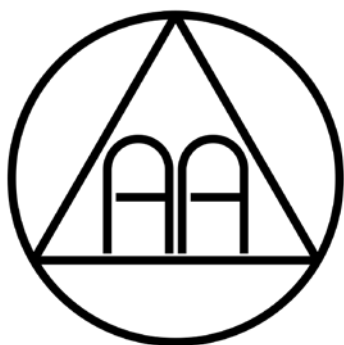
## GERAÇÃO Y

<sup>1</sup>Geração Y, ou Geração Milénio, é o nome dado aqueles que nasceram entre 1980 e 2000.

## COMUNIDADE ESTÉTICA



14



15

partilhado. Os especialistas afirmam que, em vez da tradicional relação de propriedade, este tipo de consumo se baseia no acesso fácil e imediato a alguma coisa. E isso explica-se pela crescente valorização das experiências humanas sobre os bens materiais. A partilha de espaços é apenas uma consequência natural.

Bauman (2006) classifica este tipo de relações como Comunidade Estética. De certo modo esta comunidade recupera o papel dado por Tönnies à Arte na manutenção duma cidade. Para Tönnies, a Arte tinha uma função unificadora pois ilustrava valores comuns a um grupo complexo. Inspirado neste contacto com o Todo, Bauman (2003) baseia este tipo de comunidade numa impressão estética. Os grandes espetáculos públicos da actualidade, o cinema, a televisão, orações, escândalos ou ódios públicos, servem, tal como os campeonatos de futebol ou os uniformes, como catalisadores de comunhão. Num concerto, os milhares de espectadores perdem a sua identidade única enquanto são expostos a um sentimento, ou uma visão, ficando conectados por uma força maior que admiram e aceitam. As comunidades de fãs, por exemplo, unem-se em torno duma estrela pop como um ídolo. Esta impressão estética cria, segundo Bauman, uma comunidade instantânea, que provoca um elo entre os diferentes indivíduos.

A um nível mais íntimo, a sociedade contemporânea permite o surgimento de comunidades pela partilha de experiências, histórias de infância ou problemas, que dão ao indivíduo que as partilha a sensação de pertença a um grupo. Estas comunidades instantâneas ajudam a Geração Y a combater o isolamento e frieza do individualismo, proporcionando a comunhão daqueles que estão sós. Na verdade, este potencial é mesmo utilizado em grupos de apoio, tal como os alcoólicos anónimos, em que os indivíduos com um determinado problema se agregam em rituais de reunião e partilha. Chegam a criar-se vínculos entre os membros destes grupos, como o apadrinhamento, no entanto esses vínculos dissolvem-se quando o problema do indivíduo se resolve e ele deixa de necessitar do apoio da comunidade. Assim, a principal característica da comunidade estética é a natureza superficial e esporádica dos laços que surgem entre os seus membros. Pode comparar-se a comunidade estética à camaradagem descrita por Tönnies, porém a primeira é sempre mais superficial que a segunda. Tal como as relações na sociedade, estas comunidades são efémeras e duram apenas o instante da troca.

## SÍNTESE

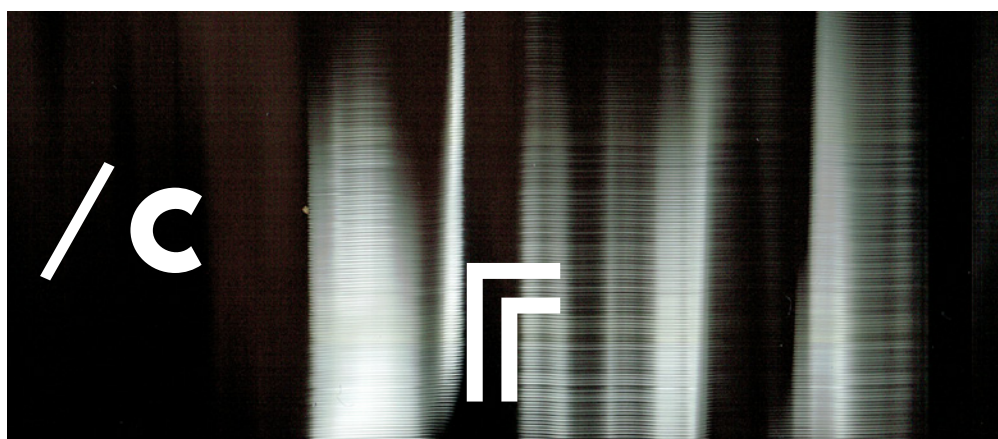
Significa isto que as comunidades não têm lugar na vida contemporânea? A *Gemeinschaft* enunciada por Tönnies está baseada em compromissos de longo prazo, direitos inalienáveis e obrigações irrenunciáveis e que são realidades basilares para o futuro. Este tipo de comunidades é efectivamente difícil de conseguir num mundo em constante mudança. Contudo, a Geração Y parece considerá-los uma garantia de futuro. A comunidade estética, apesar de durar apenas o período de troca, alonga-se bastante no tempo. Os Condomínios Fechados ou as políticas parti-

cipativas são um exemplo disto. Os indivíduos procuram-nos por se identificarem com os valores que lhes estão subjacentes. O sucesso destas comunidades está no valor que lhes é atribuído pela sociedade, à semelhança do valor do trabalho na *Gesellschaft*. Estas comunidades estéticas de longa duração têm surgido com grande incidência nos últimos anos.

Em suma, o fascínio pelo progresso tecnológico está hoje matizado por um certo cinismo face ao custo desses “milagres”. Durante os séculos XIX e XX os avanços científicos e tecnológicos permitiram uma abordagem mais precisa e acessível aos temas sociais e urbanos. Durante o século XX assistiu-se à construção de identidades nacionais com as quais a população se podia identificar e para as quais podia convergir. Essa construção foi essencialmente gerida por critérios mensuráveis, sendo aquelas questões humanas não quantificáveis postas à margem. Hoje essa identidade genérica, apaziguadora de tensões sociais, foi substituída pela expressão individual. O culto da individualidade é um factor de atomização e desidentificação social. Este desmembramento conduz, como se vê actualmente, ao mal-estar social e insegurança. Devido à sua actualidade, é importante compreender as implicações que a insegurança tem tido na sociedade e como ela pode influenciar as comunidades que, de uma maneira ou doutra, nela se integram.

§

№ 2



# **Sociedade, Indivíduos e Cidade**

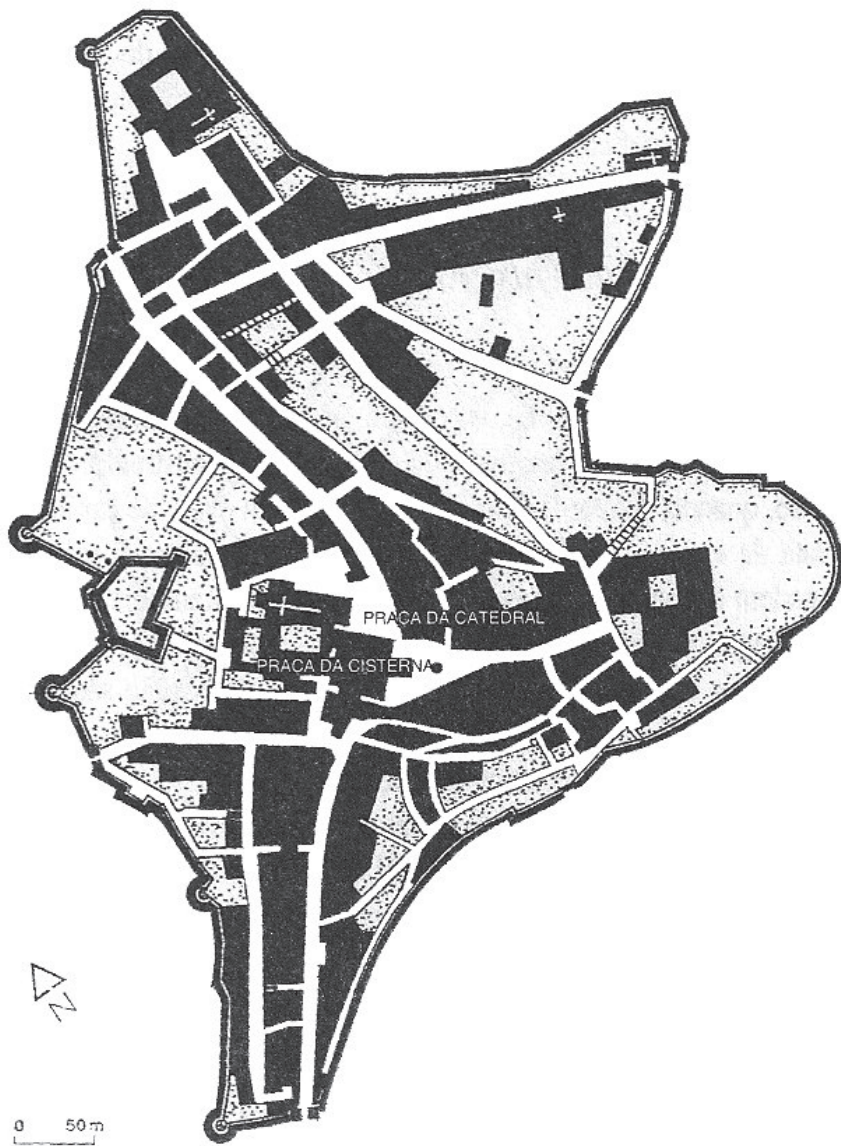
**CIDADE COMUNITÁRIA**

Depois da reflexão sobre a evolução da sociedade, e o papel que os indivíduos e as comunidades têm tido nela, é conveniente ver as diversas formas que esta evolução deu à Cidade. Neste subcapítulo expõe-se o efeito que o individualismo teve sobre a cidade que lhe é anterior e analisam-se futuras possibilidades.

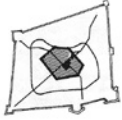
Nas cidades pré-industriais, talvez pela sua dimensão mais reduzida, existia um conhecimento da vizinhança que permitia o entabulamento de relações mais próximas e seguras. Os locais públicos eram geralmente caracterizados pela presença de equipamentos comuns, como o poço, a igreja ou o mercado, que serviam de pretexto para união. Do mesmo modo, as cidades não eram o resultado dum planeamento apriorístico derivado duma vontade exterior aos habitantes. Delfante (2000) descreve estas cidades como tendo sido construídas de forma espontânea e anónima, dominadas por um verdadeiro espírito de comunidade espacial e temporal. Os encontros entre pessoas não eram evitados nem tidos como inconvenientes. Pelo contrário, se não cimentavam a harmonia, pelo menos fomentavam o conhecimento entre os habitantes, contribuindo para a concórdia. A disposição dos diferentes edifícios públicos em Pistóia, na Toscana, ilustra bem este diálogo que parecia haver dentro da própria comunidade. A sua disposição incita à utilização dos espaços públicos, as praças, atribuindo-lhes sentido e funções sociais facilmente identificáveis. Na mesma região, San Geminiano parece também descrever este espírito comunal no desenho unitário das suas ruas, jardins e até das torres – símbolos de poder individual submetido ao espírito comunitário. A espontaneidade, flexibilidade e surpresa parecem conviver nas cidades tradicionais. Talvez sejam essas características que a tornaram elementos fulcrais no desenvolvimento humano, que têm atraído milhões de pessoas ao longo dos séculos.

**CIDADE COMO REFÚGIO**

Bauman (2006) sustenta que um dos incentivos à construção de cidades foi a protecção contra os intrusos e seus perigos. Era essa a função das muralhas, proteger a cidade do caos exterior, deixando os que viviam no seu interior viver as suas vidas em coesão. Assim, a cidade era um lugar ordenado, coeso e seguro. Nos últimos cem anos isto alterou-se profundamente. As cidades acomodaram muito mais gente do que aquela que as nossas relações podem suportar. Absolutos desconhecidos – os Outros – estão à nossa porta. Para lhes vedar a entrada, as fechaduras e sistemas de segurança sofisticados tornam-se elementos omnipresentes na vida urbana.



## A CIDADE E O OUTRO



TRAÇADOS SUCESSIVOS DAS MURALHAS  
Muralhas: —  
Muralhas: —  
De 1480: —



N

17



18. Plano de Paris de Haussmann

18

Bauman (2003), descreve as cidades contemporâneas como agrupamentos de grande dimensão, densidade e heterogeneidade, em que os indivíduos se movimentam sempre entre multidões de estranhos em constante mutação. Esta descrição ilustra bem a experiência de milhões de indivíduos que comutam diariamente para um trabalho onde encontrarão cada vez mais colegas temporários. Qualquer lugar da cidade está povoado por um emaranhado de rostos desconhecidos, que parecem inconsequentes nas ações de cada um. Mas, tamanha exposição a elementos desconhecidos causa uma sensação de estranheza e desligamento da envolvente, o efeito *blasé* descrito por Simmel (1906). Como já foi visto, nos grandes aglomerados populacionais assiste-se à instrumentalização das relações humanas, uma vez que os vizinhos passam a encarnar a imagem do Outro. Os Outros são estranhos pois, ao contrário dos amigos e inimigos, não conhecemos os seus pensamentos, intenções ou reacções, pelo que não as conseguimos antecipar. Muitos desconhecidos provocam o sentimento de inesperado, de risco (Bauman, 2006).

As comunas, pequenos aglomerados comunitários autossuficientes, foram abundantes na Europa até à ascensão do Estado-Nação. Independentemente da sua forma, esses lugares representavam um espaço distinto onde a comunidade exercia a sua influência e protecção. Com efeito, nestes modelos comunitários não é difícil identificar os tipos de relações descritos por Tönnies, e imaginar o sentimento de pertença de que os habitantes deviam desfrutar. Contudo, apesar da proximidade espacial para desenvolver a união entre indivíduos e a concórdia, estas comunidades não surgiram pela vontade de comunhão dos seus habitantes. A maior parte delas são o resultado dum instinto de protecção unitária face ao exterior, o desejo de segurança mais do que de partilha apontado por Ellin (Bauman, 2006). Tome-se Paris como exemplo, no início do século XIX a cidade estava rodeada por aldeias comunitárias, como *Batignolles* ou *Montmartre*, que viviam isoladas das convulsões da capital. Em 1860 o plano de reformulação e crescimento de Napoleão III integrou estas aldeias na própria cidade. Os mercados, jardins, *boulevards* e avenidas previstos no plano impediram o desenvolvimento isolado das comunas, integrando-as no conjunto maior. Uma vez ligados ao centro mais vasto e heterogéneo, os habitantes destas comunas perderam a segurança proporcionada pelo seu isolamento tornando-se, por isso, vulneráveis e dependentes dum serviço de segurança centralizado. O policiamento, além das intervenções urbanas, tornou-se assim a resposta dos Estados-Nação à insegurança e, também, o meio de impor o respeito pelas suas leis. Contudo, Altheide (2002) sublinha que todos os dispositivos de segurança que usamos servem para acentuar a insegurança pois tornam real o medo.

## TERCEIROS LUGARES

Durante o século XX, a manutenção da homogeneidade social era feita em terceiros lugares. O termo terceiro lugar foi cunhado por Oldenburg (1989) para descrever sítios fora do lar e do escritório onde as pessoas se encontram e socializam de forma livre e informal. Oldenburg (1989) considera esses locais como indispensáveis na produção do tecido social das cidades. Ele descreve os terceiros lugares como sendo neutros.

17. Sucessivos traçados das muralhas de Pistóia, Itália. In: Delfante (2000).

18. Plano de Paris de Haussmann, 1853. In Delfante (2000).

19. Banco de Jardim, um exemplo de terceiro lugar

20. Starbuck, um Terceiro Lugar Actual.

Uma vez que qualquer pessoa os pode frequentar sem marcação prévia eles tendem a ser: discretos, pouco ostensivos ou pretensiosos, para que as pessoas se sintam confortáveis; niveladores, no sentido em que as barreiras socioeconómicas e de *status* são colocadas à margem; abertos à conversação, que é de facto a actividade principal resultando na apreciação do humor e polidez; locais acessíveis ou de passagem frequente e, por isso, mais relevantes do ponto de vista social e urbano; e pela presença de pessoas regulares, que dão ao local um ambiente mais familiar, o diferenciam de outros locais e acolhem as novas pessoas. Assim, os terceiros lugares acolhem as reuniões regulares, voluntárias, informais e antecipadas entre indivíduos, fora dos domínios domésticos ou laborais.

Assim, os terceiros lugares são tradicionalmente os cafés, bibliotecas, correios e cabeleireiros. Estes lugares eram frequentados quotidianamente pelas populações e serviam de palco para as relações cordiais entre indivíduos. Ora, se se desconfiar dos vizinhos dificilmente se entabula uma conversação com eles, assim o individualismo tende a apagar os terceiros lugares. A *internet* tem também um papel interessante na extinção destes lugares. Antes do advento da *internet* a informação era homogénea, era expectável que duas pessoas num café estivessem a ler um mesmo jornal, pelo que entabular conversa seria algo natural e fácil. Actualmente, a multiplicidade de plataformas de informação e consequente estreitamento de interesses tornou esta espontaneidade mais difícil, uma vez que a informação se tornou heterogénea. Nos terceiros lugares tradicionais, vários aspectos regulavam a socialização: a selecção, pois cada indivíduo era livre de escolher com quem conversava; pela autonomia, já que depois de iniciada uma conversa era esperado que esta não fosse interrompida por terceiros; e pela tolerância, uma vez que ninguém ficaria ofendido por uma disparidade de ideias numa conversa de café. Depois do advento do individualismo, muitos destes lugares transformaram-se em locais de passagem, dominados pela desconfiança e estranheza impeditivas de qualquer interacção. Mas nos últimos anos tem-se assistido ao recuperar da função social desses espaços, embora numa versão mais global. Algumas empresas internacionais, como a *Starbucks*, pretendem criar locais confortáveis de convívio e trabalho num ambiente característico, mas facilmente replicável. Estas empresas espalham lojas similares por todo o globo, permitindo aos indivíduos reconhecerem-nos e sentirem-se ali confortáveis.

A heterogeneidade das grandes cidades significa a presença cada vez maior de estranhos à porta. O desconhecimento dos Outros pode resultar na rotulação deles como perigosos ou indesejáveis – pessoas a manter afastadas. O resultado é o crescimento de guetos nas cidades. Os guetos são a materialização da ostracização de determinados grupos sociais. São locais, casas, ruas ou bairros, onde esses grupos são forçados a viver, à margem da “boa-sociedade” e dos locais públicos. Os seus habitantes não escolhem lá viver, são forçados a isso pela sua posição social. Disto resultam ódios face à vontade dominante e a tensões dentro do próprio gueto, acabando por gerar maior incompreensão face ao gueto. A tolerância às



19



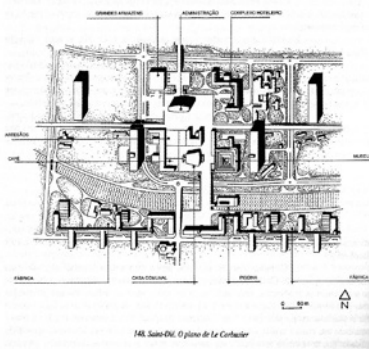
20

## HOMOGENEIZAÇÃO E HIGIENE MENTAL



21

334 | Charles DeJoux



22

2. CIAM: Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna. Tratam-se de conferências organizadas entre 1928 e 1956 com o intuito de discutir novos rumos para a arquitectura.

21. Quino (1989). Potentes Prepotentes e Impotentes.  
22. Le Corbusier (1944). Plano para San Dié.

diferentes culturas vem, de certo modo, atenuar o constrangimento social e urbano pelo desinteresse permissivo (Bauman, 2006).

A criação de guetos foi uma consequência frequente do crescimento desmesurado das metrópoles do século XIX. O fosso entre classes e a falta de garantias sociais levou à formação de muitos bairros onde as classes operárias viviam em condições de extrema miséria. Sendo muitos destes bairros centros geradores e propagadores de doenças, e local de residência de indigentes e criminosos, rapidamente foram vistos como guetos e alvo de operações de saneamento. Como já se viu, apoiados nas novas ciências sociais e humanas os Estados remodelaram esses bairros com critérios higienistas que favoreciam a racionalidade e a ordem. Acreditava-se que a ausência de planeamento urbano estava directamente relacionado com as vidas indignas dos que lá viviam. Todavia, nem sempre estes bairros confusos eram locais de perversidade e insegurança. North End, em Boston, é um exemplo disto mesmo. Embora fosse um emaranhado de vielas insalubres, um gueto na cidade, e considerado pelos municípios e urbanistas uma desonra, a verdade é que o bairro apresentava os mais baixos índices de delinquência, tuberculose e mortalidade infantil de todos os Estados Unidos da América.

O desfazamento entre os bairros de alta densidade, com emaranhados de várias funções urbanas, e aqueles projectados de acordo com os princípios científicos conduziu a uma crítica ao urbanismo deste tipo. Já na viragem do século XIX, John Bowlby e Anna Freud apresentaram a crítica da higiene mental, Choay (2003) resume esta crítica explicando que o planeamento regular e asséptico é, por si só, incapaz de criar o sentimento de segurança, liberdade, riqueza na escolha de actividades e as distrações necessárias à saúde mental dos indivíduos. A autora acrescenta ainda que a indiferenciação e homogeneização que advém da estandardização e zonamento tornam-se factores de monotonia, tédio e apatia para os indivíduos. Os vazios urbanos aplicados pelo urbanismo higienista com o pretexto de desafogar as cidades e permitir a livre circulação perdem, em muitos dos casos, o significado, por oposição às antigas praças que surgiam como uma quebra da densidade urbana em pontos estratégicos. A abolição do tecido urbano convencional – composto pela densidade do edificado, ruas, praças e impasses – resulta numa fragmentação do espaço da cidade, acabando por se revelar uma fonte de dissociação e desintegração mental. Os defensores desta teoria sublinharam o cariz diminuidor que a cidade planificada e racional tem sobre o habitante, pois torna-o uma entidade programada.

Talvez por isso, os princípios progressistas dos CIAM<sup>2</sup> sejam difíceis de aplicar em locais cujas populações mostram um forte sentido de comunidade. O urbanismo resultante destes congressos assenta na estandardização, zonamento, supressão da rua como espaço público, entre outros, implicando uma alteração no comportamento humano. Esta alteração é impossível de instituir sem a destruição da comunidade à qual se destina, já que esta última se distingue pela ordem que lhe é intrínseca.

Para contornar este problema, os adeptos desta crítica da higiene mental salientam que o urbanismo deve fazer os interessados participar na construção da cidade. Oportunamente, Bauman declara que a sociedade humana distingue-se dum rebanho pela sua capacidade de sustentar inválidos. A compaixão e suporte são fundamentais nesta equação, não devem ser esquecidos pelo medo e ignorância (Bauman, 2006).

Depois das campanhas de reabilitação e reconstrução urbanas, as cidades do século XX foram reguladas de forma homogénea. Como se viu anteriormente, essa reconstrução visava concretizar as responsabilidades do Estado-Social. Contudo, *nenhum plano conseguiu alguma vez sobreviver à geração que o concebeu* (Delfante, 2000:13). É importante compreender a razão pela qual o actual modelo urbano não parece corresponder às expectativas. A mudança de paradigma pode facilmente explicá-lo. Ao sobrevalorizar-se o indivíduo sobre a sociedade desmantela-se esta estrutura e desmorona-se a cidade (Bauman, 2006). É absurdo desejar um retorno às cidades comunitárias dum passado longínquo, mas a alienação do indivíduo é hoje igualmente bizarra. A crença no sucesso individual conduz todas as acções diárias, veja-se o exemplo do automóvel versus o transporte público. Sendo o carro um símbolo do sucesso e liberdade individuais, ele tornou-se no meio de transporte preferido por milhões de transeuntes que passaram a frequentar autoestradas e engarrafamentos diariamente. Em contrapartida os transportes colectivos são olhados com descrença, mesmo sendo eles a forma mais racional e eficiente de locomoção numa cidade. Este olhar individualista sobre as cidades é a materialização da descrença no Bem-Comum. As cidades só fazem sentido enquanto palco de interacções sociais, se as esvaziarmos disso elas não serão mais do que simples aglomerados populacionais mais ou menos regrados. O desempenho desta função tornou-se mais complexo depois da Revolução Industrial pois a própria organização social se tornou menos evidente. Nos séculos anteriores à Revolução Industrial as cidades funcionavam como comunidades mais ou menos fechadas, altamente conotadas com um determinado modo de vida e cultura. Depois de diferentes migrações e alteração de poderes a sua forma tornou-se menos clara e, talvez, menos uniforme.

Como se referiu acima, durante o século XX os Estados consideraram a sua população como uma massa uniforme, disposta a ser regularizada. As tentativas de homogeneização levadas a cabo durante o século passado resultaram em políticas de zonamento urbano. A separação racionalista das diferentes actividades humanas – habitação, indústria comércio e lazer – convergiu para a insegurança, uma vez que concentra milhares de estranhos num só local. Muito do planeamento urbano é ainda feito por técnicos em *ateliers* que parecem esquecer a tendência orgânica que tende a configurar a organização das cidades, independente do rigor do planeamento (Horelli e Wallin, 2013). O zonamento urbano, uma prática modernista ainda bastante utilizada no planeamento do território, transformou a vivência das cidades na supressão maquinal de necessidades fisiológicas preestabelecidas. A concentração de funções

## INDIVIDUALISMO E CIDADE

## ANONIMATO E SEGURANÇA

significa que as áreas residenciais se encontram despovoadas durante a maior parte do dia. As actividades comerciais e recreativas, por serem as que movimentam maior quantidade de pessoas, encontram-se geralmente no centro das cidades, facilmente acessíveis às áreas residenciais envolventes. É no centro que se cruzam todos os habitantes da cidade, sem aí se fixarem. Por um lado isto significa que nas áreas residenciais não existe população que se aproprie dum espaço público, quer seja um jardim ou uma praça. Por outro, as zonas centrais são espaços de passagem diária de milhares de habitantes que vêem as ruas e praças apenas como túneis de ligação entre os seus destinos. Por isto, o escalonamento de actividades proposto pelo zonamento urbano é contrário à criatividade e inovação permitidas pela densidade dos espaços urbanos tradicionais (Poitras e Breux, 2013). Isto significa que o espaço urbano tem vindo a perder a sua componente orgânica e pública, transformando-se antes em mero local de passagem.

Por todo o lado, em Lisboa isto é bem visível, surgem centros empresariais, de negócios, de comércio. Lugares que a concentração monofuncional torna iguais entre si, incharacterísticos. Augé (2012) descreve estes locais, onde não há possibilidade de contacto ou confiança entre pessoas, como Não-Lugares. Os Não-Lugares são característicos da sociedade de consumo, e caracterizam-se por não serem nem identitários, nem relacionáveis, nem históricos. São o expoente máximo da modernidade-líquida<sup>3</sup> e, por isso, de certo modo estranhos à população.

A cosmovisão social assente no individualismo provoca insegurança. O sucesso do indivíduo contemporâneo está intrinsecamente ligado ao consumismo, uma vez que os outros símbolos de grupo foram substituídos pelo sucesso material. Esse sucesso significa a possibilidade de substituição individual das antigas regalias dadas pelo Estado-Social e, como resultado, o desinteresse pelos concidadãos. Se numa forma inicial esse desinteresse se manifesta em tolerância por aqueles que são diferentes, no sentido em que nenhuma acção é feita para os afastar, rapidamente o desinteresse se transforma em estranhamento. A proximidade do desconhecido causa desconforto mesmo às pessoas mais tolerantes. De facto, a atomização de interesses possibilitada pela *internet* e desconhecimento dos vizinhos impede a comunidade espacial tradicional criando estranheza por quem está próximo. Numa cidade convencional, a proximidade do Outro torna-se muitas vezes promíscua e resulta em tensões impossíveis de eliminar completamente. Isto porque quanto mais envolvidos por pares, mais fechados os indivíduos ficam a Outros.

Esta abordagem alienadora é sintomática do tempo em que vivemos. Bauman (2006) aponta que a sociedade contemporânea exorta os indivíduos a fazer mais por eles próprios. A nova organização social exige flexibilidade e desapego, sem oferecer nenhuma estrutura de apoio. As cidades espelham esta atomização social propondo soluções que celebram o anonimato e a segurança das multidões. No entanto, a quebra do compromisso entre cidadãos cria uma desconfiança e insegurança face



23

3. Modernidade-Líquida: introduzido por Bauman, este termo designa a continuação da modernidade. Este período caracteriza-se pela incerteza e ambivalência dos indivíduos, e pela volatilidade constante tanto da sociedade, como dos indivíduos.

ao outro. A verdade é que, desde a década de 80 a sociedade – materializada na figura do Estado – tem vindo a recuar na sua função de estabelecer e regular as relações sociais e, conseqüentemente, não é capaz de tomar medidas tangíveis para mitigar a instabilidade social (Judt, 2012).

Curiosamente, o surgimento destas comunidades fechadas semelhantes às comunas coincide com o início da decadência do Estado-Social. As classes mais abastadas começaram a preferir infraestruturas privadas que lhes fossem exclusivamente direcionadas, em detrimento dos serviços prestados pelo Estado. Os Condomínios Fechados – enquanto comunidades estéticas de longa duração – são um excelente exemplo desta preferência. Em certa medida estas comunidades são réplicas modernas das comunas pré-industriais. Localizados geralmente nos subúrbios das cidades, os condomínios oferecem àqueles que acolhem a garantia de serem resguardados do mundo inóspito além muros. Dentro dos limites dos complexos as regras são feitas para acomodar os valores daqueles que ali habitam. São impostos regulamentos sobre a utilização dos serviços, a decoração das casas, o horário de entrada e saída, ou mesmo de comportamento. E embora a submissão seja voluntária, a vigilância é mantida no interior pela substituição das autoridades estatais por forças de segurança privadas. *Stratford City*, na parte oriental de Londres, pode controlar as actividades públicas sob a sua jurisdição reivindicando a segurança dos seus utentes. Ali a liberdade e segurança é mantida pela vigilância panóptica e pela ameaça de represálias em caso de comportamentos irregulares. Tãmanha vigilância tem efeitos tão perversos quanto uma comunidade sufocante e inibidora de liberdades, acabando em segregação nos espaços públicos.

Contudo, esta troca de liberdade por segurança não parece incomodar a maior parte da população. A segurança privada tem vindo a tornar-se mais e mais comum, tanto para salvaguardar habitações como locais de acesso público. Na verdade esta substituição do Estado na salvaguarda de valores comuns é um factor importante na criação das novas comunidades fechadas. Bauman (2003) chama a estas situações os guetos voluntários. Eles diferem dos tradicionais guetos na medida em que os seus habitantes não foram confinados aquela área pela ostracização social. Os habitantes escolheram ali viver, logo, são livres de entrar e sair sem quaisquer constrangimentos. Estes espaços são privados, pertencem apenas aqueles que neles habitam, estando o direito de acesso limitado pela sua vontade. De facto, o objectivo destes guetos é salvaguardar os seus utentes impedindo a entrada a estranhos. A liberdade de sair e segurança face aos outros é o que os distingue dos guetos tradicionais e lhes confere atractividade e interesse. Mesmo sem sair, o conhecimento básico dessa opção torna o espaço mais apelativo.

*Quanto mais nos separamos do nosso meio circundante, mais dependemos da sua vigilância (...). Hoje em dia, existem em todo o mundo casas que servem apenas para proteger os seus moradores, e não para integrar as pessoas na zona onde residem.* (Gumpert e Druncker, 1998:423)

## DECADÊNCIA DO ESTADO-SOCIAL



No campo da habitação, a busca pela segurança individual e a valorização da iniciativa privada encontraram forma no modelo de condomínio privado. Este modelo afasta-se da habitação urbana convencional por substituir as forças policiais públicas por um serviço de segurança privado e exclusivo, por garantir coesão entre os moradores e habitações, e por oferecer o acesso a diversos equipamentos de elevada manutenção e pelo acesso restrito ao seu interior. Inicialmente este modelo era destinado às classes privilegiadas, pois permitia-lhes isolarem-se numa redoma de segurança e igualdade. Mesmo depois da democratização deste modelo em prol da classe média, existe ainda um status quo associado à vida num condomínio privado.

Apesar de em Portugal o problema de segurança pública não ser igual ao de outros países, o sentimento de insegurança é manifestado no aumento da preferência por condomínios privados. Se nos anos 80 os primeiros condomínios surgiram na periferia de Lisboa, a sua rápida absorção gerou vários empreendimentos, com conceitos variados, no centro da cidade. A maioria dos condomínios oferece diversas infraestruturas e equipamentos aos seus moradores, deste a já referida segurança, a piscinas, ginásios, salas multiusos, etc. A manutenção destes serviços é feita pelas quotas de condomínio ou através de parcerias com outras entidades. Muitas vezes, os habitantes preferem este modo de habitar por lhes garantir o acesso privilegiado a equipamentos que de outro modo seriam menos acessíveis económica e espacialmente.

#### ESPAÇO PRIVADO E ESPAÇO PÚBLICO

##### 4.1 Tradução literal de Interdictory Spaces

Os Condomínios Fechados estão materialmente numa cidade, mas espiritualmente fora dela. Ao isolarem-se voluntariamente, os indivíduos excluem-se da cidade, acabando por dissolver o espaço público. É nas cidades com maior isolamento social, ou seja, maior número de guetos que mais cresce a insegurança. As cidades americanas, como São Paulo ou São Francisco demonstram-no bem. Ali, a segregação tornou-se tão sofisticada que foram criados “espaços interditivos<sup>4</sup>”, destinados a interceptar, filtrar e excluir intrusos. Por outras palavras, a excluir os indesejados e eliminando qualquer possibilidade de ligação com a população exterior.

O temor quase paranóico da insegurança conduz ao fechamento cada vez maior dos diferentes grupos sociais, e à fragmentação do espaço público e, ultimamente, à extinção deste e da sociedade que o fundamenta. *As pessoas que vivem em espaços privados contribuem activamente para a diluição e corrosão do espaço público* (Judt, 2012:129). Isto é verdade, ao privar-se a população do acesso à diversidade de bens-públicos reduz-se a experiência de cidade. Por definição, os lugares públicos são sítios sem restrições de acesso usados pela população sem selecção preliminar (Bauman, 2006). Neles somos anónimos, já que nele convergem muitos desconhecidos. Nestes espaços condensa-se a vida urbana. Bauman (2006), recorrendo a Ellin, mostra que ao permitir que prospere a diversidade – de pessoas actividades e credos – o espaço público possibilita a integração (ou reintegração), mas sem destruir as diferenças, e celebrando-as de facto. O autor defende que o medo e a insegurança tenderão a acalmar-se graças à preservação da diferença e ao facto de cada um poder deslocar-se



25

livremente pela cidade. As ilhas urbanas retiram a capacidade de diálogo à cidade. Elas erradicam os espaços públicos, tornando-os apenas no vazio entre os espaços privados. Neste contexto o espaço público é transferido para dentro do espaço privado. Os lugares públicos tornam-se espaços vedados com vigilância perpétua e acesso controlado. Tome-se o exemplo dum edifício de negócios: no seu interior monolítico estão todos os serviços necessários à vida dos trabalhadores – desde as secretárias de trabalho à cafeteria, passando pela creche. Estes edifícios fecham-se sobre si mesmos, encerrando os seus trabalhadores e drenando o espaço público exterior. Bauman (2006) sublinha que a aceitação da diferença e a capacidade de interagir com ela é o elemento fulcral da cidade, dado que o direito à diferença dignifica o diálogo. No entanto a construção de comunidades fechadas em si mesmas não contribui para o diálogo cultural. Pelo contrário, ao ostracizar o outro, estas comunidades isolam-se do conjunto e tornam-se átomos individuais. Esta mentalidade é bem descrita por Reich (1992:154):

*O desligamento, indiferença, desvinculação e extraterritorialidade mental e moral daqueles que não se importam de ser deixados sós, no pressuposto de que aqueles que pensam diferentemente não lhes façam exigências.*

A excessiva convivência num determinado grupo fechado e uniforme leva à perda da capacidade de relacionamento com o exterior, degenerando em segregação. Para Bauman (2003), a uniformidade cria horror à diversidade - mixofobia. A arte de viver em harmonia com os outros é indispensável ao habitante da cidade. O autor defende que o gosto pela diversidade – a mixofilia – é uma característica que deve acompanhar todos os cidadãos. Uma estratégia para combater a mixofobia poderá ser a re-integração dos espaços públicos no panorama social. Para isto é necessário que esses espaços sejam acolhedores e seguros, de modo a que os habitantes não se sintam ameaçados pela presença de estranhos.

De resto Cohen (1999), expõe a violência urbana como uma das três principais causas de ansiedade e infelicidade no mundo actual, além do desemprego e do desamparo na velhice. É sem surpresa que se constata que um dos perigos para a cultura da cidade é precisamente o medo que nos afasta dos locais públicos do quotidiano. Comparem-se a *Place des Vosges* e *La Défense* em Paris. Se a primeira provoca uma sensação acolhedora e agradável, a segunda é sintomática do sentimento de insegurança e de exposição das praças modernas. *La Défense* é um espaço intersticial entre os verdadeiros espaços públicos – os diversos centros comerciais empresariais e estações que o limitam. A componente pública desta praça foi abolida por ser dispendiosa e sem retorno. Preferem-se os centros de trocas que proporcionam os lucros necessários à manutenção dos espaços. Porém, se se reparar na configuração das duas praças, duas outras diferenças saltam à vista: a primeira é, inevitavelmente, a escala; a segunda a própria configuração do espaço. Quanto à escala apenas se pode dizer que *La Défense* representa as aspirações modernas sobre a liberdade e desafogamento do espaço. Em contrapartida, a vastidão da praça torna-a agressiva e neutralizadora, pouco propícia à permanência. Na *Place des*

**MIXOFOBIA E MIXOFILIA**

**ESPAÇO PÚBLICO  
E COMUNIDADE**



25

### IMPORTÂNCIA DA COMUNIDADE ESTÉTICA

*Vosges* a escala é doméstica, o espaço não parece apenas vazio. A própria configuração dos edifícios de habitação nos limites da praça tem o papel duplo de tornar mais acolhedora mas também de exercer algum controlo. Mesmo estando relaxado na relva sabe-se que nos prédios em volta existe alguém a espreitar à janela, tornando a praça um local vigiado e pertencente a uma comunidade. Os arranha-céus dispersos de *La Défense* não podem competir com isto, eles são os símbolos da identidade única da sociedade que os construiu.

*Perdemos a comunidade porque perdemos a segurança, uma qualidade fundamental para uma vida feliz, mas uma qualidade que o mundo em que vivemos é cada vez menos capaz de oferecer e ainda mais relutante em prometer (Bauman, 2003:169).*

Judt (2012) não hesita em afirmar que a familiaridade diminui a insegurança, que as questões de utilidade do espaço têm que ser reformuladas e que a eficiência económica e produtividade não podem prevalecer sobre questões éticas e objectivos sociais mais amplos.

A comunidade estética adquire, assim, maior pertinência. Ela torna-se um factor de identificação entre indivíduos podendo mesmo assumir-se como garantia de segurança. Por facilitarem a aproximação entre indivíduos, as redes sociais virtuais podem tornar-se uma alavanca para a desmistificação do Outro. A aproximação criada pela realidade virtual pode ser transferida para a realidade física e ajudar a reintroduzir o espaço público.

*Os dois principais argumentos que deve invocar a comunidade para refutar as patologias da sociedade atomizada de hoje [...] são, por uma lado, a igualdade e os recursos necessários para reconverter o destino dos indivíduos de jure nas capacidades dos indivíduos de facto e, por outro, oferecer garantias colectivas frente às incapacidades e desgraças individuais (Bauman, 2003:174).*

### SÍNTESE

Actualmente, grande parte das cidades consolidadas têm configurações desarticuladas com a sociedade. Isto significa que os indivíduos se sentem desconfortáveis no local onde vivem. Como se viu, o individualismo tem um papel importante na crescente desapropriação da cidade. Anteriormente foi apontado que as grandes cidades são o palco da sociedade, sendo adaptadas ao longo do tempo de acordo com esta. Neste trabalho defende-se que a integração de indivíduos em comunidades de interesses é um primeiro passo para um reajustamento entre cidade e sociedade.

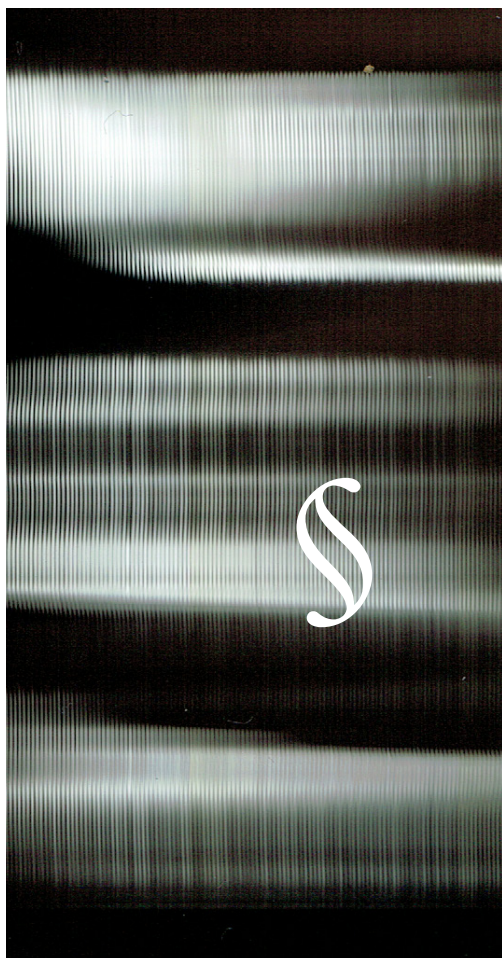
Mesmo vivendo num período em que a *Gesellschaft* parece existir nos exactos moldes da descrição de Tönnies, assiste-se ao surgimento de pequenas comunidades. Estas comunidades voluntárias substituem-se ao Estado no sentido em que demonstram valores mais próximos aos seus habitantes. A sua presença e sucesso num momento como o actual é sinónimo de que pensar sobre os potenciais das comunidades dentro da

sociedade não é um exercício descabido. A dada altura, Tönnies refere-se à cidade como um aglomerado complexo de comunidades. Talvez, voltar a esta concepção e pensá-la como um sistema de organismos e não como um único corpo, possa fazer sentido na actualidade. Nos capítulos anteriores foi possível constatar que as comunidades são factores importantes para a qualidade de vida e manutenção da cidade. Elas promovem o sentimento de integração nos espaços públicos, quer seja através da pertença directa a uma comunidade quer seja pela sensação de segurança causada pela comum consciência da vigilância.

A identificação das comunidades modernas com um lugar público, de preferência já consolidado, permitirá a reintrodução da cidade no quotidiano social. Estes espaços não terão a forma das grandes praças públicas, no sentido em que primariamente servirão a comunidade ali residente e só depois a sociedade. Por outras palavras, os espaços públicos pertencerão a uma comunidade, mas o seu acesso não será restrito de modo a evitar a criação de ilhas urbanas.

Como se viu no início deste capítulo, muitos dos centros urbanos mais antigos têm por génese situações de comunidade próximas do que se acabou de descrever. Pela sua escala e configuração são propícios à instalação de comunidades. Por outro lado, a variedade e carácter distintivo destes centros torna a integração numa comunidade mais simples do que um espaço neutro e incharacterístico. Adjacentes ao sentimento de pertença ao lugar estão a identificação e o conhecimento do Outro, logo criam-se relações de confiança e segurança.

Ora, tendo estabelecido a importância teórica das comunidades no contexto urbano, será interessante analisar alguns exemplos, históricos e actuais, em que a iniciativa privada e a comunidade se tenham fundido para a criação e manutenção de Cidade.



№ 2

/d

⌈

# **Propostas Comunitárias**

**MODELO PROGRESSISTA**

Choay (2003) distingue dois modos de fazer urbanismo: o progressista e o culturalista. Inspirado largamente nos trabalhos de Owen e Fourier, o modelo progressista baseia-se na revolta pelo indivíduo alienado e propõe um modo de concretização humana geralmente tipificado e em harmonia com a máquina (Choay, 2003). Já no início da Revolução Industrial, Owen e Fourier olhavam para as condições de vida da classe operária com preocupação e descrença. A insalubridade e insegurança que observaram nos bairros operários incutiu-lhes a vontade duma solução de carácter social e urbano. Como seria de esperar, as suas soluções resultaram da aplicação do ideário iluminista e da fé inabalável no poder benéfico da máquina.

**ROBERT OWEN**

Robert Owen foi um dos primeiros nomes do socialismo europeu. Tendo origens humildes viveu em primeira mão o flagelo da vida operária antes de se tornar gestor numa fábrica em Manchester. Através do casamento conseguiu tornar-se coproprietário da fábrica de New Lanark. Inspirado pelas suas próprias vivências, Owen introduziu na fábrica reformas sociais inovadoras à época. Reduziu o dia de trabalho para dez horas, construiu uma aldeia operária à imagem duma cidade ideal e justa e criou uma escola destinada aos filhos dos trabalhadores a primeira escola primária inglesa! O sucesso da experiência tornou New Lanark um ponto de encontro para os reformadores-sociais da época. Owen redigiu diversas obras explorando o tema da cidade ideal. Este modelo compunha-se de aglomerados semi-rurais articulados entre si. Cada comunidade deveria ter entre 500 a 3.000 habitantes, por forma a manter sempre a ordem e higiene. Em 1825, Owen comprou uma propriedade no estado do Indiana e fundou a colónia New Harmony. Infelizmente o empreendimento não teve sucesso e Owen teve que retornar à Europa, impossibilitado de continuar a sua obra.

**CHARLES FOURIER**

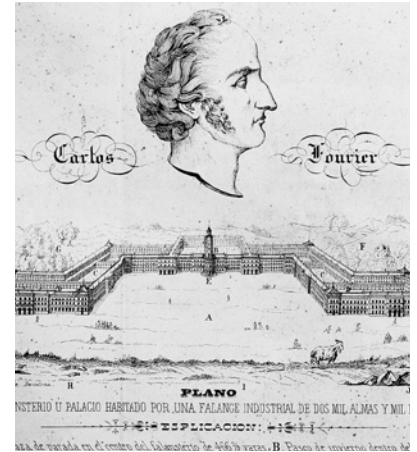
Na verdade, é Charles Fourier quem, na viragem do século XVIII para XIX, expõe a sua teoria da evolução social no livro *Théorie des Quatre Mouvements et des Destinées Générales*. Neste livro, Fourier analisa e critica a competição entre as diferentes classes sociais, propondo uma teoria para a reforma social capaz de garantir a satisfação das necessidades individuais, respeitando os direitos dos outros. A este princípio em tudo semelhante à concórdia, Fourier chamou Harmonia Universal. Esta harmonia só seria atingida depois da Humanidade passar por sete diferentes fases: a selvageria, a barbárie, o patriarcado, a civilização, o garantismo, o socialismo e finalmente o harmonismo (Choay, 2003). Para Fourier, a sociedade sua contemporânea estava na transição da barbárie, em que surgem as nações e a indústria, para a civilização, onde a indústria conhece um desenvolvimento inaudito. Sendo estas duas fases concentra-

das no proveito próprio em desfavorecimento doutrem, como no modelo de *Gesellschaft*. As cidades deste período seriam exemplos de desordem, anarquia e desigualdade. Fourier acreditava que a tensão existente nessas cidades levaria as grandes instituições a implementar a solidariedade entre todos os membros da sociedade, no período do garantismo.

Durante o garantismo, a sociedade tornar-se-ia mais organizada e as suas cidades seriam alvo de intervenções em prol da qualidade de vida dos seus cidadãos. Fourier distinguiu-as em três áreas dispostas em anéis concêntricos: a cidade, composta pelas zonas residenciais e comércio de rua onde se desenvolvem as tarefas quotidianas e recreativas; os subúrbios, compostos das fábricas necessárias à produção dos bens consumidos na cidade; e a periferia, onde a distinção do universo rural é diluída. É curioso notar que, para garantir a salubridade, Fourier apresenta algumas regras urbanas: como a de que cada habitação deveria possuir uma área livre – verde – igual à construída, área essa que duplica e triplica nos anéis mais afastados do centro. Estas regras enunciam ainda que as estradas, metade delas arborizadas, deveriam ser largas e ter como pano de fundo um monumento ou uma vista rural, num paralelismo interessante com o plano de Haussmann. Finalmente, as praças, os principais pontos de reunião e símbolos da união desta sociedade, deveriam ocupar 1/8 da superfície da cidade. Estas regras resultam de preocupações sociais e dum modelo de solução racional e progressista, que se manterá relevante nos séculos seguintes.

Contudo, é na viragem do sexto para o sétimo período, o harmonismo, que Fourier apresenta a sua visão minuciosa dum futuro idílico. Tal como Owen, o filósofo francês previa um mundo constituído por núcleos populacionais distribuídos ao longo do território: os Falanstérios. Estes edifícios, semelhantes a palácios, seriam autossuficientes uma vez que recolheriam dos campos em redor os alimentos necessários à sua população e que esta produziria os seus próprios bens de consumo. Fourier comparava os Falanstérios ao Palácio de Versailles. Contudo, a grandiosidade dos Falanstérios simbolizaria a nova comunidade igualitária, em vez do poder do Rei. Os habitantes destes grandes palácios sociais poderiam desenvolver os seus gostos e interesses livremente, aprendendo com os outros habitantes e fortalecendo o espírito de união da comunidade.

É impressionante o detalhe com que Charles Fourier concebeu os Falanstérios e a sociedade que neles habitaria. Os planos de financiamento para a construção destes grandes edifícios seriam divididos em 1.600 partes, precisamente o número de habitantes dum Falanstério. No centro de vários hectares de campo, que serviriam tanto de sustento à comunidade como proporcionariam locais públicos de saneamento e lazer, o edifício seria composto por uma parte central, destinado às funções públicas, e de duas alas laterais com os estábulos, laboratórios, oficinas e residências. O complexo funcionaria de modo semelhante ao de uma cidade, com a organização espacial dependendo dos usos. No piso térreo estariam localizadas as lojas, laboratórios e as passagens viárias, enquanto que no primeiro piso, o andar nobre, alojaria todas as áreas comuns, já



27

## FALANSTÉRIO

os reservatórios de água e a enfermaria ficariam localizados no último andar. A distribuição seria feita por longas galerias, cobertas ou fechadas, para onde abririam todos os fogos, de forma a fomentar a comunicação entre os habitantes.

Embora este modelo tenha um cariz marcadamente socialista, não estava prevista a paridade entre actividades ou a abolição da propriedade individual, embora estivessem previstos limites. Os habitantes dos Falanstérios poderiam comprar ou alugar as suas casas, mas cada indivíduo não poderia ser proprietário de mais de três habitações. Aos membros mais ricos seriam exigidas maiores responsabilidades no governo do Falanstério, como maior participação no financiamento das causas comuns. A comunidade proposta por este filósofo não era baseada na igualdade entre todos os membros, mas sim na compreensão de que a individualidade de cada um deles deveria ser colocada ao serviço dos outros, em função do bem-comum.

#### O EXEMPLO DE BOOK FARM

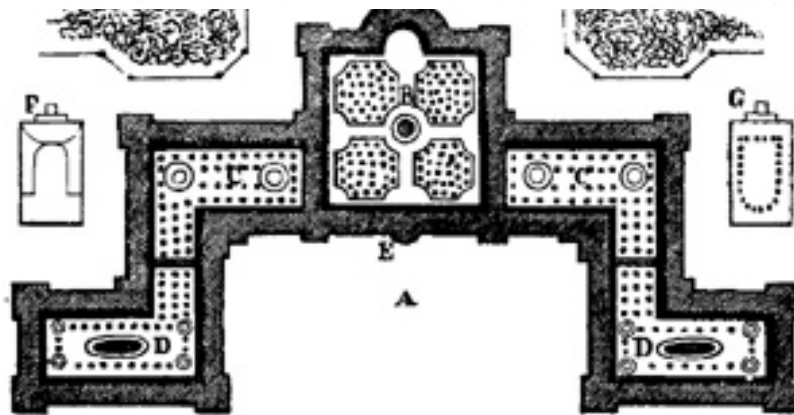
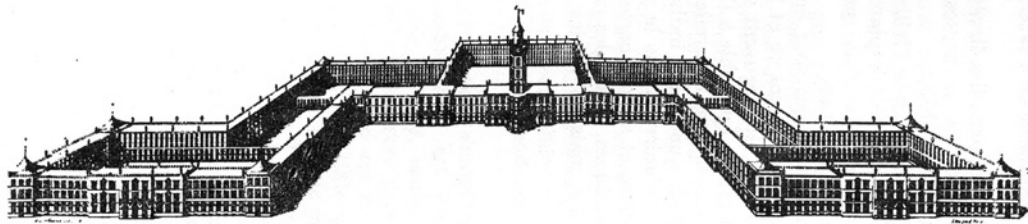
Embora Fourier tenha dedicado a sua vida à angariação de patronos para os seus ideais, o sucesso destes empreendimentos foi reduzido. Afinal, os Falanstérios não correspondem minimamente à concepção burguesa de rentabilização do terreno, nem eficiência económica. Contudo alguns destes empreendimentos foram construídos na Europa mas tiveram maior impacto nos Estados Unidos da América. Os exemplos mais citados são os de Brook Farm, em Boston, e o Familistério de Guise. O primeiro empreendimento, fundado em 1840 por George Ripley, tratou-se duma transposição fiel do modelo de Fourier. Os habitantes eram donos de uma percentagem do empreendimento, com direito a uma parte dos lucros anuais, e eram livres para se dedicar aos trabalhos que mais lhes agradassem. Todos os trabalhadores eram igualmente remunerados, independentemente do género, e a cooperação e aprendizagem eram incentivadas, bem como o cultivo intelectual e o lazer. Uma revista mensal foi criada e distribuída, tendo sido através desse instrumento que os ideais de Fourier foram propagados e replicados no continente norte-americano. Esta experiência durou menos de dez anos. A dimensão da quinta não lhe permitia ser autossuficiente nem obter grandes lucros e, em 1846, um incêndio destruiu o edifício ainda inacabado, tornando impossível a regeneração da empreitada.

#### FAMILISTÉRIO

No mesmo ano, mas do outro lado do Atlântico, o industrial Jean-Baptiste André Godin instala a sua empresa de aquecimentos na cidade de Guise. Oito anos mais tarde, em 1854, dedica a sua fortuna ao melhoramento das condições de vida dos seus operários. Tendo sido ele próprio um operário fabril e tendo estudado as propostas de Charles Fourier, Godin decidiu implementar em Guise um Familistério, a sua versão do Falanstério. Apesar de seguir as ideias de Fourier, Godin não se limitou ao plano utópico e soube adaptá-las à realidade do seu tempo. Assim, em vez de promover uma revolução social, o Familistério pretendia proporcionar aos operários da fábrica uma qualidade de vida equivalente àquelas a que a burguesia tinha acesso, Godin chamou a isto *les equivalentes de la richesse*. Através de equipamentos comuns, da partilha de espaços e da

*Reproduction de la publication de l'année 1840*  
**L'AVENIR.**

Perspective d'un Phalanstère ou Palais Sociétaire dédié à l'humanité.



A - Grande Praça de Paradas; B - Jardim de Inverno; C e D - Pátios Interiores de Serviço;  
 E - Grande Escadaria de Entrada; F - Teatro; G e I - Oficinas, lojas, lagares, entre outros;  
 J - Estábulos e K - Celeiro.





29



30

### O COMPLEXO

racionalização de recursos, o Familistério recriava as condições de vida a que a burguesia tinha acesso. Evitando a abolição do casamento e da família proposta por Fourier na sua nova moral, Godin reinsere a unidade familiar enquanto base da sua comunidade. Os fogos seguem os valores da época alojando as famílias dos operários.

Contudo, a organização espacial do Falanstério é mantida intocada. O Familistério é composto por três blocos unidos por passagens. Esta separação permitiu ao industrial prolongar a construção no tempo, diminuindo os custos. Cada bloco organiza-se em torno dum pátio comum com cobertura de vidro. Originalmente, cada apartamento era composto por duas salas e algumas divisões de apoio. Contudo, o emparelhamento dos fogos permite a adaptação de cada apartamento consoante as necessidades de cada família, aumentando ou diminuindo o número de divisões. Cada apartamento tinha aquecimento e grandes janelas para o exterior. Cada andar tinha água canalizada e casas-de-banho, tornando o Familistério mais moderno e confortável que muitos dos apartamentos da burguesia parisiense. O acesso às habitações é feito através de galerias, fazendo dos pátios as ruas e praças do Familistério e promovendo encontros. Os pátios funcionam como centros urbanos servindo de palco para os eventos comunitários. Nos dias comuns, os moradores podem usar as varandas como local de permanência, mantendo assim uma vigilância apertada.

O Familistério e a fábrica de Godin localizam-se em margens opostas do rio Oise. Além das habitações ele considerava que os equipamentos eram parte indispensável na manutenção da vida comunitária e a vantagem *des equivalentes de la richesse*. Em torno do Familistério, Godin construiu lojas, estábulos, jardins e hortas, uma lavandaria, uma creche, escolas para os operários e até um teatro e piscinas! Defronte da fachada principal do Familistério encontram-se as escolas e o teatro, distinguem-se dos restantes equipamentos pelo aparelho de tijolo utilizado. Godin demorou vinte anos a completar todo o complexo, que se desenvolve nas duas margens do rio. A dispersão dos diferentes equipamentos significa que a vida comunitária não se restringe ao edifício principal. A área em torno do Familistério é, por isso, uma parte da cidade. A comunidade residente garante a sua manutenção e serviço mas, por não ser vedado, qualquer habitante de Guise pode frequentar aqueles espaços.

### CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA COMUNIDADE

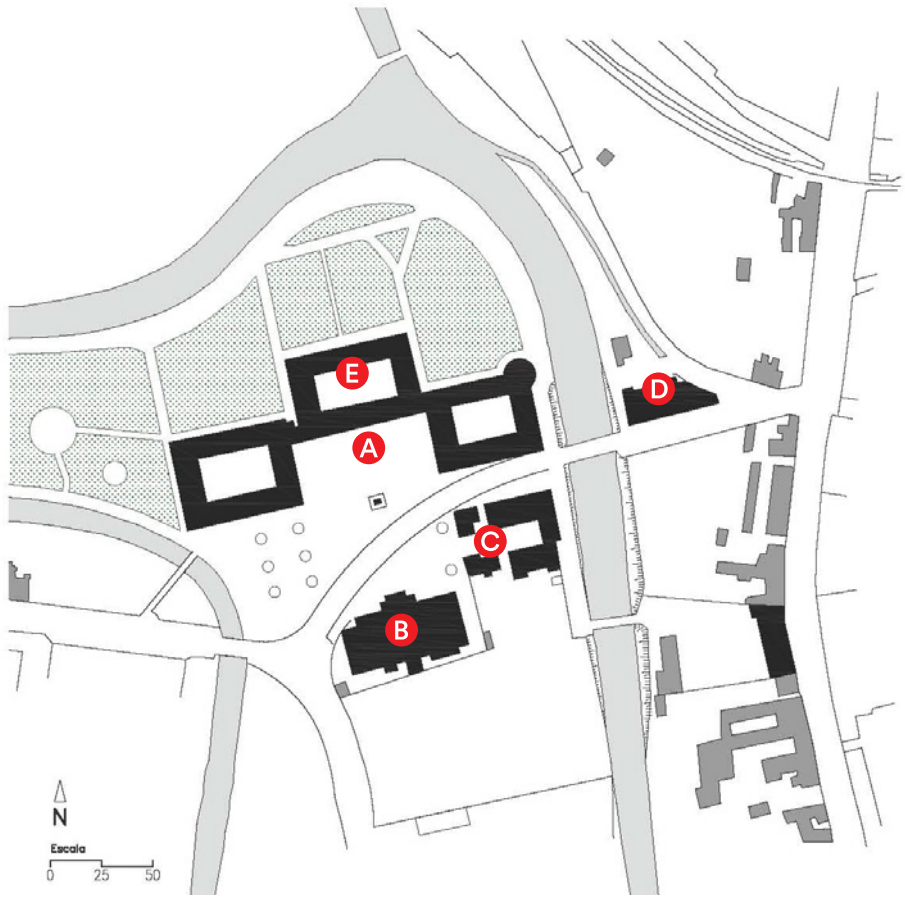
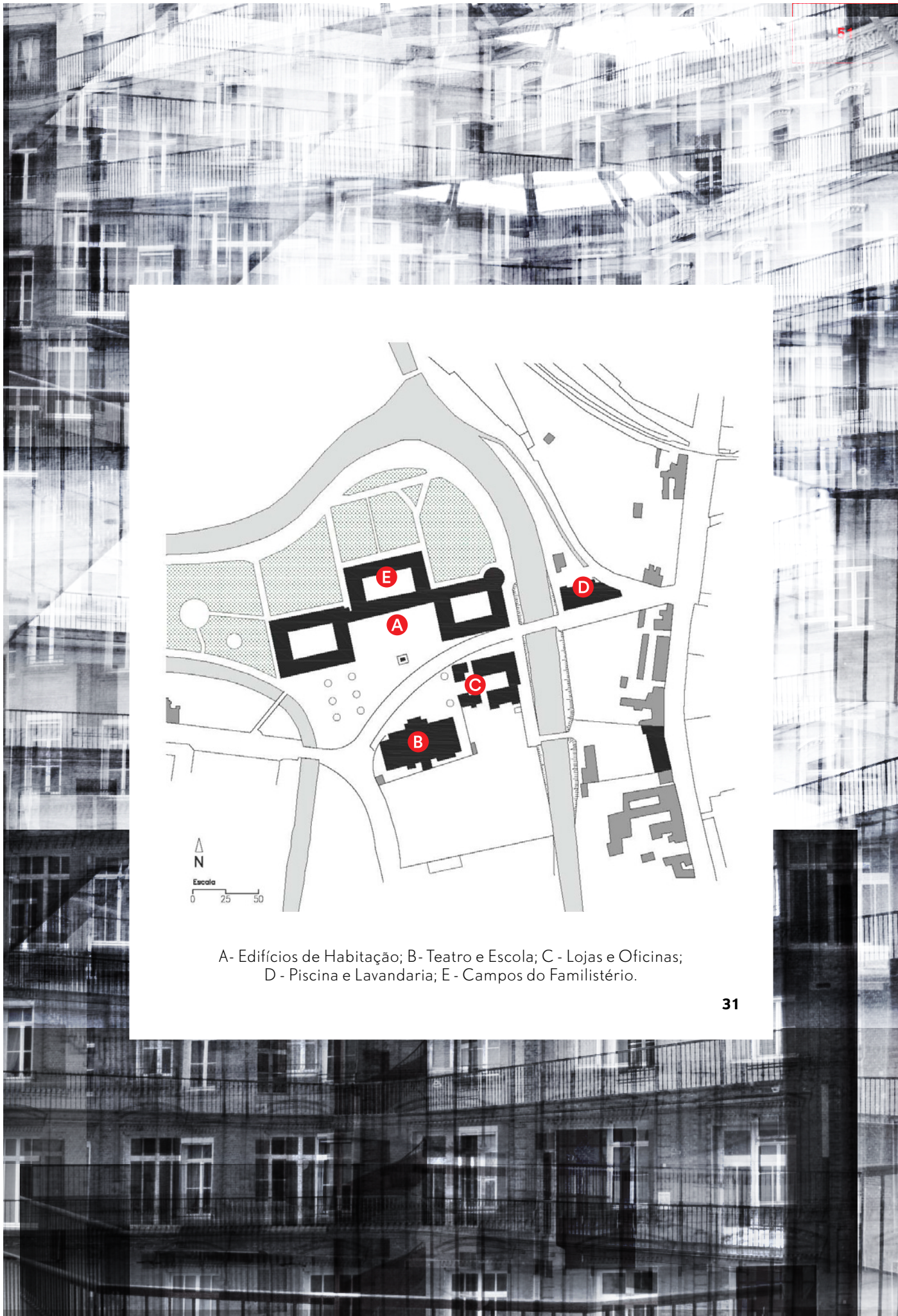
Além da sucessiva construção de infraestruturas e jardins, André Godin investiu na formação intelectual dos operários. O ensino obrigatório para todas as crianças foi instaurado, havendo cursos práticos de *aprendizagem* para a maioria, e *cursos superiores* para aqueles que demonstravam maior apetência para os estudos. Os benefícios da cooperação no trabalho foram sendo demonstrados quer através de conferências do próprio industrial quer pelos incentivos ao pequeno comércio e outras actividades produtivas dentro do próprio Familistério.

Em 1880, Godin cria, juntamente com os operários do Familistério, uma associação que transforma a empresa de aquecimentos numa

29.Fachada do Familistério de Guise (1856).

30.Pátio Interior do Familistério (1856).

31.Familistério de Guise (1856).



A- Edifícios de Habitação; B- Teatro e Escola; C - Lojas e Oficinas; D - Piscina e Lavandaria; E - Campos do Familistério.



32

### UTOPIAS E O MODELO PROGRESSISTA

cooperativa de produção. Os lucros gerados pela indústria eram aplicados na manutenção dos espaços e melhoria das condições de vida dos habitantes. Para vincular os operários à comunidade foi instituída uma hierarquia de responsabilidade baseada nos anos de permanência e mérito de trabalho. Deste modo os próprios operários participam na vida da comunidade e levam as suas preocupações para a gestão do complexo – num modelo próximo do da actual participação. Mesmo depois da morte de André Godin, em 1888, a associação continuou o seu trabalho sem alterações até 1968. Nessa data uma multinacional compra o conjunto, mantendo a fábrica e vendendo o resto. Os equipamentos foram comprados pelo município, e os fogos vendidos individualmente. Actualmente o Familistério é gerido pela fundação que em 1968 sucedeu a associação, e tornou-se um museu e dinamizador cultural da região. Nas suas instalações funcionam ainda como residências, albergando ainda alguns dos antigos operários, bem como novos residentes que compraram ou alugam as suas casas. Embora o espírito inicial de comunidade não se mantenha, os amplos espaços comuns continuam a fomentar a interação social. Não será um exagero considerar que esta experiência foi um sucesso. Além da longa duração do modelo inicial é de salientar que, mesmo após a sua dissolução, o Familistério se mantém como um complexo residencial tendo mesmo conseguido abrir o seu potencial à região.

A utopia de Charles Fourier é considerada, por Choay (2003), como um exemplo do pré-urbanismo progressista, por apresentar uma solução urbana para problemas sociais antes mesmo do nascimento da disciplina. Se a maioria das aplicações deste modelo falhou poder-se-á, talvez, apontar como causas a escala desmedida dos empreendimentos e o pressuposto radical de que o comportamento humano é facilmente alterado pelo exercício de racionalização. A quantidade de equipamentos ao dispor da comunidade, a qualidade de vida conseguida e a longevidade fazem do Familistério de Guise uma experiência habitacional incontornável. Os ideais utópicos de Fourier encontraram em Godin uma concretização exaustiva e pragmática que inspirou algumas das soluções habitacionais do século seguinte. Assim, o pragmatismo de André Godin ao mimetizar no seu Familistério as habitações burguesas comuns poderá ter sido um factor relevante para o seu sucesso. Ao combinar os ideais simplificação racional do quotidiano com a manutenção e acessibilidade dum determinado padrão, foram criadas as condições ideais para a adesão ao programa. Este complexo denuncia já alguns dos princípios basilares da arquitectura do século XX. Contudo o Familistério juntou a esses princípios a comunidade, evitando os problemas de integração da época que lhe seguiu. A lenta construção da comunidade, a integração dos próprios habitantes nas decisões sobre o local onde vivem e a garantia de que aquele complexo lhes proporciona uma melhor vida, terão sido importantes factores para a continuidade do modelo, mesmo depois do desaparecimento do seu mentor. O Familistério é a prova de que uma comunidade pode manter-se dentro da sociedade durante um longo período de tempo. E que, mesmo depois da perda de parte da engrenagem, este complexo comunitário perdura como peça incontornável da cidade.

Ora, as intervenções progressistas tornaram-se mais frequentes durante o século XX. Como já foi largamente referido, no seu trabalho de uniformização os Estados basearam-se em critérios racionais e mensuráveis. Esta visão mecânica da sociedade é progressista. As premissas fundamentais para a construção são reduzidas ao essencial e depois universalizadas. É nesta época que Le Corbusier (1946) define o novo-homem: *pela soma das constantes psicofisiológicas reconhecidas, inventariadas por gente competente (biólogos, médicos, físicos e químicos, sociólogos e poetas)* (Choay, 2003: 21). Este arquétipo decomposto como uma máquina, torna-se o modelo que sustenta todas as propostas arquitetónicas da época. Mais tarde, a Carta de Atenas propõe quatro núcleos para a cidade: habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito. Afinal, são estas as funções essenciais ao bem-estar humano, aplicáveis a todos e em toda a parte.

Scott (2003) descreve as intervenções modernistas como dando principal ênfase no futuro, o passado sendo visto como um impedimento irracional ao progresso e à ordem impulsionadores do bem-estar futuro. A cidade ideal proposta por Le Corbusier, a *Ville Radieuse*, é um exemplo perfeito desta mentalidade. Este modelo de cidade é equiparado a uma máquina, os fogos a máquinas de habitar. Esta cidade ordenada, precisa e densa era, para Le Corbusier, o meio perfeito de conservar e desenvolver a sociedade (Fisherman, 2003). Nos planos que fez, as ruas são abolidas por serem um resquício de cidade antiga, pouco higiénica e sombria. A nova cidade é a soma de diversas áreas, cada uma dedicada a uma função do quotidiano humano. Este zonamento é a manifestação da nova organização social, atomizada mas igualitária do Estado. Os indivíduos, pequenos átomos na engrenagem, podem desenvolver a sua individualidade dentro do anonimato que esta organização proporciona. O aparelho burocrático anulava qualquer necessidade de contacto entre indivíduos e fomentaria a presença do Estado na vida dos cidadãos vigilando e controlando. Por outras palavras, o zonamento dum cidade impede as relações de proximidade entre indivíduos, tornando-os dependentes do Estado.

Mas estas cidades estritamente racionais pecam pelo automatismo e individualidade que lhes retira o carácter urbano. Cada zona da cidade sua função. Cada torre uma unidade de habitação. Cada fogo um módulo desenhado para um átomo. Esta visão do território assemelha-se à de Fourier, contudo nas *Unités d'Habitation* prefere-se a regra do isolamento à heurística dos encontros. A decomposição do Homem em componentes fisiológicas abstractas é tão grande que não se admitia qualquer apropriação particular da máquina de habitar. A curta-metragem *Une Vie Radieuse*, de Hardt (2013), mostra bem a difícil adaptação dum jovem casal à métrica do *Modulor*. No filme o casal prefere um dos quartos interiores à *mezanine* exposta, e esconde o seu gato nos armários para ocultar a desobediência às regras do condomínio. Diversas sequências ilustram as apropriações previstas para os espaços, e noutras aquelas possíveis. O isolamento do casal nos espaços é imenso. Nem nos espaços ditos comuns ocorre um encontro, o silêncio é total. Talvez pela atenção dada à má efi-

### LE CORBUSIER, LA VILLE RADIEUSE



ciência térmica, fica-se com a sensação de que aquele edifício é um lugar glacial. A vida é pré-determinada pela opressão racional e os habitantes têm que se submeter aos ambientes criados para eles, independentemente da sua bagagem cultural.

Ainda assim, o trabalho teórico de Le Corbusier influenciou todo o urbanismo que lhe sucedeu. Os seus planos e sistematizações ajudaram-nos a organizar as cidades industriais e a gerir grandes massas urbanas. Mesmo sem terem sido construídas, as suas propostas ilustram com brilhantismo o espírito do seu tempo. Foi sobre elas que gerações de jovens arquitectos aprenderam o ofício, de tal modo que parte dos seus ideais moldam as cidades de hoje.

O facto dos planos progressistas não se limitarem por questões culturais torna-os, tendencialmente, expressões demiúrgicas da razão extensivamente aplicada. Como a lógica é sempre consistente consigo mesma, os planos das cidades baseados nestes princípios são idênticos em todo o globo, independentemente da cultura a quem são dirigidos. São geralmente regidos por regras abstractas de funcionamento contínuo que pressupõem a máxima racionalidade e previsibilidade dos seus utentes, acabando por ser inefficientes contra qualquer contratempo ou paragem.

#### MODELO CULTURALISTA

No extremo oposto, Choay (2003) descreve o modelo culturalista, retirado de Ruskin e William Morris. Os culturalistas lamentam o desaparecimento da unidade orgânica da cidade. Eles privilegiam o espaço da comunidade e vêem os indivíduos como completando-se nela e não em si mesmo. Neste sentido este modelo é essencialmente nostálgico, preferindo conservar a renovar. (Choay, 2003) O austríaco Camillo Sitte desenvolveu este modelo e pô-lo em prática em diversas cidades alemãs. Sitte baseia o seu urbanismo nos espaços de passagem, por oposição ao isolamento moderno. A rua é imprescindível enquanto elemento que permite as relações entre partes, a rua ideal deve formar um todo fechado, evitando a percepção dum ponto de fuga em prol de maior proximidade. Isto resulta em espaços imprevisíveis e diversos mas que são, de algum modo, tranquilizantes, confortáveis e estimulantes. Em tudo semelhantes às cidades medievais, as intervenções de Sitte são favoráveis à intensidade e multiplicação das relações interpessoais. A nostalgia é evidente, Sitte copia fórmulas medievais sem considerar o seu próprio tempo. De facto, pode dizer-se do urbanismo culturalista que este sobrevaloriza os modelos passados, tornando-se numa reacção obsoleta.

Interessa, por isto, descobrir correntes que possam estar entre as duas já apresentadas. O Familistério de Godin pode ser considerada uma experiência que partiu dum modelo progressista e o adaptou de forma a servir não um modelo distante de vivência, mas sim os padrões da sua época. Isto torna-se relevante pois compreende que instaurar um modelo abstracto de forma implacável é tão estéril quanto a manutenção obsessiva dum modelo ultrapassado. Mesmo que o Familistério não se tenha perpetuado no tempo como um modelo vigente, a sua contribuição para Guise ainda hoje é assinalável, o que lhe confere relevância. Ora, se a



34



35

arquitetura e o urbanismo espelham a sociedade que os produz, será útil para este trabalho comparar alguns exemplos de habitação que tenham por base uma partilha de qualquer tipo.

Os Hotéis de Apartamentos foram muito populares nas grandes cidades dos Estados Unidos da América no período que se seguiu à Guerra da Secessão. Essencialmente, os hotéis de Apartamentos são grandes edifícios residenciais em que todo o serviço doméstico é colectivizado. A sua origem remonta a antes da guerra, em 1836, com a inauguração do Hotel Waldorf-Astoria (Puigjaner, 2014). Este edifício oferecia à classe abastada americana apartamentos de luxo à moda europeia sem a responsabilidade da gestão doméstica. Estes hotéis, geralmente bem localizados na cidade, foram inicialmente habitados pelos jovens casais de boas famílias mas que não podiam pagar o serviço doméstico requerido pelo seu estatuto social. Nos hotéis encontravam excelentes condições de habitação e recepção, a custos reduzidos pela colectivização dos serviços domésticos.

Contudo, depois da Guerra da Secessão os valores imobiliários dispararam. A classe média, que não podia pagar uma casa particular nem aceitar viver nas condições dos operários, precisava de soluções. Assim, em 1871, abriu a Casa Haight, um hotel de apartamentos destinado à classe média. Tinha quatro apartamentos familiares por cada andar, e onze apartamentos para solteiros no último andar. Cada apartamento familiar era composto por três quartos, salão, sala de estar, cozinha, casa de banho e quartos de serviços, nos apartamentos para solteiros havia só um quarto. Na cave estavam a lavandaria e cozinha principal. As refeições eram servidas na sala de jantar comum ou em cada apartamento individualmente.

Em Nova Iorque o sucesso destes empreendimentos foi estrondoso até à década de 30 do século XX. Estes hotéis ofereciam melhor qualidade de vida que muitas das casas particulares mais abastadas, já que compreendiam sempre água canalizada, casas-de-banho em cada apartamento e uma localização central. A crescente inclusão das mulheres no mercado de trabalho tornou mais difícil e caro encontrar serviço doméstico. Nos Hotéis de apartamentos, essa situação foi contornada através da coletivização desses serviços, cada vez mais numerosos.

Em paralelo ao desenvolvimento do modelo americano, na Europa desenvolveu-se o conceito de Edifício Central. Na viragem do século XIX para XX o modelo social burguês exigia que as famílias de classe-média tivessem ao seu serviço pelo menos uma cozinheira e uma criada internas. Esta situação implicava que além dos salários do pessoal doméstico, as famílias tinham que procurar apartamentos com capacidade para os alojar, situação que acabava por pesar seriamente no orçamento familiar. Em resposta a este problema Otto Flick, um arquitecto dinamarquês, criou o conceito de *Edificio Central*. Ali, os apartamentos tipicamente burgueses não tinham cozinhas, despensas nem alojamento para os criados, sendo os prédios equipados com cozinhas, lavandarias e dormitórios partilhados. Os residentes podiam encomendar as refeições que lhes eram envia-

## HOTÉIS DE APARTAMENTO

## EDIFÍCIO CENTRAL

## GALERIAS UMBERTO I



36

das por elevadores próprios para o efeito. Mais do que qualquer princípio de comunidade ou colectividade, estes edifícios eram destinados às classes privilegiadas como forma de economizar no emprego de pessoal e na área dos apartamentos. No entanto, a maioria destes empreendimentos acabou por falir tendo os proprietários instalado cozinhas nas habitações, tornando-as apartamentos convencionais. Ainda assim, os dois exemplos anteriores mostram que nem sempre a habitação colectiva teve como génese ideais igualitários e de concretização do indivíduo através da sua participação na comunidade.

As Galerias Umberto I surgem, no ano de 1885, na sequência num projecto de saneamento de Nápoles. Este projecto pretendia evitar o alastramento de novas epidemias, depois dum surto de cólera ter devastado a cidade. O saneamento, na linha doutros projectos do mesmo género feitos neste período por toda a Europa, incluía a demolição de parte do centro da cidade e a sua reconstrução de acordo com os novos parâmetros de higiene. Além disto, as galerias pretendiam ser um monumento à modernidade, riqueza e progresso napolitanos.

Construídas à semelhança das *Passages* parisienses de meados do século XIX, a Galerias Umberto I tinham, no entanto, um projecto muito mais ambicioso. Pretendia-se construir um empreendimento de habitação e comércio que se integrasse na cidade e se tornasse emblemático. O complexo incluía lojas, restaurantes, um teatro, escritórios e habitações de luxo para a alta burguesia napolitana. As duas ruas das galerias ligam-na directamente à malha urbana, fornecendo tanto um atalho como um lugar público de permanência e encontros. Apesar dos seus contornos se confundirem com a envolvente, grandes arcos triunfais marcam as suas entradas. Abertas de dia e de noite, as galerias distinguem-se das ruas em volta pelo desenho cuidado dos espaços, pela regra uniformizadora que as domina, e pela proteção do clima e do barulho urbano. A conjugação num só empreendimento de diversos usos criou também um sistema complexo de propriedade. As galerias e cúpula pertencem à câmara, os edifícios e cave à empresa construtora, sendo os apartamentos vendidos a particulares.

Os edifícios de habitação são relativamente independentes do restante conjunto. Têm entradas particulares a partir das ruas e directamente pelas galerias. Porém o acesso aos edifícios é controlado por portões fechados. No interior, as caixas de escadas e corredores de acesso são luxuosamente decorados, evocando a temática do espetáculo. Os pátios interiores oferecem às habitações um lugar privado e calmo, retirado do rebuliço das vias públicas. Contudo, os fogos não foram pensados de acordo com a estrutura em que se inserem, não oferecendo grande privacidade, nem estando protegidos do ruído ou do excesso de temperatura. Esta condição fez com que poucos apartamentos fossem vendidos, provocando a eventual falência de todo o complexo.

Esta adaptação burguesa do Falanstério pretendia recriar a vida numa cidade em apenas quatro ruas. Na cave foram criados espaços de-

dicados ao lazer. Ruas cobertas eram pautadas de restaurantes, bares e salões de jogos. Um teatro foi desenhado no centro. Mas a proximidade da ópera ditou o falhanço do teatro e a degradação dos espaços adjacentes. As Galerias Umberto I falharam na sua pretensão de recriação duma cidade do progresso e indústria. Contudo, a sua ligação com a envolvente tornaram-nas um espaço público de excelência em Nápoles. Em vez duma ilha na cidade, as galerias são um dos seus membros, um centro dinâmico dentro da cidade.

A proposta para as Cidades-Jardim, o trabalho de vida do estenógrafo Ebenezer Howard, é já amplamente conhecida. A influência e alcance do planeamento urbano e de território estendem-se largamente na história do século XX, como o programa britânico de reconstrução no pós-guerra *New Towns*, e são ainda hoje referência e inspiração de muitos novos trabalhos. Embora as soluções urbanas e regras de higiene e proximidade sejam bem conhecidas, a componente colaborativa presente no trabalho de Howard é muitas vezes esquecido. Mais do que regras gerais de planeamento, Howard pretendia criar um engenho social que levasse a sociedade numa direcção que fosse benéfica para todos (Fishman, 2003).

*Sentimos uma certa ressonância progressista em Howard. Entranto, ele sempre subordinou a preocupação com a higiene e o progresso ao ideal de pequenas comunidades limitadas no espaço e dotadas de um espírito comunitário (Choay, 2003:220).*

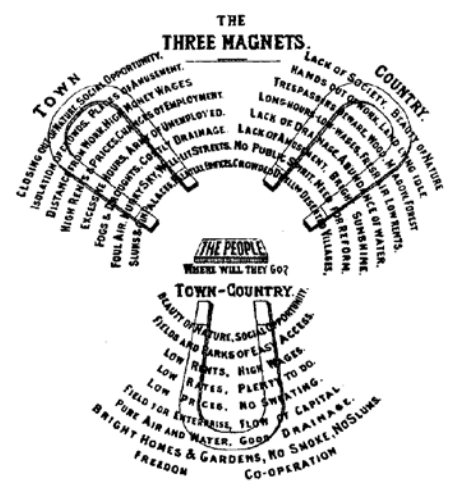
Dito isto interessa aqui salientar a preocupação de subdividir uma cidade em pequenas freguesias<sup>5</sup> de 1 000 famílias, cerca de 5 000 habitantes. Cada freguesia deveria ser como uma cidade individual, tendo por isso um centro próprio em que os habitantes pudessem encontrar-se e espaiar-se sem serem obrigados a percorrer longas distâncias a pé ou de transportes.

Parker e Unwin, ambos jovens arquitectos, eram discípulos de Morris e apoiantes de Howard. A dupla imprimiu ao plano esquemático de Howard as aspirações e estética do movimento Arts and Crafts, moldando Letchworth de forma orgânica e pragmática. A cidade pretendia esbater as desigualdades produzidas pelo capitalismo, garantir acesso a boas condições de vida aos habitantes e aplicar os ideais progresso e cooperação na cidade. Para Howard, as cidades-jardim de Letchworth e Welwyn são a prova de que não é necessária uma revolução social e de costumes para criar cidades que traduzam novas ideias.

Todavia, um dos planos mais inovadores de Unwin não foi posto em prática. O arquitecto propôs que as habitações da nova cidade fossem organizadas cooperativamente. O seu plano propunha a criação de quadrângulos, em que três dos lados alojariam habitações privadas; o quarto alojaria uma sala de refeições comum, salão recreativo e infantário. De acordo com o plano, comida e carvão seriam comprados em conjunto e as famílias poderiam ainda dividir os custos de contratar um cozinheiro e criadas. O objectivo seria que o quadrângulo proporcionasse maior harmonia de forma mais eficaz do que o parcelamento em lotes de todo

## CIDADES-JARDIM

5. Tradução livre de ward, expressão inglesa usada por Howard. Em Inglaterra o termo pode designar uma área duma cidade que eleger e é representada por um membro da assembleia municipal. (Oxford Dictionary, 2006 Quadrangles no original. (Campbell and Fainstein, 2003)



o terreno (Fishman, 2003). Apesar desta ideia não ter sido prevista no plano inicial, Ebenezer Howard apoiou-a. Em 1906 escreveu: "Acredito que chegou o tempo em que a cooperação poderá ter sucesso enquanto ideia central da vida doméstica" (Fishman, 2003:49). Não teve razão. Os planos para o quadrângulo foram postos de parte por atentado ao pudor. A cooperação à escala doméstica só teria sucesso em 1960 com o surgimento do *Cohousing*, na Dinamarca.

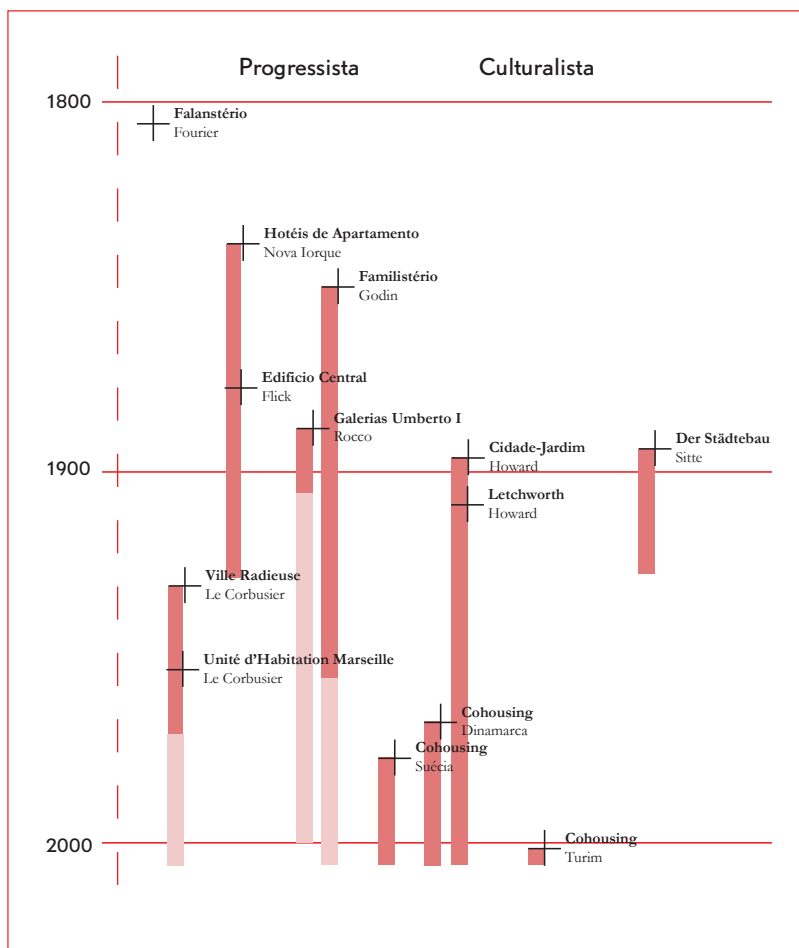
## SÍNTESE



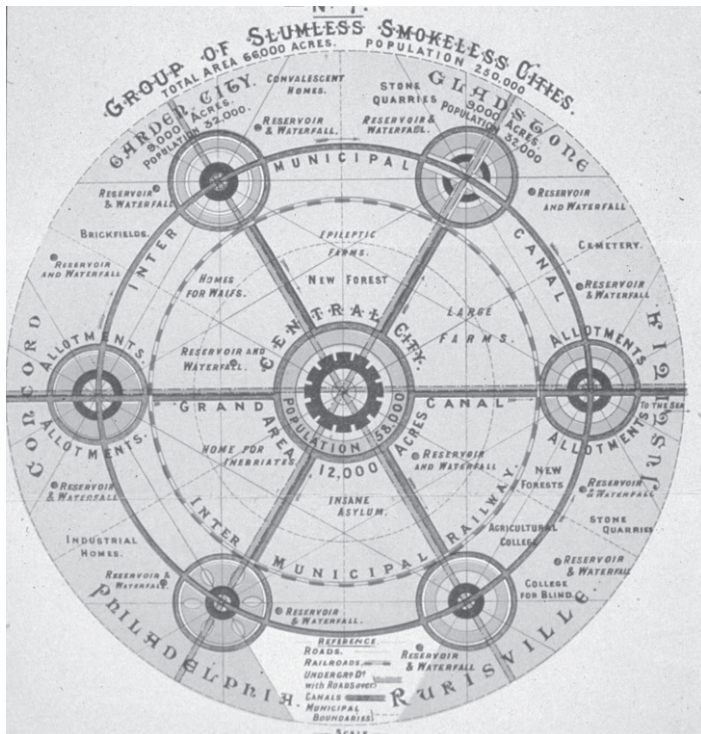
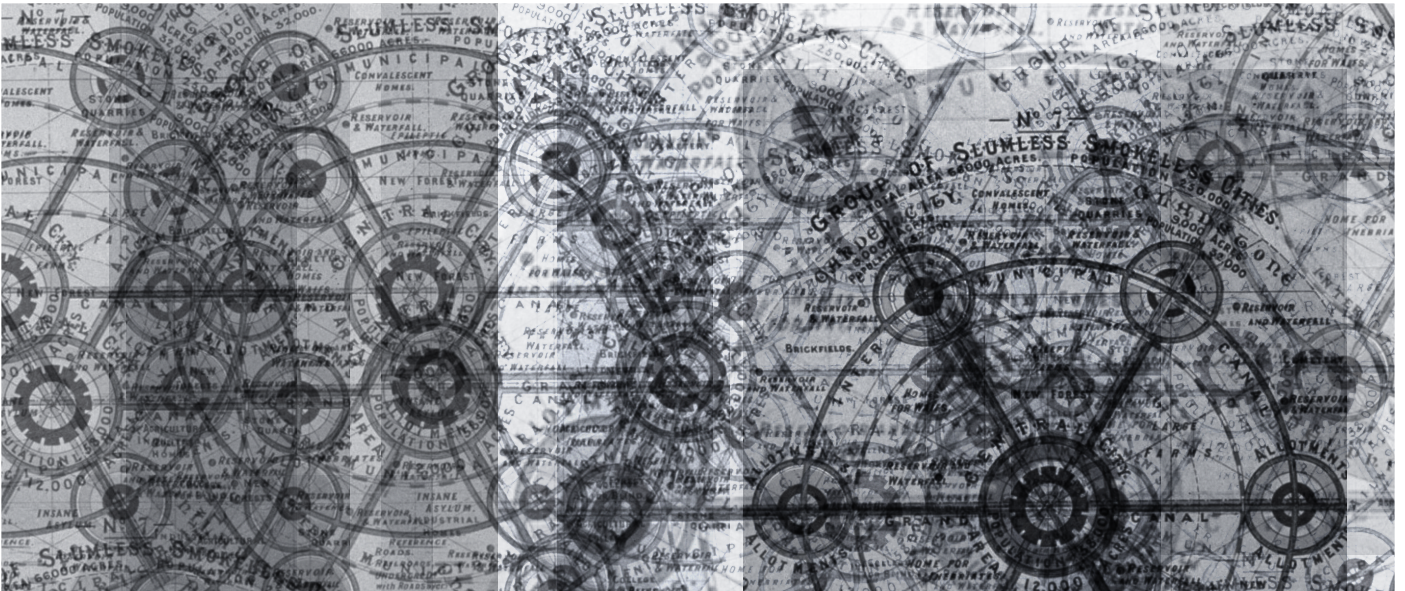
38

Em suma, verifica-se que a partilha e comunidade na habitação têm sido adaptadas de acordo com os valores e problemas de cada época. A multiplicidade de formas e organizações mostram que não existe uma única forma de abordar o tema e que o sucesso depende tanto da viabilidade económica como do interesse dos próprios habitantes. Nos exemplos aqui apresentados existe alguma predominância de soluções destinadas à classe média ou superior, a razão disto é a originalidade requerida para soluções de habitação com condições e custos limitados. Nada impede que as soluções de cooperação não possam ser implementadas a outras camadas da população. Bem pelo contrário, o Familistério e a proposta dos quadrângulos mostram o seu potencial para a melhoria da vida das classes mais desfavorecidas, embora o seu sucesso dependa de recursos exteriores aos habitantes. Ainda assim, é notório que estas iniciativas se apresentam como soluções pontuais, geralmente desenvolvidas em resposta a uma mudança de condições económicas. Estas soluções foram pertinentes no seu tempo, sendo agora exemplos úteis para a construção de novas soluções para a cidade.

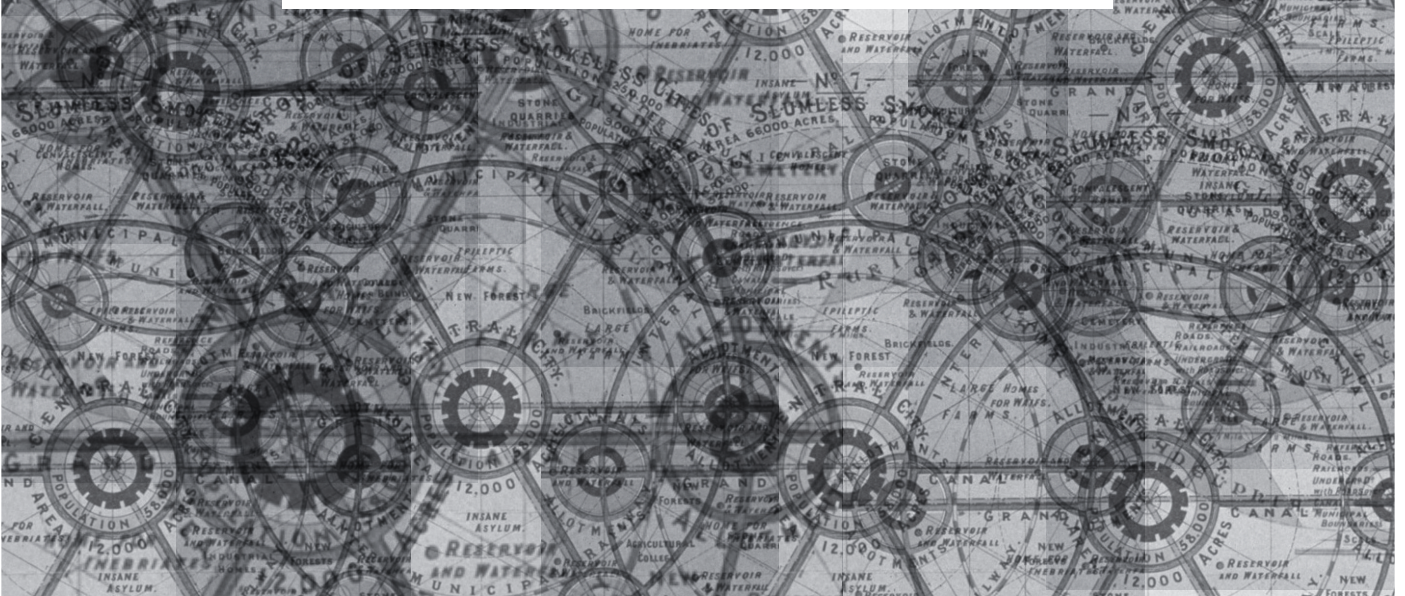
39



38. Parker e Unwin (1905). Plano de Letchworth.  
 39. Modelo Progressista e Modelo Culturalista  
 40. Ebenezer Howard (1902). Grupo de Cidades-Jard



40







## MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS

Ao longo do capítulo anterior foi possível compreender as grandes alterações sociais que têm tomado lugar nos últimos anos. Além disso, viu-se que estas alterações têm impacto sobre diversas áreas, nomeadamente a habitação, o trabalho e até a governação.

Neste capítulo será analisada a forma como os movimentos comunitários têm lidado com cada um desses aspectos. Mais precisamente, serão apresentados os movimentos *Cohousing*, *Coworking* e *Codesigning*. Espera-se compreender o contexto específico que gerou cada um destes movimentos e o modo como eles têm sido disseminados a nível global. Através da apresentação das suas características principais e das suas diferentes aplicações conduz-se um estudo sobre a permeabilidade dos conceitos a diferentes contextos e a sua potencialidade enquanto perspectiva futura. Finalmente, espera-se enunciar as premissas fundamentais para o desenvolvimento futuro de qualquer iniciativa deste género.

§

№ 3

/a

||

# **Cohousing**

**=**

**Habitar em Comunidade**

A comunidade tem um papel preponderante no *Cohousing*. Desde o seu primeiro ensaio, em 1972, até à actualidade, o *Cohousing* tem vindo a ganhar adeptos e a tornar-se num movimento da habitação à escala global. Apesar de habitar em comunidades não ser inovador, o desafio que o *Cohousing* coloca está em recuperar esse modo de habitar na actualidade (Lietart, 2010). Os seus adeptos enunciam a comunidade como garantia de afinidade e segurança, uma situação que não é fácil de encontrar noutros modelos de habitação. Mas para que a concretização da comunidade seja possível é necessária a confiança nos outros. Belk (2006) afirma que o *Cohousing* é tipicamente formado por um grupo de pessoas empenhadas em viver em comunidade. O empenho resulta em comunidades activas, num processo participativo durante a fase de projecto e construção, bem como na gestão permanente dos complexos *Cohousing*.

Actualmente, proliferam os estudos sobre a criação de comunidades, os diversos processos de desenvolvimento do projecto, as questões legais e benefícios financeiros. Neste capítulo avaliar-se-ão algumas características gerais do *Cohousing* através de alguns exemplos. Interessa descobrir o impacto dum complexo deste género num tecido urbano consolidado, o seu potencial e as implicações da sua aplicação. Essencialmente pretende-se compreender se esta é uma aposta válida para construção dum futuro pertinente.

#### DEFINIÇÃO DE COHOUSING

Vestbro (2014), um sociólogo sueco, define o *Cohousing* como alojamento com espaços comuns e partilha de serviços. Mas Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005), vão mais longe e apresentam os complexos *Cohousing* como um modo de corrigir a competição e isolamento que caracterizam a sociedade contemporânea. Dum modo mais abrangente, pode definir-se o *Cohousing* como a comunidade resultante do conjunto de habitações privadas e dos espaços comuns. No seu livro, Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) enunciam algumas características comuns a todas as unidades *Cohousing*.

*Promoção da Interação:* o desenho arquitectónico dos complexos provoca os encontros ocasionais entre habitantes. Promovem a interação utilizando dispositivos como vias pedonais e áreas comuns centrais.

*Habitação privada e equipamentos comuns:* no *Cohousing* cada agregado familiar mantém a sua habitação individual e autossuficiente. No entanto existem equipamentos complementares aos quais todos os residentes têm acesso. Estes equipamentos são projectados para terem uso quotidiano para a comunidade e não apenas esporádico.

*Processo participativo:* inclui os futuros residentes nas decisões sobre o complexo. O processo ajuda a formar o espírito de cooperação no grupo, enquanto garante a adequação do desenho dos espaços às necessidades dos habitantes.

*Gestão pelos residentes:* embora existam bastantes excepções modo geral estes empreendimentos são geridos pelos próprios residentes, organizados em associações ou assembleias. Isto permite que a comunidade tenha total controlo sobre si mesma e o seu espaço.

Uma questão pertinente na formação duma unidade *Cohousing* é o número de fogos que a comunidade poderá ter. Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) situam o tamanho ideal dum empreendimento *Cohousing* entre os 12 e 36 fogos. Se o número de fogos for menor, a comunidade pode tornar-se excessivamente íntima e fechada, gerando tensões que podem provocar o rompimento. Ademais, um grupo reduzido tem limitações orçamentais iniciais que podem comprometer o arranque do projecto. Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) defendem que comunidades entre 6 a 12 fogos tendem a funcionar melhor num contexto urbano, pois há menos dependência das relações pessoais dentro da comunidade e há maior possibilidade de participação de não-residentes nas actividades comunitárias. A participação de elementos exteriores vem atenuar o excesso de intimismo que o tamanho reduzido do grupo pode ter. Porém, nada impede a abertura dum grupo maior ao exterior, pelo contrário as acções de um grupo de maiores dimensões terão maior impacto numa cidade do que as dum grupo mais pequeno. Já nas comunidades com mais de 36 fogos é virtualmente impossível conhecer todos os membros. Consequentemente, não se forma o espírito de grupo necessário à colaboração e confiança e perde-se a segurança que é característica destes empreendimentos.

Como se viu na primeira parte, as redes sociais têm um papel importante na aproximação dos indivíduos. O *Cohousing* insere-se no movimento *Open Source*. É fácil utilizar um motor de busca para aceder a informação sobre o tema. As redes sociais permitem contactar comunidades já existentes, formar grupos de debate e espalhar o conceito pelo globo. Apesar da sua origem na Dinamarca, o conceito alastrou-se rapidamente para a Holanda – a primeira unidade construída em 1977 – e Suécia – onde existia uma tradição de habitação colectiva – e a outros países germânicos. Desde o início deste século, o conceito chegou aos países anglo-saxónicos – desde o Reino-Unido à Nova Zelândia – onde tem já forte presença – aos países francófonos, à Espanha e Itália e até ao Japão.

Apesar da difusão global, o *Cohousing* mantém-se como uma pequena fracção do universo da habitação. Na Suécia compõe apenas 0,05% do mercado imobiliário e na Dinamarca, país onde é mais comum, apenas 1%. Isto deve-se ao facto do público interessado em *Cohousing* ser muito restrito. Judt (2012) define uma comunidade de confiança como aquela em que os seus membros partilham as mesmas características, tais como a língua, religião, etnia ou até os rendimentos. As pessoas confiam



mais facilmente em quem se identificam, por isso quanto mais homogénea é uma comunidade, ou sociedade, maior é a confiança entre os seus membros. Esta poderá ser uma das razões para o sucesso do *Cohousing* nos países nórdicos, uma vez que a sociedade aí é muito mais homogénea que em países mais abertos. Lietaert (2010) salienta o sucesso do fenómeno nos países com economias vincadamente neo-liberais.



2

Bauman (2003) diz que o individualismo moderno está intrinsecamente ligado ao consumo, isto porque que a individualidade não se identifica com nenhum simbolismo de grupo. Desde modo, a busca consciente pela comunidade parece desfasada do mundo actual. Contudo, a consciência do vazio do consumo massificado pode conduzir alguns indivíduos a procurar alternativas. É na oposição à realização material que reside o interesse do *Cohousing*. O conceito identifica-se com valores mais interessantes que o da simples posse. Numa comunidade Cohousing a partilha é um elemento chave, nalguns grupos chegam-se a partilhar roupas de criança e automóveis. Os habitantes colocam o tempo passado com a sua família sobre a quantidade de bens que podem adquirir. Vêm a cooperação com outros indivíduos como uma forma de emancipação duma vida dedicada ao trabalho e na vida em comunidade um valor maior que o da realização individual. É por isso que, os interessados em comunidades são geralmente considerados pós-materialistas.

Na Suécia um estudo levado a cabo no ano de 1987 mostrou o perfil da maioria da população a viver em unidades *Cohousing*. A maioria destas pessoas tinha nascido na década de 40, tinha uma educação superior à média e trabalhava no sector público. Estavam ligados a grupos politicamente activos e tinham extensas redes de contactos sociais. Preferiram este modo de vida, não por representar os valores da classe-média a que pertenciam, mas para experimentar os seus ideais de integração política.

Actualmente, outras questões podem conduzir à coabitação. A volatilidade e ritmo da sociedade contemporânea causam nos indivíduos a sensação de instabilidade. O espectro familiar, por exemplo, é hoje mais extenso e complexo que aquele de há meio século, é também menos estável e uniforme. Esta realidade tem vindo a alterar a forma como a população interage e se vê a si mesma (Bauman, 2003). O recuo dos Estados na vida dos cidadãos, através da diminuição dos serviços sociais converge para a necessidade de encontrar outras soluções. É apenas natural que os alojamentos sigam estas mudanças. Assim, o alojamento contemporâneo deve encontrar soluções para o isolamento, falta de estrutura familiar e instabilidade dos indivíduos. Os *cohousers* – habitantes dum complexo *Cohousing* – são indivíduos que desejam recuperar o apoio social e qualidade de vida que os Estados Neoliberais parecem ser incapazes de assegurar.

A própria sensação de insegurança é um factor preponderante desta equação. A constante pressão dos Outros na vida urbana leva os pais a não deixar os filhos brincar nas ruas da sua cidade. Em vez de esperar

que o Estado possa garantir a segurança, os indivíduos buscam formas de garanti-la. Em vez da videovigilância o *Cohousing* apresenta uma solução de segurança através do olhar vigilante da comunidade.

Para que o *Cohousing* resulte os laços dentro da comunidade têm que ser reforçados. A Confiança entre elementos é um catalisador dos contactos sociais. Alexander et. al. (1977) atestam a importância dos jantares semanais, e outras actividades de grupo, para a integração dum grupo. Eles comparam essas actividades aos rituais sagrados que têm a refeição como centro, tais como o Natal ou a missa, uma vez que o alcance desses rituais vai além da tradição religiosa que lhes deu origem e servem como verdadeiros eventos sociais. As actividades comuns no *Cohousing* são, portanto, réplicas dos rituais intrínsecos à concórdia duma comunidade. A importância das relações fortes entre residentes não pode ser exagerada! As relações de responsabilidade próximas, como tomar conta das crianças do vizinho, fomentam o instinto de conservação do seu grupo. Além de construir um ambiente seguro e estável para a formação das crianças e o apoio a idosos, este sentimento de responsabilidade para com um grupo parece incentivar a participação activa dos indivíduos na sociedade. A abertura das comunidades *Cohousing* para o bairro em que se inserem, é ilustrativo da sua utilidade social.

Assim, os interessados em *Cohousing* são maioritariamente pessoas que sonham com um ideal de vida integrado numa comunidade, como seria o dum bairro tradicional. Que estão disponíveis à entreaajuda e a conhecer os vizinhos. Estas pessoas têm formação, maioritariamente com cursos superiores e profissões liberais, e gostam de cultivar os seus interesses. Estão preocupadas com a sua qualidade de vida além das questões económicas, e compreendem a importância da sociedade na vida de cada indivíduo. Interessa-lhes mais o tempo passado com a família e os amigos, actividades culturais e recreativas e contactos, do que o consumismo padrão.

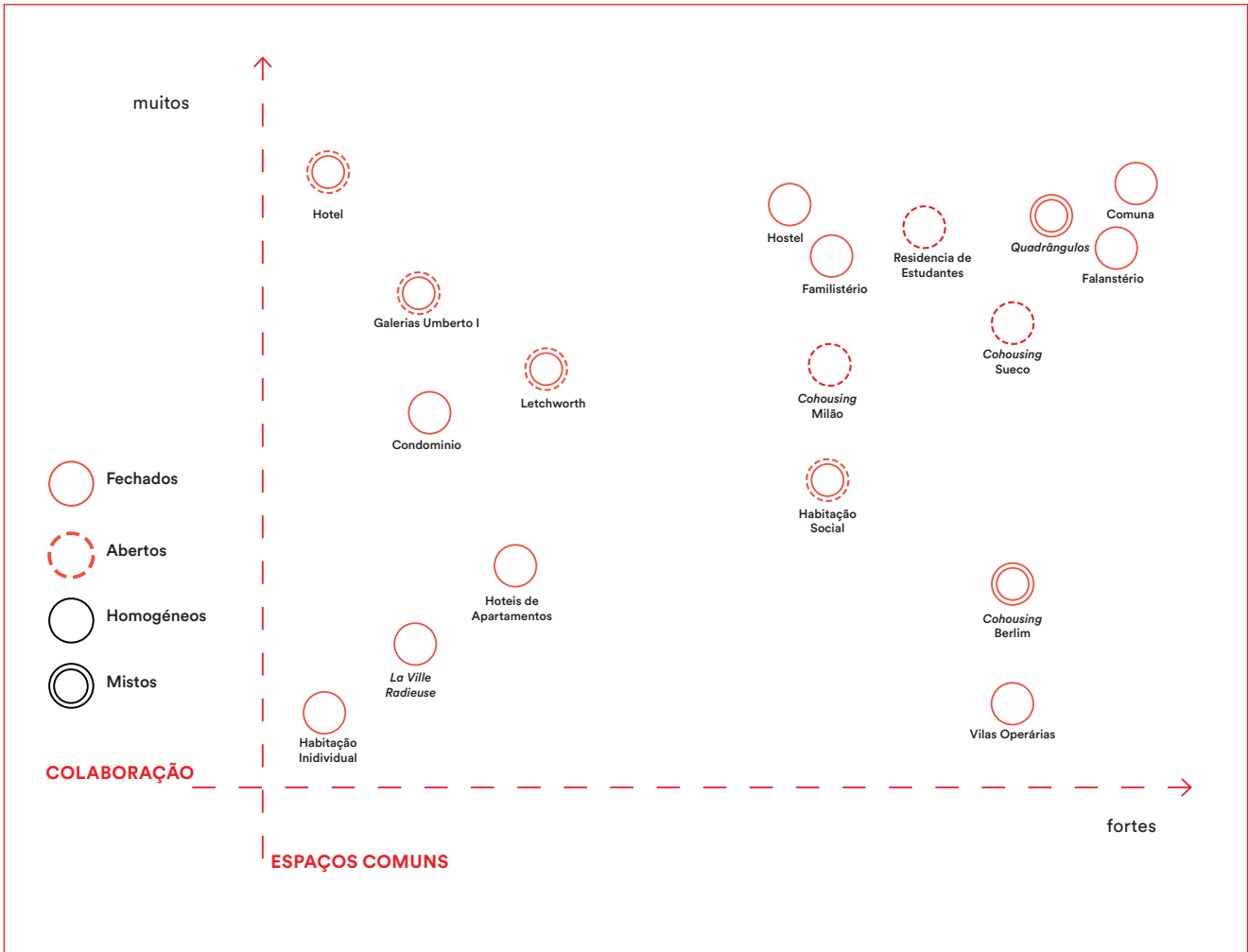
Contudo, a inclusão numa comunidade pode tornar-se uma experiência castradora. A presença de áreas privadas é indispensável para que os residentes não prescindam de privacidade e autonomia. O modelo *Cohousing* vive do difícil equilíbrio entre a vida em comunidade, ou pública, e a vida privada de cada família ou indivíduo. Este equilíbrio pode ser alcançado e gerido de múltiplas formas. Alguns autores enunciam as vantagens disto seja feito pela colaboração entre residentes e outros da promoção da iniciativa por organizações exteriores. Em todo o caso a participação dos residentes durante o desenvolvimento do projecto, processo de arquitectura participada, é uma constante dos projectos *Cohousing*.

Do mesmo modo, existe mais do que uma abordagem à vida em comunidade. Vestbro e Horelli (2011) distinguem: a habitação colaborativa, focada essencialmente na colaboração entre os residentes para a execução de tarefas, diárias ou outras; da habitação comunal que é desenhada com o intuito de criar comunidades; e das comunas, em que o



3

**COHOUSING E OUTROS  
TIPOS DE HABITAÇÃO**



4



5

4. Quadro Colaboração-Espaços Comuns.  
 5. Sættedammen (1972), Dinamerca.

espaço privado é aniquilado em favor da vida comunitária. O primeiro baseia-se na relação de camaradagem, descrita por Tönnies, para criar o espírito de cooperação; o segundo é instigado pela simples vizinhança e o terceiro pela total afinidade<sup>1</sup>. Mas os autores vão mais longe e caracterizam a habitação colectiva pela organização colectiva de serviços comuns como as refeições ou trabalho doméstico. A habitação cooperativa refere-se mais à posse conjunta do alojamento, sem haver necessariamente espaços comuns ou a criação duma comunidade.

No quadro apresentado estão dispostas diversas tipologias de habitação de acordo com a colaboração entre residentes e a quantidade de espaços comuns. Naturalmente, a habitação unifamiliar encontra-se no extremo onde não existe nenhuma colaboração com os vizinhos nem qualquer tipo de espaço comum, o extremo oposto das comunas. É também possível observar se as tipologias são fechadas, abertas, mistas. O *Cohousing* aparece como um grupo misto fechado, em que a colaboração entre habitantes é mais forte do que a quantidade de espaços comuns. De facto, este modelo concilia a vizinhança com camaradagem, já que os habitantes são geralmente expostos a actividades comuns, como oficinas, que reforçam a concórdia do grupo.

À semelhança dos outros modelos comunitários apresentados anteriormente, o *Cohousing* resulta das alterações do contexto social. A emancipação feminina da década de 60 teve como consequência a introdução da população feminina no mercado de trabalho. Isto significou que a estrutura tradicional de família, em que o pai sai para trabalhar e a mãe fica em casa, foi substituída por um modelo em que ambos os progenitores trabalham fora de casa. É neste contexto que, em 1972 na Dinamarca, surge o primeiro complexo *Cohousing* – a unidade de Sættedammen. Um grupo de trinta e cinco dinamarqueses, preocupados com o equilíbrio entre as suas vidas profissionais e o apoio aos seus filhos, inspirou-se num artigo de Bodil Graae<sup>2</sup> e decidiu formar aquela que se tonou a primeira unidade de *Cohousing*. O seu objectivo principal era garantir que as suas crianças não seriam prejudicadas pelos horários de trabalho e que teriam um espaço exterior seguro para brincarem, evitando assim o isolamento dos apartamentos de cidade. O *Cohousing* foi, numa primeira abordagem, uma solução para a manutenção da qualidade de vida da classe-média, à semelhança dos Hotéis de Apartamentos nova-iorquinos.

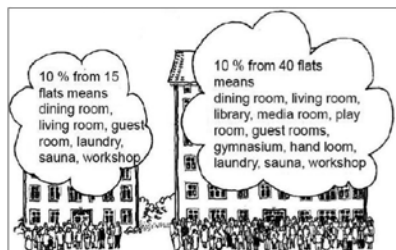
A partilha da guarda das crianças entre os casais levou à realização de actividades conjuntas, gerando e fortalecendo laços de confiança entre eles. Como se viu, estas actividades são tão simples quanto um jantar semanal, em que participam todos os residentes, mas têm muita importância para a confiança entre os residentes. O tipo de actividades feito num complexo *Cohousing* influencia tanto a comunidade resultante como é um resultado dos espaços disponíveis. Assim, nenhum complexo *Cohousing* está completo sem espaços comuns acessíveis por toda a comunidade. A quantidade e variedade destes espaços é um resultado directo do tamanho da comunidade – e dos seus recursos – e dos desejos por ela mani-

1. Ver o capítulo 2a Comunidade vs. Sociedade.

## HISTÓRIA DO COHOUSING

2. Graae, Bodil. "Børn skal have Hundrede Forældre", "Politiken" [Copenhagen], April 1967.

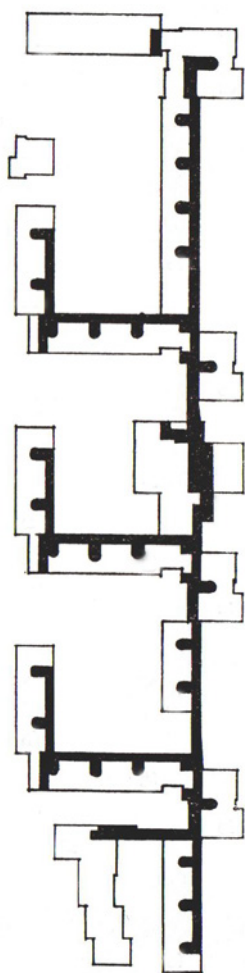
festados durante a fase de concepção. É de notar que a proporção entre espaços privados e comuns tem evoluído de acordo com a constatação das potencialidades destes últimos. Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) distinguem quatro gerações de *Cohousing* baseando-se nessa proporção.



6

*Primeira Geração:* Uma vez que o empreendimento era uma experiência e os seus fundadores não tinham garantias de sucesso, não existe diferença entre os fogos da comunidade e o padrão da época. Pretendia-se proteger a privacidade de cada agregado familiar mas também permitir a venda daquelas habitações, em caso da iniciativa fracassar. Também como previdência, a área comum consistia numa casa semelhante aos fogos unifamiliares, que tinham cerca de 140m<sup>2</sup>. A comunidade de Skåplanner, uma das primeiras na Dinamarca e no mundo, foi construída ainda com estas precauções, embora se mantenha há mais de quarenta anos!

*Segunda Geração:* Depois de provado o sucesso e necessidade dos espaços comuns, as proporções foram ajustadas. Os autores situam os fogos desta geração numa média de 90m<sup>2</sup> e os espaços comuns em 450m<sup>2</sup> – uma proporção de 1 para 5! O reconhecimento dado à comunidade gerou também a abolição do carro individual no complexo em prol de percursos pedonais, mais propensos à interacção. Trudslund, na Dinamarca, e Winslow *Cohousing*, nos Estados Unidos da América, são exemplos desta geração.



7

*Terceira Geração:* A tendência da segunda geração é levada ao limite. Os fogos, de 75m<sup>2</sup>, albergam apenas o indispensável para a vida privada. Todo o convívio, refeições ou mesmo recepção de convidados é feita nas áreas comuns, que consequentemente ocupam maior área, tornando-se mais diversas e direccionadas. Estas áreas são condensadas numa zona central cujo acesso pedonal aos fogos é geralmente coberto, para garantir o conforto ao longo do ano. A unidade Prästgårdshagen, na Suécia, ilustra bem a presença desta multiplicidade de espaços e da sua incontornabilidade nos percursos do complexo.

*Quarta Geração:* aquilo que distingue os complexos mais recentes dos anteriores não é tanto uma questão de organização interna, mas sim de abertura para o exterior. São acrescentadas lojas e equipamentos públicos, aumentando a escala dos complexos, chegando aos quarenta e oito fogos. A própria dinâmica se altera, o *Cohousing* deixou de ser uma ilha isolada para se inserir num sistema urbano mais complexo. Muitas das actividades dos complexos de *Cohousing* podem ser abertas para uma comunidade mais alargada e participar mais activamente no território. As *Ecovillages*, como a de Ithaca no Estado de Nova Iorque, têm essa preocupação bem presente, já que a sua acção não se cinge aos limites do complexo.

É importante referir que o modelo de *Cohousing* ao qual se referem os Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) é sobretudo o dinamarquês e americano. Nestes países as unidades *Cohousing* são, por norma, afastadas do centro das cidades adquirindo características campestres de conjuntos unifamiliares. Na Suécia, país onde a habitação comunal e em

colaboração têm um longa tradição, a maioria das unidades *Cohousing* estão inseridas em subúrbios de alguma densidade, ficando com um carácter mais urbano. Dado que o interesse deste trabalho reside na relação que este modo de habitar pode ter com a cidade, esta característica sueca, a par com a boa documentação sobre o tema, empresta interesse à sua história. Os paralelos com as gerações anteriormente descritas são visíveis, no entanto a passagem por estes exemplos permite enquadrar o *Cohousing* num contexto mais vasto do que a simples vida em comunidade.

O Hotel para Famílias de Hässelby, um edifício da década de 50, é um caso muito interessante numa mudança intrínseca na forma de habitar. O Hotel tratava-se dum enorme complexo com 328 apartamentos, com múltiplos espaços de convívio substituindo os simples corredores, diversos restaurantes e cozinhas, um bar, um salão de festas, sauna, ginásio, capela, jardim-de-infância, lavandaria e o atendimento zeloso dos empregados. Embora se assemelhasse a um Condomínio Fechado, o complexo era gerido como um grande hotel de luxo, dirigido essencialmente a famílias ricas. Na viragem de 60 para 70 mudaram-se para Hässelby alguns jovens casais que tinham participado nas revoluções feministas e alternativas do final da década de 60. Estes casais em início de vida não tinham uma situação económica precária, pelo que o aumento das rendas e das refeições não foi suficiente para os expulsar. Pelo contrário, apenas gerou contestação por parte dos residentes. Quando a empresa gestora encerrou o restaurante e diminuiu o pessoal doméstico por dificuldades económicas, os residentes começaram a dividir tarefas e a preparar refeições em conjunto. A execução destas tarefas e o bom desenho do espaço que proporcionava encontros espontâneos e frequentes, acabaram por desenvolver amizades e consequentemente o sentido comunidade que está associado ao *Cohousing* contemporâneo.

Simultaneamente, surge um grupo feminista intitulado BiG – *Bo i Gemenskap* – literalmente Viver em Comunidade. Apesar de ser feminista, este grupo via o trabalho doméstico como parte importante da cultura feminina e como uma contribuição útil à sociedade. Criticavam o modelo tradicional pois este implicava o confinamento e isolamento das mulheres à casa onde viviam. Por serem progressistas, propunham que as tarefas domésticas como cozinhar, limpar ou cuidar dos filhos fossem feitas em grupo, já que isso era mais agradável, poupava tempo e racionalizava esforços. Este movimento tornou-se muito popular e rapidamente teve oportunidade de colocar as suas ideias em prática. Foram construídos alguns edifícios com áreas de apoio previstas para utilização comum. Para não aumentar os custos, do fogo prescindia de 10% da sua área em prol de maiores equipamentos comunitários, como cozinhas e creches.

O sucesso destes empreendimentos foi tal que o próprio Estado o tornou institucional num projecto chamado Novo Quotidiano. Os motores deste projecto foram precisamente a atenção especial de que necessitavam as crianças e as mães trabalhadoras e que o Estado por si não conseguia gerir. Assim, criaram-se as infraestruturas necessárias para

proteger a mulher trabalhadora que tivesse filhos, de modo a que esta não tivesse que optar entre a maternidade e uma carreira. Dum ponto de vista prático, o projecto via a cidade como um caleidoscópio social em que várias unidades autogovernadas seriam responsáveis pelos recursos necessários ao seu dia-a-dia, ficando o Estado encarregue uma coordenação e supervisão e activas, garantindo a equidade das diferentes células. O nível intermédio da gestão local, situado entre as comunidades locais e o Estado, tornou possível a criação de serviços e equipamentos de apoio social e mesmo material, que mais tarde se tornaram a infraestrutura do dia-a-dia de todos os habitantes.

O entusiasmo por esta nova dimensão trouxe a construção de quarteirões comunitários inspirados na Unidade de Vizinhança de Clarence Arthur Perry (1929) e nos centros de bairro das Cidades-Jardim. Estas unidades ofereciam todos os equipamentos e serviços necessários à vida da comunidade, favorecendo sempre os percursos pedonais que estimulavam o contacto entre vizinhos. Várias destas unidades foram construídas, albergando entre 3 200 e 15 000 habitantes. Esta dimensão significou que, para chegar ao centro de serviços os habitantes tinham que percorrer grandes distâncias e que os interesses comerciais dos negociantes se sobrepujaram à entreatada inicialmente pensada. O exemplo de Brickebacken, em Örebro na Suécia, provou que apesar dos equipamentos funcionarem bem, o centro da unidade não funcionou como praça de reunião. Assim, esta abordagem mostrou-se inviável como habitação em comunidade, talvez pela excessiva escala e abertura.

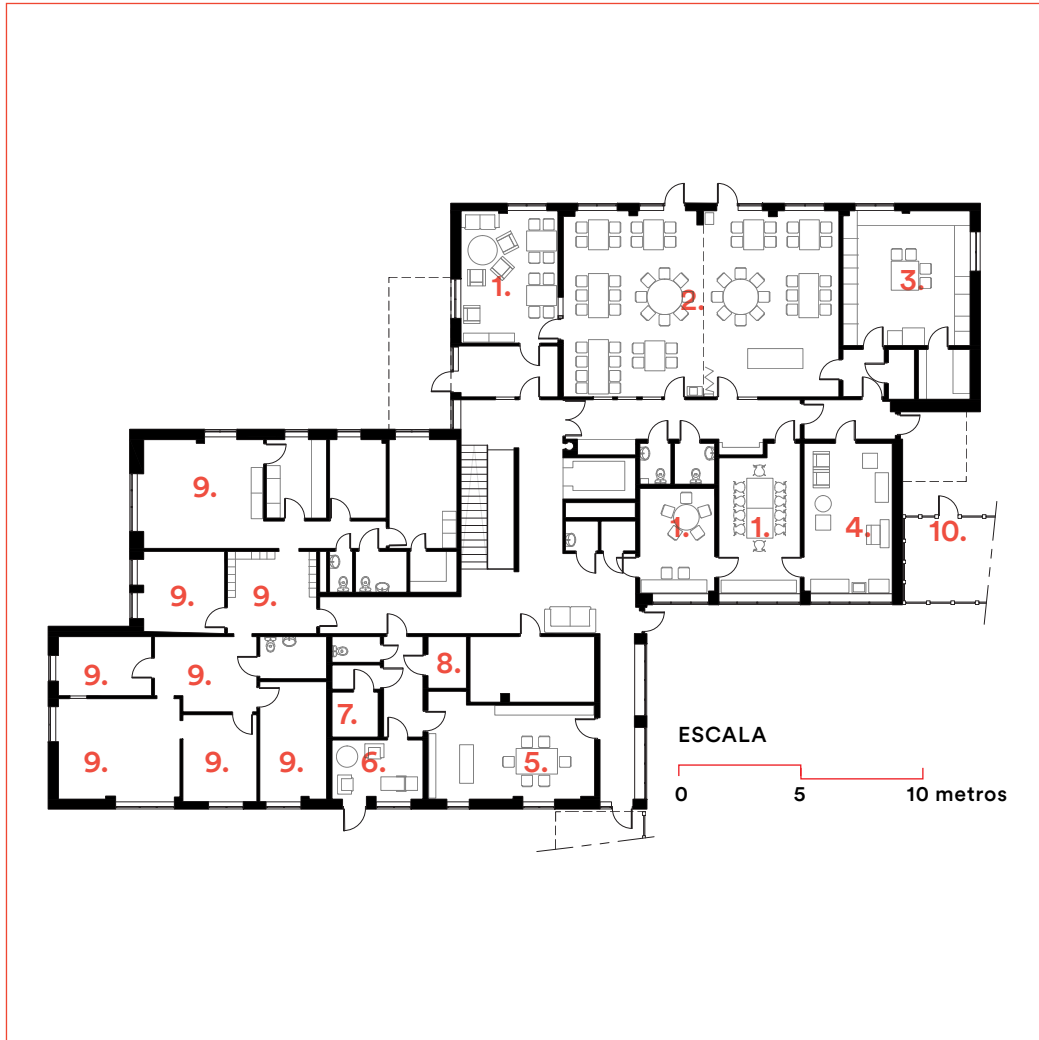
Contemporâneo aos exemplos anteriores foi a casa comunitária de Sollentuna, em Estocolmo. Estes edifícios, influenciados pelos Robin Hood Gardens em Londres, ligavam os 1 246 fogos por galerias pautadas com diferentes serviços e equipamentos. Todavia a entrada para as galerias não era regulada conferindo um carácter público a todos os equipamentos comunais. Ademais, os habitantes provinham de famílias com contextos sociais problemáticos e foram ali despejadas sem qualquer cuidado na criação dos laços de confiança indispensáveis a uma comunidade. Sem qualquer organismo que promovesse a comunicação e actividades conjuntas, foi impossível aos 4 000 habitantes conhecerem-se e desenvolverem um sentimento comunitário. A escala do empreendimento revelou-se um impedimento para o seu sucesso.

#### STACKEN E PRÄSTGÅRDSHAGEN

Em 1979, dá-se um momento interessante de cooperação entre arquitectos, habitantes e município na aplicação do conceito do *Cohousing* moderno. O bairro de Bergsjön, em Gothenburg na Suécia, era considerado uma zona problemática com muitos fogos vazios ou em constante mudança de residentes. Vendo aí uma oportunidade, o Professor Lars Ågren propôs ao município, proprietário dos imóveis, a transformação dos apartamentos vagos numa unidade de *Cohousing*. Depois da aceitação da proposta, o Professor publicitou o empreendimento nos jornais obtendo uma boa adesão por parte das camadas jovens que tinham estado envolvidas nos movimentos revolucionários estudantis. Rapidamente







10. Prästgårdshagen (1983). Planta do Piso Térreo. Legenda: 1- Espaços de Convívio; 2- Sala de Refeições; 3- Cozinha Comum; 4- Lavandaria; 5- Atelier de Cerâmica; 6- Espaço de Estar; 7- Sauna; 8- Laboratório de Fotografia; 9- Creche; 10- Arrumos.

foi criada uma associação, a *Stacken*, para a reabilitação e gestão dos edifícios, mantendo-se estes ainda propriedade do município. Tirando partido da experiência de Hässelby a associação importou o modelo de colaboração que aí se criara, enquanto replicava a organização dos espaços.

O sucesso deste empreendimento foi grande, em pouco tempo 18 unidades similares foram construídas em Estocolmo. Porém, nem todos os habitantes se identificavam com os ideais de colaboração e partilha daqueles de Stacken. Na verdade a maioria dos aderentes ao movimento viam neste tipo de habitação uma solução prática e agradável para as suas vidas. É interessante notar que embora os imóveis pertencessem às autoridades locais estes novos empreendimentos, funcionavam através duma associação de residentes que participava directamente na construção dos espaços.

Seguindo este modelo, em que os complexos eram promovidos pelo Estado mas mantidos pelos residentes, Prästgårdshagen é um exemplo do desenho voltado para os espaços comuns. A área de casa fogo foi reduzida em 10% para permitir áreas comuns mais generosas sem aumento dos custos. Esta medida foi eficaz, o edifício estava equipado com uma cozinha e salão de jantar e de festas comunitários, uma área reservada às crianças, sauna e diversas áreas vocacionadas para a o lazer (laboratórios de fotografia, olaria, etc.), e uma sala polivalente por andar que poderia ser usada como local de reuniões informais. Além disto alojava um jardim-de-infância público gerido pelo município. Sendo um prédio, ambas as entradas do piso térreo obrigam os residentes a passar pelos espaços comuns, antes de chegar às suas residências individuais, proporcionando maiores possibilidades de interação. Aos residentes era pedido em contrato para executar algumas tarefas. A tarefa mais habitual era a de cozinhar uma vez por semana para os restantes membros, a lavagem das escadas e áreas comuns era também necessária. Em troca as rendas são mais baixas e a associação de residentes recebe dinheiro para investir nos espaços. Os novos residentes podiam candidatar-se através do município, mas os antigos habitantes tinham autorização para recusar elementos que não participassem nas equipas de cozinha, já que esta era uma actividade fulcral da comunidade. Este sistema combinava equipamentos públicos da câmara com uma população estável que garantia o seu normal funcionamento e mais-valia.



11

#### ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No final da década de 80, Durrett e McCamant (1988) publicaram nos Estados Unidos da América um livro sobre o seu estudo das unidades *Cohousing* dinamarquesas. O livro teve um sucesso estrondoso, tendo-se iniciado com ele o movimento *Cohousing* americano. O sucesso do movimento está relacionado com a necessidade que muitos indivíduos americanos têm em pertencer a uma comunidade que os apoie e com a qual se possam identificar. Em segundo lugar, a permeabilidade da legislação americana face a empreendimentos privados permitiu que se formassem um pouco por todo o país. Finalmente, a imunidade das unidades *Cohousing* ao *subprime* fez com que a população encarasse este modelo como uma solução sólida para os problemas de habitação.

Devido à organização específica das cidades americanas, a maioria das unidades *Cohousing* americanas foi construída nos subúrbios das grandes cidades. São geralmente constituídas por habitações unifamiliares de pequenas dimensões dispostas em torno dum jardim comum, e duma casa-comum central. As preocupações ambientais, crescentes entre a classe-média americana, faz com que muitas destas unidades se confundam com Eco Villages.

O Reino Unido, dos países anglo-saxónicos, é aquele que apresenta um crescimento *Cohousing* mais lento. Este factor deve-se sobretudo à legislação pouco aberta a solução de copropriedade. Ainda assim, Inglaterra tem registado um interesse numa nova forma de *Cohousing*, direccionada para idosos. Na Holanda há já cerca de duzentas unidades de *Cohousing* para idosos. Estas unidades são geralmente desenvolvidas por empresas privadas e contam com o apoio do Estado por se revelaram uma boa forma de reduzir os custos com a assistência social e saúde desta faixa etária. O êxito destes empreendimentos relaciona-se com o crescente isolamento dos idosos, a dificuldade que as famílias têm em apoiá-los, o aumento da esperança média de vida e a relativa autonomia que estes empreendimentos oferecem aos indivíduos.

Muito recentemente, o *Cohousing* chegou aos países latinos. Em França o fenómeno – denominado *Cohabitat* – tem registado uma adesão fulgurante. Desde o início desta década vários projectos têm sido aprovados maioritariamente nas províncias do Sul. Na Região de Lyon e Aix-en-Provence existem várias iniciativas privadas que misturam *Cohousing* urbano com *Eco Villages*. Em Toulouse o projecto AERA tem implementado o *Cohousing* como solução para habitação social, desenvolvendo também a participação e cidadania. Mesmo em Paris, estão previstos complexos deste tipo como forma de embaratecer a habitação na cidade.

Em Itália, desde 2006 que o *Cohousing* tem sido abordado de dois modos distintos: mediado por agências especializadas, compostas por arquitectos, advogados, psicólogos, etc.; e através da iniciativa individual sem qualquer apoio das entidades. Uma pesquisa feita em Milão, em 2006, mostrou que mais 50% da população estava interessada em *Cohousing*, sendo que 20% declarou o desejo de participar num complexo do género. A associação Coabitare, em Turim, promove a integração de unidades *Cohousing* na cidade. O *Numero Zero* é o primeiro projecto da associação. Trata-se da reabilitação dum antigo palácio degradado no centro de Turim, a compra e gestão do imóvel é feita através duma cooperativa com o mesmo nome. Serão construídos oito apartamentos familiares e os espaços comuns serão de acesso público, embora mantidos pelos habitantes da cooperativa. Os objectivos do projecto são: a construção de habitação onde espaços privados coexistam com áreas públicas; a racionalização de custos através da cooperação e partilha dos recursos, resultando também e benefícios ambientais; implementar o sentido de responsabilidade e cidadania nos seus habitantes e naqueles que possam beneficiar dos espaços, e servir de referência para mais experiências do

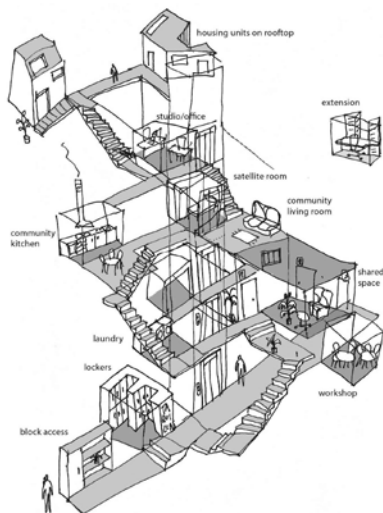
## REINO UNIDO

## FRANÇA

## ITÁLIA



## ESPAÑA



13

ARQUITECTURA  
COHOUSING: MODELO  
DINAMARQUÊS

3.Clustering, no original

género. Essencialmente, o *Numero Zero* pretende recuperar áreas degradadas do centro de Turim, implementando comunidades que possam zelar pela manutenção dos espaços e promover actividades que beneficiem os habitantes do bairro.

Também em Espanha o *Cohousing* está a ser aplicado. A cidade de Alfafar, nos arredores de Valência, foi construída nos anos 60 para alojar os trabalhadores da indústria madeireira ali existente. A crise de 2008 faliu a indústria madeireira e agora, cerca de 40% da população está desempregada. A necessidade de reajuste da cidade à nova realidade levou a que dois jovens arquitectos, María García Mendez e Gonzalo Navarrete, projectassem um plano para a requalificação do Barrio Orba segundo princípios de *Cohousing*. O plano prevê a menor intervenção estrutural possível, de modo a limitar os custos. A ideia é permitir que os apartamentos se adaptem de acordo com as suas necessidades e recursos. Algo tão simples como a introdução de novas portas abre um leque importante de possibilidades, permitindo que os vizinhos partilhem o seu próprio espaço. Este esquema eleva o *Cohousing* a um novo patamar em que todos os espaços são partilhados, evitando a construção de equipamentos partilhados de custos avultados e difícil manutenção.

Nesta breve descrição é possível perceber que o *Cohousing* se trata dum conceito permeável e em constante mutação. Isto significa as condições em que é construída a comunidade se modificam de acordo com a sociedade em que se insere. Embora a sua matriz tenha um carácter mais suburbano, as várias experiências provam a eficácia dum complexo deste género em centros urbanos. O conceito parece evoluir rapidamente na Europa. Actualmente existem algumas agências que promovem a inclusão deste modo de habitar. *Experimentcity*, em Berlim, *Kollektivhus*, na Suécia, *Initiative für Gemeinschaftliches Bauen und Wohnen*, em Viena, são apenas alguns nomes com obra construída.

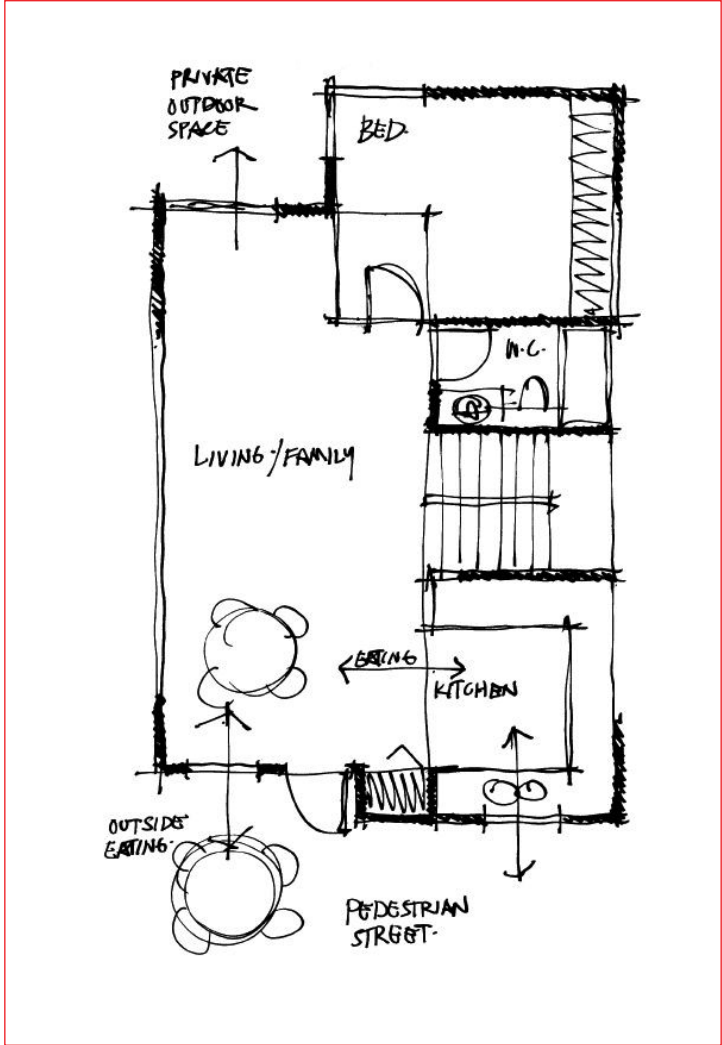
Contudo, para que uma comunidade *Cohousing* possa ter sucesso, os espaços em que vai habitar têm que ser adequados às suas necessidades específicas. A concórdia entre a comunidade e a arquitectura fortalece ambos. É com este objectivo que é instalado o processo participativo durante a fase de concepção. Os diversos modos de conduzir este processo serão abordados mais à frente, noutra capítulo. Apesar de cada complexo diferir do outro em inúmeros detalhes, existem manifestamente bastantes pontos em que o desenho das unidades *Cohousing* é similar.

O modelo mais comum é o dinamarquês, também muito usado no continente americano. Este modelo caracteriza-se pelo aglomerado de pequenas casas privadas dispostas em torno duma área verde e duma casa central, unidas por percursos pedestres. O modelo mais usado na Suécia e Itália é mais urbano, constituindo-se num bloco de apartamentos com áreas comuns incontornáveis. A maioria dos trabalhos sobre a arquitectura *Cohousing* incide sobre o modelo dinamarquês. Williams (2005) renunera as características indispensáveis a este modelo: densidade elevada, boa visibilidade, organização em pátio<sup>3</sup>, espaço resguardado à intrusão e

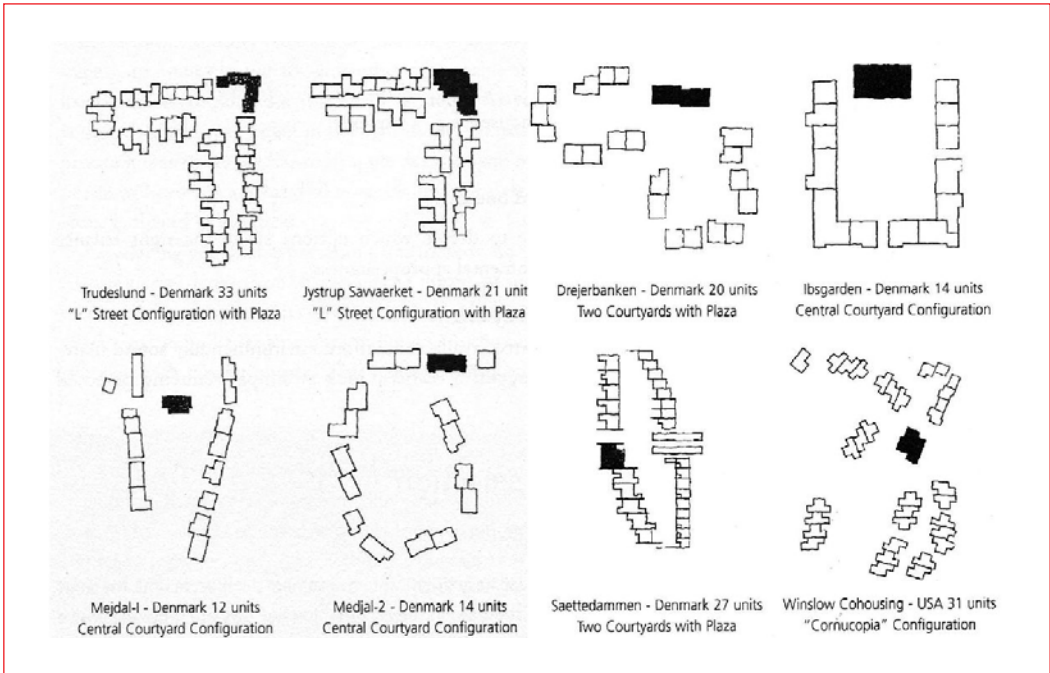
13. Esboço de Cohousing, Espanha.

14. Modelo de Casa dinamarquês. In: Scott-Hanson e Scott-Hanson (2004).

15. Esquema com localização da casa comum no modelo dinamarquês. In: Scott-Hanson e Scott-Hanson (2004).



14



15

estacionamento numa zona periférica. Acrescenta ainda que os espaços privados devem ser reduzidos. Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) sistematizam estas características de forma um pouco mais desenvolvida:

*Habitação privada:* todas as unidades *Cohousing* são compostas por habitações individuais. Geralmente estas são reduzidas em 10% para compensar os custos dos equipamentos comuns e porque, ao reduzir as áreas privadas, incentiva-se o uso dos espaços comuns. Em complexos de habitações unifamiliares as áreas comuns da casa, a cozinha, sala e alpendre, são geralmente viradas para as vias pedonais ou para um jardim central, para que haja mais interação entre os residentes.

*Localização das Cozinhas:* face às vias de circulação. A cozinha é a divisão da casa com maior actividade. Estando ocupada várias vezes ao dia é ideal voltá-las para a zona mais pública. As relações visuais reforçam a relação individual com o conjunto, pelo que abrir a possibilidade de contacto entre os que estão em casa e aqueles que passam tem consequências positivas na durabilidade das comunidades.

*Separação do carro:* implica lugares de estacionamento relativamente centrais mas também acessos pedonais confortáveis durante todo o ano. Por vezes o parque é colocado debaixo do edifício central, noutras os caminhos pedonais são cobertos em vidro, para se manterem habitáveis durante o inverno. A concentração do estacionamento não visa exclusivamente os encontros esporádicos e interação. O espaço poupado em vias de circulação automóvel pode ser destinado a jardins ou áreas comuns e, consequentemente poupar nos custos de pavimentação e manutenção que estas vias requerem.

*Passagens pedestres:* devem ser predominantes. Todas as habitações privadas devem estar ligadas entre si e com os equipamentos e jardins do complexo. Scott-Hanson e Scott-Hanson (2005) salientam a importância do desenho intimista dos percursos, devendo evitar-se a aparência impessoal e séptica de ruas de subúrbios ou avenidas imponentes. Além de ligações entre espaços os percursos devem ser encarados como espaço público possibilitador de encontros e como elemento de união entre todo o conjunto. A circulação permanente de pessoas, estimulada pela separação do carro, traduz-se também em maior segurança. A supervisão dos residentes permite às crianças brincar livremente no recinto, mas também a detecção rápida de um elemento estranho. Por isso, os percursos devem ter boa visibilidade e ser bem visíveis.

## MODELO SUECO

Lindén (1992) aborda a permeabilidade dos espaços de acordo com a sua localização nos sistemas de distribuição. Ela concentra o seu estudo em complexos urbanos de alta densidade, agrupando-os de acordo com o seu tipo de distribuição e localização dos espaços comuns. A principal conclusão foi a de que os espaços comuns são tão mais utilizados quanto mais expostos estiverem à passagem dos inquilinos. Depois de entrar no elevador e subir para casa, a probabilidade de tornar a sair para ir até à sala comum no piso térreo é muito baixa. Devem haver várias salas comuns distribuídas ao longo do edifício, de preferência em zonas de pas-

sagem obrigatória mas não demasiado expostas. Os espaços mais especializados, como a sala de jantar, cozinha, biblioteca ou creche, devem ficar localizados no piso térreo, mais expostos a contactos entre os residentes.

Um exemplo recente da organização interna dum *Cohousing* urbano é o edifício R50, em Berlim. Inserido numa área residencial da década de 60, as áreas comuns da torre foram desenhadas para servirem tanto a comunidade residente como o restante bairro. O edifício foi construído com recursos limitados, pelo que os espaços públicos estão limitados a uma área de jardim e a algumas salas no piso térreo. Estas Salas, de duplo pé direito, têm uma cêrcea mais baixa que o jardim, de modo a resguardar um pouco a comunidade sem recorrer a dispositivos físicos de isolamento. Os vários apartamentos foram desenhados em estreita colaboração com o *atelier* de arquitectura. As suas paredes exteriores são em pano de vidro, protegidos por varandas em todo o perímetro. Como a contenção de custos não permitiu a criação de múltiplos espaços comuns, as varandas circundam cada andar sem barreiras entre fogos. É possível percorrê-las para aceder dum fogo a outro, e usá-las como extensão dos espaços comuns. Uma vez mais vê-se aqui uma nova forma de partilha de espaços que vai além dos meros equipamentos.

Para os complexos organizados em pátio, a distribuição feita por galerias, à semelhança do Familistério, parece ser a melhor opção. A organização em pátio recria o modelo das unidades familiares agrupadas em torno dum jardim central, e permite a abertura das cozinhas dos apartamentos para o pátio central. Não sendo isto possível, a distribuição de pequenas antecâmaras nas entradas dos apartamentos, como em Hässelby, parece propícia ao convívio informal entre os vizinhos daquele piso.

Independentemente do seu contexto e forma, o princípio por detrás da arquitectura *Cohousing* resume-se ao aumento da probabilidade de encontros entre pessoas, forçando-as tão simplesmente a passar sempre pelas áreas comuns. É importante referir que o desenho que configura maior contacto entre pessoas tende também a diminuir a privacidade dos indivíduos. Convém não desequilibrar esta harmonia, contudo os residentes destas comunidades mantêm relações de confiança entre si, pelo que a questão da privacidade deve ser pensada de modo diferente do habitual. Num complexo *Cohousing* deve existir algum resguardo da comunidade sobre o público em geral. Porém, os fogos individuais não necessitam de tanto resguardo sobre os espaços-comuns, pelo contrário torná-los permeáveis é uma mais-valia para a comunidade residente. Ainda assim é importante encontrar um compromisso entre a exposição ao público e a possibilidade de retiro.

É importante saber que, a maioria dos complexos *Cohousing* são, do ponto de vista legal, semelhantes aos condomínios ou cooperativas. Os residentes são donos do seu fogo e duma parte dos equipamentos comuns. O começo dum projecto *Cohousing* implica custos mais elevados do que a compra duma habitação convencional, uma vez que é preciso equipar as infraestruturas comuns. Mas a longo de prazo, a vida neste

**CUSTOS E BENEFÍCIOS  
DO COHOUSING**

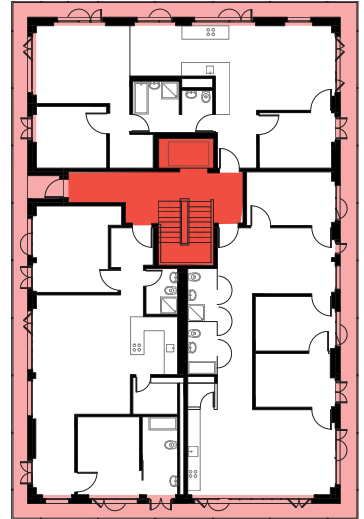
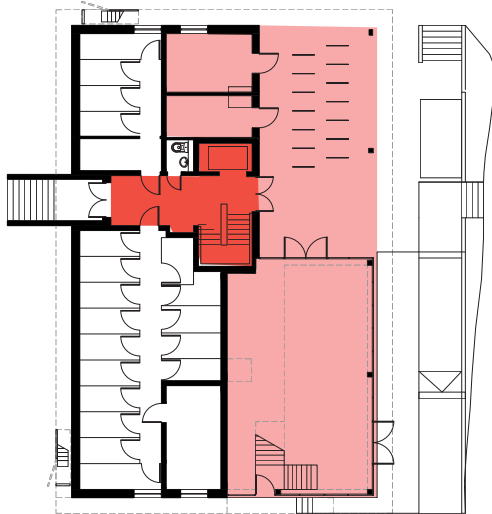
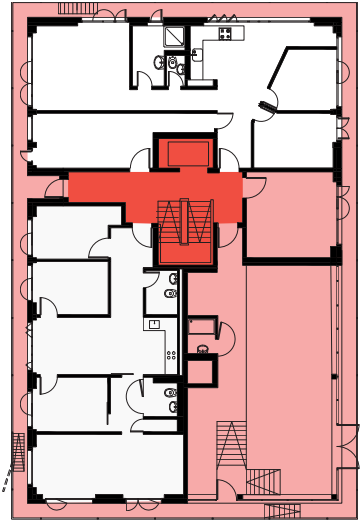
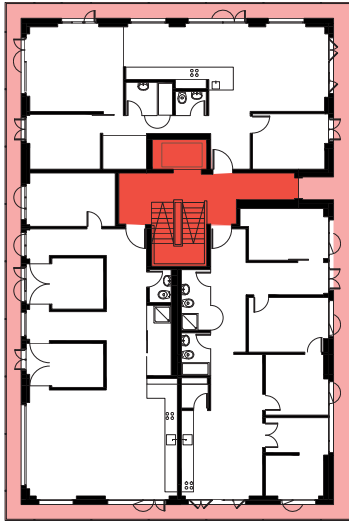
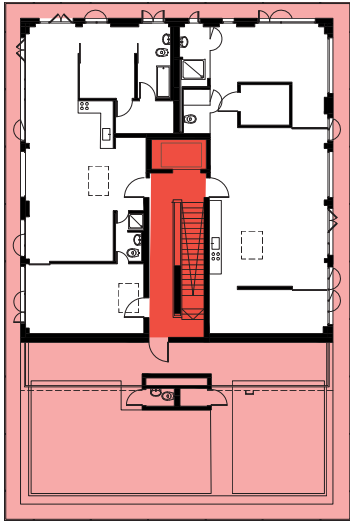
molde torna-se mais económica que no modelo tradicional. As frequentes trocas de favores entre os habitantes e as refeições comunitárias ajudam na baixa dos custos de vida. Além disto, é possível ter alguma fonte de rendimento através dos equipamentos do complexo, o que pode ajudar a abater alguns gastos comuns. Ainda assim, o carácter privado e os valores iniciais tendem a limitar o acesso da população com rendimentos menores. No entanto os exemplos suecos mostram que é possível fazer *Cohousing* a partir da iniciativa dos municípios, através do arrendamento de longa duração a baixo custo.

Do ponto de vista de valor imobiliário, os fogos destes complexos tendem a ter valores ligeiramente mais baixos que o seu equivalente convencional. Contudo, a experiência do *subprime* americano demonstrou que estes complexos tendem a não ser tão afectados pela oscilação do valor imobiliário. De facto, a desvalorização imobiliária que este tipo de fogo poderia ter, acaba por ser compensada por outros benefícios. Esses benefícios dependem, claro está, do tipo de vivências pretendido pela comunidade e pela própria arquitectura do complexo. Por outro lado, nada impede um habitante de colocar à venda o seu fogo numa unidade de *Cohousing*. A única atenção dada nestas situações é a vontade dos futuros residentes de participar na comunidade, para que esta não se perca.

Contudo, dado que os *cohousers* tendem a valorizar os benefícios sociais face ao valor material do empreendimento, o que deve avaliar o valor dum empreendimento deste género não é o seu preço no mercado imobiliário. Existem benefícios que não podem ser traduzidos monetariamente. Os espaços destinados às crianças, a possibilidade de entreatajuda, e a supervisão das brincadeiras são valores incomensuráveis para as famílias com dois pais trabalhadores. Alguns estudos mostram que as crianças em unidades *Cohousing* brincam mais no exterior do que as restantes. Por outro lado, o papel paterno na educação dos filhos fica mais equilibrado relativamente ao materno, porque a vigilância dos filhos deixa de recair sempre sobre a mãe (Vestbro e Horelli, 2011). A partilha de conhecimentos, num recreio, centro de estudo ou mesmo entre os pais, permite um



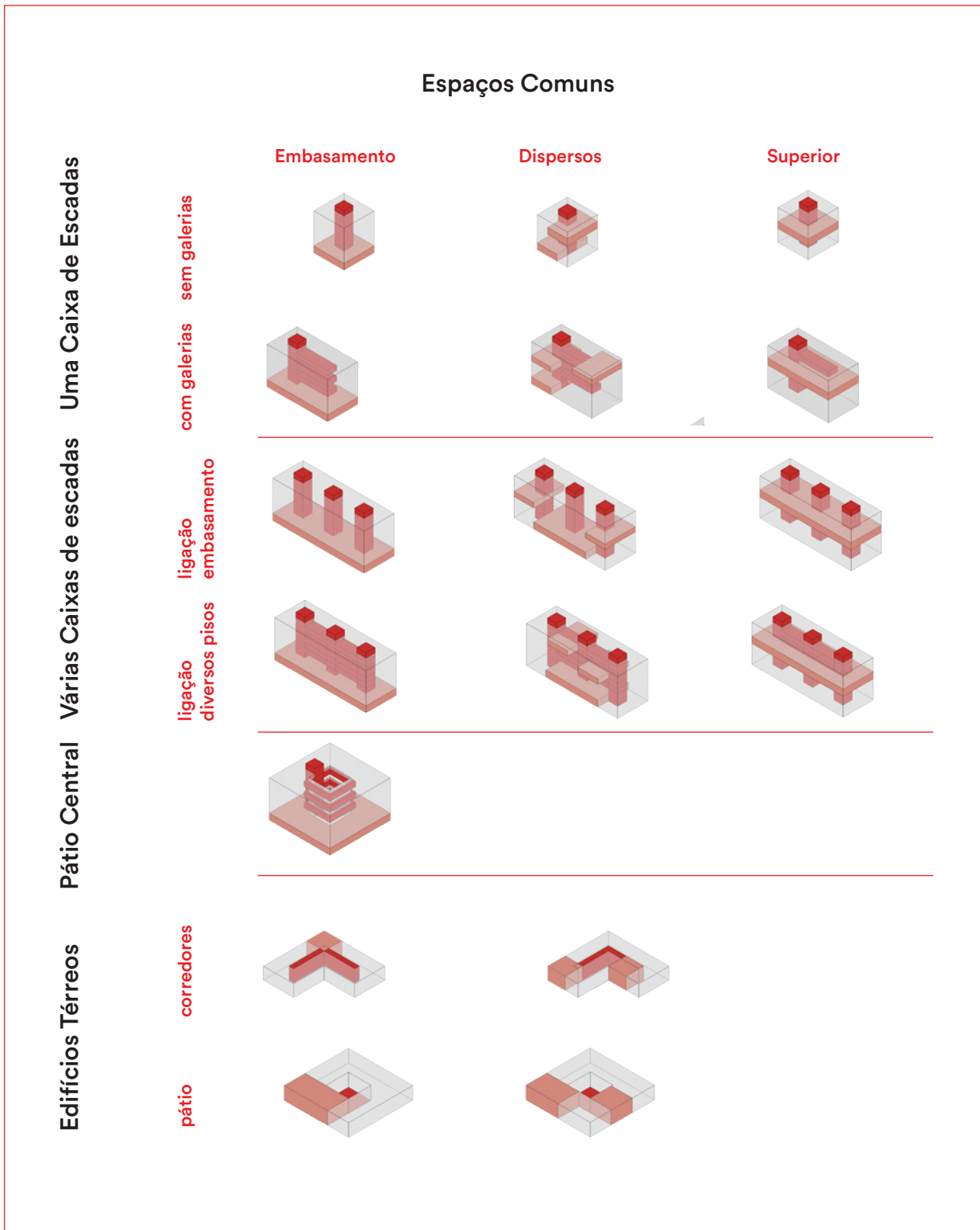
17



■ Área de Distribuição  
■ Espaços Comuns

ESCALA





desenvolvimento pessoal que acompanha os indivíduos ao longo da vida. Do mesmo modo que se criam creches para as crianças, é possível dedicar uma unidade de *Cohousing* aos idosos. Nesta situação, os fogos tendem a ser ainda mais reduzidos, aumentando o número de espaços comuns e de lazer, e são introduzidos serviços de saúde destinados à população. Este modelo de interacção parece contribuir activamente para a manutenção da saúde mental e física destas pessoas, e a partilha de recursos permite economizar os custos sem perder na qualidade dos serviços.

Mesmo para a população jovem e adulta em idade activa parecem haver vantagens. A existência dum grupo estável contribui activamente para atenuar situações de *stress*. Nas comunidades em que existem refeições comuns, semanais ou mais regulares, as famílias têm muitas vezes refeições mais completas do que se tivessem perdido o seu tempo a prepará-las. Nas comunidades em que o serviço doméstico é contratado, parece haver poupança de custos, naquelas em que o trabalho doméstico é repartido entre os habitantes existe também poupança de tempo.

Como se viu, as unidades *Cohousing* mais actuais, de quarta geração, não se fecham sobre si próprias. Pelo contrário, elas criam um certo dinamismo nas áreas em que se inserem através de actividades da comunidade no exterior, como ajardinar áreas do bairro, ou de actividades da comunidade abertas ao público, como certas refeições ou *workshops*. A quantidade de espaços comuns proporciona o maior exercício da comunicação e, por extensão, da democracia na tomada de decisões do grupo. Surge, assim, uma vida pública dentro dos complexos, que regula as actividades, e que acaba por ser exportada para fora pelos seus residentes. Isto significa que, além duma vida animada, os bairros podem beneficiar da presença duma comunidade deste género.

Como já foi dito, é recorrente as unidades de *Cohousing* serem *Ecovillages*. Aqueles com preocupações ambientais costumam ver na vida em comunidade uma resposta a estas preocupações. A título de curiosidade, realçam-se alguns dados sobre a relação do *Cohousing* com o ambiente que inúmeros projectos apontam reduções significativas nas médias de consumo de água e energia. Uma *Ecovillage* em Ithaca, nos Estados Unidos da América, usa apenas 39% de electricidade, 41% de gás natural e 22% de água, quando comparada com as respectivas médias do país (Scott, 2000).

Todavia, a vida em comunidade pode tornar-se excessivamente invasiva e afastar algumas pessoas. Ainda assim, essa não parece ser a principal causa de afastamento dos interessados. O longo processo de construção conduz a que apenas parte dos interessados iniciais consigam de facto mudar-se para os complexos. As associações de residentes ou os municípios, contornaram esta situação pelo recrutamento de moradores depois da construção e vinculam-nos através de contratos. Este desajuste torna difícil implementar o método da arquitectura participada, perdendo-se uma boa oportunidade de construção da concórdia entre a comunidade e o seu espaço.



## SÍNTESE



20

Dada esta descrição, pode-se perguntar porque não está o *Cohousing* mais disseminado? Em primeiro lugar, não se deve esquecer a desconfiança actual sobre as palavras comunidade e partilha, na medida em que são associadas à perda de liberdade e privacidade (Bauman, 2003). Em segundo lugar, ao imaginar um complexo de *Cohousing* pensa-se na obrigação em participar em milhentas actividades com um grupo de pessoas desconhecidas. No clima de desconfiança actual, esta confraternização com o Outro parece utópica, senão desconcertante! Em terceiro lugar, colocam-se os entraves políticos e legais da maioria das instituições, que defendem os valores da sociedade e consumo. Actualmente espera-se que cada cidadão tenha a sua casa privada, com os respectivos apetrechos, e que use os serviços que o Estado ou privados lhe oferecem. A ideia de ter um grupo de pessoas a criar e usufruir dum sistema de serviços e habitação que não é inteiramente privado, cria entraves a este sistema, e é mesmo difícil de resolver legalmente.

Difícilmente se poderá considerar o *Cohousing* como uma solução universal, já que não decalca os valores actuais, mas está em franco crescimento. Assim o *Cohousing* perfila-se mais como um movimento paralelo à habitação convencional. No entanto, apesar de ser um movimento paralelo, tem-se mantido pertinente ao longo dos últimos quarenta anos. Contudo, viu-se que este modelo é uma solução bastante permeável para os desafios da habitação contemporânea. Scott (2010) afirma que as respostas precárias aos problemas ambientais, e sociais, das sociedades modernas se devem à combinação de Estados desmesurados e aos interesses de empresas e corporações, e à desagregação e letargia social. Ele acredita que a implementação de comunidades pode trazer aos cidadãos a confiança necessária não só para contestar mas também para agir, forçando o Estado a favorecer a cooperação entre estes grupos. Belk (2006) vai mais longe. Para ele, esta forma de vida pode também ser útil para resolver as questões como a sobrepopulação do planeta, uma vez que racionaliza, através da partilha, os recursos que de outro modo seriam individuais. A experiência sueca indica que é possível, e até conveniente, ter grupos activos a cooperar com os municípios, para a criação de unidade *Cohousing*. A iniciativa BiG conseguiu transformar bairros inteiros através duma estrutura que suporte as necessidades quotidianas da população e que é baseada numa comunidade central e nos seus satélites.

Se não confiarmos uns nos outros, as nossas cidades terão uma aparência horrível e serão lugares desagradáveis para viver (Jacob em Judt, 2012: 75). Porém, se não existir vontade para a construção da comunidade, é inútil esperar que ela surja pela simples proximidade espacial. Àqueles que repudiam o conceito por temerem a perda da sua liberdade apenas se pode dizer que a liberdade e a comunidade podem chocar e entrar em conflito, mas um conjunto que careça de um destes elementos não constituirá uma vida satisfatória (Bauman, 2003: 73). Os complexos *Cohousing* estão alicerçados nas relações de afinidade e vizinhança descritos por

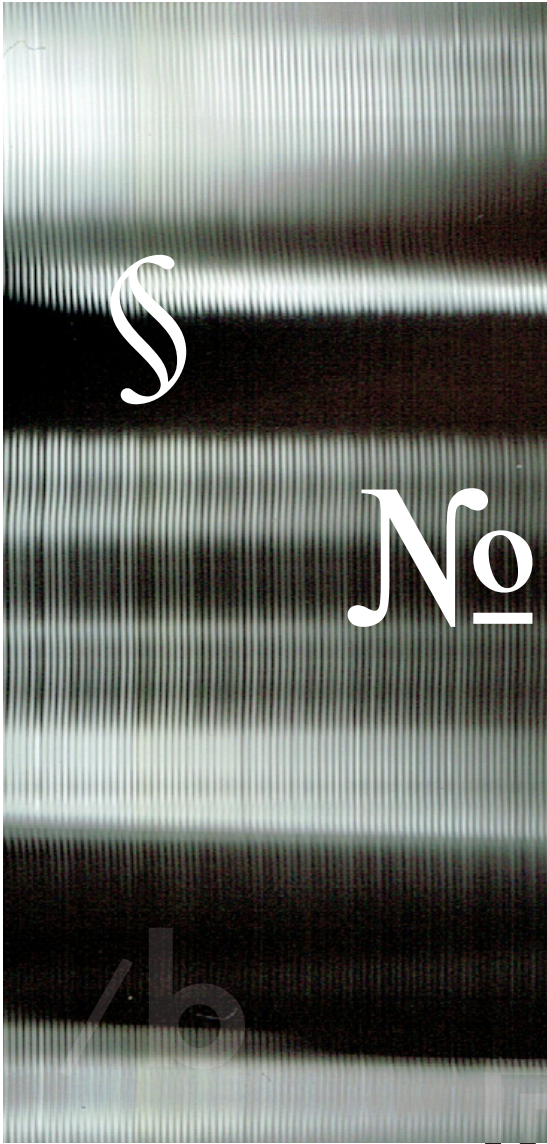
Tönnies. Apesar da predominância de um ou de outro poder variar entre comunidades diferentes. O *Cohousing* pressupõe uma certa familiaridade entre os seus membros, mantida pela memória de laços próximos e das actividades comuns, à semelhança da afinidade. Contudo, a proximidade espacial das habitações e equipamentos provoca encontros furtivos entre os habitantes, a vizinhança, é o que desponta a afinidade. Através da recuperação dos laços sociais, os *couchers* pretendem recuperar um pouco do espírito comunitário das cidades pré-industriais, já falado anteriormente, para enfrentar o quotidiano actual. O lema do projecto *Numero Zero* descreve o *Cohousing* como: um modo de habitar velho como o mundo.

Do ponto de vista espacial, a comunidade tem importância na construção dos espaços. Num complexo *Cohousing*, não são necessários os mesmos dispositivos de privacidade que são comuns na habitação corrente. O ênfase está sempre no colectivo e na permeabilidade dos espaços, em vez da habitual liberdade e anonimato. O *Cohousing* aproxima-se mais do Familistério, ou dos Quadrângulos, que da *Unité d'Habitation* ou dum Condomínio Fechado. Em suma, a integração de comunidades, que melhorem a qualidade de vida daqueles que delas fazem parte, e a interação destas com o contexto, quer social quer espacial, em que estão inseridas, tornam esta solução relevante. Numa frase, poder-se-ia dizer que o *Cohousing* cria comunidades em qualquer sítio, tornando-o um lugar.









**3**

**46**

# Coworking

=

Trabalhar em Comunidade

Tendo-se analisado o movimento *Cohousing*, o seu enquadramento social, o seu crescimento nos últimos quarenta anos até à sua actual situação, resta concluir que se trata dum modo comunitário de habitar que se enquadra no contexto social e urbano actual. É interessante notar, também, que o conceito de comunidade ultrapassou o contexto da habitação, chegando ao do trabalho, na forma de *Coworking*.

O *Coworking* é um fenómeno muito recente. A *Hat Factory*, o primeiro espaço deste tipo, foi criada por Brad Neuberg em 2005. O conceito foi bem recebido no meio virtual havendo, desde então, milhares de artigos *online* sobre o tema. Na verdade, muito do conhecimento e pensamento sobre a matéria tem sido feito de forma informal em *blogs* e páginas na *Internet*, sendo muitos deles promovidos pelas próprias comunidades de *Coworking*. Contudo, só agora começa a surgir literatura académica sobre o tema. Neste trabalho utilizaram-se maioritariamente *papers* que sumarizam grande parte das referências informais que existem *online* e tecem alguns comentários sobre elas, compreendendo já o impacto que este movimento pode ter na sociedade e nas cidades.

O *Coworking* é uma consequência da versatilidade, ubiquidade e imediatismo da sociedade actual. O seu aparecimento só foi possível devido aos avanços tecnológicos na área da comunicação e acessibilidade, e à transição, nos países desenvolvidos, para uma economia que privilegia a informação, conhecimentos e competências além do valor material (Lévy e Jouyet, 2006). Este modo de trabalho é direccionado principalmente para os teletrabalhadores e *freelancers* que não têm que se deslocar a um local de trabalho diariamente.

Alguns estudos realizados pela *American Express* e pela *British Telecom* mostram que os teletrabalhadores podem ser 30% a 40% mais produtivos que os outros colegas. Contudo, os mesmos estudos indicam que a produtividade é afectada mais tarde ou mais cedo pela falta de convivência. Quando se trabalha em casa são necessários disciplina e autocontrolo extremos para ignorar distrações. Os teletrabalhadores que têm as suas casas como local de trabalho são sempre confrontados com questões que a sua ligação à *Internet* não pode resolver, tais como o isolamento, falta de produtividade e as distrações domésticas. Por isso é recorrente que estes trabalhadores tenham necessidade dum espaço que, não sendo as suas casas nem um escritório tradicional, lhes permita trabalhar.

### TERCEIROS LUGARES

Como já se viu, na primeira parte do trabalho, os terceiros lugares acolhem as reuniões regulares, voluntárias, informais e antecipadas entre indivíduos, fora dos domínios domésticos ou laborais. Actualmente,

os terceiros lugares constituem um universo complexo de híbridos. Ao contrário dos barbeiros ou dos jardins, os novos espaços mesclam em si diferentes usos, dirigidos a um público mais amplo. Para satisfazer as necessidades dos trabalhadores remotos, nómadas e daqueles que não podem ou não querem trabalhar em casa, os terceiros lugares atuais emergiram em complemento do binómio casa-escritório, prometendo boa acessibilidade, convivialidade e versatilidade. A *LBMG-worklabs*, uma plataforma de teletrabalho francesa, identifica os principais espaços usados pelos trabalhadores remotos: café-restaurante com *wifi*, *business lounge*, centro de negócios, espaço público com *wifi*, telecentro ou espaço de *Coworking*. Destes, os cafés e restaurantes com *wifi* são convenientes para estudantes e alguns tipos de teletrabalhadores, mas a qualidade do ambiente é limitada pelo burburinho constante e pela fraca acessibilidade à *internet*. Nalguns destes espaços a concentração é até diminuída por questões tão práticas como quando ir à casa de banho, quanto café consumir para justificar o tempo ali passado ou a quantidade de tomadas de energia disponíveis. No entanto, o principal problema dos espaços de trabalho não convencionais, os novos terceiros lugares, é que os trabalhadores acabam por se sentir alienados. Muitos dos espaços frequentados como locais de trabalho, as bibliotecas, cafés ou praças, não oferecem uma sociabilização suficiente para colmatar a alienação dos trabalhadores remotos.

É neste enquadramento que se insere o movimento *Coworking*. O termo refere-se à dinâmica criada num espaço partilhado por trabalhadores independentes, que apesar dos seus diferentes objectivos de trabalho colaboram e partilham conhecimentos. Os espaços *Coworking* são frequentados por pessoas com um mesmo propósito, pelo que é mais fácil replicar as características de convivialidade tradicionais dos terceiros lugares. O conceito apela ao contacto diário e a conversa resultante da partilha dum mesmo espaço para troca de ideias. Esta troca informal de ideias beneficia todos os participantes, ajudando a desenvolver conceitos e projectos.

É esta importante contrapartida que torna os espaços *Coworking* ideais para acolher a indústria criativa e trabalhadores que tentem escapar do isolamento das suas casas e encontrar um ambiente de convívio que favoreça encontros e a sua produtividade. É por isso que o *Coworking* é descrito como um “acelerador de serendipidade<sup>4</sup>”. Modo geral, pode considerar-se os espaços *Coworking* como os actuais sucessores dos cafés artísticos do século passado, como o *Cabaret Voltaire* ou *Les Deus Magots*.

Mais do que um espaço, o *Coworking* é um modo de trabalho e uma vontade. A maioria dos espaços de *Coworking* exibem no nome alguma referência cultural aos valores que os criadores do espaço prezam e promovem. Esses valores são geralmente:

*Abertura*: Neuberg, o criador do conceito, defende o movimento *Open Source*. Isto significa que ele acreditava nos benefícios que a livre circulação de ideias trás. Assim, os espaços *Coworking* não restringem aos seus trabalhadores o acesso àquilo que neles se produz.

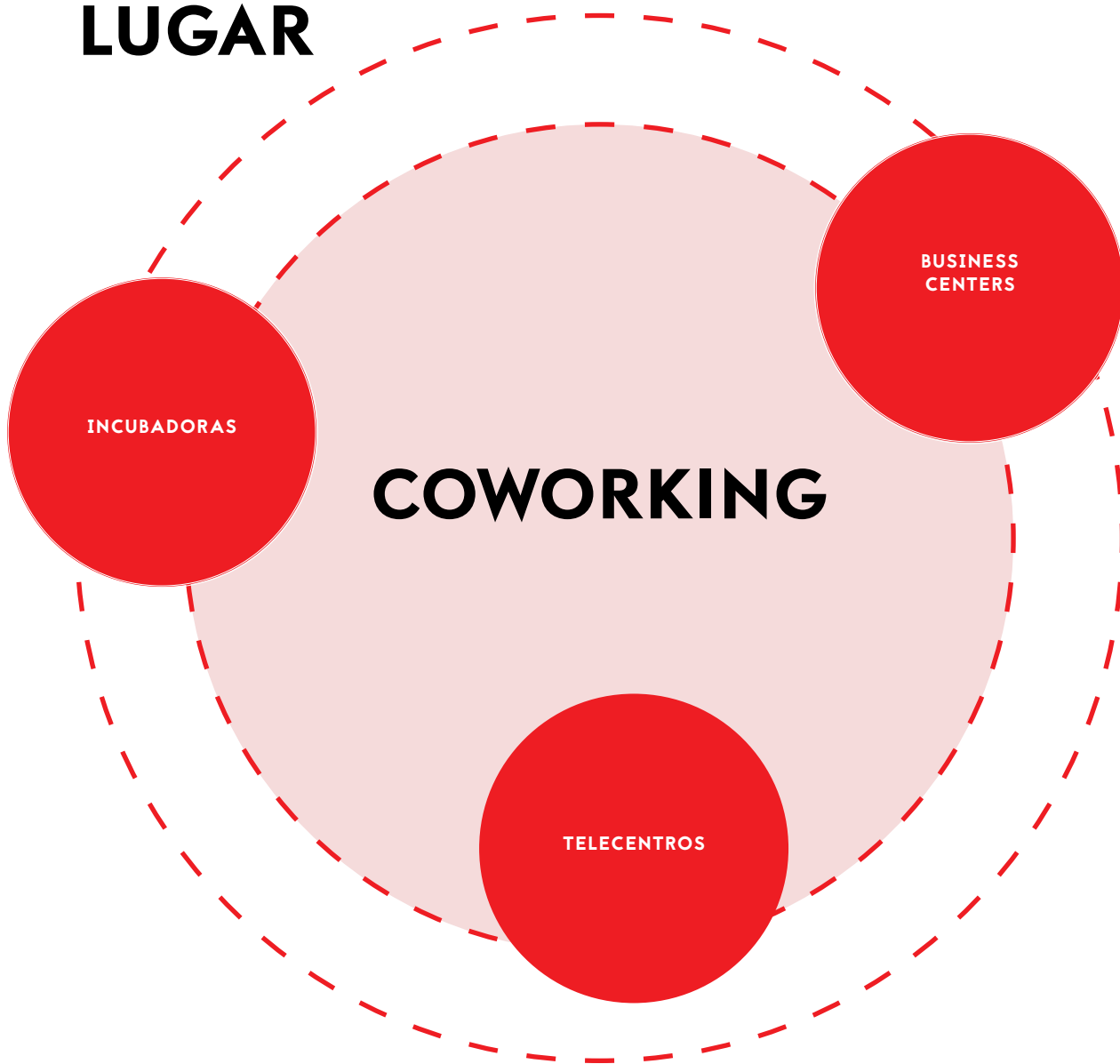


23

4. Serendipidade é um anglicanismo referente às boas descobertas feitas pelo acaso. Foi Horace Walpole que, em 1754, primeiro utilizou o termo. Um bom exemplo de serendipidade é a famosa história do banho de Arquimedes.

## VALORES DO COWORKING

# TERCEIRO LUGAR



*Acessibilidade:* do mesmo modo que o acesso ao conhecimento é aberto, também o acesso aos espaços o é. Os espaços *Coworking* estão localizados em zonas com boa acessibilidade e tendem a praticar preços baixos. Neste ponto estes espaços assemelham-se genuinamente aos terceiros lugares tradicionais.

*Colaboração:* É recorrente os pequenos negócios e *freelancers* necessitem de alguma ajuda em áreas diferentes das suas. A presença de trabalhadores de diferentes áreas torna o acesso a esses conhecimentos mais imediato e fácil, contribuindo para a resolução de problemas e o impulso ao negócio. Este tipo de camaradagem é incentivado nos espaços *Coworking*.

*Sustentabilidade:* a partilha de espaços, serviços e equipamentos tem notórias repercussões do ponto de vista ambiental. A condensação de vários *ateliers* em torno duma só *plotter* ou sala de reuniões é uma opção de poupança racional que resulta em benefícios ambientais.

*Comunidade:* a existência duma comunidade é o que distingue o *Coworking* dos outros espaços de trabalho. A existência duma comunidade significa apoio. Genevieve e Andrew (2011) citam um caso duma trabalhadora que tinha tido um problema com um cliente por não ter um contrato. Imediatamente os colegas do espaço lhe enviaram cópias dos seus próprios contratos e algumas informações úteis, que ela depois pode utilizar. Como resultado, a gestão do espaço organizou uma sessão sobre a redação de contratos aberta à comunidade. A sessão foi um sucesso. Esta é a vantagem deste tipo de abordagem ao trabalho, a troca de favores e apoio informal, além da aprendizagem directa com outras áreas.

Jackson (2013) descreve as consequências do *Coworking* numa empresa estudada como tendo permitido a criação de relações entre trabalhadores além das relações de trabalho. As pessoas conhecem-se pelos interesses comuns, e pelos gostos, além da pura avaliação de competências. Por isto, o ambiente de trabalho é mais agradável, compondo-se por um conjunto de vivências que não é a habitual num escritório tradicional e que representa mais-valias para os indivíduos. Ademais, as actividades desenvolvidas para a comunidade de *coworkers* – o trabalhadores em *Coworking* – podem ser abertas ao público, havendo assim interacção da comunidade com a população envolvente.

Assim, os espaços de *Coworking* não devem ser confundidos com cafés ou escritórios tradicionais. Eles são mais próximos de escritórios de horários flexíveis, incubadores ou aceleradores de *startups*. Contudo, os primeiros proporcionam soluções de trabalho menos rígidas, mas não procuram implementar a colaboração entre os trabalhadores. As incubadoras, por outro lado, são destinadas a *startups* e as empresas ali presentes e são, geralmente, alvo dum escrutínio que não é compatível com a acessibilidade pretendida no *Coworking*. Assim, o foco principal do *Coworking* está na colaboração entre a comunidade que ali trabalha. É claro que este objectivo é versátil o suficiente para poder ser aplicado em diferentes situações, o que pode causar alguma confusão. Para o evitar, Jackson (2013) apresenta

## TIPOS DE COWORKING

pequenas definições que ajudam a diferenciar os diferentes locais e metodologias. No seu trabalho, Jackson (2013), salvaguarda os milhares de possibilidades distintas e a dificuldade de condensar numa definição curta universos tão distintos como uma sociedade de advogados ou uma sede de empresas. Contudo considerou-se pertinente incluir esse exercício neste trabalho:

*Escritório:* apesar das enormes diferenças de escala e de actividade é possível encontrar alguma uniformidade dentro dos escritórios convencionais. Modo geral, pertencem a uma empresa e albergam todos os seus trabalhadores e infraestruturas necessárias ao seu trabalho.

*Casa:* além da habitação, hoje é cada vez mais comum utilizar o domicílio como área de trabalho. Quer seja num negócio próprio, trabalhador satélite ou membro duma equipa de trabalho, ligados a uma empresa maior, a presença de *Internet* e de computadores pessoais tornaram a casa uma extensão do escritório.

*Café:* Muitos dos trabalhadores domésticos servem-se destes espaços como forma de evitar as distrações domésticas. Geralmente preferem lugares calmos com *wifi* e cadeiras confortáveis, onde possam ficar durante longas horas. Alguns cafés, como a *Starbucks*, estão vocacionados para esta clientela e disponibilizam muitas tomadas de energia e mesas individuais para o efeito.

*Incubadora:* Surgiram em 1960 e são destinadas a apoiar *startups* e microempresas. As incubadoras providenciam a estrutura básica que esses projectos necessitam para arrancar, tal como advogados, contabilistas e um espaço acessível. Muitas vezes as empresas dentro duma incubadora cooperam entre si. Mas é uma situação transitória, pois quando crescem as empresas acabam por sair.

*Centros para a Comunidade:* estes centros estão geralmente localizados em cidades de pequena e média dimensão. São espaços destinados aos trabalhadores independentes que habitem nessa região. Por se concentrarem num único espaço, os trabalhadores estão acompanhados mas não colaboram no desenvolvimento das suas actividades, pelo que é usual encontrar políticas de silêncio neste tipo de espaços.

*Trabalhadores Independentes:* Jackson (2013) define-os como aqueles trabalhadores que não estão dependentes dum único empregador, ou investidor. Neste contexto, eles são os trabalhadores por conta própria, *freelancers* ou até trabalhadores remotos cuja actividade laboral não acontece necessariamente num escritório convencional.

*Jelly:* uma *jelly* não é mais do que um encontro entre trabalhadores independentes para debate de ideias, e negócios. A organização de *jellys* é simples, basta encontrar um espaço, os terceiros lugares são adequados, convidar alguns colegas para trabalhar nesse local durante uma tarde.

*Colectividades:* trata-se da união de trabalhadores independentes com a mesma área de trabalho e que investem num espaço onde possam

desenvolver as suas actividades. Muitas vezes o trabalho é comum, pelo que se podem assemelhar a um *atelier* de artista ou mesmo acabar formando uma empresa.

*Coworking*: de acordo com vários autores (Genevieve e Andrew, 2011; Moriset, 2011; Jackson, 2013) a melhor e mais curta definição para este conceito é a escolha consciente de não trabalhar isolado. Contudo esta definição engloba diferentes realidades:

*Espaço de Coworking*: podem ser materializados de formas muito distintas. Estes espaços dependem sobretudo do tipo de abordagem que existe ao próprio *Coworking*. Modo geral, um espaço *Coworking* fornece equipamentos comuns dedicados aos trabalhadores que ali operam. Jackson (2013) distingue alguns tipos de espaços *Coworking*. Alguns apresentam contradições e outros são derivações do conceito inicial.

*Coworking Lab*: é uma ramificação do conceito inicial cada vez mais frequente. Muitas grandes empresas, especialmente na área da tecnologia e comunicação, têm vindo a criar grandes escritórios e centros de investigação baseados no modelo de trabalho em *Coworking*. Estes centros têm como objetivo a inovação pelo incentivo à interação entre trabalhadores. Trata-se, na verdade, duma abordagem muito mais informal à tradicional estrutura dum escritório.

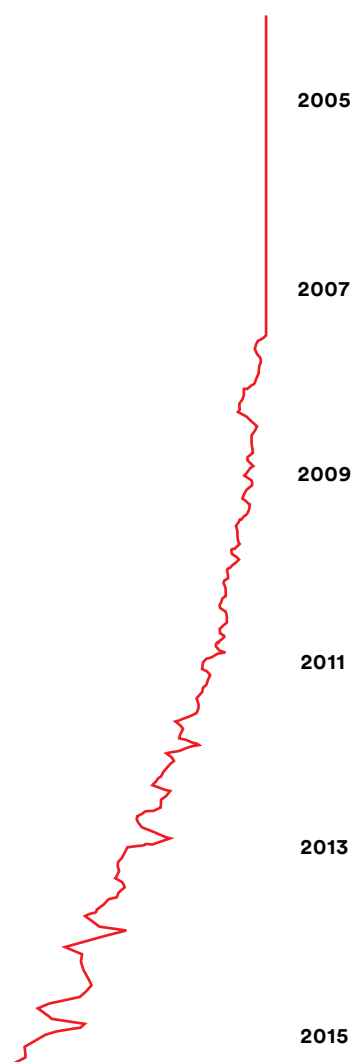
*Federação*: alguns gestores de espaços *Coworking* vêem os seus espaços como dinamizadores de negócios. Acreditam que as relações entre os trabalhadores podem conduzir a uma convergência de negócios ou de objectivos. Em última análise, os trabalhadores que se servem destes espaços funcionam como uma unidade e conseguem responder a tarefas mais complexas. Por isto, este modelo poderia ser colocado entre uma incubadora e uma colectividade.

*Unoffice*: é porventura o modelo que melhor materializa o conceito *Coworking*. Estes espaços encorajam discussão e interação entre os trabalhadores, sem os encaminhar para um objectivo comum. Aqui cada trabalhador, ou equipa, é independente dos restantes utilizadores do espaço. Contudo, a colaboração entre indivíduos acontece fruto da interação e troca de ideias e da partilha do mesmo espaço.

Como se viu, o *Coworking* é assumidamente vocacionado para a interação entre trabalhadores. As relações que se estabelecem no seu interior assemelham-se às relações de vizinhança e de camaradagem descritas na primeira parte deste trabalho. A maioria dos espaços *Coworking* desenvolve-se em torno deste binómio, variando o seu carácter de acordo com a maior ou menor presença de um deles. É possível que num mesmo espaço existam diferentes relações entre os utentes ou mesmo que elas se alterem.

Como já se disse, o conceito de *Coworking* surgiu em 2005 pela mão de Brad Neuberg, um programador informático. No espaço *The Hat Factory*, em São Francisco, Neuberg cristalizou uma tendência que tinha vindo a ocorrer nos meios artísticos, desde os finais da década de 80 do





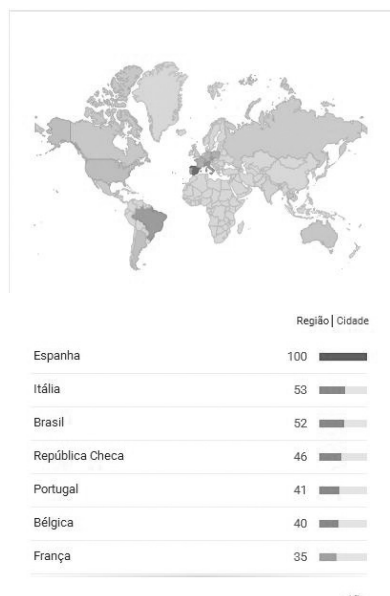
século XX, ao combinar a estrutura e comunidade dum escritório com a liberdade e independência dum *freelancer*. Desde 2005 até aos dias de hoje, este modelo tem vindo a ser replicado um pouco por todo o mundo. Actualmente a *Deskmag*, uma plataforma *online*, regista mais de 2.500 espaços *Coworking*, o que confirma a pertinência deste modelo na actualidade. Neuberg e os primeiros aderentes deste movimento acreditavam no desenvolvimento da tecnologia *Open Source*. Esta corrente de pensamento traduz-se simplesmente pela disponibilização gratuita e sem restrições de informação, trabalhos e programas no contexto virtual. Inspirado pela abertura deste movimento, Neuberg aplicou os mesmos valores na criação de um ambiente de trabalho em que a abertura, colaboração e discussão são fundamentais. No entanto, esta conjugação entre a estrutura dum escritório e a flexibilidade do trabalho doméstico não basta para explicar o advento do *Coworking*. As causas para isto são bastante mais complexas e inserem-se num contexto económico e social mais vasto e complexo.

É provável que o acontecimento com maior peso para a alavancagem do *Coworking* tenha sido a crise económica de 2008. Nos gráficos do motor de busca *Google* é visível a subida de interesse pela palavra *Coworking* a partir do início da crise, e o crescente interesse desde então. Embora a crise tenha começado com a bolha imobiliária do *subprime*, rapidamente alastrou para a indústria causando falências, despedimentos em massa, e baixa do custo dos terrenos. O desemprego consequente conduziu muitos indivíduos à extrema competição no mercado de trabalho e aos baixos salários oferecidos pelos empregadores. Neste contexto, muitos trabalhadores preferiram iniciar uma carreira como *freelancers*, ou um negócio doméstico. O *Coworking* surge precisamente nesse momento como uma resposta viável e acessível.

Atentos ao aumento de interesse sobre o tema, muitos promotores de espaços *Coworking* dedicaram-se à propaganda do conceito. Na *Internet* surgiram plataformas que listam espaços e o divulgam, enquanto concentram informações relevantes. A *Deskmag*, referida acima, é uma dessas plataformas. Ela realiza inquéritos sobre o tema e promove o estudo do fenómeno avaliando os espaços mais bem-sucedidos, as melhores práticas, e fazendo previsões de tendências futuras.

Outro factor crucial para o sucesso desta nova abordagem do trabalho, mais flexível e interactiva, é a disseminação global da *Internet* através das tecnologias *wifi* e *3G*. A partir de 2004, estas tecnologias tornaram possível o acesso de milhares de dispositivos móveis à *Internet*. A acessibilidade descondicionada alterou fortemente o funcionamento de grande parte do sector terciário, particularmente aquela dos *knowledge-workers*. Muitos destes trabalhos podem agora ser feitos em computadores portáteis ou *tablets* e beneficiar duma rede ubíqua e inesgotável de informação. Para mais, a capacidade de acumular ficheiros na *cloud* significa que não há necessidade de carregar grandes dispositivos de armazenamento, facilitando a mobilidade.

*A existência da cloud significa que o escritório é agora ubíquo e desmate-*



**TRABALHO NA CLOUD**

*rializado. O local de trabalho infiltrou-se até no mais íntimo dos espaços domésticos. A diferenciação entre casa e trabalho, já não é feita de forma material e espacial, tornou-se responsabilidade do trabalhador. Isto torna as fronteiras tradicionais do escritório, tanto sociais como arquitectónicas, obsoletas (Shepherdson, 2009:11).*

O sistema de armazenamento de dados na *cloud* é uma inovação importante para a flexibilização do trabalho. Desde o início da era digital até recentemente, os computadores individuais eram caros e as ligações à *Internet* muito fracas. Era necessário disponibilizar nos espaços de trabalho estas ferramentas, que não estariam disponíveis aos trabalhadores de outro modo. Mas a constante inovação na área permitiu armazenar dados em rede e aceder-lhes em qualquer lugar sem necessidade de ligação física. Uma vez que as ferramentas de trabalho cabem numa mala ou no bolso, a existência dum espaço onde estas são mantidas torna-se supérflua e os trabalhadores adquirem liberdade de movimentos. Os beneficiários desta situação são os trabalhadores remotos. As tarefas possíveis de levar a cabo com estas tecnologias são cada vez mais diversas e, modo geral, possíveis de executar sem localização geográfica específica. Assim, quase todas as profissões do sector terciário, desde música, tradução, *design* ou consultoria, podem-se converter em trabalhadores independentes. O crescimento do número dos trabalhadores do sector terciário é uma consequência directa da globalização, digitalização e a ubiquidade da informação.

A tendência para o *outsourcing* e subcontratação, associada com a facilidade da troca de documentação informática, favorece a criação de microempresas, *freelancers* e outros trabalhadores independentes. Esta situação altera profundamente a relação entre o empregador e o trabalhador. A confiança desempenha um papel importante no desenvolvimento dos trabalhadores satélites. É esperado que os trabalhadores gastem tanto tempo quando dizem gastar no desenvolvimento das tarefas que lhes são encarregues, espera-se que ele seja honesto. Este elo de confiança é a base para relações saudáveis entre indivíduos, sejam eles trabalhadores e patrões, ou clientes e empresas ou entre vizinhos.

A omnipresença das redes de comunicação e terminais móveis abrem aos trabalhadores independentes a possibilidade de explorar os nichos espaço-temporais que noutras épocas não seriam possíveis. Agora, eles podem trabalhar em qualquer momento em qualquer lugar sem perda de tempo ou produtividade. Todavia, muitos desses trabalhadores queixam-se de excesso de isolamento. A ascensão do capitalismo digital criou a necessidade real por novos espaços de trabalho (Moriset, 2014). A tecnologia digital permite-nos trabalhar em equipa com elementos espalhados em todo o mundo. A mudança de avaliação do trabalho, do tempo para objectivos concretos, torna o trabalho independente uma opção mais simples. Este modo de trabalho permite ao indivíduo gerir o seu tempo proporcionando um melhor balanço entre a vida profissional e a privada.

De facto, muitas empresas começam a compreender que os seus empregados não têm que estar fisicamente nos seus escritórios para de-

**AUMENTO DOS  
TRABALHADORES  
INDEPENDENTES**

sempenhar as suas funções. Cada vez mais a flexibilidade de horários e desmaterialização do local de trabalho para o domicílio é um factor de importância na escolha de certos empregos, o que força as empresas a serem mais abertas a estas liberdades. Os trabalhadores mais jovens, especialmente a geração milénio, têm visões diferentes sobre carreira e realização pessoal das dos seus pais. Muitos deles estão mais interessados em explorar diferentes áreas e tarefas dentro duma empresa, em vez de escalar a sua hierarquia. O seu foco está na realização de projectos mais do que da escalada na hierarquia. Actualmente, muitas empresas, como a Renault ou a *Microsoft*, estão a acompanhar esta tendência e a flexibilizar não só os seus horários como os próprios postos de trabalho. Através da política de *outsourcing*, sub-contratação, e teletrabalho, as grandes empresas têm conseguido reduzir os seus gastos e aumentar a sua flexibilidade com poucas perdas.

Nos últimos anos, a *Google* tem seguido uma filosofia de criação grandes *Coworking* Labs, localizados em grandes centros urbanos, destinados a ser o centro de inovação de cada empresa e acabando por reformular a forma de trabalhar. Estes grandes centros de investigação são o resultado dum esforço para concentrar trabalhadores cujas capacidades são indispensáveis à empresa, enquanto se promove o *layoff* noutros departamentos. O edifício de sete andares *Campus Google*, em Londres, funde este centro de inovação com uma incubadora. Os espaços são desenhados para maximizar a interação entre pessoas e circulação de conhecimentos pela abundância de *open-spaces*, salas de reunião, a zonas *lounge*. Todos estes espaços destinam-se a favorecer a socialização informal e as relações entre equipas de diferentes áreas. O local de trabalho para estes trabalhadores nunca foi tão flexível nem submetido a tantos tipos de hibridização.

Compreende-se assim que o *Coworking* é uma parte actual do processo global de dissipação dos limites entre a definição precisa de conceitos tradicionais, como o trabalho, habitação, privado ou público. As fronteiras espaço-temporais entre a vida pessoal e a carreira profissional tornam-se cada vez menos definidas. Os lugares híbridos como o *Coworking* surgem da convergência entre estas duas esferas, o seu sucesso é acompanhado pelo dos híbridos como os *tablets* ou *smartphones*. O *Coworking* veio ocupar um nicho cujo potencial crescimento está ainda por descobrir.

Uma característica do *Coworking* é a partilha de conhecimentos e do espaço de trabalho, por outras palavras, o movimento *Open Source*. Este movimento está grandemente alicerçado na economia de partilha abordada na primeira parte deste trabalho. Com a partilha de conhecimentos e bens, vem também a partilha de espaços. O *Coworking* é a materialização desta economia nos espaços de trabalho. A *Deskmag* ou *Wiki Coworking* são plataformas *online* que promovem precisamente a partilha de espaços de trabalho e capacidades.

A valorização das experiências humanas e conhecimentos traduz-se num gosto permanente pela inovação e criatividade. Govindarajan (2012, in Moriset, 2014) define criatividade como a descoberta duma grande

**CARACTERÍSTICAS ESTABELECIDAS**

**TENDÊNCIAS**

**TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**

Ligação por cabo	Fifi, 3G
Computadores em torre e portáteis	Smartphones e tablets
Armazenamento em unidades físicas (UBS, Disco rígido, etc.)	Armazenamento na Cloud
Software Comprado	Open Source e Free Software
Acesso restrito a dados	Open Data
Websites convencionais	Redes Sociais

**INOVAÇÃO, PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Integração	Outsourching e projectos colaborativos
Hierarquia Piramidal	Empresa Virtual
Bens vs. Serviços	Produção de Serviços
Processo Top-down e Bottom-up	Processos horizontais
Produção em massa	Do it yourself
Centros de investigação vinculados a empresas/universidades	Terceiros lugares, Unoffices

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, TEMPO E ESPAÇO**

Emprego fulltime de longa duração	Emprego part-time de curta duração
Vinculação por contrato	Empreendedorismo, self-employment
Horários fixos para sincronização da equipa	Horários flexíveis, assincronismo
Comutar e Presença no local	Teletrabalho
Secretária individual	Hot Desking (partilha de secretária)
Escritórios da empresa	Nomadismo, terceiros lugares, Coworking

**CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO**

ideia, ao passo que a inovação necessita dum processo eficiente de execução que transforme a ideia em algo cada vez mais eficiente. Ambos estão a cargo de agentes criativos, mas o segundo é mais aplicado à economia e à produção massificada do que o primeiro. A chamada classe criativa é composta por profissionais formados cujo trabalho não se cinge aos modelos convencionais e que, por isso, são eles próprios motores de inovação. O crescimento desta classe materializou-se na emergência de trabalhadores independentes que procuram terceiros lugares onde afastar a solidão e maximizar as suas capacidades através da interação com pessoas semelhantes.

A compreensão de que a produtividade aumenta quando suportada por uma política de resultados em vez da tradicional contagem do tempo deu maior importância à busca individual por soluções criativas. A avaliação de acordo com os resultados traduz-se na possibilidade dos trabalhadores investigarem sobre uma ideia em particular até encontrarem os resultados pretendidos. A perseguição de ideias incentiva a criação de equipas de trabalho mais orientadas para determinados objectivos e mais comunicativas. Muitas empresas descobriram que a partilha de resultados e ideias através de *blogs* internos aumentou a produtividade, uma vez que os empregados participavam mais activamente nas tarefas e trocavam ideias, tornando-se mais rápidos. Consequentemente, as conversas *online* traduzem-se em relações *offline* que fomentam a cooperação. Enquanto acelerador de serendipidade, o *Coworking* é um meio eficaz de promover a inovação necessária à economia actual.

É interessante notar que o desenvolvimento dos espaços de *Coworking* é uma resposta ao paradoxo geográfico da contemporaneidade. Por um lado a digitalização da economia, sociedade e informação permitem a acessibilidade e constante troca de informação. Por outro, enfraquecem a comunicação entre indivíduos. As comunicações virtuais são apenas um pálido reflexo dos encontros cara a cara que vivemos todos os dias. No entanto a interacção virtual acaba muitas vezes por ser transposta para a realidade física. Muitos trabalhadores independentes utilizam as redes sociais para afastar a solidão do trabalho no domicílio. Se os interlocutores virtuais estiverem numa área geográfica próxima é recorrente acontecerem encontros reais. As cidades concentram mais habitantes, pelo que estes encontros são mais fáceis. O *Coworking* é, por isto, um fenómeno urbano.

**GEOGRAFIA DO COWORKING**

A concentração em grandes cidades parece óbvia em países cujas capitais são economicamente mais relevantes que as restantes cidades, como França ou Inglaterra. Contudo Berlim regista bastantes espaços *Coworking*, sem ter uma vantagem económica particular sobre as outras grandes cidades Alemãs. A preferência de Berlim sobre Frankfurt parece sem sentido. O *Coworking* está estreitamente relacionado com a criatividade e inovação, pelo que os espaços deste tipo tendem a aparecer sobretudo nos centros criativos, tais como Paris, Londres, Barcelona, Amsterdão, São Francisco ou Berlim. Efectivamente, há uma predominância das capitais culturais sobre as cidades industriais. Detroit, Cleveland ou Dusseldorf não têm espaços *Coworking* porque as suas actividades económicas se concentram no sector secundário. Assim, a presença destes espaços está

28. Número de Cidades com Espaços Coworking por País, pela Coworking.Directory. In: Moriset (2014), adaptado pelo autor.

USA	227	Espanha	20	Bélgica	8
Reino Unido	30	Itália	13	México	8
Canadá	28	Brasil	12	Portugal	7
França	27	Argentina	10	Holanda	6
Alemanha	24	Austrália	9		

29. Coworking por País da Deswanted.com. In Moriset (2014), adaptado pelo autor.

<b>ÁFRICA</b>		<b>EUROPA</b>		Sérvia	2
África do Sul	5	Alemanha	230	Malta	1
Egipto	5	Espanha	199	Moldávia	1
Nigéria	3	Reino Unido	154		
Senegal	3	França	121	<b>ASIA</b>	
Camarões	2	Itália	91	Japão	129
Marrocos	2	Polónia	44	China	22
Uganda	2	Portugal	42	Israel	12
Gana	1	Holanda	39	Índia	12
Costa do Marfim	1	Rússia	39	Singapura	15
Ruanda	1	Bélgica	29	Tailândia	7
		Austria	26	Turquia	6
<b>AMÉRICA DO NORTE</b>		Répubblica Checa	16	Hong Kong	5
USA	781	Suécia	15	Malásia	4
Canadá	80	Suíça	11	Líbano	4
		Grécia	10	Emirados Árabes Unidos	4
<b>AMÉRICA LATINA</b>		Hungria	8		4
Brasil	95	Irlanda	8	Philipinas	4
México	21	Dinamarca	6	Taiwan	4
Argentina	19	Finlândia	6	Indonésia	2
Colômbia	9	Letónia	6	Vietnam	2
Chile	6	Roménia	5	Jordânia	1
Panamá	5	Ucrânia	4	Pakistão	1
Perú	2	Bulgária	4		
Costa Rica	1	Luxemburgo	4	<b>OCEANIA</b>	
Répubblica Dominicana	1	Eslováquia	4	Austrália	60
Paraguai	1	Noroega	3	Nova Zelândia	6
Porto Rico	1	Estónia	3		
Uruguai	1	Croácia	2		
Venezuela	1	Lituânia	2		
		Eslovénia	2		

certamente relacionada com o tipo de vida urbana, tendencialmente mais experimentalista e dinâmica, que acontece nas grandes cidades.

Como já se pôde deduzir, o perfil dos *coworkers* varia bastante. Alguns estão ligados a grandes empresas, outros são o resultado de diversas experiências de trabalho que, muitas vezes devido à crise económica, resultaram num regime de *freelance*, consultoria ou similar. Como actualmente não é expectável trabalhar para uma só empresa durante toda a carreira, os trabalhadores são muitas vezes confrontados com a necessidade de se reinventar em diversas carreiras e funções. Isto significa que a rede de contactos tem vindo a ganhar cada vez mais relevância, já que ela facilita estas mudanças.

Moriset (2011) mostra que o isolamento social e profissional é apontado, desde há muito, como um dos males do trabalho a partir do domicílio. Este isolamento leva os trabalhadores independentes a procurar companhia nas redes sociais *online* e nos locais públicos. Estes trabalhadores não estão interessados em perder as regalias que o trabalho remoto lhes proporciona, procuram antes contornar as adversidades que advêm deste modo de trabalho. Os trabalhadores independentes e microempresas precisam de locais adequados para desenvolver a sua forma informal de trabalho, sem padecer das limitações de má acessibilidade ou dos formalismos dos escritórios tradicionais. Eles querem evitar o isolamento, recuperar a motivação que tendem a perder e ligar-se ao mundo exterior duma forma mais palpável, já que o trabalho em casa é muitas vezes alienador. Além disto, estes trabalhadores estão interessados em adquirir novos conhecimentos e aptidões e compreendem que partilhar recursos é uma forma de racionalização de custos da qual podem beneficiar.

De acordo com o último censo global da *Deskmag* (2012), 53% dos *coworkers* eram *freelancers*, os restantes compunham-se de pequenos empresários com alguns trabalhadores (14%), e empregados de pequenas e médias empresas. O mesmo inquérito apura quais as vantagens dos espaços *Coworking* sobre o trabalho em casa ou num escritório. A interacção social (88%), flexibilidade de horários (86%), partilha de ideias e conhecimentos (82%), encontros e contactos espontâneos (79%) e o custo moderado (72%) são os principais benefícios. Seguem-se a melhor organização do dia de trabalho (60%) e o trabalho em equipa (57%). No entanto a maioria dos *coworkers* não frequenta o espaço *Coworking* diariamente, apenas 40% dos inquiridos o faz. A média de idades dos *coworkers* é de 34 anos, 80% tem um curso superior, sendo que 54% deles trabalha em regime de *freelance*.

Já se viu o perfil médio do *coworker*. Mas, dado que muitos dos espaços de *Coworking* são iniciativas de *coworkers*, é interessante ver o que os conduziu à criação do espaço. Jackson (2013) inquiriu alguns proprietários de espaços *Coworking* sobre as razões que os levaram à criação desses espaços. A maioria enunciou uma necessidade pessoal de um espaço de trabalho distinto dos domicílios mas menos formal que um escritório tradicional e pela constatação de que existiam mais pessoas com a mesma

53% FREELANCERS

33% OUTROS

14% PEQUENOS EMPRESÁRIOS  
COM ALGUNS TRABALHADORES

88% INTERACÇÃO SOCIAL

86% FLEXIBILIDADE DE HORÁRIOS

82% PARTILHA DE IDEIAS E CONHECIMENTO

79% CONTACTOS ESPONTÂNEOS

72% CUSTO MODERADO

60% ORGANIZAÇÃO DO DIA

57% TRABALHO EM EQUIPA

60% USO NÃO DIÁRIO

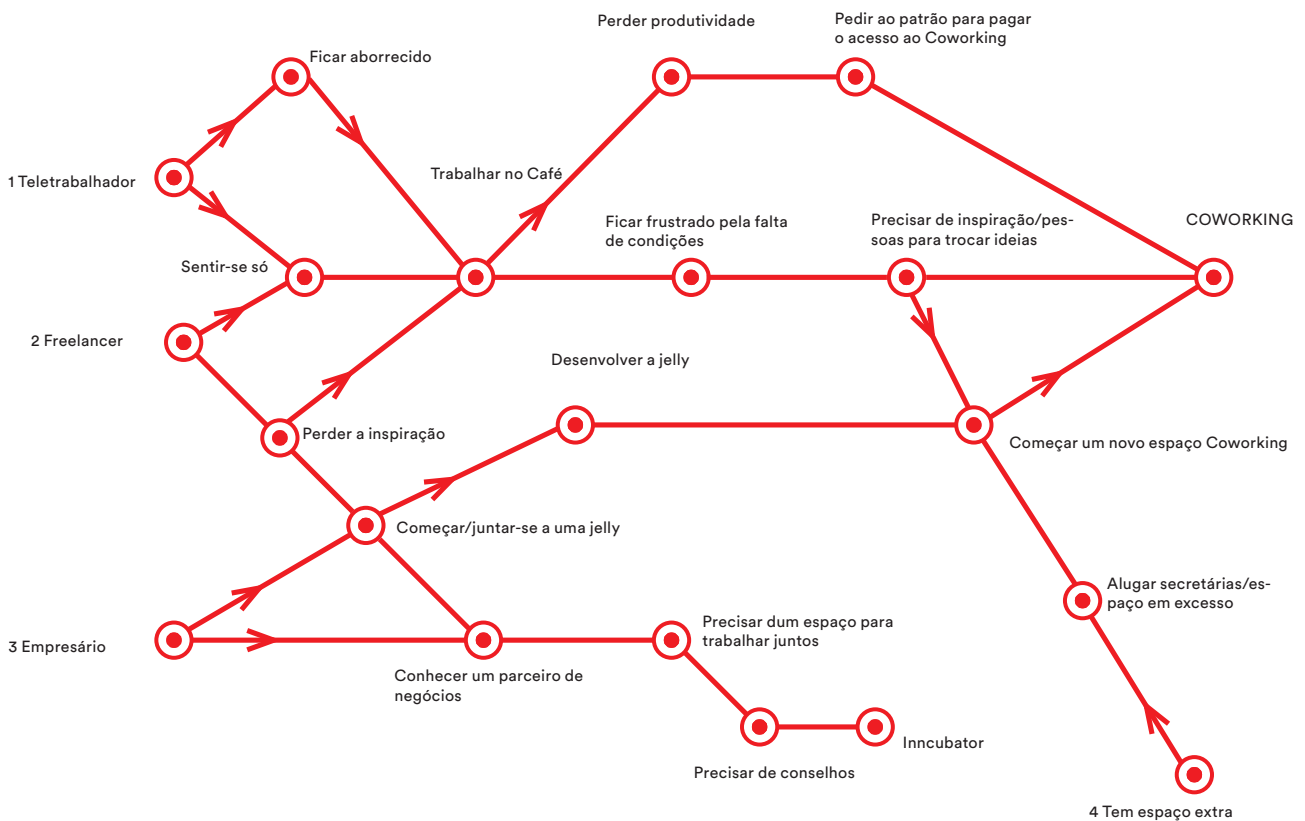
40% USO DIÁRIO

80% CURSO SUPERIOR

20% OUTROS

necessidade. Jackson (2013) elaborou o plano dos caminhos habituais para o *Coworking* que aqui se apresenta.

A principal motivação para a escolha dum espaço *Coworking* é, de facto, a vantagem da socialização contra o isolamento que se experiencia em casa. Nesta socialização incluem-se os conselhos, favores, colaboração e troca de ideias que resulta da convivência diária e que tornam o trabalho quotidiano uma tarefa mais agradável. De resto, a componente



31

de enriquecimento de capacidades atrai por si só alguns trabalhadores, especialmente aqueles que estão no início da carreira ou concentrados na realização dum projecto. Para mais, os trabalhadores criativos devem encontrar inspiração para a sua actividade no ambiente heterogéneo dum espaço *Coworking*.

Porém, se as pessoas que frequentam espaços *Coworking* forem estranhos entre si, não existirá cooperação alguma. Por outro lado, se essas pessoas fizerem exactamente o mesmo trabalho e tiverem as mesmas capacidades não haverá qualquer interacção proveitosa, uma vez que todos são

iguais. A heterogeneidade é indispensável a uma comunidade *Coworking*. *New Work City* foi o primeiro espaço de *Coworking* na cidade de Nova Iorque. Além dos benefícios da partilha de equipamentos, economia de escala e aumento de produtividade, a maior atracção deste espaço foi a comunidade que ali se criou. Naquele espaço, um grupo de artistas, empresários e trabalhadores independentes desenvolveu amizades, parcerias e negócios enquanto trabalhava na sua área específica. Este espírito de colaboração, camaradagem e comunidade parecia improvável numa cidade como Nova Iorque e causou sensação pela construção duma comunidade de trabalho.

Neste tipo de espaços, as relações estabelecidas entre os trabalhadores aproximam-se mais das relações de vizinhança, descritas por Tönnies, que das de camaradagem. A razão para isto é que, a heterogeneidade de interesses, trabalhos e áreas de formação não replicam a convergência de interesses necessária à camaradagem. Por outro lado, a entreaajuda no *Coworking* advém da proximidade espacial dos *coworkers*, muito à semelhança dos favores nas relações de vizinhança. Em *Coworking* estes favores são a partilha de recursos, conhecimento, capacidades e contactos entre os utilizadores, que conduz a uma comunidade e *savoir-faire* geral. Apesar de cada indivíduo trabalhar para si, ele é apoiado pelos laços de responsabilidade e ajuda criados pelas relações sociais. Esta concórdia é uma característica construída por um grupo estável.

No entanto, os Espaços *Coworking* são abertos a elementos flutuantes, um pouco como os visitantes voláteis dos terceiros lugares. Estes trabalhadores, por uma razão ou por outra, não permanecem naquele espaço durante tempo suficiente para serem considerados regulares. Mesmo dentro dos regulares é possível que algum trabalhador ou grupo mude de espaço de trabalho. Para que os novos elementos se integrem num espaço eles evocam em primeiro lugar a comunidade estética, pois estão ali pelo mesmo propósito que os outros, e em segundo relações de camaradagem, pois a similaridade de metodologia com os elementos regulares facilita o contacto. Contudo, numa comunidade *Coworking*, a saída dum membro não pode destruir a concórdia da comunidade. Tal como numa cidade a perda duma das suas partes não implica necessariamente a destruição do todo.

A manutenção da concórdia leva muitos espaços *Coworking* a organizar regularmente seminários, debates, e outros eventos que possam juntar os seus trabalhadores e desenvolver os seus conhecimentos. Por exemplo a *Usine* em Belfort, França, abre as suas portas aos teletrabalhadores todas as primeiras terças-feiras do mês, criando assim um fórum de contacto entre eles. A procura do convívio estável pode levar à entrega a um projecto associativo, como meio de escapar à atomização social. A serendipidade que procuram os *coworkers* não é passageira. É uma busca consciente por relações profissionais relevantes e oportunidades de trabalho mais alargadas. É por isso que a utilização das redes sociais pelo universo *Coworking* é importante, ela permite maior interacção entre *coworkers* e potencia a inovação e mobilidade.

A questão da volatilidade dos *coworkers* podia ser um factor contra o sucesso do conceito. Curiosamente não é. Na verdade, a volatilidade contribui para que as comunidades sejam mais heterogêneas, abertas e acessíveis a novos elementos. Além disso, um trabalhador que se muda dum espaço para outro ajuda a nivelar os próprios espaços de *Coworking* criando-se assim uma espécie de concórdia universal. As plataformas *online* ajudam nesta permuta constante. Por exemplo, foram criadas plataformas baseadas em redes sociais para a busca de trabalhadores com conhecimentos específicos. Estas plataformas fomentam a colaboração replicando o processo agregador da sociedade. Os *sites* como a *Deskmag*, permitem a cada trabalhador encontrar um local interessante para trabalhar onde quer que esteja. Outras plataformas propõem um passaporte internacional que permite aos inscritos usufruir de todos os espaços *Coworking* em todo o mundo. Esta permeabilidade é indispensável para a relevância do *Coworking* numa economia cada vez mais global. Subitamente tornou-se possível trabalhar em condições familiares em qualquer parte do globo.

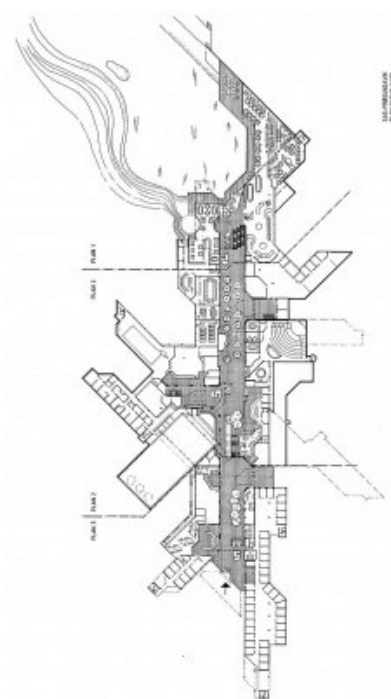
*Um espaço Coworking é um espaço de recepção, trabalho e encontros para trabalhadores dedicados a projectos e ideias e que desejam partilhá-los com outros; este lugar é animado por uma vontade explícita de criar relações dentro e fora da comunidade de coworkers. A sala e equipamentos são desenhados para encorajar esses encontros, colaboração, discussão e trabalho. Através do Coworking, a colaboração entre indivíduos é encorajada criando-se a nível local um ecossistema inovador (Moriset, 2014:2).*

Apesar de um dos objectivos principais dum espaço *Coworking* ser incentivar a interacção entre os trabalhadores, é possível cometer exageros. O exemplo da *Scandinavian Airlines – SAS* – é ilustrativo da excessiva vontade de abertura. Apesar de datarem de 1988, os seus novos escritórios organizam-se em torno duma rua central coberta, povoada com cafés, lojas, espaços de reuniões, fax e fotocopiadoras de livre acesso para todos os trabalhadores. O objectivo desta rua era encorajar a interacção dos trabalhadores. Infelizmente, a excessiva exposição do espaço acabou por desencorajar os encontros, já que os trabalhadores se sentiam excessivamente expostos. Demasiada exposição dos espaços inibe as conversas e o trabalho. Do mesmo modo existem alguns outros pontos e ter em consideração na arquitectura dum espaço *Coworking*.

*Exposição e Privacidade:* Num pequeno levantamento realizado por Jackson (2013) sobre os locais preferidos pelos trabalhadores em cafés concluiu-se que os locais preferidos estão geralmente resguardados pela presença de paredes ou cantos. Por entre estes lugares foi dada preferência àqueles que tinham boa visibilidade para o resto da loja, pois permitem a combinação perfeita entre o resguardo e a visibilidade. Os melhores espaços são aqueles que permitem a interacção livre entre pessoas mas que lhes oferece ainda alguma privacidade e capacidade de recolhimento. Essa privacidade permite que se fale mais abertamente e que as conversas não sejam interrompidas, o que num ambiente de trabalho é de extrema importância.



32



33

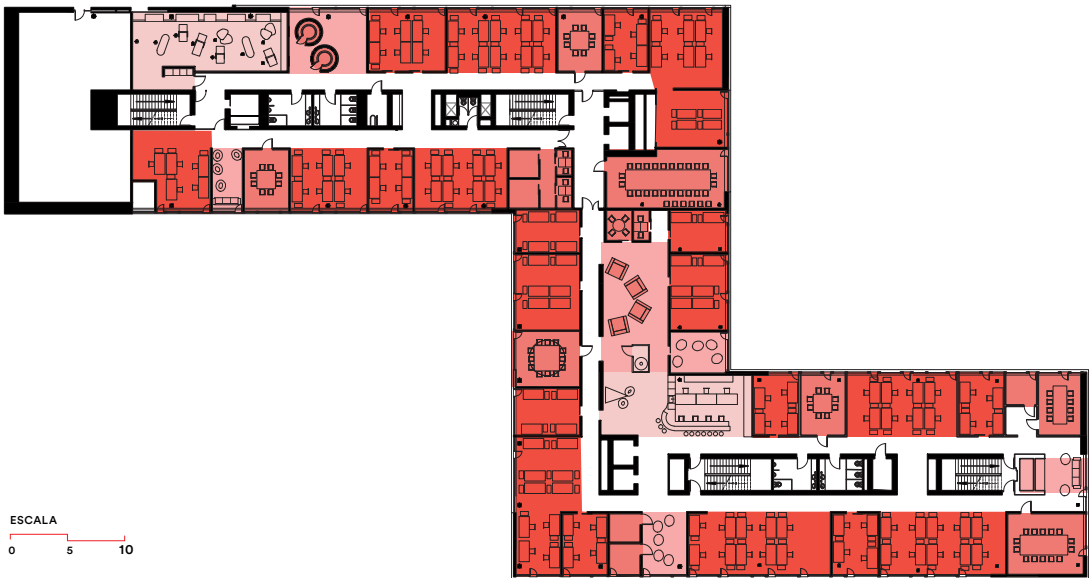
*Ergonomia do Trabalho:* Outra questão pertinente é a ergonomia do espaço de trabalho. A ubiquidade dos teletrabalhadores tem limites. Nem todo o trabalho é feito a ver e-mails no *smartphone* nem pode ser feito sentado num sofá ou numa cadeira de café. Grande parte das tarefas é mais complexa e necessita de trabalho de análise, redacção e concepção. Muitos trabalhadores independentes terão necessidade dum computador mais robusto, dum écran maior e duma forte conexão à *Internet*, ou seja, precisam de algo mais do que um *tablet* ou *smartphone*, para desempenhar o seu trabalho. Enfim, um espaço *Coworking* deve incluir as tradicionais infraestruturas dum escritório, quer sejam fotocopiadoras, secretárias ou máquinas de café. A diferença entre o *Coworking* e um escritório normal, é que esses aparelhos comuns são utilizados como pretexto para a socialização e não como meros utensílios de trabalho.

*Relação com a Comunidade:* Mas para que estes dispositivos funcionem é necessário que estejam em estreita relação com o espaço. Numa entrevista, Hunt (2012) referiu que a razão do fracasso do seu espaço *Coworking* foi a préconcepção deste sobre a comunidade. Quando as primeiras empresas que ali se alojaram necessitaram de mais recursos ou serviços o espaço não foi capaz de responder e elas acabaram por sair, rompendo a comunidade de trabalho e, mais tarde, acabando com o próprio espaço. Ao criar-se um espaço para uma comunidade é indispensável conhecê-la e prever a adaptação às suas necessidades futuras.

*Recusa da Tecnologia:* A interacção nos espaços de *Coworking* não se limita aos trabalhadores regulares. Dado que muitos deles se servem do espaço mais esporadicamente, estes espaços visam induzir a interacção entre os trabalhadores regulares, os esporádicos, os clientes e os visitantes. À semelhança dum terceiro lugar tradicional, num espaço deste tipo qualquer pessoa é livre de iniciar uma conversa com outra. Para que isto aconteça dá-se preferência à interacção pessoal sobre a virtual. O espaço *NextDoor*, em Chicago, descobriu que quanto mais tecnologia dispõem os seus utilizadores, mais eles se distanciam dos seus pares. Para evitar que este distanciamento quebrasse a comunidade, os gestores do espaço incentivaram políticas de interacção *offline*, convívios e, curiosamente, substituíram os quadros digitais pelos antigos quadros de lousa e giz.

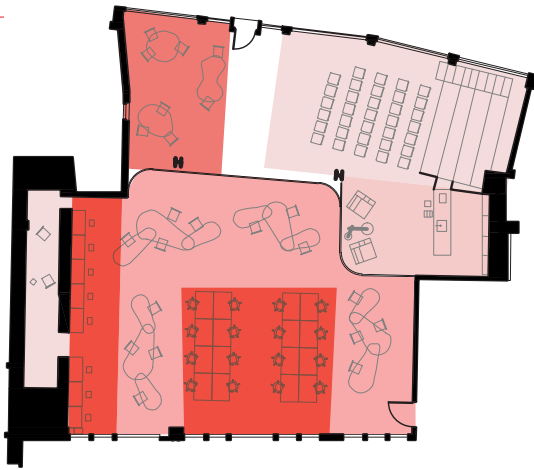
Para desenhar um espaço *Coworking* deve compreender-se que ele deve ser dedicado à comunidade e à interacção. Todavia convém lembrar que é necessário algum resguardo e privacidade para trabalhar e mesmo para alguma interacção, pelo que convém deixar algumas áreas um pouco mais recatadas. Apesar disso, o espaço *Coworking* típico é composto por um *open-space*, alguns gabinetes separados e por um espaço de convívio, como uma cozinha, desenhados para acolher os trabalhadores nómadas por um dia, uma semana, um mês ou tanto tempo quanto eles necessitem.

As longas horas de permanência no local, devem também ser consideradas. O *atelier* londrino especializado em espaços deste tipo, *Studio Tilt*, tem por norma incluir áreas de descanso nos seus projectos. Na sede *Google* em Zurique, a diversidade de espaços foi lavada a um extremo.

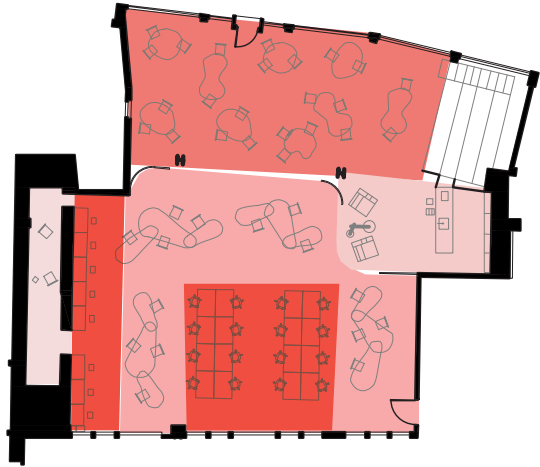


- Espaço de Trabalho
- Espaço de Reunião
- Espaço Informal
- Espaço de Lazer
- Equipamentos

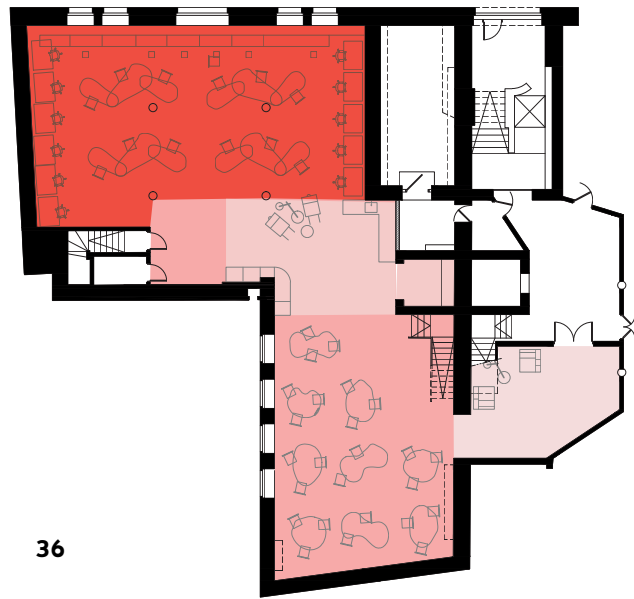
110








35



36



37

-  Espaço de Trabalho
-  Espaço de Reunião
-  Espaço Informal
-  Espaço de Lazer
-  Equipamentos

ESCALA



Cada sala tem uma atmosfera diferente, conferida pela decoração. Existem múltiplos espaços de pausa, equipados com vários logos, sofás e até um escorrega! Por todo o edifício, do grupo *Evolution Office*, é possível encontrar pequenos espaços individuais dedicados ao trabalho ou descanso, onde se pode permanecer sem ser incomodado.

O dinamismo presente no conceito torna a implementação destes espaços uma mais-valia para a cidade. O perfil dos *coworkers* indica que eles estarão geralmente mais abertos a interagir com a envolvente do que o trabalhador dum bloco de escritórios convencional. A abertura dos espaços torna-os locais públicos dentro da cidade. Alguns espaços *Coworking* estão localizados nos centros das cidades e servem-se do comércio local para se integrar. Outros estão instalados em pequenas cidades e tornam-se novos centros de negócios da localidade, dando-lhe dinamismo. Esta relação destes espaços com o contexto urbano conduziu à existência de programas públicos destinados à criação de cidades criativas.

No final do século passado, na Europa e pelo mundo, muitas indústrias pesadas fecharam, deixando um rasto de edifícios enormes e obsoletos. As áreas industriais nas cidades tornaram-se uma espécie de fantasma informe com o futuro dominado pelo abandono. Contudo, o tamanho destes edifícios e o seu bom estado de conservação torna-os aliantes para a reconversão em novos usos. Hoje é cada vez mais comum encontrar planos de requalificação dessas antigas fábricas, algumas muito bem localizadas no contexto da cidade. A arquitectura destes projectos é, geralmente, pouco invasiva. Os arquitectos compreendem a versatilidade dos espaços industriais para incluir diversos programas, tais como centros expositivos, auditórios, pequeno comércio ou *ateliers* de trabalho.

Na cidade de Pequim, existia, no final da década de 90 do século XX, uma zona industrial votada ao abandono, a *Factory 798*. O bom estado das instalações desactivadas e o baixo custo da renda chamou a atenção da Academia de Belas Artes, que procurava um local para instalar um departamento de escultura. Depois de construído esse departamento, diversos grupos de artistas instalaram-se na área, beneficiando das rendas baixas e do ambiente descontraído. A aglomeração resultante transformou o centro 798 num reconhecido local de produção artística contemporânea que ainda se mantém. Para viabilizar o espaço, são feitos festivais e eventos, como a bienal de Pequim, que provocam alguma agitação e renovação do meio. Mas este sucesso tem contrapartidas. Estima-se que a renovação das rendas, subam dez vezes, transformando 789 numa Soho Nova-Iorque, em que os artistas que criaram aquele espaço já são apenas uma miragem.

Este exemplo é interessante pois permite ver como a renovação duma área industrial pode ser vantajosa para o panorama urbano. Neste caso a presente do meio artístico criou um ambiente característico e interessante. Embora não seja um paralelo perfeito, a estrutura do *Coworking* replica um pouco estas condições. A gestão destes espaços é geralmente associativa, os aderentes pagam um aluguer que pode variar conforme os espa-

## A CIDADE E O COWORKING



38

- 35. Club Chiswick, Inglaterra.
- 36. Club Bankside, Inglaterra.
- 37. Club London Bridge.
- 38. Factory 789, China.



39

### GESTÃO DE ESPAÇOS DE COWORKING



40

ços que utilizam. Geralmente o aluguer é acessível, pelo que o *Coworking* funciona como uma coabitação profissional. Assim, além das vantagens do ponto de vista social, a economia do *Coworking* baseia-se numa economia de escala dos recursos partilhados, o que diminui o preço final dos espaços, tornando-os mais apelativos. Mesmo para empresas isto pode ser vantajoso. Em dezembro de 2010, o governo dos Estados Unidos da América aprovou uma lei sobre a validação do teletrabalho. Aparentemente, desmaterializando os escritórios convencionais as empresas podem poupar até \$10 000 por empregado. Como o *Coworking* é indubitavelmente um fenómeno urbano o impacto desta medida vai além da poupança, o trabalho a partir de casa suprime a necessidade de comutação, logo reduz o consumo de combustível fóssil e as emissões de CO2. Por outro lado, a permanência dos habitantes nas suas residências contribui para a diminuição das zonas dormitório a para a dinamização de áreas da cidade.

Existem empresas privadas dedicadas à criação e gestão de espaços *Coworking*. *The Hub* nos Estados Unidos da América é um *franchise* que conta com vinte e oito espaços espalhados por todo o mundo. O tamanho destes espaços varia consideravelmente, alguns contam apenas com uma dezena de trabalhadores e outros com uma centena. É evidente que o número de trabalhadores que cada espaço alberga interfere com as despesas na gestão do espaço. Muitos espaços *Coworking* mais pequenos debatem-se com os custos de manutenção e falta de lucro. Segundo a *Deskmag*, 70% dos grandes espaços, aqueles que têm mais de 50 trabalhadores regulares, são lucrativos. Contudo, o número de espaços com este tamanho é reduzido. Os espaços mais pequenos mantêm as rendas baixas, para atrair mais trabalhadores, tendo lucros mais reduzidos. Para contornar a situação, recorre-se muitas vezes a parcerias ou subsídios públicos ou, mais recorrentemente, à venda de serviços como o aluguer de espaços, workshops ou à cafetaria.

O espaço *1871*, em Chicago, aposta na relação com outras instituições, nomeadamente universidades ou grandes empresas. O espaço oferece condições de trabalho para alguns departamentos dessas instituições, em troca de palestras e da simples presença dos investigadores no espaço, que beneficia todos os restantes utilizadores e atrai clientes e investimento. Para uma quantidade diária de quinhentos trabalhadores e visitantes, o espaço *1871* tem uma equipa de gestão de sete membros. Este facto deve-se à descentralização da gestão feita por associativismo.

Modo geral, um espaço *Coworking* não necessita duma grande equipa de gestão e manutenção nem de um grande orçamento. A possibilidade de hibridização confere a estes espaços a possibilidade de procurarem diferentes modelos de gestão, escolhendo o que mais se adequa à sua situação específica. Em Lisboa, a *Lx Factory* é um espaço empresarial interessante. Trata-se de um híbrido entre incubadora, escritórios convencionais, *Coworking* e centro artístico. E resulta da requalificação a baixo custo da antiga fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense.

O local da *Lx Factory* está inserido em vários planos de recuperação

39.Factory 787, China.

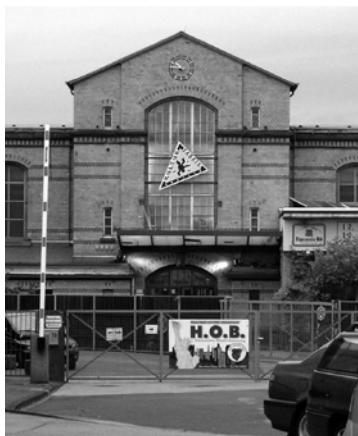
40.1871 Chicago, Estados Unidos da América.

da área. Como nenhum desses planos foi alguma vez concretizado, este empreendimento desenvolveu-se à margem deles, numa vertente totalmente inesperada. Inicialmente a administração via a *Lx Factory* como um espaço de futuro comprometido, mas o seu sucesso obrigou a uma revisão dos planos para a área. O investimento para a criação do espaço foi muito diminuto, uma vez que não foi necessário alterar as condições físicas dos edifícios nem adaptá-los a um uso radicalmente diferente. A intervenção mínima proporcionou retornos quase instantâneos (Carvalho, 2009). De resto, uma causa para o sucesso da *Lx Factory* foi certamente a manutenção da imagem industrial já existente. Todo o espaço foi construído sem tentar apagar ou alterar as marcas do tempo. Não será exagerado dizer que, mais do que um restauro, a *Lx Factory* é uma continuação da história do local.

Na formação do empreendimento, no ano de 2007, o seu funcionamento foi associado ao de um centro comercial (Carvalho, 2009). Para atrair pessoas em grande número para o local foi necessário encontrar nomes sonantes que se tornam as âncoras do local. Estas empresas chave tendem a inspirar a dinamização do espaço e sua consequente expansão, desenvolvendo-o. Na *Lx Factory*, as empresas âncora foram: a Ler Devagar, a escola de actores e dança, o artista Leonel Vieira, e empresas como a Quioto, Norme Jean e Zoot. Estes ocupantes ajudam a definir o ambiente específico da *Lx Factory* e a chamam outras empresas que desejam ser identificadas a esse ambiente.

Existem múltiplas empresas de diversas áreas instaladas no local. Mas a maioria pertence aos ramos do design e publicidade. Muitas delas, embora tenham trabalho, são pequenas e têm fundos reduzidos pelo que procuram locais onde as despesas não sejam exageradas. Em Lisboa, o valor médio dos espaços de escritório é de €20/m<sup>2</sup>. Na *Lx Factory* os preços praticados rondam os €8,6/m<sup>2</sup>. Esta diferença é ainda mais importante se se considerar a área média dos escritórios em Lisboa é de 50m<sup>2</sup>, ao passo que na *Lx Factory* é de 150m<sup>2</sup> (Carvalho, 2009). Esta discrepância de preços atrai estas pequenas empresas e empresários em início de carreira. O espaço oferece condições suficientes para acompanhar o crescimento dos negócios destes últimos. Por conseguinte, estes empresários tenderão a permanecer na *Lx Factory* durante mais tempo, beneficiando dos contactos com as outras empresas e contribuindo eles próprios para a manutenção da vida do local.

Esta manutenção é importante já que é o movimento de pessoas que mantém o espaço atraente. A gestão compreendeu isto e esforçou-se por encontrar negócios que atráissem pessoas à *Lx Factory*. No quadro observa-se que o negócio que maior número de pessoas movimenta por dia é a restauração. Ela é imprescindível para a manutenção dos espaços públicos precisamente pelo volume de pessoas que atrai. O *design*, apesar de ter mais empresas, movimenta muito menos pessoas, não é por isso tão bom dinamizador de espaços sendo antes um beneficiário do movimento. O público atraído a este local é composto pelos profissionais da cultura que vêm ali trabalhar, e pelos consumidores. Estes últimos podem tanto ser os



41

clientes da livraria e dos restaurantes, como aquelas pessoas que vão fazer *castings* ou frequentar *workshops* ou procurar um serviço. Há ainda quem procure a *Lx Factory* para a realização de eventos. O aluguer de espaços para estas ocasiões, são importantes para o orçamento e imagem do complexo. O aluguer pode ou não ser cobrado, dependendo de quem organiza. Às empresas que desejem o local para a realização dum evento promocional, como uma festa, concerto ou lançamento de produtos é cobrado um certo valor. Contudo, às organizações culturais o espaço é cedido com menos encargos pois elas contribuem para a imagem do local.

A realização de eventos como o *Open Day* é extremamente importante. Duas vezes por ano, os residentes do espaço têm a oportunidade se publicitar e mostrar o seu trabalho. Dado o carácter das empresas ali residentes, esses eventos abertos à cidade resultam em actividades culturais interessantes. O seu dinamismo é tal que atraem efectivamente grandes números de habitantes e dão à *Lx Factory* um lugar preponderante na cidade.

Ora, este empreendimento não é caso único. Existem vários outros complexos do género espalhados por toda a Europa e um pouco pelo resto do mundo. Na maioria, estes espaços têm parcerias com entidades governamentais ou empresas internacionais, pelo que a sua política de manutenção dos lucros é mais fraca do que o caso lisboeta. Na verdade, o principal foco destes espaços é distinguirem-se culturalmente nas cidades em que se inserem, contribuindo para o desenvolvimento e inovação das mesmas. A maior parte dos casos teve um percurso similar, baseado numa instituição ou associação criativa que se apropriou dum local e daí resultou um projecto interessante. Esses são os casos de algumas cidades francesas, como Nantes, Lille ou Marselha, mas também na Alemanha ou Amsterdão.

## CUSTOS E BENEFÍCIOS

Apesar do interesse crescente sobre o tema a verdade é que o *Coworking* é ainda um fenómeno recente. Até à data, o principal obstáculo à sua implementação é precisamente o lucro reduzido destes espaços e uma certa imprevisibilidade quanto ao número de trabalhadores independentes. Porém, dado que a primeira geração de trabalhadores digitais, a geração do milénio, está agora a entrar no mercado de trabalho, as perspectivas são positivas. De acordo com um relatório da *International Data Corporation* (2012) até 2015 a população global de trabalhadores independentes chegará aos 1,3 mil milhões, representando 37,2% do total de trabalhadores.

## SÍNTESE

Coloca-se então a questão sobre os benefícios que o *Coworking* pode trazer a estes trabalhadores. Parece absurdo pagar por um espaço de trabalho quando se pode trabalhar a partir de casa. Porém é preciso ter em conta que a renda num espaço *Coworking* não compreende exclusivamente as paredes que o compõem, incluem toda a comunidade e rede de contactos que pode tornar o quotidiano de trabalho mais interessante e produtivo. Este movimento acredita que as interacções dentro dum grupo composto



por trabalhadores de diferentes campos e com diferentes projectos, resultam em benefícios para todos os envolvidos. A comunidade de *coworkers* traz consigo conhecimentos, relações e oportunidades que dificilmente se encontram em casa. Estes contactos podem trazer novos clientes e novos projectos que beneficiarão o negócio e mesmo os horizontes pessoais. A colaboração não implica a perda da independência ou da produtividade. Pelo contrário a troca de experiências e conhecimentos é em si mesma um dinamizador da criatividade que apela aos trabalhadores.

Esta dinâmica acompanhada pelo nomadismo dos trabalhadores confere ao *Coworking* uma interessante vertente de propagação de conhecimento tanto a nível interno como externo. O desenvolvimento da economia de confiança, baseada na reputação, auxilia muitos destes empreendimentos a ganhar projecção e a definir-se como um centro relevante. O espaço 1871 em Chicago tem como objectivo desenvolver a indústria tecnológica disponibilizando espaço, conselhos, formação e uma estrutura de incubadora. Espaços como este criam boa publicidade e encorajam as iniciativas de *Coworking*, tanto privadas como públicas, acabando por contribuir para a credibilidade e pertinência do movimento.

A versatilidade do conceito e a sua actualidade ajudam a que este se alastre para além dos trabalhadores independentes e *start-ups*. Quanto maior for um espaço *Coworking* mais tipos de serviços pode oferecer e mais tipos de negócio pode albergar. Mas é importante salvaguardar que quanto maior for a dimensão do espaço mais difícil é gerir a comunidade original. Se a comunidade não for bem gerida podem perder-se os benefícios do *Coworking* e cair num escritório convencional sem contrapartidas para os trabalhadores nem a cidade.

O apoio à iniciativa privada, *freelance* e empreendedorismo como forma de renovar e impulsionar zonas económicas menos pujantes tem sido uma preocupação crescente por parte das autoridades responsáveis. Em paralelo, existe uma moda sobre a renovação dos espaços industriais urbanos. Esses espaços são hoje vistos como um elo de ligação entre um passado já gasto e o futuro sonhado. Eles são já considerados como pedaços de arquitectura vernacular, com a vantagem de permitir adaptações contemporâneas. Os espaços *Coworking* escolhem muitas vezes antigos edifícios pela localização, acessibilidade e baixo custo. A conjugação das potencialidades sociais do *Coworking* com a reabilitação de espaços degradados tem, geralmente, uma influência benéfica como a cidade em que se insere o espaço.

*Esta questão trata de um problema com grande grau de complexidade, visto a inserção dum espaço cultural dentro de uma cidade ser tipicamente vista como um elemento regenerador e de desenvolvimento social. No entanto, caso os objectivos deste espaço não alcancem as expectativas, este pode tornar-se apenas mais um espaço abandonado ou subaproveitado dentro da cidade (Carvalho, 2009: 128).*

Finalmente, constata-se que os espaços *Coworking* são uma proposta interessante à reflexão sobre o espaço da modernidade líquida. Sendo um



43

produto da economia digital e vivendo dos paradoxos da contemporaneidade, o *Coworking* é concebido como uma forma de contornar os aspectos negativos desta economia, em particular a atomização social e a perda das relações informais proveitosas. Moriset (2014) apresenta o ponto de vista de Shane (2009) sobre os efeitos nocivos da política de encorajamento à iniciativa individual. Shane (2009) afirma que esta fragmentação da mão de obra não contribui para a inovação e apenas cria emprego mal remunerado e trabalhos a curto prazo. Pode-se argumentar que o principal motivo para trabalhar por conta própria não é a criação de riqueza mas sim os benefícios da flexibilidade de horários e ser patrão de si mesmo.

O *Coworking* pode ser um meio de impulsionar novos padrões económicos, como a economia de partilha, novas tecnologias, *outsourcing*, *freelance* e *start-ups*. Isto acontece pois o conceito é sobretudo no modo de trabalho, que pode ser aplicado independentemente da escala das empresas. A criação de uma comunidade e da colaboração entre indivíduos, mas em que cada um pode trabalhar separadamente é a distinção entre a nova abordagem de trabalho e a tradicional. Kristen Eide, uma gerente do espaço *Coworking ThinkSpace*, nos Estados Unidos da América, refere numa entrevista que os espaços *Coworking* podem ser uma solução para os trabalhadores independentes que não conseguem ou não querem trabalhar nas suas casas.

Tal como o *Cohousing*, o *Coworking* pretende recriar vivências tradicionais, actualizando-as. O conceito pretende seguir as novas tendências e introduzir espaços em que o trabalho se desenrole tão naturalmente como uma conversa de café. Assim, os espaços *Coworking* são locais públicos em que uma comunidade de trabalhadores assegura uma constante permanência.

A segurança encontrada nas comunidades é aqui transposta, sendo enriquecida pelos contactos que as redes sociais possibilitam. A própria volatilidade dos trabalhadores contribui para a eficácia desta malha. Um trabalhador independente pode escolher um dado espaço *Coworking* para desenvolver um projecto, pelos trabalhadores que ali encontra, e mudar-se mais tarde de acordo com um novo projecto. A redução das ferramentas de trabalho possibilita esta movimentação, e os espaços *Coworking* alugam recorrentemente as suas secretárias. Isto pode também possibilitar a entrada de trabalhadores independentes no mercado imobiliário dedicado a espaços de trabalho.

Contudo, é esta vontade de contacto humano, e o proveito que as novas tecnologias podem proporcionar, que tornam o *Coworking* algo tão actual e pertinente no contexto da sociedade da contemporaneidade. Pelo aumento da sua diversidade e complexidade, as cidades deixam de ser associadas a elementos estáveis e sólidos e tornam-se líquidas e ajustáveis, criando cada vez mais referências temporárias entre utilizações e funções urbanas. Os espaços *Coworking* estabelecem a ponte entre o mundo global e digital e o mundo real e físico.

§

№ 3

16

11

# **Codesigning**

**=**

**Arquitectura e Participação**

Como se viu nos dois capítulos anteriores, a maior parte das experiências de arquitectura comunitária é desenvolvida em estreita colaboração com os elementos da comunidade. Este processo aproxima-se dos utilizadores finais do projecto, os habitantes, e é geralmente denominado processo de arquitectura participada. Blundell-Jones et. al. (2005) caracterizam este processo pela sua capacidade de distinguir as exigências feitas pelos promotores das necessidades expressas pelos habitantes.

No seguimento das estratégias de habitação implementadas pelos Estados, a habitação corrente é controlada pelas autoridades e promotores, em detrimento dos utilizadores. Neste binómio entre promotores e utilizadores, os arquitectos tendem a alinhar-se com os primeiros, seus clientes, prestando pouca atenção às necessidades daqueles que serão os utilizadores finais do seu trabalho. Porém, a remoção dos habitantes do processo de arquitectura apenas contribui para a sua alienação sobre o ambiente a que pertencem. Nas cidades, o quotidiano dos cidadãos está estreitamente relacionado com o bairro onde moram. Esta relação motiva muitos dos cidadãos a participar em iniciativas que incidam sobre o seu bairro e que possam melhorar a sua qualidade de vida e dos seus vizinhos. De resto, o envolvimento dos habitantes nalgum ponto do desenvolvimento do projecto é um denominador comum a todas as formas da arquitectura participada, o objectivo é a aproximação da arquitectura àqueles que a vão habitar.

O processo participativo é muitas vezes imaginado como um consenso acrítico entre as partes. Todavia, o processo pode ser conflituoso e imprevisível. Actualmente, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, a participação feita através do debate público é um estágio obrigatório do licenciamento das grandes obras públicas. Infelizmente, este processo é muitas vezes manipulado, uma vez que os promotores servem de intermediários entre a população e os arquitectos. Pode considerar-se que o processo participativo coloca em questão a eficácia do Estado no processo de tomada de decisões que envolvem directamente as populações.

#### **IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO**

Diversos autores atestam a importância do processo participativo a diversos níveis. García (2008) considera que a participação é importantíssima na manutenção dos vínculos sociais e na relação dos indivíduos com o poder de decisão e cidadania. Friedmann (1973) considera o envolvimento do público nos processos de planeamento, como uma mais-valia importante. Cahn e Passet (1971) encaram a participação dos cidadãos como uma valorização do indivíduo no contexto social. Nesta linha, Skeffington (1969:1) considerava a participação como sendo o acto

de intervir na formulação de propostas dos planos. Para o autor, não basta disponibilizar informação, os indivíduos deveriam ser activos e participar no processo de decisão. Crespo (2003, 2010, 2013) sumariza estas posições: “a intervenção de um indivíduo ou grupo no sentido de influenciar uma decisão final com repercussões no território”.

Giancarlo de Carlo, um arquitecto italiano que se dedicou a este tema, criticou o modo abstracto como os CIAM planeavam as cidades. Para de Carlo a cidade resulta dum processo orgânico e não de princípios filosóficos preestabelecidos. Deste modo, o ascendente racional e funcionalista do movimento moderno reduzia a qualidade de vida dos habitantes, já que os reduzia a equações de necessidades básicas e espaços estandardizados. Além disso, a estética decorrente da função não acompanhou o desenvolvimento do gosto da sociedade, acabando por quebrar a relação dos indivíduos com os objectos arquitectónicos em que habitavam.

É curioso notar que ainda durante a regeneração do segundo pós-guerra se começaram a levantar algumas críticas às soluções para a habitação da época. No entanto, a participação pública só ganhou popularidade a partir dos anos 1970, a par do desenvolvimento do individualismo e das identidades locais. Tradicionalmente, os canais para a participação pública são regulados pela democracia representativa. Ao ser eleito pelos cidadãos, um político representa, nos diversos níveis de governo, os interesses daqueles que o elegeram. Os políticos e outros profissionais, são técnicos instruídos e responsáveis pelo interesse público. Neste contexto, os arquitectos deveriam conhecer as necessidades dos habitantes melhor do que a própria população.

Esta supremacia elitista começou a ser contestada a partir da década de 1960. Neste período, a discrepância entre a concertação política e os interesses dos cidadãos comuns deixava a população insatisfeita com o sistema e impotente sobre as decisões que a afectavam (Hill, 1970). Assim, a reivindicação por processos mais efectivos de participação da população tornou-se um manifesto estudantil em vários países ocidentais. Nos Estados Unidos da América, Davidoff (1965) defendeu a assistência profissional aos grupos desfavorecidos através do sistema de planeamento “advocativo”, que será descrito adiante. Deste lado do Atlântico, em França, devido à revolta estudantil de Maio de 68, esta contestação teve maior projecção e dela resultaram várias iniciativas de contacto entre os estudantes de arquitectura e as populações, como em *l'Alma-Gare* nos arredores de Lille. No Reino Unido um relatório denominado *People and Planning* (1969), defendeu a criação de fóruns comunitários que tornassem mais fácil recolher informação e consultar os moradores para a elaboração dos planos locais (Brindley et. al., 1996). No entanto estes grupos não serviriam para mais do que consulta, mantendo a abordagem elitista.

Na década de 1970, com o recuo dos Estados no campo social, assistiu-se a diversas iniciativas no âmbito da participação, como o movimento cidadão em Madrid ou os *Shimin* no Japão. Apesar das populações mostrarem iniciativa por programas participativos, estas mantiveram-se

## HISTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO



sobretudo como correntes alternativas não sendo suficientes para influenciar o processo e decisão das autoridades. Os anos 80 concentraram-se maioritariamente em grandes planos de urbanização de alta rentabilidade e processos acelerados, marginalizando a participação da população. A tendência mantém-se na década seguinte, sendo a Expo, em Lisboa, um exemplo deste processo. Já no final do século XX, a crescente preocupação com a sustentabilidade começou por questionar os processos de decisão e mostrou uma preocupação crescente na inclusão das comunidades e dos indivíduos numa sociedade cada vez mais alargada. Esta perspectiva foi cristalizada já no novo milénio no *Livro Branco sobre Governança* (CE, 2001), em que a participação pública passou a ser vista como indispensável à governança urbana.

Actualmente, é muitas vezes referido que a descrença nas opções governativas e o afastamento das instituições democráticas tradicionais, que não incluem a participação directa dos cidadãos. Mas, apesar da perda de interesse no governo e no Estado por parte dos cidadãos, estes ainda não perderam a convicção na democracia (Crespo, 2003). Nos próximos anos, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, a permeabilidade dos novos modos de vida e o ritmo incessante das cidades terão repercussões no modo de conceber e planear a cidade (Poitras e Breux, 2013). A evolução das novas tecnologias de comunicação torna apenas mais plausível a participação dos cidadãos no seu ambiente.

Kass et. al. (2001) vêem na participação um modo de tornar mais claros os sistemas governativos para a população em geral e, consequentemente, gerar um debate saudável entre esta, as autoridades e os especialistas. Na base desta perspectiva estão os objectivos genéricos de qualquer programa de participação. De forma sumária, estes objectivos são (Crespo, 2003):

- Educar todas as partes interessadas, para garantir uma participação consciente.
- Coligir as diferentes ideias pertencentes às partes interessadas, mesmo que vão além exercício de projecto de arquitectura.
- Apresentar as vantagens e desvantagens do projecto, escutar as opiniões e discutir as possibilidades com os interessados.
- Compreender quais as preocupações e objectivos dos *stakeholders*
- Responder às dúvidas que os *stakeholders* possam apresentar ao longo do processo, por forma a garantir a perfeita simbiose entre eles e o projecto.

Mas um programa de participação não é um fim em si mesmo. Na verdade, ele existe como ferramenta para a participação pública. A participação pública visa (Crespo, 2003; Noble e Gilfoyle, 1975; Brynard, 1996):

- Envolver a população nas várias etapas dum plano local.
- Fornecer às pessoas informação sobre as políticas e as opções, contribuir para uma substancial formação dos elementos participantes.
- Receber das pessoas elementos importantes para incorporação

nos planos, pois estes têm uma vivência e uma visão dos locais.

- Educar as pessoas e os grupos nas decisões antes de estas estarem tomadas.
- Integrar contributos das pessoas e grupos nas decisões antes de estas estarem tomadas.
- Compreender o comportamento das pessoas e grupos em situações de alterações territoriais.
- Propor às pessoas e aos grupos um conjunto de alternativas que se ajustem ao território.
- Atenuar conflitos para facilitar a cooperação entre agentes num processo de planeamento.

Crespo (2003) expõe ainda as funções que a participação pública desempenha:

*Função de comunicação:* pois permite às autoridades conhecer melhor as expectativas e os anseios das pessoas e grupos. Esta função funciona tanto no sentido ascendente, dos cidadãos para o governo, como no sentido inverso.

*Função de legitimação:* as consultas servem de multiplicadores de legitimidade para os eleitos por fornecerem informação às autoridades e aos eleitos.

*Função de sociabilização:* ao juntar os habitantes num local implementa-se um espírito de união e é mais fácil encontrar consensos sobre escolhas municipais. Além disto, a presença das autoridades locais reforça, também, a identificação dos habitantes com o seu município, além de incluir as pessoas e grupos nas políticas locais.

*Função de auxiliar do sistema político formal:* mais do que colmatar as fraquezas e insuficiências do sistema de representação política, a participação pública serve para revitalizar a democracia política.

Estes são os princípios gerais de qualquer abordagem ao processo participativo. Essas abordagens são tão diversificadas quanto os grupos a quem se dirigem. Contudo é possível classificá-las de acordo com o tipo de iniciativa, objectivos e estratégias que encerram. Num extremo encontra-se a perspectiva elitista, ou *top-down*, onde se desenvolvem formas de participação iniciadas pelos técnicos, especialistas ou autoridades. No extremo oposto encontra-se a perspectiva *bottom-up*, caracterizada pela iniciativa das pessoas e grupos (Hill e Barlow, 1995; Alterman et. al., 1984).

*Perspectiva elitista, ou top-down:* nesta abordagem a participação dos cidadãos é uma formalidade usada para legitimar decisões e manter a estabilidade social. A iniciativa parte das autoridades e dos técnicos uma vez que não se admite que o cidadão comum seja interessado e possa ter uma opinião séria sobre assuntos técnicos. Os objectivos são a manutenção da estabilidade social, prevenir rupturas com sistema em vigor e a promoção dos planos junto aos cidadãos. Isto é feito através da propaganda das autoridades sobre um projecto e da sua resposta às reacções do

público. Modo geral, esta perspectiva tem o público alvo bem definido e dirige a sua atenção de forma restrita.

Em Santiago do Chile, por exemplo, o projeto de habitação social Lo Barnechea, de 2010, tentou oferecer habitação qualificada às populações desfavorecidas. Mas os limites orçamentais não permitiram a construção integral das habitações. Para contornar a situação, os arquitectos desenharam as habitações em função das necessidades e do crescimento que cada família teria no futuro, para que elas próprias pudessem complementar as suas casas. Em vez de decidir pelas famílias as suas necessidades, os arquitectos incluíram-nas no processo projectual colocando-lhes várias questões sobre as suas vivências. Pediram às famílias que escolhessem entre um esquentador ou uma banheira. Os dirigentes estavam convencidos de que a maioria preferiria a água-quente. Mas a totalidade dos habitantes preferiu a banheira por significar um aumento da sua privacidade e qualidade de vida. Esta divergência de opiniões é reveladora da discrepância entre as prioridades das autoridades, tendencialmente tecnicistas, e aquelas da população que prefere privacidade a banhos quentes, tendo sido os arquitectos responsáveis pelo desencadeamento do processo de participação no projecto.

*Perspectiva pluralista:* esta perspectiva não exclui nenhuma via para a tomada de iniciativa. Pelo contrário, na perspectiva pluralista devem existir vários canais para as pessoas e grupos expressarem os seus pontos de vista e participarem no processo de decisão (Dahrendorf, 1975). A iniciativa cabe tanto às autoridades e profissionais como aos grupos interessados e aos cidadãos comuns. De resto, os cidadãos são tidos como sendo pessoas potencialmente activas e úteis, dispostos a envolver-se nos processos que os podem influenciar. Esta posição reforça a prática directa do processo democrático, dado que abarca os diferentes pontos de vista de cada indivíduo ou grupo e previne o domínio das políticas públicas por pessoa ou grupo sobre uma minoria. Este objectivo é alcançado pelo estímulo a que cada pessoa, sem discriminação, use a sua influência individualmente ou através de grupos e, depois, pela reunião desses grupos e organizações representativos para expressarem e negociarem os seus interesses presencialmente.

Em Porto Alegre, no Brasil, o Partido Trabalhista implementou na cidade em 1989 um programa de orçamento participativo. A participação no orçamento seria clara e transparente, dando prioridade aos bairros pobres. O poder de decisão foi desmontado do habitual aparelho de Estado e foram criadas parcerias directas com os representantes das comunidades e dos bairros. Grande parte dos fundos públicos passou a ser dedicada aos transportes, serviços sociais e espaços públicos, contrariando a tendência de privatização dos grandes centros financeiros contemporâneos. Ao fim de alguns anos, o processo participativo fez de Porto Alegre a cidade com maior qualidade de vida do país (Hoskyns, 2005). Os debates abertos são um sucesso na cidade. Como são abertos a toda a população, os cidadãos encaram aquele espaço como mais uma oportunidade de serem ouvidos



45

no governo da cidade. As diversas oportunidades de exercer a cidadania e de construir a cidade são aquilo que coloca esta iniciativa dentro da perspectiva pluralista e não numa vertente elitista.

Na Europa existem também diversas iniciativas deste género. Em Toulouse, o projecto habitação comunitária *Aera Habitat* explora tanto os aspectos da partilha local como as expressões formais das políticas sociais que ali tomam lugar. As famílias são chamadas a reforçar o sentido comunitário dos bairros em que habitam, através da partilha de víveres, espaços ou capacidades. O objectivo é assegurar a inclusão social e alojamento para as famílias carenciadas, não se concentrando apenas num bairro. Pelo contrário, o projecto tem financiado várias intervenções do mesmo género por toda a cidade.

Também em Lisboa a perspectiva pluralista é cada vez mais frequente. É dada bastante atenção às iniciativas dos cidadãos e é-lhes pedida muitas vezes opinião através de orçamentos participativos e programas municipais. O programa BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa) foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2010. Este programa faz parte do Programa Local de Habitação (PLH) e visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais. O programa resulta da existência de bairros degradados, condições de vida precárias, do declínio urbano e da falta de parceiros sociais. Tem como objectivo a melhoria das áreas abrangidas através do apoio a projectos dos locais que contribuam para a qualidade de vida dos residentes e do município. Para o conseguir, a administração municipal envolveu-se com os moradores, arquitectos, advogados, *start-ups* e outros profissionais para impulsionar o desenvolvimento local e o planeamento urbanístico *bottom-up*. O programa BIP/ZIP é uma iniciativa por parte das autoridades para criar oportunidades para a participação dos habitantes.

Um resultado do apoio BIP/ZIP foi o projecto A Linha. Iniciado em 2012, este programa visa a dinamizar a ligação entre o Campo de Santa Clara e o rio Tejo através de micro-intervenções urbanas. As intervenções combinam estruturas de bairro pré-existentes com novas estruturas de dinamização, tais como jardins e hortas, animação de rua através do comércio, cinema ao ar livre. Para fomentar a proximidade, o programa serve-se do trabalho e materiais dos locais.

*Perspectiva bottom-up*: modalidade *bottom-up* suporta a iniciativa a partir do público. Na abordagem *bottom-up*, pensa-se que os cidadãos são activos, interessados e competentes para intervir nas questões públicas. A perspectiva marxista visa intervenções que alterem as condições sociais dos grupos que as iniciam. E os seus objectivos abrangem a organização das pessoas de acordo com os seus interesses de classe, locais de trabalho e residência, generalizar o conhecimento em prol das classes mais desfavorecidas e envolver os movimentos representativos na estrutura de decisão para poder reduzir as desigualdades de poder entre classes sociais.

Existem diversas iniciativas neste sentido, com maior ou menor co-



## PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO



47

notação política. *O Campo de Cebada* é precisamente uma comunidade de cidadania activa que emergiu da demorada reabilitação de espaços públicos num bairro de Madrid. Trata-se duma organização de moradores que deseja criar uma infraestrutura aberta ao serviço público, que visa facilitar o diálogo entre os moradores e a administração local. A organização promove eventos culturais abertos à população, sendo que são os próprios moradores que participam nas decisões sobre as actividades e projectos a desenvolver, tornando o espaço num esquema de co-responsabilidade independente das autoridades locais.

Em Berlim um grupo de moradores formaram uma cooperativa para criar um bairro sustentável, a *Initiative Möckernk*. Os moradores desenvolveram um projecto de bairro que preza a comunidade e a continuidade de gerações, além da sustentabilidade ecológica e acessibilidade social. O bairro foi desenhado através dum processo participativo entre os membros da cooperativa e deverá estar concluído no final de 2014.

Nada impede que um programa de participação se sirva de estratégias e metodologias de perspectivas diferentes. Na verdade, existem diferentes modos de promover a participação pública. É necessário sabê-los para reconhecer e fazer uma escolha consciente para cada situação. Em urbanismo, a participação baseia-se na relação entre os habitantes, ou utilizadores, e os arquitectos. Contudo, inclui ainda diversos outros papéis, como o das autoridades locais e políticas, instituições, e organizações não-governamentais. A *boa* participação vai além da mera informação e compreensão e boas relações entre os cidadãos e as autoridades, ela inclui a abertura do sistema de poder aos cidadãos comuns e o encorajamento desse interesse (Brynard, 1996). A concertação com os cidadãos implica uma redistribuição do poder de decisão pelas pessoas e grupos, de tal modo que elas possam negociar com as autoridades e iniciar projectos por iniciativa própria (Chevallier, 1999). Sanoff (2006) afirma que a participação não deve limitar-se a votações sobre propostas pré-definidas, mas antes, deve incluir várias actividades de diálogo, compromisso e envolvimento. Para este autor, participação significa a colaboração de pessoas para alcançar objectivos comuns.

O sucesso dum método num determinado contexto não é garantia do mesmo sucesso num outro contexto (Dede et. al., 2012). Isto significa que não é possível estabelecer um padrão para todas as práticas de participação. Todavia, existem algumas boas práticas que podem ser empregues nas situações adequadas. Depende da equipa de trabalho, os arquitectos, engenheiros, município, etc., analisam a situação de trabalho e decidem quais as melhores práticas. Nas últimas décadas têm sido desenvolvidos alguns programas de participação pública. Cada programa recolhe e trata a informação distintamente, havendo ainda diferenças no lugar que os arquitectos, autoridades e público desempenham.

Criado por Davidoff (1930-1984), um planeador americano, este

**PLANEAMENTO  
"ADVOCATIVO"**

modo de planeamento "Advocativo" baseia-se na compreensão de que, em sociedade, é difícil encontrar uma convergência de interesses e valores. Por detrás deste princípio está uma crítica ao Homem estandardizado para quem os urbanistas tinham vindo a trabalhar, sobretudo no segundo pós-guerra. O zonamento unifuncional das cidades é apontado como uma causa para o empobrecimento das vivências. Davioff (1965) defende que o planeador deve defender os seus valores, e dos seus clientes, de forma clara. Só servindo de entreposto entre os cidadãos comuns e as autoridades é que o planeador poderia conseguir que os cidadãos fossem ouvidos. O modelo "advocativo" dá aos planeadores a possibilidade de trabalhar tanto para as autoridades como para pequenos grupos e organizações independentes, auxiliando na criação de planos oficiais ou alternativos.

Na Europa, muitas associações de bairro são representadas junto aos poderes locais por arquitectos, ou planeadores residentes na área. Estes representantes são úteis ao grupo pois usam os seus conhecimentos e contactos na área para benefício do grupo. Ao incorporar os interesses do grupo nas suas capacidades profissionais, este representante pode traduzi-las em linguagem técnica e disputar as suas alternativas com o plano oficial. Contudo corre-se o risco destes representantes usarem a influência do grupo para benefício próprio, em vez de focarem a influência no grupo, focam-na em si mesmos corroendo a democracia. O modelo "advocativo" afastou o planeamento da tradicional esfera da funcionalidade e lucro, ajudando a promover a justiça social e a ligação com a população.

A teoria do Planeamento "Incrementalista" apresentada por Charles E. Lindblom (1965) assemelha-se à de Davidoff no sentido em que ambas se dedicam a dar voz aos grupos sociais mais silenciosos. Contudo, Lindblom defende que, em vez de cada um lutar individualmente pelos seus interesses, é possível chegar a consensos razoáveis entre os diferentes grupos. Ele utiliza um método de negociação, a que chama *partisan mutual adjustment*, para atingir compromissos entre os diferentes grupos (Mäntysalo, 2008). Este autor defende três fases de gestão da informação pelos planeadores: a primeira concentra-se no planeamento a curto prazo; a segunda na confiança no planeamento já existente e em experiências similares, de forma a concentrar os recursos em questões sem precedentes; a terceira fase seria o alargamento do conhecimento através de outros grupos de interesse, que completassem o planeamento (Mäntysalo, 2005). O processo participativo torna-se assim um jogo de interesses entre os representantes dos diversos grupos, garantindo-se que é dada atenção a cada grupo individualmente e em conjunto. Idealmente, este modelo traria a maior vantagem a todos. Contudo, os consensos seriam alcançados através do compromisso e cedências de cada grupo com os restantes. Esta preocupação com o consenso através da troca de cedências afasta este modelo do entendimento mútuo, não contribuindo de facto para a aproximação dos grupos.

**PLANEAMENTO  
"INCREMENTALISTA"**

John Forester (1929 - ) apresenta uma visão do planeamento di-

ferente, o Planeamento "Comunicativo". Esta visão ultrapassa a defesa de interesses de grupos e altera o papel do planeador para comunicador. Forester distingue duas dimensões dos problemas do planeamento. A primeira prende-se com a falta de informação sobre o objecto de estudo devido às limitações de tempo e recursos. A segunda é uma dimensão política e está relacionada com a legitimidade dos objectivos e a forma de planear. Deve contrabalançar-se a incerteza com informação. Para evitar a ambiguidade, que pode por em xeque a legitimidade, é necessário pragmatismo.

Habermas (1985) desenvolveu esta teoria adicionando-lhe a questão dos consensos. Este autor partilha a visão de Tönnies sobre a *Gesellschaft*. Habermas acredita que, apesar dos antagonismos, a sociedade partilha suficientes pontos comuns para basear os comportamentos e ajustá-los. Assim, as decisões em consenso devem ser baseadas em premissas válidas para todas as partes e as consequências devem ser eticamente justificáveis para todos. Os representantes dos grupos de interesses devem esforçar-se por encontrar entendimentos e valores partilhados que possibilitem futuras decisões consensuais. Contudo, a fragmentação social que caracteriza a contemporaneidade não facilita o consenso. No modelo "Comunicativo", o planeamento é entendido como o acto de moldar os mundos partilhados (Crespo, 2003). A aceitação da diferença não significa consenso, porém é possível canalizar energias para as decisões democráticas que sejam efetivamente consensuais, aceitando as questões que são irresolúveis no momento.

Este modelo impõe a argumentação e a busca de consenso independentemente das condições. Em contrapartida, desvaloriza aqueles que delegam o poder de decisão nos políticos locais, aqueles cujo poder argumentativo é mais fraco e, sobretudo, aqueles que fujam ao debate por não acreditarem na possibilidade de consenso. Assim, a participação pode tornar-se uma forma de gestão de conflitos, em que a arquitectura desempenha um papel interessante.

Forester incute a ideia de que o desenho de projecto é um processo de consenso interpretativo e partilhado entre indivíduos, ou grupos, com características distintas, e chama-lhe *designing as making sense together*. Forester dá aos participantes a oportunidade de criarem juntos um conjunto de significados, vinculados aos seus objectivos, através do desenho e forma. Este modo de projetar é vantajoso pela sua produtividade, pela participação e pela facilidade de ser socialmente reprodutivo (Crespo, 2003). Aqui, o papel do arquitecto é o de usar a sua formação e experiência para guiar a discussão social. Através de questões, clarificação de valores, esboço de oportunidades, diálogo, etc. o arquitecto foca-se na obtenção do entendimento com os participantes e entre os participantes. Esta forma de encarar a participação pode resultar numa cultura de planeamento duradoura que permite a gestão de conflitos entre diferentes grupos.

Para o sucesso dum processo participativo é indispensável a parti-

cipação informada da população. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação abrem novos horizontes à participação (Saad-Sulonen, 2013). A *internet* acrescentou mais um local onde a discussão e participação podem acontecer. Muitos dos novos projectos que incluem esta tecnologia resultam em transposições das interacções que acontecem tanto *online* como *offline* durante as diversas faces de concepção e planeamento. O alargamento dos fóruns de debate concorre para o sucesso de qualquer programa de participação. Sanoff (2006) afirma este sucesso depende da promoção duma política de inclusão da população. Independentemente do programa de participação empregue, existem várias ferramentas que possibilitam aos planeadores tanto a recolha de informação como a aproximação necessária para possibilitar a participação. Numa abordagem mais formal incluem-se inquéritos, dinâmicas de grupo, *workshops* e experiências de desenho. As abordagens informais incluem conversas de rua, casas abertas com apresentações ou exposições e os meios de comunicação. Em ambos os casos a interacção real é o factor que mais contribui para a eficácia da participação (Sanoff, 2006).

*Staged Participation:* Trata-se duma aproximação formal. O objectivo principal é político, já que se pretende envolver os habitantes nas decisões sobre os seus locais de habitação. Modo geral, serve-se da consulta aos futuros utilizadores na fase inicial do projecto de arquitectura, para legitimar o próprio.

*Focus Group:* Este método de informação e discussão é conduzido num grupo com cerca de dez pessoas representativas da população em estudo. Existe um moderador por cada sessão que conduz o debate. O grupo não tem necessariamente que chegar a uma conclusão, mas o conteúdo do debate é estudado de modo a conhecer melhor a população a que se dirige o projecto.

*Orçamento Participativo:* É uma iniciativa dos municípios que visa promover a participação dos seus habitantes nos processos governativos locais e garantir que os investimentos municipais correspondem às verdadeiras necessidades da população. Os cidadãos podem participar nas fases de apresentação e discussão de propostas e, depois, na votação dos projectos finais. Uma vez escolhidos, a câmara compromete-se a realizar os projectos votados pela maioria.

Estas aproximações admitem capacidade dos cidadãos para emitir opiniões válidas, no entanto não incluem verdadeiramente os cidadãos no processo. Ao admitir a validade e independência dos participantes, o processo participativo alastra-se a um conjunto de actividades quotidianas que vão além do tradicional questionário, estatística e consulta popular (Saad-Sulonen, 2013). Segundo Horelli e Wallin (2013), o desenvolvimento urbano participativo deve servir-se de ferramentas diversas e servir ele próprio como centro de desenvolvimento de novas formas de coprodução nas diversas fases do projecto. Assim, o processo de planeamento urbano é integrado nas questões do quotidiano urbano, como as tarefas diárias, e expande-se da mera organização física para o desenvolvimen-

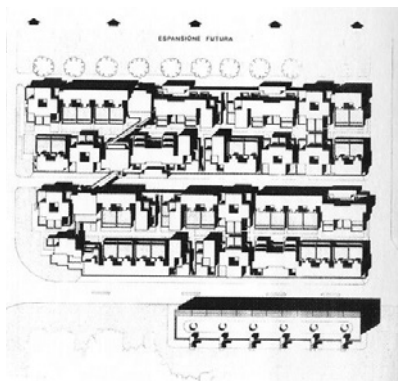
to da comunidade e governança. Este planeamento afasta-se da normal governação baseada em normas, programas institucionais, interesses económicos, e aproxima-se dum modelo mais localizado e direccionado para a monitorização, deliberação, auto-organização e autonomia das comunidades.

*Participation Design in Use (Participação em Processo):* trata-se de incluir os habitantes no próprio processo de projecto. Através de exercícios e actividades de formação nas diversas áreas, os habitantes podem ter uma participação activa na concepção dos seus espaços e uma compreensão mais profunda sobre os seus modos de execução e manutenção. As novas tecnologias tornaram este tipo de participação mais fácil, já que a formação é mais acessível.

*Apresentação e Discussão de Hipóteses:* entre 1964 e 1974, Giancarlo de Carlo recuperou a Vila Matteotti, uma vila operária em Urbino. O arquitecto convidou os moradores da vila para participar na escolha das premissas do projecto mais adequadas às suas necessidades. Em conjunto, os moradores e a equipa de trabalho, optaram por uma proposta que integrasse os programas residenciais, de serviços e passagens pedonais. Embora esta solução fosse mais dispendiosa, foi preferida precisamente por privilegiar as movimentações pedestres e as inter-relações espaciais. Posteriormente, foram apresentados diversas propostas de habitação aos moradores. A discussão em torno das possibilidades acabou por fornecer aos habitantes uma melhor compreensão da dinâmica das suas habitações e dos custos de construção e manutenção. Neste ponto a discussão gerada visou áreas diversas e contribuiu, segundo de Carlo, para a formação duma cultura coletiva indispensável à manutenção do bairro.

*Desenvolvimento Colectivo:* Querrien (2005) sintetiza um caso semelhante ao da Vila Matteotti. No final da década de 60, a população do bairro operário de l'Alma Gare, nos arredores de Lille, insurgiu-se contra a renovação do bairro. A extrema densidade do bairro conduziu a um sentimento de comunidade que seria destruído pelos blocos de habitação social da época. Por exemplo, a lavandaria era o centro cívico do bairro, já que era lá que todos se encontravam e passam algum tempo na conversa, enquanto a roupa se lavava. Durante o processo de renovação, os residentes formaram uma organização que o representava junto do município e da equipa de renovação. Esta proximidade permitiu a abertura de escolas para adultos, cantinas e até criar um fundo que abatesse o preço das rendas para os habitantes mais carenciados. Durante a construção criou-se um fórum onde os habitantes, tanto individualmente como representados pela sua organização de bairro, debatiam com a equipa de trabalho as suas necessidades e o decorrer das obras. Dado o contexto social da época, a revolta estudantil de 68, resultou do fórum uma escola de urbanismo informal, frequentada por alunos da faculdade. Além de formar os alunos num novo contexto, a escola permitiu uma melhoria acentuada na sua qualidade de vida dos habitantes de Roubaix.

*Autoconstrução:* esta aproximação teve especial relevo durante o



48

processo SAAL, em Portugal. Durante a operação as populações participaram activamente na construção da sua habitação. Essa participação passou da fase conceptual para a construção dos bairros, já que essa foi a forma mais simples de poupar recursos. Tome-se agora o exemplo as aulas práticas de construção em terra, dum curso de Eco-Arquitectura realizado em 2014, em Lisboa. Durante as oito aulas do curso, os alunos e alguns voluntários deveriam construir de raiz um pequeno armazém para as hortas dos voluntários, utilizando diferentes técnicas de construção em terra. Nas primeiras aulas a comunicação dentro do grupo era difícil, pois os alunos não confiavam nas suas capacidades para desenvolver o trabalho. No final da construção do módulo a distribuição de tarefas, períodos de convívio e mesmo a troca de conhecimentos estavam perfeitamente sintonizados entre os alunos, professores e voluntários. Mesmo que o papel de cada um fosse diferente, os professores passavam conhecimentos, os alunos viveram ali uma aplicação desses conhecimentos, e de outros obtidos antes, e os voluntários faziam algo que lhes dizia respeito mais intimamente, todos serviam uma causa comum. A própria metodologia de projecto e construção foi adaptada à situação, resultando da concertação de todas as partes e não dum plano prévio estritamente definido. Os alunos viram concretizar-se na terra os conhecimentos acumulados durante os meses anteriores. A sua participação era mais interventiva, no sentido em que compreendiam as implicações desta ou daquela escolha e as relacionavam com determinadas linhas de pensamento. Os voluntários reproduziam aquilo que lhes era pedido, inicialmente sem comentários mas no fim já de forma mais interventiva. A construção em terra, e noutras formas sustentáveis, é particularmente indicada para esta dinâmica pois é facilmente transmissível enquanto técnica. O módulo final resultou da participação de todos, ou seja, do envolvimento e responsabilização de cada uma das partes. A observação do curso mostra que ao longo do período de edificação, o contacto com as várias soluções construtivas e as razões que as sustentam forja uma relação estreita das pessoas na comunidade e desta com o meio. Esta relação, que implica conhecimentos construtivos mas também vivências e ideias, permite que a manutenção do edifício seja mais eficiente, na medida em que os habitantes saberão que medidas adoptar para gerir o seu quotidiano.

*Participação Pedonal:* esta experiência apresentada por Kuoppa (2013) foi conduzida em Herttoniemi, um bairro de Helsíquia. A experiência segue-se pelo princípio de que os percursos pedonais são mais do que o consumo passivo das possibilidades criadas pelos urbanistas (de Certeau, 1984). Kuoppa mostra que as caminhadas permitem maior interacção com os espaços e pessoas uma vez que existem tempo para notar detalhes. Uma das entrevistadas tinha o hábito de recolher lixo durante as suas caminhadas, mantendo o bairro limpo.

Estes exemplos confirmam que o valor simbólico e os laços entre as pessoas a um lugar podem motivar esforços para melhorar esses locais e participar em processos de planeamento local (Manzo e Perkins, 2006). O espaço urbano não se transforma exclusivamente pela intervenção ins-



## CONCLUSÕES SOBRE AS ABORDAGENS



50

titucional e campanhas de obras, ele é polido e acertado pelo dia-a-dia dos habitantes. Os bairros são caracterizados pelos residentes que expressam a sua identidade, os seus desejos e necessidades ao longo do tempo (Manzo e Perkins, 2006; Gottdiener, 1994).

Hoskyns (2005) afirma que a verdadeira participação não reside no mero interesse pela opinião do público, implica o empenho dos cidadãos nas escolhas relativas às suas vidas e, por conseguinte, a recuperação da cidadania na cidade e nos indivíduos. Não é possível pensá-la apenas como um meio de sondagem de mercado. Na verdade, a participação pode contribuir activamente para a recuperação da cidade e mesmo do Estado.

A admissão das capacidades dos habitantes ou utilizadores dos espaços é imprescindível para o sucesso da participação. Quer sejam necessárias campanhas de informação ou mesmo *workshops* sobre o assunto, é necessário que os utentes possam cooperar na concepção dos espaços que lhes são destinados. Como se viu, podem-se incluir no processo de discussão e participação do planeamento actividades dirigidas à comunidade. Estas actividades transportam a participação dum campo burocrático, marcado apenas por estudos e consultas formais à população, para um campo mais espontâneo e orgânico, em que os consultantes têm um papel mais activo e o processo se prolonga além da própria fase de projecto e de construção. A inclusão destas actividades resulta num alargamento da percepção do planeamento, urbano ou outro. Este engloba a formação e manutenção da comunidade e reforça o governo local.

Kass et. al. (2001) defende que o sucesso deste processo depende da existência dum elevando nível de cumplicidade entre as partes envolvidas, materializada por uma cultura organizacional que valorize o diálogo e pela existência de recursos financeiros disponíveis e pessoal qualificado. O diálogo entre as partes não deve perder-se em minudências, pelo contrário deve corresponder a objectivos claros, servindo-se de meios que demonstrem a influência do processo participativo na tomada de decisão e avaliando a qualidade da participação por um método consistente (Kass et al., 2001). Neste sentido, a participação implica a transformação do sistema político, duma democracia representativa para uma forma mais directa, e a revisão das funções tradicionais do arquitecto (Hoskyns, 2005).

Tal como as directrizes dos Estados, as teorias sobre processos participativos têm tendência em encarar os cidadãos como um público homogéneo. Na sociedade contemporânea essa homogeneidade está a desaparecer, pelo que o processo participativo deve considerar esta multiplicidade de vozes e encontrar um espaço para elas. A vantagem da participação sobre o ordenamento do território convencional é que ela é dotada de meios para responder à heterogeneidade. Para isso é importante escolher conscientemente os métodos utilizados e um conhecimento profundo dos grupos alvo. Uma vez que a participação é a procura da colaboração entre todas as partes e não apenas o consenso da maioria, é necessário que a equipa de trabalho descubra a concórdia de cada grupo

para poder desenvolver o seu trabalho. Não se redescobre um ideal comum, criam-se e coabitam-se espaços comuns.

De resto, os recursos investidos em consensos públicos, a redução do custo e duração de inquéritos formais e a promoção da colaboração são contrapartidas importantes do processo participativo, já que conduzem à redução da oposição dos cidadãos às iniciativas das autoridades. Por outro lado, o envolvimento da sociedade no planeamento tem repercussões no próprio espaço público. Dede et. al. (2012) contam a melhoria da qualidade espacial urbana e aumento da utilização dos espaços, pois as pessoas sentem que estes lhes pertencem, efeitos positivos que o processo participativo tem nos espaços públicos. Crespo (2003) enumera aquelas que são as vantagens amplamente aceites do processo participativo:

- A participação é um meio eficaz para obter informação sobre as condições locais, necessidades, desejos e atitudes. Esta informação é importante para a implementação de decisões no processo de planeamento.
- A cooperação e formação durante o processo participativo deixam os cidadãos mais aptos para se envolver num projecto ou programa de planeamento e na sua preparação.
- A participação é um factor importante para a democratização do processo de planeamento. Em muitos países, a participação da população em relação às decisões sobre o território é vista um direito básico do cidadão.
- A participação tem uma vertente criativa que vem da potencialidade para a criação redes de ideias e formas de pensar diferenciadas para cada situação;
- O princípio democrático subjacente ao processo participativo potencia a equidade social uma vez que admite que todos os cidadãos devem poder intervir directamente e de igual modo nos processos que lhes são próximos.
- No seguimento da democratização, o processo participativo permite equilibrar o poder de decisão da população local face ao poder executivo central. Tira-se, assim, partido da proximidade entre a população e o poder local.

Este último ponto corrobora que a estreita relação entre os cidadãos e o Estado desenvolve, a longo prazo, melhores estruturas de governação e confere às comunidades um papel activo na composição das políticas que lhes dizem respeito (Crespo, 2003). A preocupação com a opinião dos cidadãos para o desenho de espaços, públicos e outros, conduz à apropriação dos espaços pelos cidadãos. O processo participativo torna o trabalho mais eficiente e ajustado à realidade.

Embora uma investigação mostre que a participação efetiva do público não atrasa as tomadas de decisões, é certamente mais rápida do que um inquérito público formal (Crespo, 2003), o processo participativo pode revelar-se moroso, dispendioso ou ineficiente por várias razões. Por vezes a má escolha das estratégias adequadas pode funcionar como um entrave à participação (Kweit e Kweit, 1981; Clapper, 1996). Contudo, são as autoridades, políticas ou técnicas, que constituem o maior entrave à participação dos indivíduos. Estes entraves não são sempre evidentes,

## BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO

## OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO

no entanto tendem a ser comuns.

- Os políticos e técnicos podem experienciar o sentimento de perda de poder. Isto é provocado pela maior relevância dos cidadãos nos círculos de decisão, antes exclusivos aos seus representantes. Contudo, este obstáculo é escusado, já que o papel destas autoridades é apenas defender os interesses dos cidadãos;
- Um efeito paralelo ao anterior é a desconsideração da competência dos participantes por parte das autoridades, minando toda a validade do processo;
- A impermeabilidade política e demagogia podem também constituir uma barreira à participação pública, já que constituem uma barreira a contribuições e opiniões diferentes das da maioria;
- A má informação e o baixo nível de educação da população concorrem também para os baixos níveis de participação, acabando por desencorajar as autoridades e iniciar este processo.

É importante salientar que muitas vezes a participação pública não surge como um processo efectivo. Pelo contrário, é utilizada como um suporte às políticas públicas (Brynard, 1996; Clapper, 1996). Como resultado, a própria população tende a encarar o processo participativo como infrutífero, já que ele apenas consulta um número restrito de indivíduos. Umás vezes, a população não compreende como pode aquele processo contribuir para a melhoria das suas vidas e outras simplesmente não têm o tempo necessário para dispensar ao processo (Crespo, 2003).

#### SÍNTESE

Apesar destas contrariedades, os processos participativos têm vindo a ganhar mais destaque na agenda política e social. Crespo (2003) relaciona este sucesso com a maturidade do processo democrático, bem como à necessidade de se tomar melhores decisões relativas ao quotidiano dos cidadãos. Porém, pode considerar-se que a participação, tal como as comunidades *Cohousing* e *Coworking*, é uma substituição dos indivíduos a um Estado obsoleto. Ela coincide com a necessidade de recuperar alguma estabilidade e segurança que derivou da atomização social. As novas redes sociais, enquanto local aberto para a troca de informações e contactos, dão à participação maior relevância nos dias de hoje. A geração milénio, que cresceu com o universo virtual, serve-se delas para conseguir projecção para o retorno social dos seus projectos individuais. De certo modo, a participação recria a união social que construiu as cidades tradicionais.

Efectivamente, o denominador comum da arquitectura participada é o envolvimento do habitante nalgum ponto do desenvolvimento do projecto, sendo o objectivo a aproximação do projecto àqueles que o vão habitar. A participação tem tanto mais relevância quando se trata de habitação construída pelos próprios habitantes, ou de um equipamento destinado a uma comunidade, pois permitirá àqueles que construíram uma perfeita manutenção dos seus espaços. Esta constatação simples é muitas vezes aplicada na construção dedicada às populações desfavorecidas. Ao

ensiná-las a construir, com materiais acessíveis, aquilo que necessitam, é-lhes dada uma oportunidade de desenvolvimento não precário, além de garantir a estima das populações pelos espaços em que habitam.

Do mesmo modo, a arquitectura participada fomenta a integração dos indivíduos num projecto comum, ela reintroduz as comunidades na cidade. Por pressupor um elevado nível de participação cívica e formação individual, gera um sentimento de pertença dos cidadãos aos espaços que habitam. Assim, a arquitectura participada resulta numa arquitectura desenhada para os habitantes e não numa resposta a conceitos tecnicistas ou refinamentos estéticos insipientes. Pela sua natureza questionadora e dialogante, a participação força o pensamento e a crítica sobre as vontades de cada um, e do colectivo, obrigando a uma revisão de prioridades e ajustamento de perspectivas. A participação obriga à integração dos interesses individuais num colectivo, como o objectivo de os acolher e reforçar. Torna-se, por isso, uma manifestação formal da Concórdia dum grupo. Assim, pode considerar-se o crescente interesse e projecção da participação como uma manifestação do valor que as comunidades ainda podem assumir nas cidades actuais.

De resto, todas as diversas abordagens do processo se centram na mesma questão: manter a escala local. Esta escala não é apenas a da intervenção, é também a da decisão, da adequação dos espaços e da comunidade. Trata-se de compreender as diferentes necessidades das populações localmente, e não de acordo com um plano centralizado e genérico. Mas não chega que as equipas de trabalho conheçam as diversas técnicas de participação e as adequem às características de cada grupo. É necessário que os cidadãos compreendam a ligação da sua participação com o desenvolvimento dum projecto mais alargado (Crespo, 2003). O consenso é muitas vezes visto como o objectivo da participação. Pensa-se erradamente que este processo procura descobrir o voto da maioria e aplicá-lo. Mas na verdade trata-se de conhecer as necessidades de cada elemento da população e de as concretizar. Trata-se de aproximar os espaços às necessidades de todos e não apenas da maioria.

As tradições de cada país diferem. As escolas inglesa e americana tendem a alicerçar-se na burocracia. Os arquitectos são vistos como um peça dedicada à mediação entre as partes dum sistema mais alargado. Os métodos desta escola tendem a ser mais teóricos e abrangentes. Os seus métodos não são derivados dum contexto específico, são antes um padrão operativo. Pelo contrário, na escola francesa a proximidade entre a população e os arquitectos é basilar. As suas experiências visam a colaboração directa entre ambas as partes, evitando a máquina burocrática. Os resultados são benéficos tanto para as populações, que são consideradas individualmente, como para os arquitectos, que têm contacto irrestrito com modos de pensar diferentes da norma.

Em Portugal, o SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local – foi criado em 1974 *para apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos*

5.Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, de 6 de Agosto de 1974



51

*próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários*<sup>4</sup>. Tendo sido originado pelas reivindicações das populações mais desfavorecidas, o projecto foi apoiado por técnicos e oficiais junto do poder central. O desenvolvimento destes novos bairros para a população foi feito em estreita ligação entre a população e os técnicos, à semelhança do modelo francês. As decisões eram tomadas por consenso dentro da comunidade de residentes e recorreu-se muitas vezes à auto-construção para embaratecer os custos da habitação. A primazia dada às associações de moradores sobre o poder legislativo, à semelhança dos modelos *bottom-up*, tornou esta abordagem única numa referência dos projetos de participação.

Actualmente, a conjuntura económica e social parece favorecer novamente esta abordagem. A posição do Estado ainda é de controlo face às iniciativas da população. A iniciativa *top-down* é cada vez mais, uma forma de legitimação do Estado junto dos cidadãos. Uma boa utilização desta metodologia significa que as autoridades continuam a conseguir gerir as disposições gerais duma cidade, como no último século, e permite a perfeita adequação das directrizes à população local. A criação de contratos entre moradores e autarquias, como no exemplo de Stacken abordado no capítulo sobre *Cohousing*, mostra que esta delegação da iniciativa é benéfica para ambas as partes. Do mesmo modo, a transformação de antigas áreas fabris da cidade em unidades de trabalho colaborativo pode significar a regeneração duma cidade para o actual modelo social.

A arquitectura tem que materializar o invisível (Querrien, 2005). Ela tem que traduzir no espaço aqueles que nele habitam, a sociedade. E tem que escutar as diversas vozes que emergem na sociedade contemporânea. A participação na arquitectura não é apenas uma forma de concepção. Ela resulta duma transformação social muito mais profunda que tem a capacidade de alterar o próprio papel do arquitecto. As formas de habitação e trabalho em comunidade são apenas manifestações epidérmicas dessas transformação social. Cabe aos arquitectos compreendê-las para as poder traduzir na arquitectura. Se o arquitecto tem de materializar o imaterial, esta transformação é algo a ter em conta.







## PARA UMA APLICAÇÃO EM LISBOA?

Embora não seja objectivo deste trabalho a elaboração duma proposta arquitectónica detalhada, parece pertinente relacionar os conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores com uma aplicação na cidade de Lisboa. O capítulo que se segue aponta um possível caminho para isso.

Com este fim será analisada a potencialidade duma área de Lisboa, a Graça, para a aplicação duma unidade *Cohousing* e outra *Coworking*. Infelizmente, os meios necessários para a realização de um ensaio completo não estão disponíveis, seriam necessários vários anos. Assim, serão elaborados dois casos de estudo que ilustram a possibilidade da conciliação dos conceitos estudados com um local concreto. Uma vez mais se relembra que com este exercício se pretende demonstrar, dentro dos limites desta dissertação, as premissas que possam conduzir tanto a um estudo mais aprofundado como a uma aplicação prática dos movimentos comunitários. Deste modo, os casos de estudo aqui apresentados são uma aplicação abstracta dos conceitos explorados anteriormente, e não um exercício completo dum projecto arquitectónico.

§

№

4

la

=

||

# **Da Cidade à Graça**

Tendo visto a pertinência dos movimentos comunitários na actualidade, será interessante aplicá-los. Infelizmente, os meios necessários para a realização de um ensaio completo não estão disponíveis, seriam necessários vários anos.

Este capítulo explora as condições existentes na cidade de Lisboa para acolher complexos *Cohousing* e *Coworking*. Interessa conhecer em que condições é que estes complexos podem servir a cidade e a sua população, bem como os locais e modos de o fazer. Serão apresentados dois casos de estudo, um no modelo de *Cohousing* e outro no de *Coworking*. Neles, ilustrar-se-á esquematicamente o potencial destes movimentos para a cidade, bem como o modo de conduzir uma iniciativa deste género. Todavia, convém salientar que, os casos de estudo apresentados neste capítulo são uma forma abstracta daquela que poderia ser uma aplicação dos conceitos explorados anteriormente, e não um exercício completo dum projecto arquitectónico.

Como foi explicado, as iniciativas de *Cohousing*, *Coworking* e *Code-signing* partem geralmente de grupos ou indivíduos que estão interessados no conceito e o tentam concretizar. Neste contexto, a preponderância das Autoridades está na regularização das diferentes iniciativas. A governança, como se viu, actua como forma de conciliar a participação dos habitantes e as directrizes do Estado sobre um dado local. A sua acção dupla, construtora de comunidades e incentivadora de aprendizagens, torna-a um instrumento crucial para a composição da cidade contemporânea. Bem coordenadas com as autarquias, as iniciativas participativas devolvem as cidades aos habitantes, sem cair no caos orgânico das pequenas facções.

Em Portugal o *Cohousing* confunde-se ora com antigos modos de viver ainda remanescentes, ora com novas *Ecovillages* que germinam de Norte a Sul do país. Com o objectivo de testar a aceitação do conceito junto da população efectuou-se um questionário *online* sobre o tema. O inquérito decorreu durante o mês de Junho do ano de 2014 e teve um total de 170 respostas, sendo que a maior parte da amostra tinha idades compreendidas entre os 18-24 e os 41-64 anos, era do sexo feminino (68,8%) e tinha um nível de instrução superior (84,7%). As questões abordavam temas sobre a configuração do espaços, vivências, equipamentos e serviços que sustentam algumas opções aqui tomadas e que permitem tirar ilacções sobre possíveis aplicações de unidades *Cohousing* em Portugal. Para mais este questionário, apoiado também em entrevistas directas, pretendeu representar parte do processo participativo que seria inexequível de outro modo<sup>1</sup>.

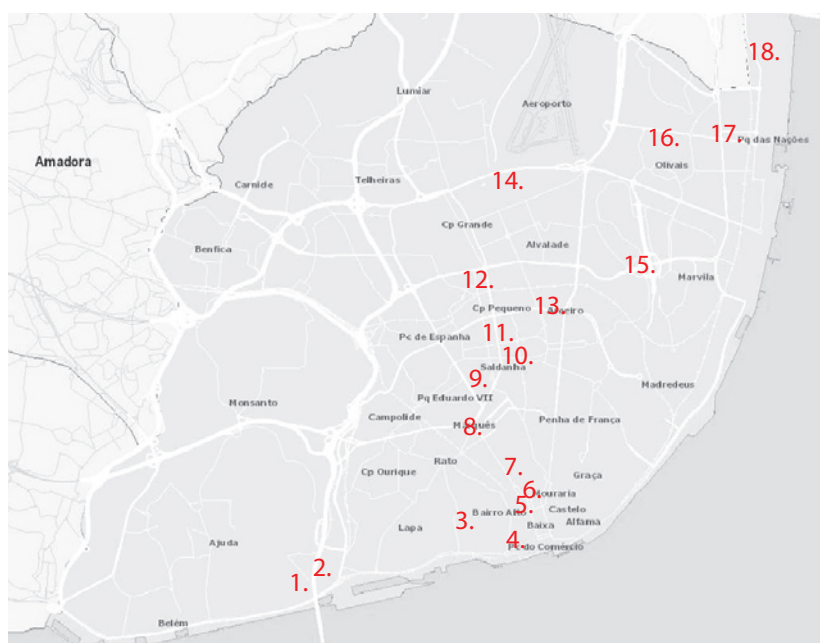
1.Ver os resultados do Questionário em anexo

A maioria dos inquiridos (68,2%) admitiu não conhecer o conceito *Cohousing*. Contudo a descrição do conceito como o *conjunto das habi-*

tações privadas e espaços colectivos partilhados que potenciam a interacção e partilha entre os seus habitantes foi uma perspectiva que agradou à vasta maioria da amostra (87,6%). Para os inquiridos parece haver um claro benefício em habitar num complexo em que se estabelecem relações úteis entre os habitantes. Estas relações parecem salvaguardar a manutenção do complexo e beneficia da abertura da comunidade para a envolvente local. Esta clara valorização da concertação social à escala local vem coincidir com a tendência de participação já abordada em capítulos anteriores<sup>2</sup>. As iniciativas de governação participada são interessantes porque permitem a construção duma cidade mais voltada para os habitantes o que, curiosamente, acaba por lhe devolver uma forma mais tradicional, no sentido da apropriação do espaço e das relações entre a população.

Todavia, em Portugal o *Coworking* conhece maior aceitação. Segundo o censo mundial de 2013, da *Deskmag*, o país está em décimo lugar na lista de países com maior número de espaços *Coworking*, sendo Lisboa a cidade que mais espaços deste género acolhe – contaram-se 16 à época deste texto. Tal como na habitação, a partilha de equipamentos e serviços comuns, e consequente redução de custos, é muito atractiva para boa parte dos pequenos empresários e trabalhadores *freelancer*. A maioria destes espaços é pensada a pequena escala, enquanto nichos na cidade. Contudo, se se pensar neles a uma escala urbana estes espaços podem ter retornos interessantes para a cidade. Um exemplo disto é a *Lx Factory*, já descrita anteriormente, o complexo trata-se duma operação imobiliária com benefícios para a valorização daquela área da cidade mas sem impacto real no quotidiano da envolvente.

2.Ver sub-capítulos 2c.Sociedade, Indivíduos e Cidade e 3b.Coworking - Trabalhar em Comunidade.



Localização de Espaços Coworking em Lisboa. Legenda: 1. Village Underground, Alcântara; 2. Cowork Lisboa, Alcântara; 3. Rés-do-Chão 119, Poço dos Negros; 4. Cowork Central, Cais-do-Sodrê; 5. Cowork in Chiado, Chiado; 6. Creative Hub Mouraria, Mouraria; 7. Dock 38, Avenida da Liberdade; 8. Liberdade 229, Avenida da Liberdade; 9. Work'in Marquês, Avenida António Augusto de Aguiar; 10. Our Office, Saldanha; 11. Ávila Coworking, Cabos d'Ávila; 12. SPACE4U, Campo Pequeno; 13. Cowork StartUp Now, Guerra Junqueiro; 14. Sítio - Polígono, Alvalade; 15. Mais Cowork Lisbon, Bela Vista; 16. My Cowork Space, Olivais; 17. Main Hub, Cabo Ruivo; 18. Ideia Hub, Oriente

Com efeito, muito do planeamento urbano tradicional, feito clinicamente em *ateliers*, esquece a organização orgânica que tende a instalar-se nas cidades, independentemente do planeamento rigoroso (Horelli e Wallin, 2013). A filosofia moderna de zonamento urbano tem vindo a transformar as cidades em meras áreas consumidas pelos cidadãos. Este escalonamento é contrário à criatividade e inovação permitidos pela densidade dos espaços urbanos tradicionais (Poitras e Breux, 2013). Como se viu na primeira parte deste trabalho, a separação de actividades numa cidade converge para a insegurança pois concentra milhares de estranhos num só local<sup>3</sup>. Nessa concentração de pessoas é difícil desenvolver confiança, e sem ela a segurança é apenas uma miragem. Nas ruas tradicionais a mistura de actividades e a proximidade com o público local estimulam essa confiança. Nelas o reconhecimento do outro, ainda que meramente visual, alicerça a pertença ao lugar. O *Cohousing* e *Coworking* servem-se do conceito de comunidade para reestabelecer a confiança entre indivíduos e gerar maior segurança.

Apesar de em Portugal o problema de segurança pública não ser igual ao de outros países, o sentimento de insegurança é manifestado no aumento da preferência por condomínios privados. Se nos anos 80 os primeiros condomínios surgiram na periferia de Lisboa, a sua rápida absorção gerou vários empreendimentos, com conceitos variados, no centro da cidade. A maioria dos condomínios oferece diversas infraestruturas e equipamentos aos seus moradores, deste a já referida segurança, às piscinas, ginásios, salas multiusos, etc. A manutenção destes serviços é feita pelas quotas de condomínio ou através de parcerias com outras entidades. Muitas vezes, os habitantes preferem este modo de habitar por lhes garantir o acesso privilegiado a equipamentos que de outro modo seriam menos acessíveis económica e espacialmente.

Contudo, no inquérito realizado, a questão sobre a abertura da população ao *Cohousing* mostra um panorama interessante. Os inquiridos parecem compreender que um complexo *Cohousing* se aproxima de um condomínio pelos equipamentos e serviços disponibilizados aos seus habitantes. Mas para a maioria dos inquiridos o *Cohousing* permite a integração da população exterior à comunidade nesses equipamentos e serviços. Esta nuance está subentendida nas seguintes justificações:

*Porque a presença destes equipamentos pode garantir uma melhor qualidade nos serviços prestados à comunidade. O modelo de gestão adoptado, porém, não pode causar segregação socio-espacial com a envolvente do complexo. Ou seja, apesar destes equipamentos poderem estar localizados no interior de complexos de habitação colectiva, importa assegurar que todos os cidadãos beneficiam deles, sem qualquer forma de exclusão<sup>4</sup>.*

*Espaços semi-públicos podem e devem possuir equipamentos públicos. A sua taxa de utilização será elevada, os cidadãos beneficiariam com isso. O estar num complexo pode ajudar à sua manutenção e correcta utilização<sup>5</sup>.*

A confirmar estas afirmações, cerca de 66% dos inquiridos mani-

3. Ver capítulo 2c. Sociedade, Indivíduo e Cidade.

4. Inquérito. Pergunta 10a. Resposta 15.

5. Inquérito. Pergunta 10a. Resposta 18.

festou preferência por um complexo não vedado a estranhos, já que o acesso controlado é um factor importante de exclusão social. A segurança aparece em segundo lugar nos serviços mais desejados, revelando-se assim a sua importância para o quotidiano das pessoas.

Os espaços das comunidades independentes da cidade tendem a ser polissémicos, em consequência da diversidade de carácter possíveis entre as comunidades. A criação deste tipo de comunidades numa cidade revela abertura do Estado, mas também demonstra a crescente privatização dos espaços públicos (Poitras e Breux, 2013). De acordo com alguns ideais utópicos as cidades deveriam ser públicas, acessíveis a todos e sem guetos. Nos dias que correm este ideal parece cada vez menos provável. A cooperação em espaços de habitação e trabalho surge como um compromisso entre a manutenção da vida urbana e a adaptação da cidade aos tempos que correm.

Nas condições adequadas, muitos espaços públicos podem tornar-se em espaços colectivos. A principal diferença é que estes últimos estão sob a alçada duma colectividade, que pode ser pública ou privada. Os espaços colectivos podem tanto ser praças formalizadas como enclaves urbanos que foram apropriados pela população. Neles desenrola-se a vida colectiva dessa população, tendencialmente próxima, e tornam-se os pontos centrais das comunidades que os adoptam (Poitras e Breux, 2013). Para incentivar a mixofilia e diversificar as actividades os Estados podem servir-se dos serviços sociais, como a educação para atrair famílias jovens. A presença de escritórios ou comércio são fundamentais para incentivar o crescimento económico da zona. A combinação de ambos reduz a distância casa-trabalho e vincula as pessoas a um dado local, criando-se, por conseguinte, uma colectividade e transformando os espaços públicos em espaços colectivos. A cidade é assim um local de maior interesse para unidades *Cohousing* ou *Coworking* porque contraria a fragmentação social. Estas unidades podem funcionar como dinamizadoras de uma área urbana, servindo como novos centros de bairro ou como peças importantes na manutenção da vida urbana. Porém, o isolamento que estabelece a confiança pode também significar segregação. Embora em *Cohousing* a questão seja resolvida através da saída diária para trabalhar, o isolamento geográfico dum complexo deste tipo dificulta a integração do espaço e da comunidade na área em que se insere.

A principal diferença entre Condomínios Fechados e uma unidade *Cohousing* está nos habitantes. No *Cohousing*, por oposição aos Condomínios Fechados, existe uma busca consciente pela interacção social e abertura ao exterior. Ora, apenas esta vontade não é suficiente para manter o grupo coeso e aberto. Se se construir uma unidade *Cohousing* num lugar isolado, afastado de possibilidades de interacção espontânea, é natural que a comunidade residente se encerre sobre si própria. Contudo, se a mesma comunidade residente construir a sua unidade num lugar em que as interações espontâneas são difíceis de evitar, como numa cidade, o grupo terá dificuldade em isolar-se sem recorrer a muros ou restrições. Assim,

**INTEGRAÇÃO  
VS.  
SEGREGAÇÃO**

**PÚBLICO E PRIVADO**

a escolha da cidade enquanto área de implementação deve-se também à maior probabilidade de que o grupo não se feche exclusivamente sobre si mesmo. A cidade é um lugar mais propenso à mixofilia, por oposição aos subúrbios ou o campo onde o isolamento é mais fácil.

Uma das questões essenciais para a formulação duma unidade *Cohousing* em contexto urbano é a restrição de acesso a terceiros. Os participantes servem-se de vários argumentos para justificar a sua posição. Para aqueles que preferem vedar o complexo a estranhos a segurança é a principal preocupação. A restrição de acesso torna *mais fácil identificar qualquer interferência de estranhos*<sup>6</sup>, e confere *segurança e maior liberdade para as crianças poderem andar a brincar nos pátios interiores*<sup>7</sup>. Subjacente a estas respostas está a necessidade de respeito pelo espaço privado tanto dos indivíduos como da comunidade que seria devassada pela presença de estranhos. Existe ainda uma resposta interessante pois alude indirectamente à configuração das relações humanas numa comunidade: *Pessoalmente, não tenho nada contra estranhos, sou sociável, mas o ser humano tem a sua natureza de propriedades privadas, quaisquer que sejam. No entanto, não digo que esse complexo não possa ter uma área mais aberta à rua*<sup>8</sup>. No extremo oposto, aqueles que preferem um complexo sem restrições de acesso privilegiam a abertura da cidade e vêm a implementação de ilhas urbanas de qualquer tipo como espaços segregadores e segregados, com -prometendo a diversidade e acentuando a desigualdade social. *Não, porque a proliferação destes complexos [Condomínios Fechados] contribui para a fragmentação do território, e compromete as relações de solidariedade social, na formação de bolsas de riqueza e de pobreza. A cidade torna-se mais desigual e, simultaneamente, perde a diversidade que enriquece os estilos de vida urbanos*<sup>9</sup>. Enfim, a abertura ou não do complexo a terceiros dependerá sobretudo da posição dos seus moradores. Qualquer que seja a decisão tomada deve sempre existir um elemento que possa contrabalançar a tendência criada. Por exemplo, no caso de um conjunto com acesso restrito deve existir ou uma actividade aberta a terceiros ou algum serviço que possa beneficiar tanto a comunidade residente como os habitantes da área envolvente.

A localização das unidades de *Coworking* é mais simples de compreender. Em primeiro lugar, tratam-se de unidades de trabalho logo, devem estar posicionadas em áreas de boa acessibilidade. Em segundo lugar, o impacto destas unidades na área onde forem colocadas é também maior. Esse impacto deve-se à própria configuração do espaço e à comunidade que aí reside. Estas unidades são geralmente abertas a trabalhadores independentes, a clientes e visitantes, pelo que destinam algum do seu espaço à utilização pública. Assim, as unidades de *Coworking* podem facilmente funcionar como bibliotecas ou oficinas de bairro, abertas à população. Por outro lado, a presença de serviços ali instalados e dum número relativamente constante de trabalhadores é, por si só, um dinamizador para a área. Do mesmo modo, este tipo de comunidade está mais aberta a receber estranhos pois ali eles são clientes ou colegas. Se a isto se acrescentar a predisposição que as áreas artísticas têm por este tipo

6. Inquérito. Pergunta 6a. Resposta 107.

7. Inquérito. Pergunta 5a. Resposta 91.

8. Inquérito. Pergunta 6a. Resposta 29.

9. Inquérito. Pergunta 6a. Resposta 15.

de espaços, e o efeito que estas actividades geralmente têm na cidade, é fácil antever o impacto positivo destas unidades podem ter na cidade.

É perceptível que a implementação de unidades *Cohousing* e *Coworking* em determinados bairros da cidade garante a existência de um núcleo coeso e estável naquela área, ligado aos restantes moradores por equipamentos que servem toda a população local. Estes equipamentos, em parcerias público-privadas, são manifestações em pequena escala dum fenómeno cada vez mais comum nas cidades contemporâneas. *Sendo as cidades multifuncionais, é preferível haver pequenos núcleos bem servidos espalhados pela cidade do que espaços monofuncionais numa cidade fragmentada*<sup>10</sup>. A participação garante, também, a satisfação de necessidades locais expressas pelos moradores, tanto do complexo, como da envolvente. O perfil dos moradores, que como se viu anteriormente é geralmente aberto à interacção social, garante por seu lado que estes complexos não serão ilhas no centro das cidades. *Se o objectivo primário do Cohousing é estimular a interacção dentro de uma determinada comunidade, do mesmo modo, essa comunidade não poderá existir isolada sobre si mesma sob pena de criar problemas de sedentarização e até de segregação com o meio envolvente*<sup>11</sup>.

10. Inquérito. Pergunta 12a. Resposta 44.

11. Inquérito. Pergunta 12a. Resposta 5.

Assim, a escolha da cidade enquanto área de implementação deve-se também à maior probabilidade de que o grupo não se feche sobre si mesmo. Como na cidade existe maior propensão para a mixofilia, um grupo terá dificuldade em permanecer isolado. Nos subúrbios os complexos deste género seriam facilmente ignorados pela envolvente mal consolidada. Ainda assim, é importante que os complexos de *Cohousing* nas cidades não sejam totalmente autossuficientes. A necessidade de saída para satisfazer os recados diários, como tomar café ou pequenas compras obrigam os indivíduos da comunidade a contactar com o exterior. É contrário ao conceito de *Cohousing* ou *Coworking* a criação de comunidades fechadas que não promovam a interacção social com a envolvente.

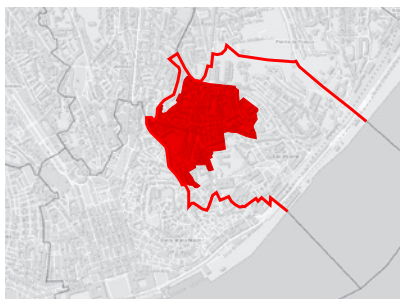
Uma vez compreendida a proximidade das unidades de *Cohousing* e *Coworking* com as comunidades contemporâneas, e o papel que estas têm no desenvolvimento duma determinada área é fácil compreender que elas podem constituir um factor importante para a manutenção da cidade. Porém, a localização destes complexos é um elemento chave para evitar a sua segregação. Num cenário em que a iniciativa da introdução dum complexo deste género cabe às autoridades, a escolha do local tem que ser sustentada por critérios específicos.

A Rua de Miguel Bombarda, no Porto, embora não se trate dum espaço *Coworking* tem, sem dúvida, características que a aproximam do conceito, já que existe uma cooperação entre os estabelecimentos comerciais em parceria com a câmara municipal, que dinamizou a rua e a colocou no mapa da cidade. Fernando Santos instalou o seu *atelier* e galeria nessa rua, indo convidando colegas a expor no espaço. Progressivamente outros espaços criativos se foram instalando ao longo da rua, criando um ambiente particular aquela via. O sucesso das galerias da rua acabou

#### A CIDADE COMO LOCAL PRIVILEGIADO

por chamar a atenção do município e em 2009 foi iniciado um projecto de requalificação da Rua Miguel Bombarda já com o propósito de a vocacionar para a divulgação das artes e cultura. O trânsito automóvel foi cortado para poder melhor trabalhar as relações pedonais na ligação entre o Palácio de Cristal e os caminhos do Romântico de Massarelos. Ao privilegiar o peão o pequeno comércio local sai beneficiado, uma vez que se recupera uma certa urbanidade heurística, a serendipidade basilar de *Coworking* (Carvalho, 2009).

Deve ter-se em conta a intenção de renovar as vivências locais, servindo-se da integração numa comunidade permanente e de políticas de participação. Preferiu-se inserir dois complexos, um de vertente habitacional e outro focado no trabalho, numa mesma área urbana. Os complexos *Cohousing* e *Coworking* necessitam, como se viu antes, de algumas características específicas. São necessárias áreas generosas, para que possam compreender múltiplos espaços comuns, algum retiro do espaço público, para permitir a privacidade numa comunidade, e viabilidade económica, já que é importante equilibrar o custo dos equipamentos. Interessa, portanto, escolher uma área urbana que reúna as características já elencadas. Admitindo que aqui se trata um ensaio, preferiu-se uma área de Lisboa em que a inserção de unidades *Cohousing* e *Coworking* pudesse criar uma relação de simbiose com a envolvente, e não uma relação de dinamização já que esta é (à partida) mais difícil de prever.



1

#### CONTEXTO HISTÓRICO E URBANO DA GRAÇA

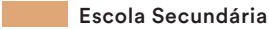
Antes da reorganização das freguesias lisboetas, em 2012, a freguesia da Graça era limitada pelas da Penha de França, Santa Engrácia, São Vicente de Fora e Socorro. Actualmente engloba, juntamente com Santa Engrácia, a freguesia de São Vicente de Fora. Aqui o tecido urbano é compacto, regido mais pela morfologia do terreno que por um plano urbano coeso. A capela de Nossa Senhora do Monte e o antigo Convento da Graça, junto aos miradouros do mesmo nome, são porventura os pontos mais turísticos do bairro. Contudo não se trata numa zona apenas turística, o antigo Convento é agora utilizado pelo Exército, e existe ainda um Centro de Saúde na Tra-versa das Mónicas, a Escola Secundária Gil Vicente e a Escola Primária A Voz do Operário.

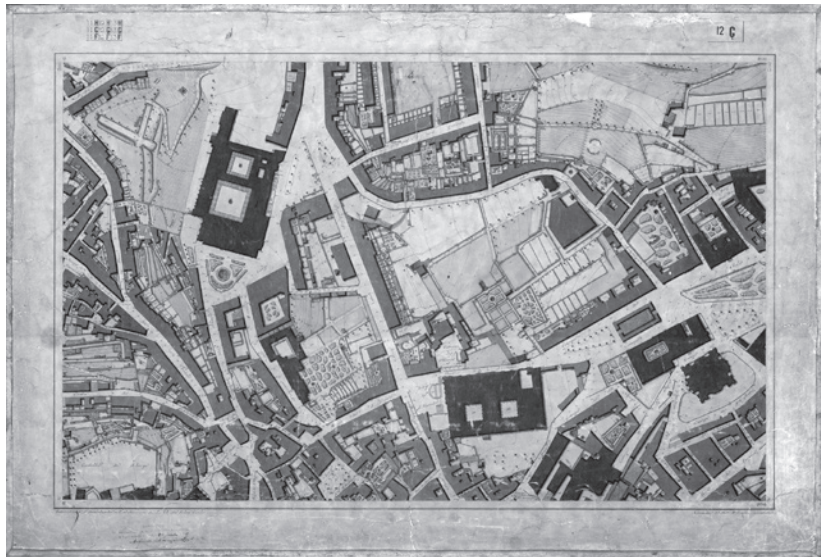
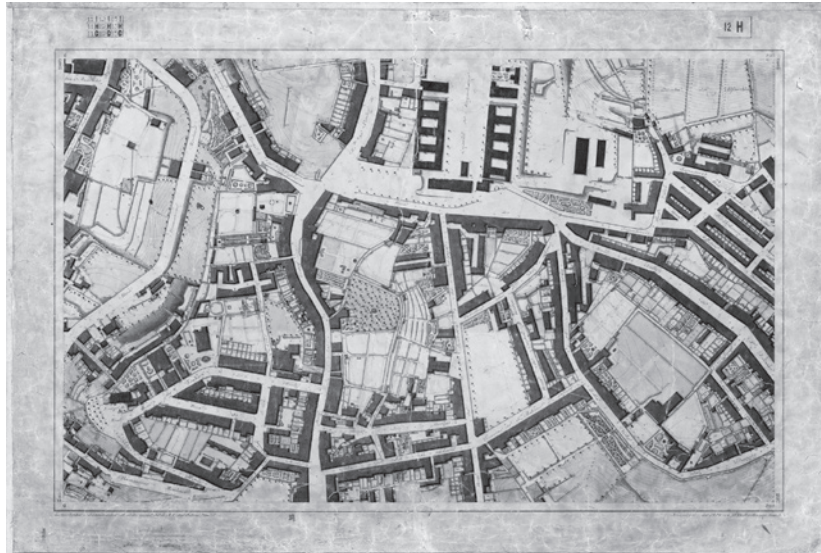
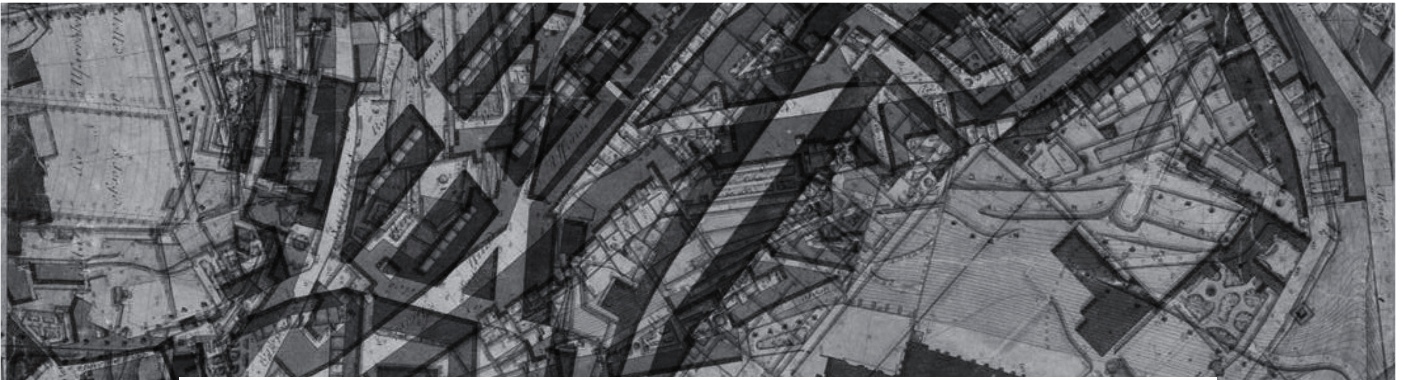
Originalmente, a Graça era composta por campos agrícolas anexos a conventos, como o de São Gens. Foi depois do terramoto de 1755 que esta zona começou a ser habitada, tanto pelo povo como pela aristocracia, tornando-se parte integrante da cidade. Com a extinção das ordens religiosas, no primeiro quartel do século XIX, os terrenos pertencentes ao clero foram expropriados e vendidos, permitindo uma nova vaga de urbanização da área. Já no final do século XIX, a industrialização das áreas ribeirinhas e o aumento da população da cidade trouxeram novos habitantes, maioritariamente operários, que aqui se instalaram pela proximidade dos locais de trabalho e o preço acessível dos terrenos. A Graça é assim polvilhada por Pátios e Vilas Operárias. A proximidade do centro da cidade atraiu também trabalhadores dos serviços. A presença

1.Limites  
Administrativos das  
Freguesias de Lisboa,  
antes e depois de 2012.  
2.Planta da Graça.

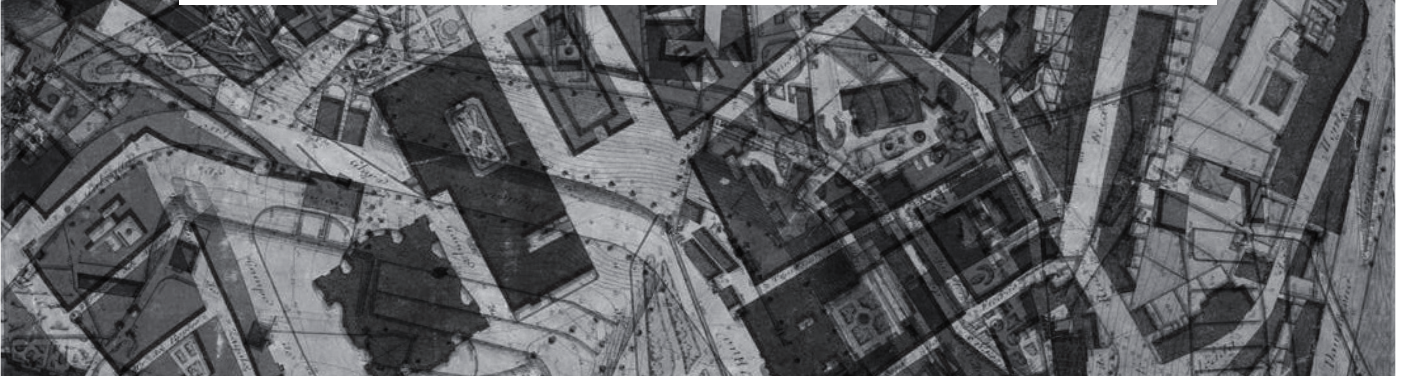


2

<b>Cultura e Lazer</b>	<b>Escola Secundária</b>	<b>Património</b>
 Auditório	 Escola Secundária	 Igrejas
 Biblioteca	 Centro de Saúde	 Vilas Operárias



3



destes trabalhadores, com maior poder de compra que os operários fabris, provocou a construção das Vilas mais elaboradas que ainda distinguem a Graça doutras áreas de Lisboa.

O posicionamento geográfico da Graça na cidade é tanto central como secundário. Embora esteja bem próxima do centro histórico de Lisboa, a morfologia do terreno e acessibilidade reduzida convergem para que esta zona se desenvolva de modo quase autónomo. A inserção de complexos de *Cohousing* e *Coworking* na área beneficiaria disto, já que por um lado seria mais simples abrir os complexos para os residentes da área e por outro a proximidade do centro evitaria que a comunidade do complexo se isolasse em si mesma.

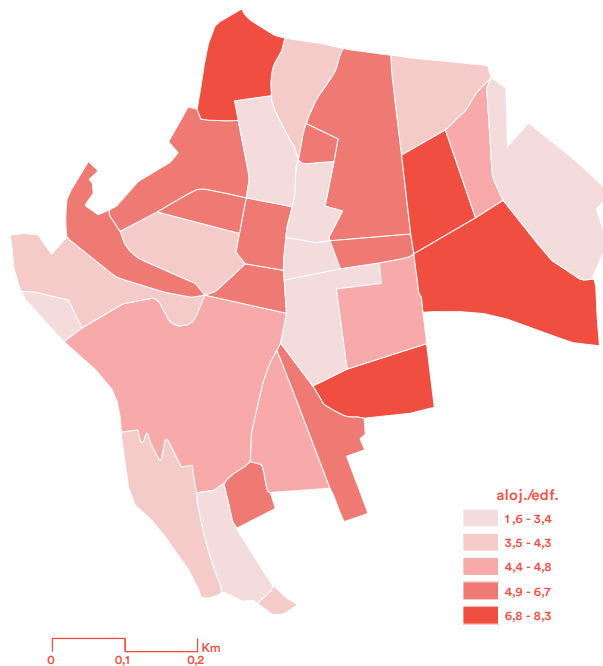
A vida do bairro é ainda bem perceptível. Um curto passeio pelo bairro é suficiente para compreender que se trata duma zona essencialmente residencial. Nas ruas de prédios de habitação, a maioria sem lojas, a maior marca da presença dos habitantes é a quantidade de viaturas estacionadas. À parte de algum grupo de turistas a maior parte das ruas da Graça têm pouco movimento. Por oposição, a Rua da Graça, principal eixo viário do bairro, ruge todo o dia ao som dos eléctricos, autocarros, automóveis e, mais recentemente, dos *tuk-tuk*. Aí, o tráfego viário é acompanhado pela azáfama pedonal. Do cruzamento com a Rua Angelina Vidal até ao Largo da Graça são poucos os rés-do-chãos sem lojas abertas. Entre oftalmologistas, pastelarias, sapatarias, cafés, *souvenirs* e os mais recentes mini-mercados é ali que os habitantes do bairro se deslocam nos seus afazeres diários. Facilmente se distingue esta rua como o centro do bairro da Graça. Aqui os moradores reformados, os jovens saídos da escola, as avós com crianças pequenas, convivem com os turistas afogueados e os trabalhadores das obras que parecem nunca se concluir. Ao virar da esquina, no Jardim Augusto Gil, o Jardim da Graça, o rebuliço é adoçado pelo tom bucólico das árvores e do lago, que é demasiado para merecer o nome. Num banco de jardim é possível observar como o jardim replica na perfeição a atmosfera do bairro. Pequenos mundos utilizam um mesmo local, interagindo sem perder identidade. A Graça mantém-se única na cidade precisamente por esta vivência de bairro, simultaneamente cosmopolita e gregária. Pequenos centros, onde paralelamente se desenrola a vida das comunidades residentes, pululam a área, quer se tratem de Vilas Operárias, Condomínios Fechados, ou logradouros comuns. Como se explica no capítulo seguinte, as Vilas Operárias são antevisões bastante precisas das vivências que o conceito de *Cohousing* pretende criar. Como a sua presença é essencial para a construção do quotidiano na Graça, os *Cohousing* ou *Coworking* surgem naturalmente como uma continuidade da tradição da área, e não como uma experiência ali imposta.

Na rua da Voz do Operário está alojada na antiga sede *A Sociedade Cooperativa A Voz do Operário*. Esta cooperativa foi criada com a função de financiar o jornal do mesmo nome e de melhorar as condições de vida dos operários da região através da criação de escolas, gabinetes de leitura, e acesso a empréstimos. Apesar das origens nos movimentos operários da viragem do século, tanto o jornal como a cooperativa concretizaram

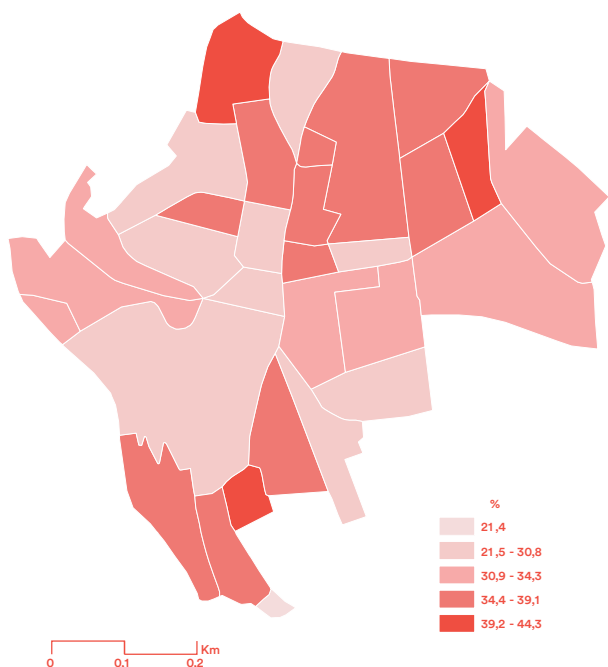
## A VIDA DE BAIRRO

## CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

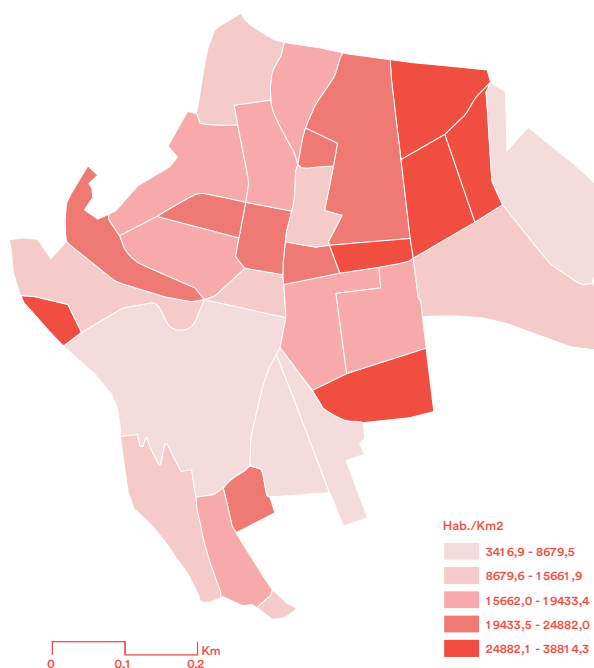
**DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A GRAÇA.  
CENSO 2011**



4

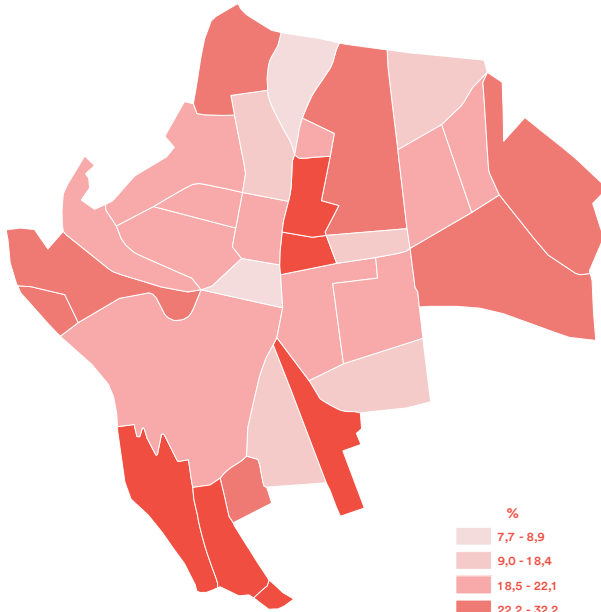


5

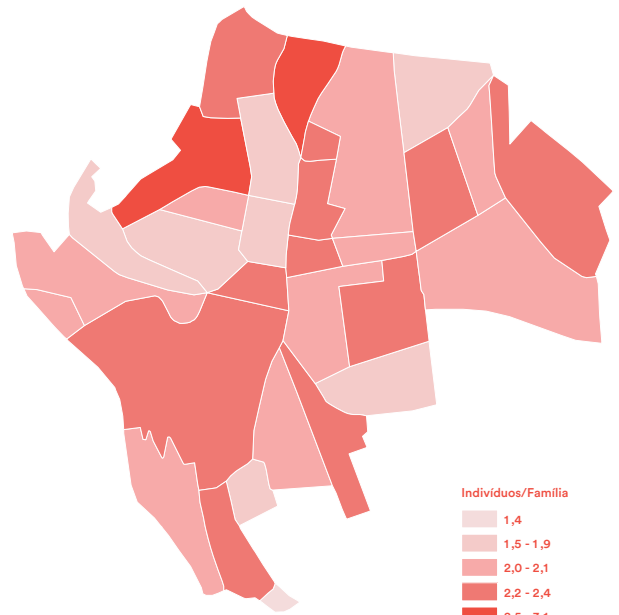


6

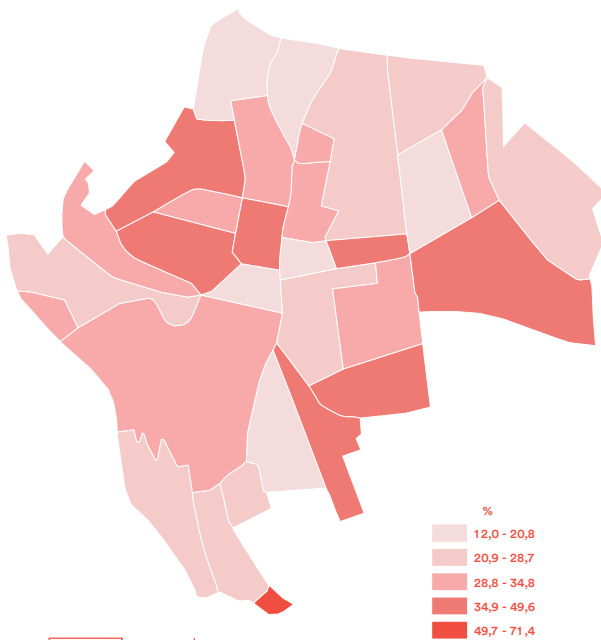
- 4. Fogos por Edifícios.
- 5. Residentes com Trabalho no Concelho de Lisboa
- 6. Densidade Populacional
- 7. Alojamentos Vagos
- 8. Indivíduos por Família
- 9. Residentes Pensionistas e Reformados



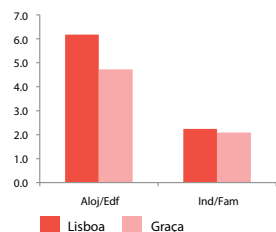
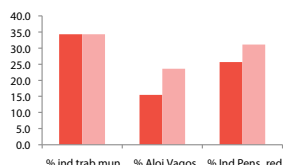
7



8



9



10

### VILAS OPERÁRIAS SOBRE CONDOMÍNIOS FECHADOS

os seus objectivos com sucesso, tornando *A Voz do Operário* num agente importante na criação da identidade hoje associada à Graça. Assim, as principais características da população da Graça são tradicionalmente associadas a um nível de instrução elevado mas recursos económicos mais reduzidos. Dado que estas características coincidem com as da população mais interessada nos conceitos *Cohousing* e *Coworking*, a pensa-se que a Graça é local adequado para o ensaio destes conceitos em Lisboa.

Além disto, boa parte das Vilas na Graça foram desenhadas para indivíduos de um nível económico similar ao dos interessados nos novos conceitos de habitar. Este factor é reforçado pela recente preferência da Geração Milénio pela habitação nas antigas Vilas Operárias. Para estes jovens as antigas Vilas permitem-lhes o acesso à habitação no centro da cidade, com custo reduzido, além de garantir o contacto humano e retorno social por eles valorizado.

A posição da Graça na cidade tem, nos últimos anos, atraído classes mais abastadas. Os Condomínios Fechados têm-se multiplicado na área. Enclausurados nos seus muros, sem qualquer relação com o local que não seja o proveito das vistas soberbas e do nome, os Condomínios ameaçam transformar a Graça em mais uma área incharacterística, rusticada pelas fachadas operárias. Ora, as últimas gerações de unidades *Cohousing* e o conceito de *Coworking* têm subjacente a vontade de abertura da comunidade residente ao exterior. A vontade de conseguir algum retorno social é claramente expressa. Este ponto e a vivência conjunta dos espaços comunitários favorecem a adaptação das antigas Vilas Operárias, espaços semi-privados inseridos na malha urbana, em novas unidades de habitação e trabalho e não em apropriações privadas. Muitas das Vilas em Lisboa estão em processo de despovoamento ou de renovação. Como a sua construção é relativamente recente, muitas destas Vilas ainda se encontram em condições de conservação razoáveis, o que permite uma intervenção de custos mais reduzidos. Ademais, a própria proporção dos fogos e dos espaços comuns é favorável à incrementação dum complexo *Cohousing*, já que a maioria das vilas é servida por algum tipo de espaço destinado à comunidade.

No caso dos espaços *Coworking*, a adaptação de vilas operárias é também uma forte possibilidade. A construção em dois pisos permite diversas apropriações dos espaços. Uma vez mais, as dimensões dos fogos parecem corresponder às necessidades de espaços de trabalho comuns, mas protegidos e, também, potenciar a criação de diversas salas para reuniões, palestras e outras necessidades. Mais, a associação do trabalho em *Coworking* a unidades fabris torna a reabilitação de antigas Vilas ou fábricas muito aliciente.

### SÍNTESE

Estabelece-se, assim, uma relação entre a integração de unidades *Cohousing* e *Coworking* na cidade e a recuperação do património industrial do século XIX e início do século XX. Esta relação é tão mais rele-

vante quando se percebe que muitas cidades europeias estão povoadas por antigos edifícios industriais degradados, expectantes por um novo contributo para a cidade. No caso de antigas fábricas e armazéns, as suas grandes áreas livres fá-los aptos a receber grande diversidade de equipamentos. O caso da habitação operária deste período parece ser mais desesperado. Esta tipologia de habitação parece espelhar um mundo passado que já não tem presença na contemporaneidade. A harmonização de antigos conjuntos edificados para modos de habitar contemporâneos de habitar é nesta situação tão evidente, que não há razão para os manter incompatíveis.

§

№ 4

/b

Г

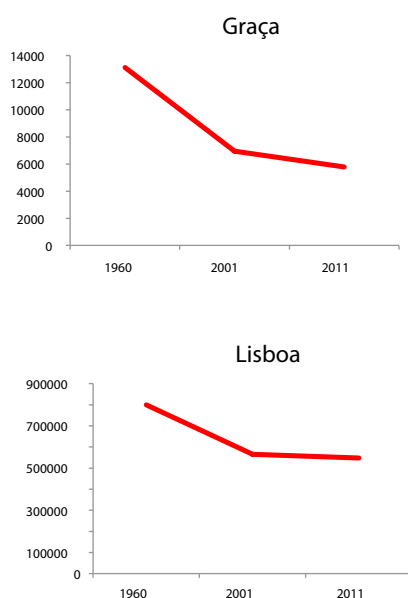
# **Δs Vilas**

# **Operárias**

12.Ver capítulo 2a.Comunidade vs. Sociedade.

### AS CIDADES EUROPEIAS NO SÉCULO XIX

13.Ver capítulo 2b.Comunidade em Contexto Social, 2c.Sociedade, Indivíduo e Cidade e 2d.Propostas Alternativas.



11

11.Evolução da População de Lisboa e da Graça. In: Schmidt (2014), adaptado pelo autor.

Em capítulos anteriores referiu-se que é indispensável a concórdia entre tipos de relações comunitárias e os espaços que as alojam<sup>12</sup>. Isto significa que, ao integrar uma nova comunidade num local já existente, é imprescindível escolher um local concebido para vivências semelhantes. Na Graça, o paralelismo com as Vilas Operária é evidente. Contudo, para intervir num destes locais é útil dedicar-lhes alguma atenção. Neste subcapítulo pretende-se descrever sucintamente as origens das Vilas Operárias, e estudar a sua composição arquitectónica. Espera-se, com isto, compreender o funcionamento das Vilas Operárias e tornar claro o paralelismo entre a vida nas Vilas Operárias e os novos movimentos comunitários – *Cohousing* e *Coworking* – de modo a melhor conciliar uns com os outros.

Como já foi largamente referido, a revolução industrial do século XIX teve diversas repercussões um pouco por toda a Europa<sup>13</sup>. A mecanização do trabalho agrícola e a concentração de novos postos de trabalho nas principais cidades causou grandes migrações dos campos para as cidades e, também, uma época de grande desenvolvimento económico. Lisboa não foi excepção. Nas últimas décadas de 1800 a população quase duplicou. Em 1878 o recenseamento geral da população mostrava que Lisboa tinha 228.624 habitantes. Já em 1890, a cidade contava 298.903 habitantes. Depois da década de 60, Lisboa tem vindo a perder habitantes. A Graça não é excepção. Nos últimos cinquenta anos, a freguesia perdeu cerca de metade da sua população.

Como seria de esperar, este crescimento populacional incitou diversos programas de expansão urbana em Lisboa. De iniciativa municipal, estes programas incluíam novos bairros e artérias para a cidade. Muitas intervenções públicas visaram o enobrecimento da capital, tal como a abertura da Avenida da Liberdade e diversos parques. Estas intervenções eram essencialmente dirigidas para a burguesia mais abastada, e à classe média. A cidade cobriu-se de prédios de rendimento, destinados à burguesia e classe média, que estavam fora do alcance das camadas mais pobres da população. Todavia o florescimento industrial não se limitou a enriquecer muitos proprietários, o êxodo rural encheu a cidade de trabalhadores empobrecidos sem acesso à habitação. Assim a cidade de Lisboa, bem como outras cidades industrializadas da época, albergava em si duas realidades distintas. Em primeiro lugar, mais visível, está a fulgurante cidade burguesa, pautada pelos prédios de rendimento, infraestruturas e monumentos cujo desenvolvimento é apoiado pelo Estado. Em segundo lugar, menos visível, é a cidade destinada à classe operária. Nessa segunda cidade, os operários e as suas famílias tinham dificuldade em encontrar alojamento.

A cidade, muito densa, não tinha disponibilidade de terrenos para grandes intervenções. A dificuldade de expropriação, o preço dos terrenos e a falta de liquidez impediu as intervenções estatais, ou de associações sem fins lucrativos no sentido de criar habitação para os mais desfavorecidos.

Por isso, numa primeira fase, a população operária construiu o seu próprio alojamento em condições extremamente precárias. Sem qualquer tipo de reconhecimento para os seus problemas de habitação, os operários e suas famílias viram-se forçados a encontrar alojamento em palácios e conventos abandonados, ou pátios insalubres, vivendo em condições lastimáveis (Pereira, 1994). O número crescente da população e o desinteresse do Estado chamaram à atenção de investidores privados, que viam ali uma oportunidade de negócio. Durante vários anos a responsabilidade sobre a habitação operária ficou a cargo da iniciativa privada, tendo o Estado limitado a sua acção a isenções fiscais para o sector. Só depois se seguiram as iniciativas privadas e mais tarde, já no início do século XX se construíram os primeiros bairros sociais (Pinto, 2008). A construção de Vilas Operárias foi assim uma operação de salubridade urbana e solidariedade social, mas também de investimento imobiliário lucrativo. A maioria das vilas operárias, que hoje constituem parte integral do tecido urbano lisboeta, foi construída neste contexto<sup>14</sup>.

Podem dividir-se as motivações dos privados para a construção de Vilas Operárias em três tipos: a iniciativa por parte de empresários ligados à construção ou imobiliário, para quem a construção de Vilas Operárias se traduz em apenas mais um negócio; a iniciativa por parte de filantropos abastados, como Cândido Sotto Mayor; e a iniciativa por parte das unidades fabris ou comerciais. Esta última, também filantrópica, tinha como finalidade clara albergar os trabalhadores e as suas famílias. É esta estreita ligação que justifica a designação das Vilas Operárias com o nome da fábrica ou proprietário a que está associada. Apesar das diferentes motivações, as Vilas Operárias correspondiam a uma visão paternalista da sociedade. Nesta visão, os mais ricos deviam proporcionar aos mais carenciados o acesso ao bem-estar material mas também ensinar-lhes a “boa-moral”, como meio de evitar a degradação social dos pobres. Esta visão paternalista está por detrás de muitas obras sociais do século XIX, entre elas o Familistério.

Uma vez que as fábricas necessitavam de muita mão-de-obra as vilas foram crescendo em torno destes pólos industriais e junto às suas vias de acesso. Em Lisboa, estas zonas eram à época zonas periféricas da cidade, como Alcântara ou Xabregas, junto ao rio e servidas pelo caminho-de-ferro (Pereira, 1994). Nestas zonas os terrenos eram mais baratos e tinham menos densidade populacional, facilitando a construção de fábricas e alojamento barato (Pinto, 2008). No centro da cidade as condições de terreno e mercado mais propícias à criação das vilas estavam na zona oriental, na Graça e Sapadores, onde ainda hoje existem (Pereira, 1994). Assim, as áreas de Lisboa onde é mais frequente encontrar Vilas Operárias são: Alcântara, Prazeres, Campolide, Graça, Penha-de-França, Alto do

## A CONSTRUÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

14. Ver capítulo 2d. Propostas Alternativas.

## A LOCALIZAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS



12

Pina, Arroios, Xabregas, Beato, Chelas, Marvila e Benfica (Pinto, 2008).

De facto, a construção desta tipologia de habitação tornou-se extremamente comum na capital até depois da Primeira Guerra Mundial. O regulamento camarário de 1930 proíbe a construção de mais Vilas Operárias, e define-as como *grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa, quer indirecta, com a via pública por meio de serventia*. No seu trabalho sobre o tema, Pereira (1994) define-as como espaços à margem dos aruamentos, construídos muitas vezes no interior dos quarteirões, sendo por isso segregados. Porém, existem casos em que as vilas seguem a via pública ou a replicam. Essas situações surgem maioritariamente em zonas da cidade que são, por si só, segregadas mantendo-se o carácter secundário dos complexos. Enfim, o essencial das vilas operárias é a edificação multifamiliar intensiva, iniciativa privada na construção e a população constituída por famílias de baixos rendimentos.

Pereira (1979) diferencia três formas distintas de habitação operária na cidade de Lisboa: os pátios, as Vilas Operárias e os bairros sociais.

Os pátios são espaços residuais de construções pré-existentes, como palácios, conventos ou simples logradouros, que foram transformados para albergar, em condições muito precárias, a população desfavorecida. A sua localização em espaços intersticiais cria habitações com dimensionamento abaixo dos padrões mínimos, vulneráveis à humidade e sem exposição solar. Surgiram espontaneamente, e resultam mais da iniciativa operária do que de patronos privados ou sequer do Estado. Os pátios situam-se principalmente em antigos bairros da cidade. Ao densificar e sobrepopoar estas áreas os pátios contribuíram fortemente para a insalubridade da habitação (Pinto, 2008).

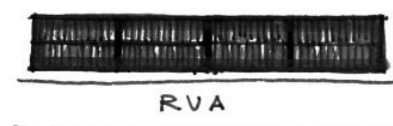
As Vilas Operárias diferem dos pátios, numa primeira abordagem, pelo planeamento de que já são alvo. Pereira (1979) salienta que uma das principais semelhanças entre pátios e vilas é a relação que mantêm com os espaços públicos. Em nenhum dos casos os espaços têm uma relação directa com a rua, pelo contrário, integram-se em estruturas pré-existentes e confundem os seus locais de entrada com os dos edifícios pré-existentes.

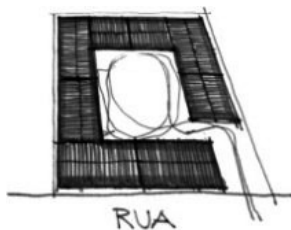
As diferentes condições de construção resultaram na construção de diversas tipologias de Vilas Operárias. Se numa primeira fase estes empreendimentos eram desqualificados e espontâneos o tempo acabou por possibilitar o desenvolvimento de tipologias de construção mais elaboradas e qualificadas, por vezes inovadoras. Apresentam-se aqui as diferentes tipologias de Vilas Operárias (Pereira, 1979):

*Vila em Correnteza*: este tipo de vila é uma excepção à regra pois acompanha a via pública. É constituída por edifícios de um ou dois pisos com diversos fogos no interior. Pode materializar-se de duas formas: edifícios alongados dispostos ao longo da rua; ou um edifício em bloco com semelhanças formais às vilas de lazer da burguesia.

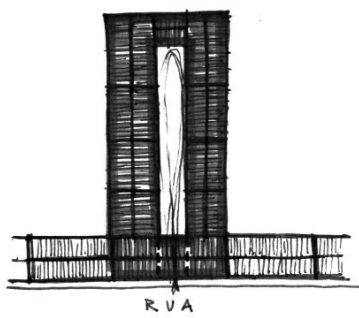
## DEFINIÇÃO DE VILAS OPERÁRIAS

## TIPOLOGIAS DE VILAS OPERÁRIAS





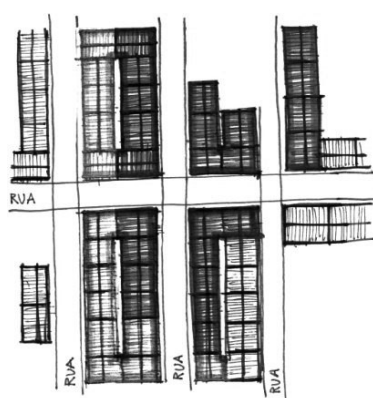
14



15



16



17

*Vila em Pátio:* Os edifícios, com um ou mais pisos, organizam-se em torno dum espaço comum: o pátio. A rentabilidade do espaço é total, existindo apenas uma entrada para o recinto. O acesso aos fogos nos pisos superiores é geralmente feito por galerias exteriores, também como forma de rentabilização do espaço. A Vila Sousa, na Graça, obedece parcialmente a este esquema, no sentido em que boa parte das habitações operárias se organiza em torno dum pátio que é tanto distributivo como de permanência dos habitantes.

*Vila atrás de edifícios:* As construções ocupam as traseiras e logradouros de edifícios destinados à burguesia. Assim, no mesmo lugar existem o edifício corrente, pertencente à burguesia, com frente para a via pública e os edifícios mais pequenos e densos construídos atrás dele. O formato do lote pode configurar diferentes organizações internas: em pátio ou em corredor. O acesso à vila é também condicionado pelo lote e pelo edifício principal. Assim, o acesso pode fazer-se através de um corredor lateral ou a eixo do lote, o que resulta em ocupações geralmente assimétricas, ou por uma passagem em arco sob o edifício principal. Nesta configuração a estratificação social é bem visível. Já que a própria qualidade de construção entre o edifício principal e o pátio é distinta. A Vila Sousa mostra também características deste tipo de Vila. O edifício principal, revestido a azulejos, era um prédio de rendimento burguês, no pátio as habitações eram destinadas à classe operária.

*Vila em rua:* a diferença entre estas vilas em correnteza e a construção corrente é apenas o facto de as ruas, ao longo dos quais se desenvolve a vila, serem privadas. Apesar de estarem abertas ao público, estas vias particulares podem, geralmente, ser encerradas pelo que tornam a via semipública. A Vila Dias e a Vila Berta são dois exemplos notáveis de vilas formando ruas.

*Vilas de escala urbana:* o desenvolvimento das vilas na cidade conduziu ao aparecimento de aglomerados com maior número de fogos e, portanto, maior escala que se afasta da organização primária em torno dum pátio num logradouro vazio. As Vilas de escala urbana integram já um sistema viário no seu interior, embora se mantenha o carácter secundário do conjunto. A habitação tanto pode ser organizada horizontalmente como em blocos de mais pisos. Apesar da sua dimensão estes bairros conservam o carácter marginal das Vilas originais. Por isto, as Vilas de escala urbana incluem equipamentos comunitários, estabelecimentos comerciais e até mesmo escolas ou esquadras da PSP, como na Vila Cândida. Estas vilas tinham a mesma génese filantrópica que as vilas ligadas à produção fabril. Esta vontade dos promotores em ser associados às vilas e ao bem-estar dos operários conduz alguns deles a construir as suas próprias habitações no seio das vilas, embora devidamente separadas. O volume de construção, estimulado pelos investimentos cada vez maiores, conseguiu marcar a cidade criando-se bairros inteiros nesta tipologia, como o Bairro Estrela d'Ouro.

*Vilas ligadas à produção:* estão essencialmente ligadas ao sector têx-

14.Vila em Pátio. In: Pinto (2008).

15.Vila Atrás de Edifício. In: Pinto (2008).

16.Vila em Rua. In: Pinto (2008).

17.Vila de Escala urbana. In: Pinto (2008).

til, pois estas fábricas necessitavam de muita mão-de-obra e o alojamento constituía uma forma de atrair trabalhadores. Nalgumas situações estas Vilas foram construídas por uma atitude filantrópica e paternalista dos patrões para com os seus assalariados. Estas vilas têm a particularidade de integrar o alojamento operário no recinto fabril. Além disso, é visível o cuidado pelo desenho e arranjo dos espaços bem como no desejo de diversas tipologias destinadas aos diferentes escalões da hierárquica fabril.

Como já foi exposto, a presença de equipamentos vinculados à população das Vilas são tanto uma manifestação dum preocupação filantrópica dos patrões pelo bem-estar dos seus operários como a promoção dum imagem de “grande família” constituída pela unidade fabril. Mas essa mesma imagem revela o controlo indeterminado que os mesmos patrões tinham sobre os seus trabalhadores. Ao alojar os trabalhadores nas suas instalações, os patrões vinculavam-nos ao trabalho naquela fábrica. O carácter fechado e secundário das Vilas Operárias garante, por seu lado, facilidade no controlo da mobilidade e, nos casos em que a residência do patrão se insere na Vila, reforça o poder panóptico do recinto, à semelhança do Familistério.

As Vilas Operárias são, portanto, conjuntos operários dissimulados no tecido da cidade (Pinto, 2008). Este carácter secundário não se acaba no desenho arquitectónico. Por estarem retiradas dos espaços públicos, burgueses, as famílias de Operários desenvolveram ali vidas em comunidade, paralelas à via pública. Pinto (2008), recorre a Vieira (1993) e a Calado e Ferreira (1993) para caracterizar a vida nas vilas operárias.

*Pequenos guetos dentro da cidade, onde se pretendia que as pessoas vivessem isoladas deslocando-se apenas da casa para a fábrica e desta para o clube ou sociedade de recreio (geralmente pertencente à empresa), estabelecendo relações de vizinhança quase sempre na base do trabalho comum que todos unia no mesmo esforço* (Pinto, 2008:13).

A semelhança do quotidiano nestas vilas com a vida do campo explica-se pelo facto da maior parte dos operários ter migrado do campo para a cidade. Não lhes sendo dada a oportunidade para experienciar a vida na cidade em primeira mão, os operários replicam a vida que lhes era familiar nesses nichos urbanos.

Neste sentido, as Vilas Operárias são uma alternativa secundária à habitação padrão da época, o prédio de rendimento. A segregação de que foram (e ainda são) alvo resultou numa segunda cidade, com vida própria afastada das ruas e avenidas lisboetas. Mas a atenção e cuidado dados à arquitectura destes conjuntos, bem como a profusão do seu número, 350 segundo o Roteiro de Lisboa de 1979, tornou-as num ícone da cidade difícil de evitar. Pinto (2008: 23) cita o Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina (C.M.L., 1994) dizendo que *estes são conjuntos que se revestem (...) do maior interesse para a compreensão da estrutura urbana da cidade, bem como para a definição da sua história e evolução arquitectónica (...)*.

### POSIÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS NO TECIDO URBANO

### PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS DAS VILAS OPERÁRIAS



18

### A EVOLUÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

Dado que a construção das vilas está sempre sujeita à geração de lucros e que se destinam às famílias de fracos recursos económicos, todas as Vilas Operárias se sujeitam ao princípio do aproveitamento máximo da área disponível. Modo geral, as Vilas são compostas por edifícios de pequena cêrcea, com um ou dois pisos, organizados em torno de um espaço comum e de acessos que é vincadamente privado. Os fogos são reduzidos a áreas mínimas e organizados de modo a permitir o maior número possível em cada parcela de terreno. Em muitos destes casos procurou-se edificar tipologias habitacionais simples e modulares, que implementassem padrões de comodidade inovadores e acessíveis. Os fogos são dispostos ao longo do perímetro do terreno, deixando o espaço central livre para servir de acesso. Dependendo da forma do terreno, esse espaço central pode ser alongado, tipo corredor, ou mais largo, tipo pátio, acabando por se tornar uma extensão da vida doméstica e a “praça pública” da comunidade.

Nos casos em que existe mais do que um piso de habitações, os acessos tomam a forma de escadas e galerias exteriores, em coerência com o esforço de contenção da construção. Nalguns casos, estas escadas e galerias tornam-se sistemas complexos e empregam tecnologias de construção modernas à época, aqui destaca-se a Vila Rodrigues, de 1902. A utilização de galerias como acesso aos fogos foi uma antecipação duma solução que se tornaria muito comum no período modernista (Pereira, 1994). Este detalhe acabou também por fomentar a utilização colectiva dos espaços comuns e possibilitou o firmamento de comunidades entre habitantes.

A economia da construção causou preocupações de racionalização e funcionalização do espaço que seriam retomadas mais tarde com grandes questões da arquitectura moderna (Pereira, 1994). Mas apesar da escassez dos recursos, a preocupação com a decoração é uma constante na construção das Vilas. Elementos decorativos são empregues para em prestar alguma graciosidade e distinção aos conjuntos operários, à semelhança dos prédios de rendimento tão comuns à época. A decoração era feita através da aplicação de ornamentos em estuque, azulejo ou tijolo nalguns pontos dos edifícios, como vãos, cunhais ou remates das coberturas. O ferro utilizado em elementos estruturais, como as guardas das galerias, é também moldado com intuito decorativo além de funcional. A simetria, utilização cuidada dos materiais baratos, o desenho de letreiros, os remates ornamentados das coberturas são visíveis com maior ou menor modéstia em quase todas as vilas.

Uma prova do sucesso desta solução de habitação é a sua adaptação para faixas da população menos carenciadas. Algumas vilas, como a Vila Berta ou a Vila Santos, na Graça, saem do padrão de habitação destinada ao operariado mais baixo e adquirem características mais próximas dos valores da pequena-burguesia. Na Graça habitavam empregados estabelecidos no centro da cidade: Baixa, Martim Moniz, São Lázaro, Terreiro do Trigo e Bica do Sapato (Pinto, 2008). Estes empregados pertenciam a uma classe social diferente da dos operários fabris. Ainda que as suas expectativas sobre as casas fossem diferentes, man-

tenham-se as vivências de proximidade existentes nas Vilas Operárias.

As vilas dedicadas a esse estrato social mostram uma qualidade excepcional no desenho, dimensionamento e decoração (Pereira, 1994). Encontra-se mesmo uma riqueza e profusão de elementos decorativos (Pinto, 2008). Nestes casos existe um desenho cuidado dos elementos de construção e maior qualidade na organização formal e espacial dos conjuntos e interiores. Contudo o modelo estrutural das vilas operárias é mantido, sendo por isso classificados como tal. Alguns exemplos deste tipo de vila são: a Vila Martel, o Bairro Estrela d'Ouro, a Vila Luz Pereira, a Vila Cândida, a Vila Santos e a Vila Berta (Pinto, 2008).

## REABILITAÇÃO DAS VILAS OPERÁRIAS

Ainda no final do século XX a segregação das vilas operárias era ainda bem visível. Morar numa vila era ainda marca de carências sociais e económicas. Todavia tem-se vindo a verificar um interesse crescente por estas peças icónicas de Lisboa e pela sua reabilitação.

Nalguns casos as Vilas já foram intervencionadas. O Pátio da Bagatela, nas Amoreiras, foi reabilitado e transformado em habitação para um estrato social mais elevado. Mantiveram-se as antigas habitações operárias originais, embora os fogos tenham sido reconvertidos para corresponder às necessidades modernas, e foram criados alguns novos edifícios que combinam habitação, serviços e abrem o interior do complexo ao público.

*Com um programa multifuncional, de habitação, escritórios e comércio, o projecto teve como intenção dominante a criação de um conjunto de espaços exteriores comuns, semipúblicos ou privados, articulando percursos, galerias e pracetas (...)* (Ferreira e Sousa, 1997).

Os espaços semipúblicos referidos constituem uma ligação pedonal entre o Jardim das Amoreiras e a Rua Artilharia 1. Essa passagem, composta por comércio, é de acesso público no período diurno e fechada à noite, para garantir a segurança dos habitantes e a preservação do complexo. Esta abertura dos espaços privados ao público é um reflexo da contemporaneidade na medida em que demonstra a transformação do clássico de espaço público em espaço privado semipúblico.

Por se tratar duma propriedade privada, a intervenção do Pátio da Bagatela não seguiu nenhuma directriz camarária, sendo apenas reconhecido o valor desta intervenção na atribuição do Prémio Valmor. Como se viu, a vasta maioria das Vilas Operárias são propriedade privada, não dos moradores, mas ainda de alguns descendentes dos construtores iniciais. Esta situação torna a reabilitação complexa, já que cabe aos proprietários tomar a iniciativa e eles têm total controlo sobre o destino da sua propriedade. Para incentivar a reabilitação, as Vilas Operárias estão ao abrigo do programa RECRUA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados – que financia as iniciativas até 65% (Pinto, 2008).

Actualmente, as campanhas de reabilitação urbana não limitam a sua acção à conservação do património material, como no Pátio Bagatela. Mais do que isso, estas campanhas pretendem uma requalificação urbana e social do edificado. Através da identificação e salvaguarda de tradições, memórias e comportamentos associados aos locais, procura-se revitalizar as estruturas sociais tornando aqueles locais mais relevantes no panorama urbano. A preocupação em manter as estruturas sociais preexistentes à intervenção dá especial pertinência ao processo participativo. Mesmo que a reabilitação vise a introdução de novos residentes, a interação entre eles e os antigos residentes promovida pelo processo participativo é um garante da manutenção de certas vivências de Bairro. Assim, a participação torna-se uma forma interessante de iniciar processos de revitalização. Seria uma mais-valia a colaboração entre iniciativa privada e o Estado, para que as Vilas Operárias pudessem ser integradas na vida da cidade e enriquecê-la.

#### SÍNTESE

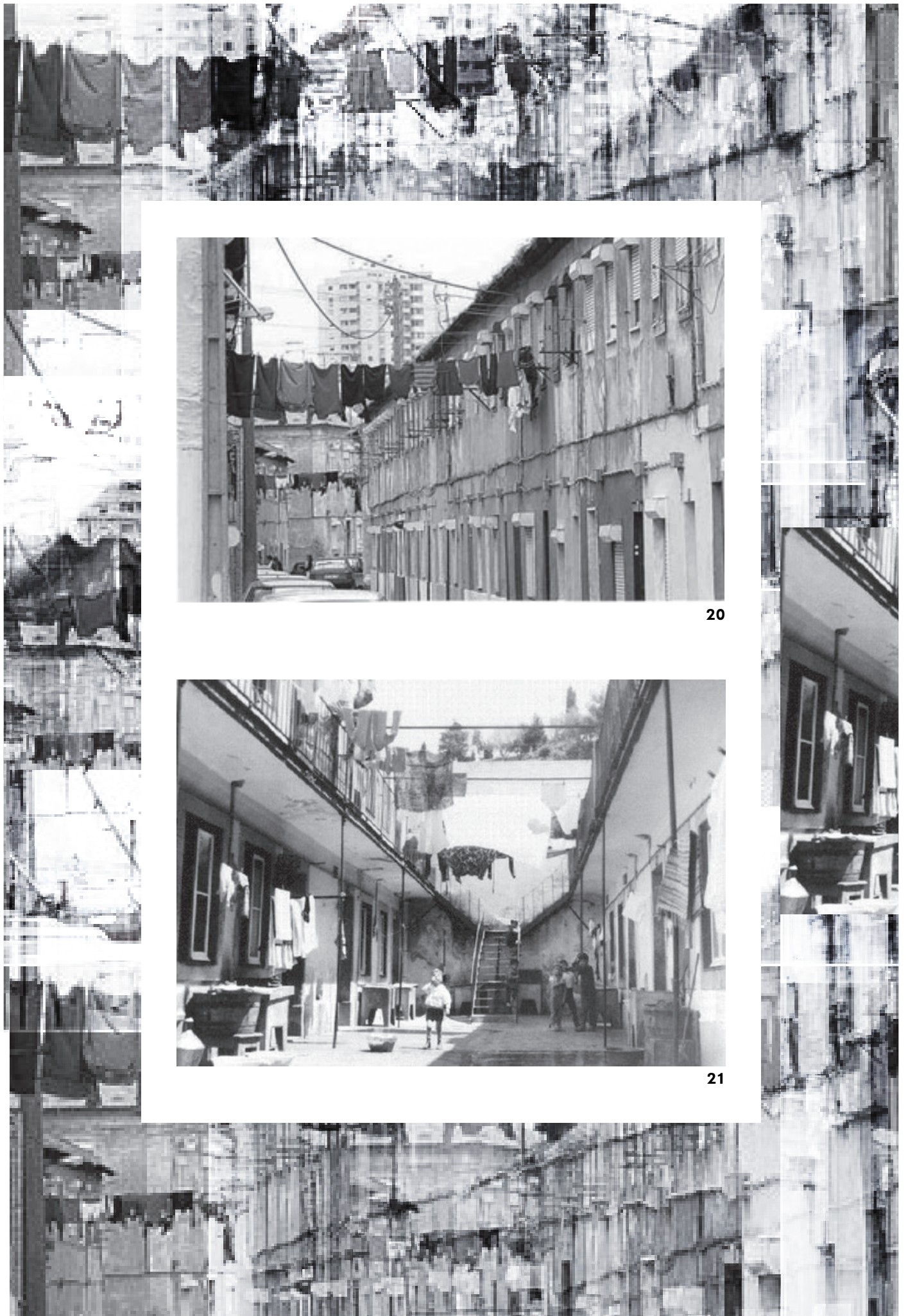
Embora, na sua génese, as Vilas Operárias estivessem separadas das vias principais, adquirindo um carácter secundário e marcadamente privado, essas características podem hoje jogar a seu favor. O seu isolamento permite que a sua reconversão possa ser feita com relativa liberdade. A sua localização, actualmente no centro da cidade, torna-as desejáveis. O afastamento do espaço público concede-lhes a privacidade e quietude muitas vezes procurada pelos futuros residentes, e a possibilidade de controlo de acesso potencia a sensação de segurança.

A inserção duma comunidade que não esteja cerrada dentro das Vilas poderá ser uma forma interessante de as reabilitar. Em primeiro lugar a presença duma comunidade mantém, pela sua simples presença, as interações sociais do espaço. De resto, a configuração das Vilas Operárias é propensa à interacção e cooperação entre os seus habitantes. Em segundo lugar, a abertura da comunidade ao exterior dos limites do recinto contrabalança a tendência segregadora do espaço. Dado que, hoje em dia, muitas Vilas se encontram inseridas num tecido urbano consolidado, a abertura de comércio e serviços no seu interior pode ajudar ao desenvolvimento da área em que estão inseridas, recolocando-as como elementos relevantes do desenvolvimento urbano e não apenas como curiosidades arquitectónicas.

Conceitos como o *Cohousing* ou *Coworking* são particularmente permeáveis a estes espaços e certamente mais interessantes que a reconversão de Vilas em Condomínios Fechados. Os condomínios funcionam como ilhas urbanas. Assim, embora pudessem emprestar a uma Vila reconvertida um tom menos segregado, nada fariam para a inserir na cidade, antes retraindo-a mais ainda. A dinâmica das alternativas *Cohousing* e *Coworking* permite, por sua vez, maior abertura do espaço ao público em geral. A abertura de serviços para a população local, embora com gestão feita pela comunidade residente, transformaria estes complexos em unidades dinâmicas e relevantes tanto espacial como socialmente.



19.



20



21



/c

Г

**Cohousing**

—

**∇ Vila Sousa**

**COMPOSIÇÃO DA VILA SOUSA**

O complexo imponente da Vila Sousa é mais uma das inúmeras peças que dão cor ao centro da Graça. Esta Vila foi construída no lugar do antigo palácio do Vale dos Reis. O terramoto de 1755 e um incêndio em 1819, pouco mais deixaram da construção original além composição da fachada e do varandim no pátio. Reconstruída pelo construtor João Luis de Sousa, foi inaugurada com a traça actual em 1890 como alojamento para a família do empresário no corpo da frente e como habitação operária no pátio.

Bem visível desde o início do Largo da Graça, a Vila Sousa destaca-se pela escala palaciana da sua fachada e pela cor intensa do revestimento em azulejo. Este edifício marca do ponto de inflexão do Largo da Graça. Em frente à fachada o comércio do largo prolonga-se até à Rua da Graça, para a direita estão a Igreja, o Jardim e o Miradouro da Graça. Pelas ruas laterais, a Travessa das Mónicas e a Travessa São Vicente chega-se à Sede A Voz do Operário e à Igreja de São Vicente de Fora. A Vila Sousa assume-se assim como um local de convergência de diferentes vivências. O largo à sua frente é o principal ponto de estacionamento daquela parte da Graça, é quase impossível ali encontrar um lugar. É também um local de passagem da rota dos miradouros da cidade. O barulho da passagem dos tuk-tuk contrasta com a calma que se vive no pequeno jardim.

O próprio edifício da Vila parece sintetizar as características da envolvente. No piso térreo o pequeno comércio dá continuidade ao Largo da Graça. Ao lado um minimercado é possível encontrar o conhecido Botequim. Fundado por Natália Correia em 1968, o bar foi ponto de grandes nomes da cena intelectual portuguesa durante as duas décadas seguintes. Depois da morte da poetiza o bar foi encerrado, tendo sido reaberto como sede da Fundação José Afonso e, mais tarde, como livraria infantil. Hoje é um café-bar desenhado à memória do Botequim original. À noite é possível assistir a concertos ou apresentação de livros acompanhados por uma bebida.

O grande portão, de ferro forjado, ostenta o nome da Vila e a data da sua inauguração. Entrar ali é passar para um mundo diferente, mais calmo e isolado que o largo. Ao reconstruir o edifício, o proprietário João



24



23

**VILA SOUSA, PRIMEIRAS  
IMPRESSÕES  
05-03-2015**

15. Ver capítulo 4b. Vilas Operárias.

Luís de Sousa desejava alugar os fogos do interior aos operários que então acorriam aquela zona. Seguindo os padrões de rentabilidade da época, o pátio central permite um melhor aproveitamento do lote. O alojamento operário, uma mescla de habitação em altura e fogos com acesso directo pelo pátio, organiza-se ao seu redor. Actualmente, um dos limites alberga oficinas, mas o estudo das diversas alterações do lugar mostrou que em tempos chegou a haver ali uma padaria.

Esta Vila apresenta uma tipologia mista, já que é tanto uma recuperação dum antigo palácio, como uma Vila construída atrás dum edifício. Contudo, a presença do pátio parece sobrepor-se classificando-se esta Vila como uma Vila em Pátio<sup>15</sup>. Apesar desta tipologia, a observação realizada demonstrou que o pátio interior não suporta nenhum tipo de vida comunitária. Na verdade, o conjunto edificado da Vila Sousa é composto por diversos prédios de quatro andares com entradas independentes e sem relação entre si. Numa conversa informal com um residente foi possível apurar que o conjunto pertence ainda à descendência do construtor, estando a maioria dos fogos alugados. A porta principal, bem marcada na fachada pela atenção dedicada ao desenho, permite o acesso a todos os prédios e ao pátio interior. A principal função do pátio é distributiva, actualmente é uma zona de passagem e não de permanência. Apesar da sua escala notável e das diversas funções ali alojadas – habitação, serviços e comércio – o conjunto não aparenta qualquer tipo de vida interna. Num dos prédios, com acesso pela Travessa de São Vicente, as campainhas denunciam a presença duma academia de música. Sem a discreta etiqueta a sua presença passaria despercebida. No conjunto a Vila Sousa assemelha-se a um monólito cujas funções e vida interiores são difíceis de escrutinar.

**VILA SOUSA, SEGUNDA VISITA  
19-04-2015**

Numa segunda fase de observação, já apoiada pelos desenhos técnicos da Vila, compreendeu-se que o edifício foi alvo de diversas intervenções ao longo dos tempos. Grande parte destas intervenções foram alterações das plantas das lojas, mas também na compartimentação interior do edifício com adição de diversas entradas independentes. Actualmente, o conjunto encontra-se quase totalmente habitado, tendo-se visto apenas um anúncio de aluguer. Quase todas as lojas estão ocupadas e existem bastantes escritórios e serviços alojados em antigas habitações. Apesar de não existir um forte sentido de comunidade, foi possível detectar alguma familiaridade entre alguns dos residentes no complexo, aqueles cujas casas estão voltadas para o pátio interior. Neste caso a arquitectura terá um papel preponderante na formação dessa familiaridade já que o desenho do edifício induz, senão a interacção, um certo reconhecimento visual entre habitantes. Porém, o acesso livre ao pátio e a presença de oficinas previne a atenção e controlo pelos residentes, já que existe um fluxo mais ou menos constante de elementos estranhos.

**PORQUÊ COHOUSING**

Ora, a localização privilegiada do complexo, a sua escala e tipologia arquitectónica tornam a Vila Sousa num complexo aliciante para um ensaio *Cohousing*. A presença de um pátio interior, de passagem obrigatória para a maior parte dos fogos, permite a criação de um espaço vinculado à comunidade residente. A variedade de usos que existe actualmente na

Vila é, por si só, um bom indicador da sua potencialidade para a criação de múltiplos espaços de uso comum. A transformação duma Vila Operária num complexo *Cohousing* é, como já se viu, simples. Neste caso, o *Cohousing* da Vila Sousa seria mais uma das peças que compõem a Graça, destacando-se pela sua posição face a toda a estrutura urbana da área.

Com efeito, a existência de áreas livres com acesso pelo exterior é indicada para a indução dum equipamento de acesso público que sirva tanto a população da Vila Sousa como a população da Graça. A inclusão dum espaço *Coworking* numa destas áreas torna-se tentadora. Idealmente os habitantes da unidade de *Cohousing* poderiam servir-se do espaço *Coworking* para desenvolver os seus projectos e trabalhar. Esta vivência potenciaria as interações dentro da comunidade de habitantes realizando completamente o intuito do complexo. Todavia, a total coincidência da comunidade residente, tanto na esfera doméstica como de trabalho, prejudica a abertura para o exterior. Uma comunidade que viva e trabalhe de forma independente, não permitirá a entrada de elementos exteriores. Uma comunidade deste género provoca a criação de ilhas e guetos, não contribuindo em nada para a dinamização da área em que se insere.

Assim, a inserção dum espaço *Coworking* subordinado à comunidade *Cohousing* na Vila Sousa seria contrário à premissa de dinamização da área. A potencialidade duma unidade *Cohousing* para a gestão de equipamentos e serviços de utilidade social não deve ser menosprezada. Limitar um espaço de *Coworking* aos residentes dum complexo seria diminuir a diversidade necessária ao funcionamento de ambas as comunidades. Preferiu-se assim limitar a intervenção à transformação deste edifício num complexo *Cohousing*, por forma a melhor ilustrar o que se tem vindo a explicar ao longo deste trabalho.

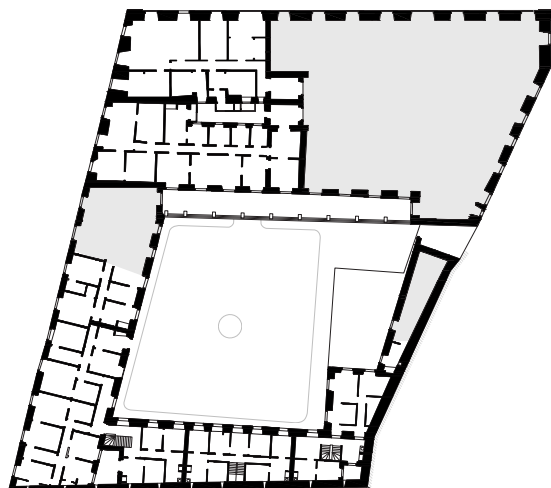
Como se disse anteriormente, no desenvolvimento dum complexo deste tipo a inclusão dos habitantes da comunidade no processo de concepção é indispensável<sup>16</sup>. Porém o objectivo deste exercício não é o de elaborar uma proposta final para a adaptação do edifício. Pelo contrário, pretende-se apenas ilustrar a potencialidade que a reconversão de Vilas Operárias em espaços *Cohousing* tem para a reintrodução de vida nos centros urbanos. Por conseguinte, para a elaboração deste exemplo utilizou-se os resultados do questionário electrónico já referido e algumas entrevistas locais como substituição do processo participativo, que seria sempre mais moroso. 87,6% dos inquiridos manifestaram interesse na habitação em comunidade. É curioso notar que o perfil da maioria dos inquiridos corresponde com o perfil geral dos cohousers descrito anteriormente. Através das suas respostas foi possível determinar quais os aspectos considerados mais pertinentes para a vivência neste espaço. As respostas dadas simulam o processo participativo e sustentam as opções tomadas neste ensaio<sup>17</sup>.

Por outro lado, dado que a quantidade de áreas comuns num complexo *Cohousing* é grande, deve haver um esforço na racionalização dos gastos. Neste exemplo optou-se por tirar partido da construção já

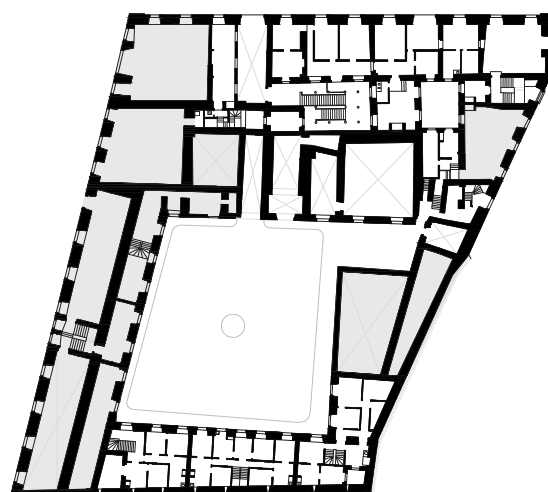
## RECOLHA DE INFORMAÇÃO E PROGRAMA

16. Ver capítulo 3a. *Cohousing* - Habitar em Comunidade.

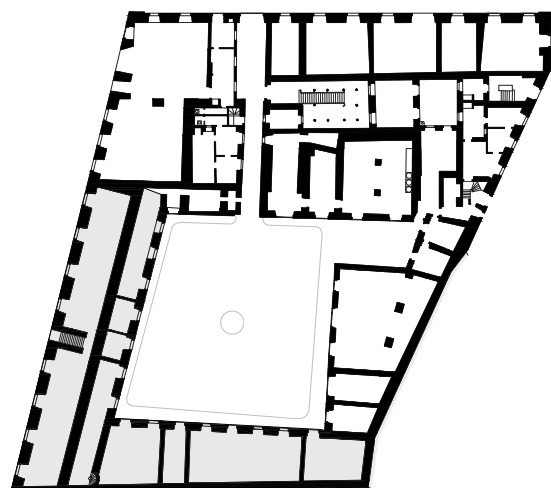
17. O Inquérito e as suas respostas encontram-se no Anexo a.



24



25



26

■ Sem Informação

ESCALA  
0 5 10

24.Vila Sousa. Planta dos Pisos 1, 2 e 3.

25.Vila Sousa. Planta da Sobreloja.

26.Vila Sousa. Planta do Piso Térreo

27.. Inquérito Online: 6.Prefere viver num complexo vedado a estranhos?

28.Inquérito Online: 7.Quais os equipamentos comuns que lhe parecem mais pertinentes?

29.Inquérito Online: 9.Quais os serviços que lhe parecem mais úteis num complexo deste género?

30.Inquérito Online: 10.Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?

31.Inquérito Online: 11.Estaria disposto a ceder 10% da área da sua habitação por espaços comunitários?

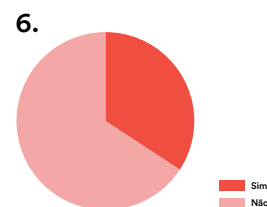
existente, não impondo, tanto quanto possível, mudanças estruturais aos edifícios nem na própria composição dos espaços. Para isto usou-se as diversas plantas da Vila Sousa encontradas nos arquivos do município de Lisboa. Infelizmente, mesmo depois da sua reconstrução por João Luís de Sousa, o edifício foi alvo de inúmeras alterações, muitas delas bastante antigas. De tal modo que foi impossível estabelecer com precisão e detalhe as condições actuais do complexo. Nas plantas 15, 16 e 17 mostra-se quanto foi possível reconstruir a partir dos desenhos em arquivo e da observação. Como o objectivo deste ensaio não é a elaboração duma proposta arquitectónica completa, optou-se por não especular sobre as áreas em falta. Ainda assim, as intenções de usos são apresentadas esquematicamente, usando-se as partes da planta com informação como prova da sua exequibilidade.

Quanto ao programa, foi possível, das questões relativas à vida num complexo *Cohousing*, concluir que os equipamentos mais valorizados são: jardins, ginásio e biblioteca. Logo depois, com valores muito próximos, estão a lavandaria, salas multiusos, piscina e garagem. Em termos de serviços presentes a existência de segurança, creches ou centro de dia para idosos e serviço doméstico foram os mais requeridos. Estes resultados são coincidentes com a preferência por um complexo de acesso livre e com a existência de serviços abertos ao público. Estes resultados foram confrontados com as informações recolhidas sobre a Graça e, é claro, com a configuração do próprio edifício.

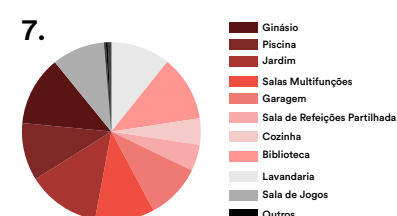
Os resultados do questionário revelam um paradoxo importante para a construção bem-sucedida duma comunidade *Cohousing*: a questão da abertura ao público. Como se viu anteriormente a excessiva permeabilidade dos espaços comuns ao exterior é contrária à formação e manutenção duma comunidade funcional. Por outro lado, o isolamento desta comunidade retira-a do panorama urbano, não contribuindo para a dinâmica local. Como se considera que este dinamismo é um dos elementos mais atractivos do conceito em questão, e dada a preferência dos inquiridos, decidiu-se incluir na Vila Sousa um equipamento aberto ao público e de não restringir a entrada nos espaços comuns. A presença de um serviço público subordinado à comunidade tornaria a Vila Sousa numa peça ainda mais presente no quotidiano das pessoas na Graça. O acesso irrestrito aos espaços comuns não quer dizer que a entrada nesses espaços não seja notada, joga-se aqui com a apropriação do espaço pela comunidade. A caracterização e apropriação dum espaço distingue-o dos outros, logo desenha os seus limites. Os muros são uma forma básica de o vedar, mas o desenho correcto do lugar consegue limitá-lo e evitar a entrada a estranhos, sem ter necessariamente uma porta (Barth, 1969).

O próprio edifício oferece a solução para esta questão. No piso térreo do corpo principal existem diversos espaços vincadamente públicos. No entanto, o acesso a eles é distinto. Nuns, como no comércio, é feito directamente pela rua e noutros, como o pátio ou oficinas, através do por-

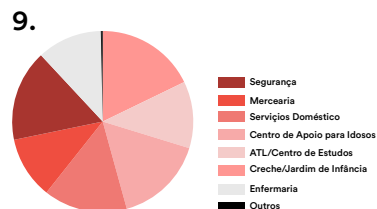
## COHOUSING VILA SOUSA



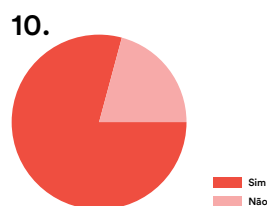
27



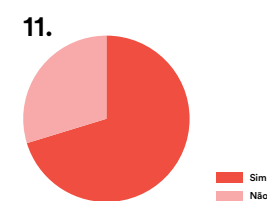
28



29



30



31

tão da vila. Seguindo a própria separação que está na gênese do edifício, optou-se por manter o comércio ali instalado, como forma de rentabilização do edifício, transformando o espaço de maior área numa biblioteca livre. Mais do que um espaço convencional, esta biblioteca tratar-se-ia dum repositório de livros particulares, à semelhança da biblioteca ao ar livre de Magdeburgo na Alemanha, ou da iniciativa de troca de livro pela PT em Portugal. Este espaço poderia ainda ser utilizado como local de trabalho ou de estudo pelos residentes, como um escritório.

O acesso ao pátio é feito através da porta principal. A porta deve ser apenas fechada durante a noite. Mesmo estando aberta durante o dia, a presença dum portão é, por si só, um elemento de marcação do espaço. Além disto, a presença em contínuo de elementos da comunidade ali residentes é suficiente para manter um grau de vigilância que conforte os habitantes, por um lado, e constranja a entrada de terceiros por outro. É em torno do pátio – reconvertido em jardim – que se organizam os principais espaços dedicados à comunidade. Estes espaços foram concebidos como extensões das habitações individuais, é possível aos seus habitantes usá-los a qualquer hora. Eles são a transposição da casa comum presente em todos os complexos *Cohousing*. Além do jardim, do ginásio e da lavanderia, apontados pelos inquiridos, foi criada uma sala de jogos e uma cozinha comum adjacente a uma sala de jantar e um espaço de recepção de eventos. Embora a implementação do modelo de refeições semanais seja tão comum na Suécia e Dinamarca, parece fazer pouco sentido para a realidade Portuguesa. Ainda assim, considera-se importante existir um espaço que possa alojar eventos da comunidade. Estes espaços podem também ser utilizados como local de recepção pelos habitantes, já que a maioria dos fogos tem dimensões bastante reduzidas. É ainda possível alugar estes espaços para a realização de eventos, contribuindo uma vez mais para a rentabilização do complexo. Os restantes espaços comuns estão dispostos ao longo das áreas de circulação. Tratam-se essencialmente de espaços multifunções que possam acolher atividades mais formais – como aulas artísticas – ou informais – como pequenas encontros casuais ou actividades comuns.

Por fim, nos fogos tentou-se manter a configuração já existente. Todavia, a maior parte das habitações operárias não oferecia as condições necessárias ao conforto agora exigido, tendo sido reconvertidas em habitações maiores. Embora haja alguma variedade no número de quartos, para garantir alojamento a famílias de diversas dimensões e respeitar as pré-existências, a maioria dos fogos tem apenas dois quartos. Isto deve-se sobretudo à configuração dos edifícios, que não permite fogos maiores. Seguindo as práticas comuns das unidades *Cohousing*, a área dos fogos foi reduzida ao mínimo. Tal medida compensa a quantidade de espaços comuns e impulsiona a utilização destes espaços sobre a habitação particular. Nos fogos privilegiou-se as áreas dos quartos sobre as das áreas comuns. Esta foi a forma encontrada para garantir a existência de espaços individuais suficientes, além da quantidade extraordinária de espaços comuns.

A concentração dos equipamentos comuns em torno do pátio tem como objectivo seguir a sua génese distributiva mas também empregar-lhe mais vida e transformá-lo num espaço de permanência. Por outro lado, a sua posição central facilita largamente a vigilância informal feita pelos habitantes, evitando-se assim o recurso a sistemas mais sofisticados e dispendiosos. Ao olhar para a quantidade e especificidade de espaços comuns é preciso ter em conta que estes são uma extensão directa dos fogos e não apenas equipamentos de usos ocasional. A vivência em *Cohousing* pressupõe a utilização livre e constante dos espaços comuns, de contrário eles não fariam sentido. Neste contexto, a questão da privacidade coloca-se de modo diverso do habitual. Interessa proteger a comunidade de estranhos, mas sem a isolar, e fomentar tanto quanto possível a interacção entre os elementos. Como se viu, só é possível manter uma comunidade através da interacção ritualizada e constante. As relações de vizinhança e afinidade são, por isso, dominantes neste complexo. Os fogos são pensados enquanto refúgios individuais, sendo todo o complexo tido como uma só casa.

Em suma, não é difícil introduzir uma unidade *Cohousing* numa antiga Vila Operária. Enquanto exemplo, a Vila Sousa é particularmente útil já que as suas dimensões generosas permitem a criação de diversos espaços comuns. Numa Vila de dimensões mais reduzidas, a quantidade e diversidade de espaços comuns terá que ser avaliada de acordo com a disponibilidade de espaço. Também a escolha do tipo de espaços deve recair sobre a comunidade que os vai habitar e pela população local, em processo participativo. Embora a iniciativa de construção possa tanto vir por parte da população como da Autarquia, considera-se que esta última deve sempre ter um papel relevante no projecto. A inclusão da Autarquia, senão mesmo iniciativa, tem como objectivo garantir que não existe sobreposição dos mesmos serviços numa área e a adequação da proposta ao plano para a zona. No caso do município decidir tomar esta iniciativa, a comunidade pode ser constituída através de inscrições públicas, como no caso de Stacken ou Prästgårdshagen, na Suécia<sup>18</sup>.

Nas Vilas que o permitirem, a mistura de usos replica a organização tradicional da cidade. Esta mistura reaviva a vivência dos espaços de proximidade, ao passo que a sobreposição do espaço público com os espaços comuns ou privados garante a vigilância e segurança que têm cada vez maior importância. As vilas em pátio, ou construídas atrás dum edifício, são especialmente indicadas para a este fim, já que possuem áreas directamente ligadas à rua e áreas mais resguardadas. Tal como foi ilustrado com a Vila Sousa, a comunidade pode viver com relativo retiro, oferecendo ainda espaços controlados e mantidos com acesso ao público. No caso dos serviços públicos serem mais exigentes, como uma creche ou um centro de dia, impõe-se a cooperação entre a comunidade e as Autoridades responsáveis. Nos casos em que isto é possível, esta cooperação seria a combinação ideal entre os interesses privados e públicos.

## SÍNTESE

<sup>18</sup>. Ver capítulo 3a. *Cohousing - Habitar em Comunidade*.



32.Vila Sousa. Proposta para Planta do Piso Térreo.  
 Legenda: A- Biblioteca; B- Caixa de Escadas; C- Comércio; D- cozinha Comum; E- Sala de Jantar Comum; F- Salão; G- Ginásio; H- Sala de Jogos; I- Salas de Estar e Multifunções; J- Jardim; L- Lavandaria; M- Habitações Individuais.



ESCALA  
N 0 5 10 metros

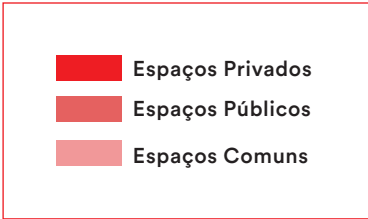
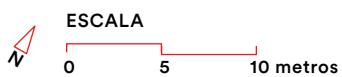
33.Vila Sousa. Proposta para Planta da Sobreloja. Legenda:  
A- Biblioteca; B- Caixa de Escadas; C- Comércio; D- cozinha  
Comum; E- Sala de Jantar Comum; F- Salão; G- Ginásio;  
H- Sala de Jogos; I- Salas de Estar e Multifunções; J- Jardim; L-  
Lavandaria; M- Habitações Individuais.



34. Vila Sousa. Proposta para Plantas dos Pisos 1, 2 e 3.  
Legenda: A- Biblioteca; B- Caixa de Escadas; C- Comércio;  
D- cozinha Comum; E- Sala de Jantar Comum; F- Salão; G-  
Ginásio; H- Sala de Jogos; I- Salas de Estar e Multifunções;  
J- Jardim; L- Lavandaria; M- Habitações Individuais.



- Espaços Privados
- Espaços Públicos
- Espaços Comuns





ESCALA  
N 0 5 10 metros

- Espaços Privados
- Espaços Públicos
- Espaços Comuns

§



/d

Г

**Coworking**

**–**

**Estrela d'Ouro**

### A ORIGEM DO BAIRRO ESTRELA D'OURO

Ao descer a Rua da Graça, numa das perpendiculares à direita, um painel de azulejos anuncia a presença do Bairro Estrela d'Ouro. O nome de Agapito Serra Fernandes é bem visível na base do painel. Em 1907, este industrial de confeitaria encomendou ao arquitecto Norte Júnior o projecto para a construção de um bairro que alojasse os trabalhadores da sua fábrica e empregados do comércio da Baixa. Agapito Serra Fernandes queria ali criar um bairro com boas condições de vida para os operários e suas famílias, seguindo a corrente paternalista em voga na viragem do século<sup>19</sup>. Quando o bairro ficou terminado, em 1908, Agapito Serra Fernandes fixou nele residência, numa moradia independente que tinha mandado construir para si. Actualmente, esta casa pertence ao Patriarcado de Lisboa, tendo sido transformada num lar para idosas. Em 1929, o industrial inaugurou na Rua da Graça o Royal Cine, embora independente da Vila, visto que à data da sua construção as Vilas Operárias já eram proibidas, o edifício ostenta a estrela dourada, símbolo inconfundível. Tendo sido o primeiro cinema português a transmitir um filme sonoro, em 1930, o edifício é hoje um supermercado.

19. Ver capítulo 4b. Vilas Operárias.

### A COMPOSIÇÃO DO BAIRRO ESTRELA D'OURO

O projecto do Bairro Estrela d'Ouro tem uma escala urbana com diversas ruas e edifícios de habitação. Tal como as outras Vilas da viragem do século, o Bairro Estrela d'Ouro tem uma posição secundária relativamente à malha urbana. A sua ligação com o exterior faz-se através das Ruas Josefa Maria e Virgínia, transversais à Rua da Senhora do Monte e Rua da Graça, respectivamente. O antigo acesso principal à casa da família, também conhecida como Vivenda Rosalinda, fazia-se por uma estreita passagem na Rua da Senhora do Monte. Porém, hoje é através dum acesso mais amplo, na Rua Josefa Maria, que se entra nos jardins da casa. Durante a vida do primeiro proprietário, a casa principal, com capela privada, foi alvo de alguns acrescentos tendo hoje um total de 642m<sup>2</sup>, só piso térreo.

Em contrapartida, os cerca de 120 fogos destinados aos trabalhadores e operários alojam as três assoalhadas numa área média de 35m<sup>2</sup>. Os edifícios destes pequenos apartamentos têm dois pisos, térreo e primeiro andar, e estão dispostos ao longo da Rua Rosalinda, perpendicular às duas ruas anteriormente mencionadas. A forma dos edifícios, em U, concede aos moradores pequenos pátios mais resguardados dentro da própria Vila. No acesso aos pisos superiores é possível encontrar uma antevisão das galerias exteriores, tão populares durante o Modernismo. No centro do edifício principal, uma reentrância na fachada permite a miniatura duma escadaria imperial, de acesso às galerias superiores e de enquadramento ao painel de azulejos com o nome do bairro.

A estrela dourada era uma marca pessoal que Agapito Serra Fernandes exibia nos seus investimentos e obras. Neste bairro é fácil encontrá-la no padrão da calçada, nos azulejos, estuques, guardas das galerias e até caixas de correio. A abundância de decoração, e o cuidado que lhe foi dedicado, devem-se ao facto desta Vila ter sido destinada a trabalhadores dos serviços e não apenas a operários fabris. A decoração tem assim as funções de ornamentação, caracterização e valorização do complexo. A provar o seu valor na cidade estão as dezenas de turistas que ali se deslocam propositadamente para conhecer uma Vila Operária lisboeta.

Tal como a Vila Sousa, o Bairro Estrela d'Ouro é ainda habitado. A entrada no bairro é livre. No início da rua diversos sinais avisam que se trata duma propriedade privada, mas não existe nenhum portão ou outro obstáculo à entrada de estranhos. Uma rápida observação revelou que ali ainda existe alguma vivência de bairro. Em menos de dez minutos assistiu-se à passagem de alguns moradores que se cumprimentavam entre si, ao controlo duma senhora pela janela de sua casa e, em pouco tempo, uma residente abordou-nos oferecendo as informações que fossem necessárias. Nessa entrevista imprevista apurou-se que todos os apartamentos do bairro são alugados, sendo os proprietários descendentes de Agapito Serra Fernandes. A residência do industrial, a Vivenda Rosalinda, foi vendida à Irmandade de Nossa Senhora da Vitória e é actualmente uma residência para senhoras idosas. A mesma entrevistada, que ali vive desde 1963, explicou que a população se manteve estável nas últimas décadas e que só recentemente tem havido alguma movimentação de inquilinos. Oportunamente, um jovem casal aproveitou para se inteirar sobre as visitas aos apartamentos por alugar. *Peçam à DA., na última porta dessa rua.* Trata-se da Rua Rosalinda. A DA. é a residente mais antiga do bairro, nasceu ali e tem a fotografia do seu casamento num painel ilustrativo da história do Bairro Estrela d'Ouro, na Rua Josefa Maria. A entrevistada referiu ainda que antigamente o bairro era fechado na noite de passagem de ano e os residentes festejavam no interior, com fogo-de-artifício e arraial privados. Tal como entramos no bairro, foi possível atravessar os portões da Vivenda Rosalinda, o actual lar para idosas. O espaço mantém-se praticamente intocado e está bem mantido. Uma vez mais foi o responsável pelo sítio quem nos abordou. Em conversa solta explicou-nos sucintamente a configuração da residência, mostrou-nos alguns cantos do jardim e falou-nos da sua função ali. A residência, exclusivamente feminina, presta serviços semelhantes aos de um lar de idosos, *Mas recusamo-nos a chamar-lhe lar!* Todavia não tem qualquer relação com o restante bairro e seus residentes. Torna-se quase uma segunda Vila, dentro da original. O encarregado explicou-nos que o bairro faz actualmente fronteira com dois condomínios privados, com piscina! De volta aos portões da residência, uma nova senhora toma parte activa na conversa. É residente no bairro e parece ser já conhecida do encarregado da residência. Afinal, existem relações entre os dois mundos do Bairro Estrela d'Ouro. Uma vez mais reforçaram a importância da DA. na vida do bairro. Pela conversa soube-se que as rendas são pagas presencialmen-

**AVIVÊNCIA DO BAIRRO  
ESTRELA D'OURO PRIMEIRAS  
IMPRESSÕES  
05-03-2015**





39

**BAIRRO ESTRELA  
D'OURO ENTREVISTA  
À DA. 12-03-2015**

te no gabinete do escriturário do bairro todas as manhãs entre o primeiro e o décimo dia de cada mês. Numa última volta vimos que quase todas as casas se encontram habitadas, havendo muitas já reabilitadas ou em vias de reabilitação. Já fora do bairro, na Rua da Graça, passamos à porta do actual Pingo Doce. O edifício foi construído em conjunto com o bairro e albergava um cinema. O primeiro cinema sonoro de Lisboa.

No Largo da Graça percebe-se a diferença entre o burburinho daquela zona da cidade, ainda viva e fervilhante, e a tranquilidade presente dentro do Bairro Estrela d'Ouro e da Vila Sousa. Embora estejam perfeitamente inseridas no tecido urbano e não apresentem outros entraves é entrada de estanhos que não o seu carácter secundário, estas Vilas são muito tranquilas. No Bairro Estrela d'Ouro é fácil imaginar que se vive numa aldeia afastada da cidade, e que os habitantes se conhecem e são receptivos aos turistas.

Na segunda visita ao Bairro Estrela d'Ouro foi mais fácil entrar na vida de bairro. Na residência de Nossa Senhora da Vitória, antiga casa de Agapito Serra Fernandes, falou-se com a responsável pelos serviços administrativos. O lar é dedicado à memória de Nossa Senhora da Vitória, e está ligado ao Patriarcado de Lisboa. Ali são oferecidos os serviços correntes de um lar de idosos, sem outra relação com o restante bairro que não sejam os passeios ao exterior das idosas e o acesso público dos jardins. À saída encontrou-se algumas residentes do bairro sentadas junto a idosas do lar nos bancos do jardim. É notório que existe algum contacto entre os dois mundos, contudo essa relação não é simbiótica. Por estar vinculado à Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, o lar privilegia o seu legado sobre a abertura à população local.

À saída do lar descobriu-se que a loja do escriturário do bairro ainda estava aberta. Solícito, o escriturário informou que todas as casas pertenciam ainda aos descendentes do construtor do bairro e que todas estavam alugadas. De momento tinham apenas um apartamento por alugar, a €340 mensais de renda. Mostrou esse pequeno T1, apesar das minúsculas dimensões o apartamento estava totalmente renovado. Quando questionado sobre a vivência do bairro ou os seus habitantes não soube responder, *Eu só venho aqui no início do mês*. O Bairro Estrela d'Ouro é o seu local de trabalho e não participa activamente na vida que acontece.

Porém, o principal objectivo desta visita residia no fundo da Rua Rosalina. A DA. nasceu há 79 anos naquela casa no Bairro Estrela d'Ouro. Foi indicada por todas as pessoas abordadas, incluindo o escriturário, como aquela que poderia fornecer mais informações sobre o bairro e a vida que ali tem lugar. Enquadrada pelo postigo aberto teve a gentileza de ceder uma hora do seu tempo em entrevista.

Tratou-se duma conversa interessante e muito útil. Por ali viver desde sempre, a DA. pode relatar com precisão as diferentes vivências do bairro. Embora ela não tenha datado as épocas de que falava, é possível separá-las em três tempos distintos: antigamente, na juventude da DA.; e depois, quando a população do bairro se renovou no final da década

de 60, configuração que se mantém até à data. Com efeito, A população antiga era muito pobre. Depois de deslocar os seus operários para a Galiza, Agapito Serra Fernandes arrendou os fogos da sua vila a casais com profissões oficiais, o pai da DA. era polícia, que tivessem até dois filhos. A população compunha-se de gente operária, pequenos trabalhadores ou artesãos, que ganhava muito pouco. Havia mais tempo dispensado em casa, pelo que a vida de bairro era mais forte que actualmente. As senhoras sentavam-se num canto à sombra enquanto faziam *crochet*, os vizinhos entreadjudavam-se no que precisavam, as crianças brincavam na rua. Atento, Agapito Serra Fernandes tinha um local da rua principal destinado ao futebol, que ainda é visível. Por ocasião dos Santos Populares, os moradores organizavam grandes arraiais. Cada um ajudava com algo que tivesse, um bolo, salada, vinhos, a sardinhada era compartilhada e fazia-se num dos pátios. Todos participavam na festa.

Depois, mudaram-se para o bairro empregados de finanças, pianistas, professores e outros membros de profissões com maior grau de formação. Muitos deles eram da geração dos filhos da DA., que tinham já beneficiado dum sistema de educação pública. Na população actual do bairro há ainda predominância destas ocupações, havendo estudantes universitários, funcionários administrativos ou pilotos. *Actualmente está um bairro mais delicado.* São estas as palavras utilizadas pela DA. para qualificar os moradores actuais. Eles têm rotinas distintas dos antigos moradores, estão mais limitados pelo ciclo casa-trabalho e menos ligados ao bairro. Durante a nossa conversa vemos uma hospedeira holandesa, nova residente do Bairro Estrela d'Outro, sair para o trabalho, e um pai trazendo o filho para casa. As ruas são mais um lugar de estacionamento automóvel do que um lugar de permanência. *Agora cada um tem a sua vida dentro de casa.* As rotinas diferentes dificultam a vivência de bairro. Contudo, ainda existem tradições de bairro. Embora menos frequentes, as trocas entre vizinhos, a entreadjudada e a organização de arraiais ainda existem neste bairro. Subjacente a isto está um conhecimento intrínseco dos vizinhos e genuína preocupação. *Há amor pelo próximo aqui dentro.*

Sendo a moradora mais antiga, é à DA. que todos os outros recorrem em caso de necessidade. Ela mantém boas relações com os actuais proprietários e é encarregada por mostrar as casas aos novos inquilinos e de tratar do processo de inclusão no bairro. Ali todos têm o contacto telefónico dos vizinhos, quando algo irregular acontece existe um código de alerta pelas paredes de tabique. Em caso de necessidade, rapidamente todo o bairro fica de alerta e uma troca rápida de telefonemas apura o acontecimento. Se necessário chama-se a polícia. O sistema existe desde o tempo em que a DA. era pequena e tem-se mantido. Todos os moradores participam. *O próprio bairro está organizado.* Ainda assim o sistema raramente é accionado. Nos dias que correm, o Bairro Estrela d'Ouro tornou-se uma curiosidade turística de Lisboa. Por isso turistas e curiosos que por ali passam, inclusivamente as populares excursões de *tuk-tuk*, fazem já parte do quotidiano do bairro. Todos os estranhos são notados, os acontecimentos fora do normal são registados. A conversa com a DA.





41

foi várias vezes sobreolhada pelo vizinho da frente (nas nossas costas) que certamente telefonaria mais tarde a perguntar quem éramos e ao que vínhamos. Mas o bairro é seguro. *Se vier aqui à uma da manhã, ou às duas da manhã ou às três da manhã, o senhor não se sente inseguro.*

A organização entre moradores é mais visível na apropriação dos espaços do bairro. Muitas vezes a DA. cozinha e serve refeições a alguns dos vizinhos mais velhos. Fá-lo porque cozinhar só para si é desencorajador e porque desse modo pode também ocupar o seu tempo. Foi referida a partilha dos estendais de roupa. Trata-se duma situação interessante pois essa partilha pode ser um factor para a união do grupo dado que potencia a interacção entre moradores. Esta situação lembra facilmente a do bairro operário de *l'Alma Gare* em Lille, já referido num capítulo anterior. Se acontecer alguma sobreposição, recorre-se a um terceiro morador para mediador. No bairro o processo de decisão é simplesmente o diálogo. Depois de haver uma iniciativa conjunta os moradores são informados e os detalhes acertados de acordo com as conveniências. É assim que se organiza hoje o arraial de Santo António. A data é acertada entre todos os habitantes previamente e pode não coincidir com o festejo oficial, mas a tradição é mantida e a concertação entre os habitantes é máxima. Os moradores respeitam-se e evitam forçar eventos prejudicando os outros.

Finalmente, o respeito pela privacidade é essencial. Algumas vizinhas num dos pátios gostam de desfrutar do Sol. Nas tardes dos dias de sol sentam-se a ler em cadeiras que põem nas galerias, vestidas com biquínis. Ninguém as perturba. *Mas o que é que interessa? Ninguém tem nada a ver com isso, a casa é delas!* Efectivamente, embora se sinta alguma vigilância dentro do bairro, esta não se equipara ao rígido controlo que se sente numa pequena aldeia. Aqui este suave equilíbrio entre atenção pública e respeito privado não parece difícil. As iniciativas de grupo não são formalizadas num contrato, e talvez tenham pouca visibilidade, mas acontecem de modo espontâneo e regular. A normal atenção pelo vizinho faz do Bairro Estrela d'Ouro um exemplo vívido dum complexo de *Cohousing* português.

#### PORQUÊ COWORKING

Esta situação faz com que qualquer intervenção com o intuito de promover a vida comunitária no bairro se torne redundante. A única falta à comunidade da Estrela d'Ouro é um espaço comum que esteja protegido dos elementos. Neste sentido, talvez fosse possível incluir um centro de dia no actual lar de idosas. A população do bairro com maior idade poderia assim beneficiar dum serviço próximo de casa. No início da Rua Josefa Maria, junto ao cruzamento com a Rua da Senhora do Monte, um dos edifícios emparedados poderia ser transformado em casa comum do bairro. Porém, nenhum destes cenários inclui a transfiguração do bairro num elemento dinamizador da área envolvente. A ausência de elementos atractivos para a população da Graça, como lojas ou serviços, relega este bairro para segundo plano. A inserção de equipamentos destinados aos residentes do Bairro Estrela d'Ouro apenas contribui para a continuação desta situação, desaproveitado a excelente localização do mesmo.

41. Bairro Estrela d'Ouro. Vivenda Rosalinda.

42. Ruas Principais da Lx Factory e do Bairro Estrela d'Ouro.

Neste trabalho interessa discutir as possibilidades que as comunidades podem ter na manutenção do espaço público, por conseguinte analisar-se-á esta possibilidade neste bairro. Apesar da incrível vivência residencial presente no bairro, a escala deste complexo, a sua organização interna mais aberta e a própria planta dos edifícios sugerem utilizações que vão além da habitação. É tentador fazer um paralelo com o *Lx Factory*, ela também um complexo constituído ao longo duma rua. Contudo um portão e segurança separa o *Lx Factory* de Alcântara. Já o Bairro Estrela d'Ouro é favorecido pela sua posição face ao tecido urbano. Ele está ao mesmo tempo totalmente integrado na malha urbana, sem qualquer dispositivo físico de restrição de acesso, e recatado já que as proporções dos arruamentos remetem para uma vivência de proximidade e trocas. É esta harmonia que potência as vivências comuns que ali têm lugar.

Assim, é a estrutura viária presente no bairro que sugere a adaptação para uma experiência mais aberta e livre do que a habitação. Este ambiente é proveitoso para um complexo de *Coworking*, já que a própria arquitectura encoraja a descoberta e os contactos. A ligação directa com o principal eixo viário da Graça confere à Estrela d'Ouro a facilidade de acesso necessária para um lugar de trabalho. Nesta situação, os terrenos vagos adjacentes à Rua Josefa Maria que poderiam providenciar o espaço de estacionamento necessário para utilização pública.

A presença de ruas secundárias e pátios entrecruzados potencia a existência de diferentes usos e atmosferas, bem como dos cruzamentos entre elas. As dimensões reduzidas dos espaços aceleram o ritmo dos atravessamentos e encontros. Esta velocidade e a facilidade de encontros, é indicada para a cooperação num ambiente de trabalho. Muitos edifícios criados de raiz de acordo com princípios de *Coworking* replicam no seu interior a forma e dinâmica duma rua convencional. Fazem-no com o objectivo de simular as diferentes passagens entre o ambiente de trabalho, o momento da pausa para café, a entrada para uma apresentação. No Bairro Estrela d'Ouro tal não é necessário. Aqui, os próprios edifícios são independentes, e as suas dimensões aconselham limitá-los a uma única função.

Como foi feito para a Vila Sousa, tirou-se partido do teor teórico desta dissertação para sistematizar a integração duma unidade *Coworking* no Bairro Estrela d'Ouro. Pretende-se exemplificar os conceitos desenvolvidos anteriormente neste trabalho através dum curto caso prático, e não propor a total transformação do bairro. Trata-se aqui dum plano de possibilidades e não duma intervenção elaborada.



42

**OS EIXOS VÁRIOS E A  
VIVENDA ROSALINDA**



43





43. Bairro Estrela d'Ouro  
44. Bairro Estrela d'Outro. Proposta de Usos. Legenda: 1. Lar de Idosos; 2. Academia para idosos e galeria expositiva; 3. Restauração e Comércio; 4. Auditório, Salas multiusos, Administração e Comércio; 5. Espaço Coworking; 6. Estacionamento.

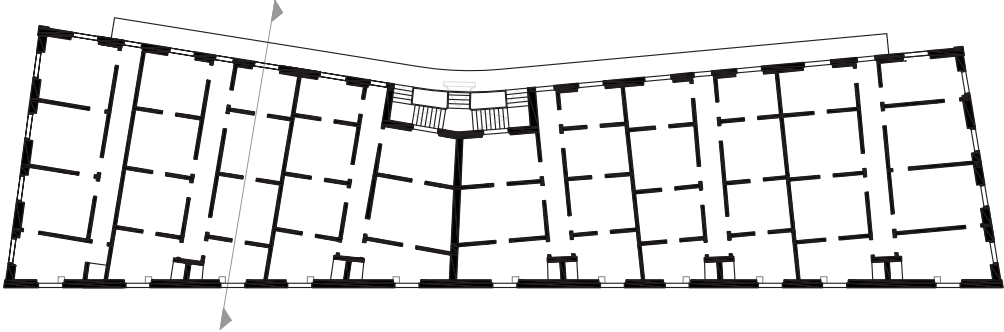
Dado que a estrutura viária é essencial para a acessibilidade e manutenção dos espaços e equipamentos, decidiu-se manter as ruas Josefa Maria e Virgínia como eixo viário do conjunto. Os terrenos vagos adjacentes à primeira rua seriam transformados em estacionamento automóvel, evitando assim excesso de tráfego e estacionamento para o interior da Vila. Uma vez que parte da dinâmica dum lugar reside na existência de serviços optou-se por manter a Vivenda Rosalinda com a sua actual função. Actualmente o lar funciona como elemento independente do resto do conjunto, necessitando até de algum recato. A inserção de equipamentos de trabalho não é incompatível com isto.

## OS EDIFÍCIOS

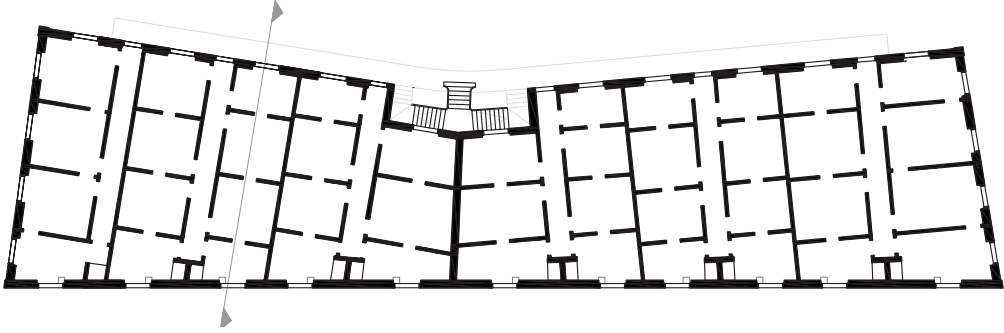
O restante conjunto foi pensado como um todo. A cada edifício foi atribuída uma função que se integra no todo. Desde modo promove-se a circulação de pessoas entre edifícios, garantindo a vida nas ruas e também a apropriação dos espaços pelos utentes. Esta apropriação é útil pois garante que os espaços são mantidos e controlados. Ora, os complexos de *Coworking* necessitam de infraestruturas que vão além da dos edifícios de escritório normais. Dado que é seu objectivo concentrar e propagar conhecimentos a presença de auditórios e de salas multiusos que possam ser utilizadas para conferências ou *workshops*. Estas funções foram atribuídas ao Edifício 4. A localização do pátio deste edifício relativamente à Rua Rosalinda torna-o um local ideal para utilização exterior, já que um palco colocado no pátio ou no cruzamento da Rua Rosalinda com a Rua Josefa Maria beneficiaria em amplo espaço para a plateia.

A presença dum espaço de refeições, no formato de restaurante com esplanada é imprescindível. Este elemento não só proporciona um local próximo para os *coworkers* tomarem as suas refeições como também atrai outras pessoas ao complexo. Os pátios dos edifícios são indicados para a colocação de esplanadas. No Edifício 4 a esplanada ficaria demasiado exposta à circulação automóvel. No Edifício 3 isto já não acontece, havendo ainda alguma proximidade com o cruzamento. Na piso superior do edifício seriam também colocadas lojas como forma de rentabilização do complexo.

No edifício 2, por ser o mais distante do eixo principal do complexo optou-se por colocar a Galeria expositiva. A existência dum espaço deste tipo permite aos *coworkers* expor os seus trabalhos e, por extensão, divulgar o próprio conjunto. Isto é importante pois uma das funções dum destes espaços é atrair potenciais clientes. Se o espaço for mais divulgado atrairá mais clientes acabando por garantir a continuidade da presença dos seus trabalhadores. Pela proximidade com o lar, existe um portão que liga as duas partes mesmo ao lado do edifício, decidiu-se instalar no piso térreo uma Academia para Idosos. Este equipamento de ligação entre as duas unidades do Bairro Estrela d'Ouro pode beneficiar a população idosa ali residente, além de promover a troca de conhecimentos úteis.



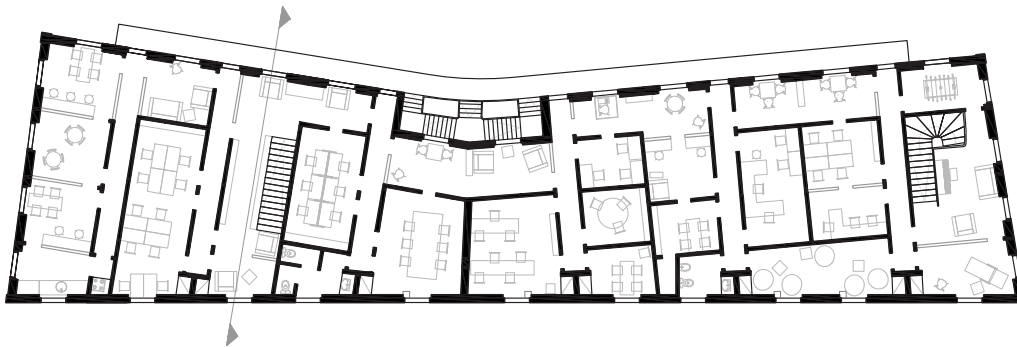
Piso 1



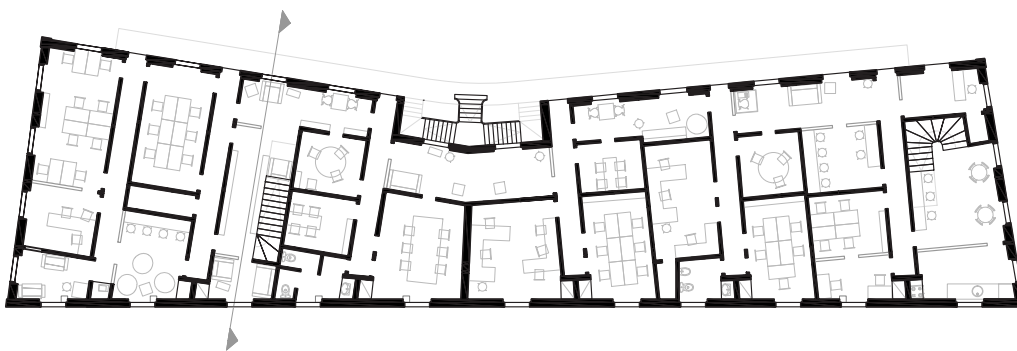
45. Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta Original.

## Bairro Estrela d'Ouro Proposta para o Edifício 5

0 5 10 met



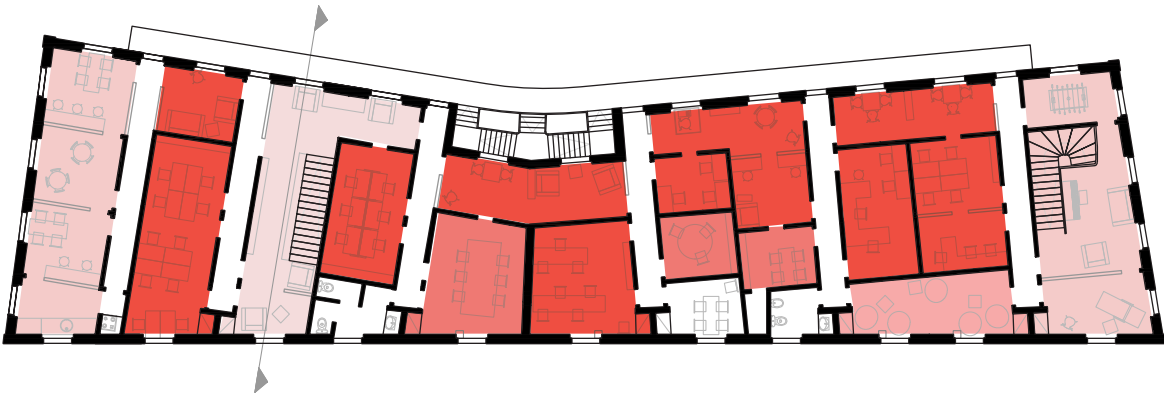
Piso 1



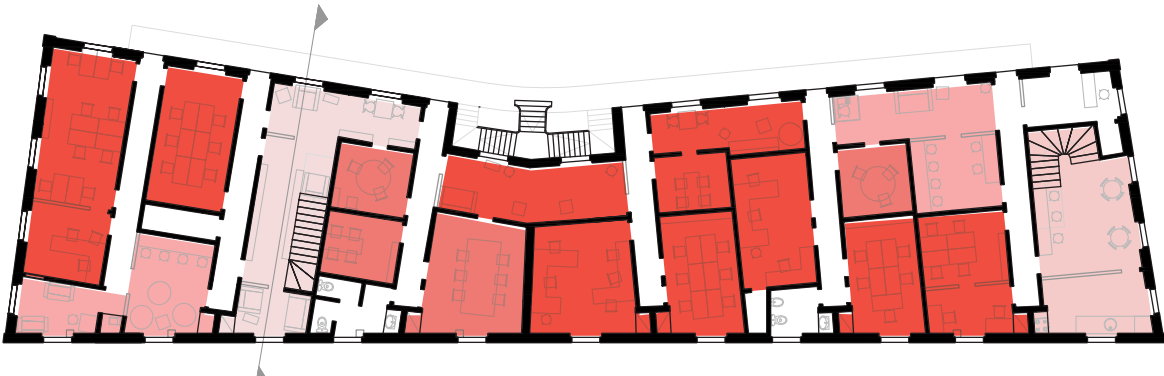
Piso 0

N 0 5 10 metros

46. Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta da Proposta. Legenda: A- Recepção; B- Espaço de refeição; C- Cozinha; D- Espaço de Trabalho; E- Espaço de Trabalho Nómada; F- Espaço de Reunião; G- Biblioteca; H- Espaço de Impressões; I- Sanitários; J- Arrumos; L. Espaço de Lazer.



Piso 1



47. Bairro Estrela d'Ouro, Edifício 5. Planta da Proposta.

	Espaço de Trabalho
	Espaço de Reunião
	Espaço Informal
	Espaço de Lazer
	Equipamentos

Finalmente, no Edifício 5 colocaram-se os espaços de trabalho *Coworking*. Preferiu-se este edifício por ser o de maior área. Embora a tipologia em pátio pudesse resultar em soluções interessantes, a descontinuidade desses edifícios poderia prejudicar a unidade necessária a um espaço de trabalho. Por outro lado, as áreas interiores deste edifício são ligeiramente maiores que nos restantes, simplificando assim uma intervenção que se deseja tão económica quanto possível. Os espaços de *Coworking* distinguem-se dos escritórios convencionais pela informalidade e descontração dos ambientes. É habitual que cada sala se distinga da outra mais por elementos de ordem decorativa que por diferenças acentuadas nos espaços. Além disto, pretende-se que as diferentes áreas possam ser apropriadas de formas diversas. Os espaços dum *Coworking* são líquidos.

## O EDIFÍCIO 5

Neste ensaio foram elencados os espaços mais comuns dum *Coworking* e recriadas as relações entre eles. As diferentes áreas organizam-se de acordo com o tipo de vivência pretendido e o grau de comunicação envolvido. Assim, as áreas de trabalho nómada e descanso coincidem com locais de passagem, em prol do entabulamento de conversas. As áreas recreativas e de refeição, por serem geralmente mais ruidosas, encontram-se no extremos do edifício, voltadas para o exterior. Evita-se assim excesso de confusão no interior do edifício e integra-se nele o movimento exterior. Por fim, as salas destinadas ao trabalho concentrado, quer individual quer em grupo, têm ligação apenas para um corredor ou outra sala, como forma de proteger os trabalhadores de deambulantes perdidos. Embora uma premissa para espaços deste tipo seja a criação de nichos e recantos em que os indivíduos possam trabalhar, não foi possível concretizá-la neste ensaio. Isso deve-se ao desenho original do edifício, que foi mantido tanto quanto possível. Porém, as dimensões muitas vezes exíguas das divisões acabam por criar essa sensação de recolhimento.

Para facilitar a interação dos trabalhadores com o restante conjunto, as portas dos fogos originais foram mantidas. Existe, portanto, uma circulação dupla. Uma feita dentro do edifício, através de portas e salas contíguas, que permite o contacto entre colegas. E outra pelo exterior, através da rua ou galerias no piso superior. A circulação exterior é uma forma rápida de atravessar o edifício, uma vez que evita o percurso das diversas salas. É também ela que contribui para o movimento na Rua Rosalinda e que concede aos trabalhadores momentos de distração e de fruição do exterior.

Este movimento é importante para um complexo de *Coworking*, já que a aposta do modelo está na mobilidade e permeabilidade. A possibilidade de encontros fáceis e frequentes é indispensável para os laços de camaradagem e vizinhança que devem ser criados em *Coworking*. Ao circularem pelas ruas e edifícios, os *coworkers* sentem a liberdade de abordar qualquer indivíduo que se cruze no seu caminho. Isto seria difícil de conseguir numa rua principal, em que a quantidade de estranho não permite a construção duma comunidade. Contudo, nas ruas secundárias, isto é mais fácil já que se pressupõe que existe uma razão comum para

a permanência naquele local. A proximidade e confiança levam a que se criem laços de entreatajuda e contactos que são muito úteis no desenvolvimento do trabalho individual.

Embora este bairro não esteja em condições de abandono ou degradação, as suas qualidades tornam-no numa peça de estudo com interesse. O caso que aqui se ilustrou pode bem ser praticado noutras Vilas Operárias. Para isso é importante averiguar a acessibilidade do local, os locais de trabalho devem sempre ser facilmente acessíveis, e qual a potencialidade do espaço. Uma vez que as unidades *Coworking* tendem a ser locais vibrantes e activos em contínuo considera-se que uma Vila em correnteza ou de escala urbana é mais adequada para esta intervenção. Esta preferência deve-se à quantidade de actividade que pode ser transparecida para o exterior e assim dar continuidade ao espaço público. A escala tem também um papel importante. Para funcionar, um complexo de *Coworking* deve ser acompanhado de diversos equipamentos. Esses equipamentos tomam para si áreas consideráveis que podem comprometer a viabilidade do conjunto. Assim, a escala do conjunto deve ser tida em conta no sentido em que a excessiva pequenez pode comprometer a exequibilidade do espaço. Finalmente, acredita-se que uma boa coordenação com as autoridades ou associações locais pode resultar num complexo mais relevante para a população local. Embora a aplicação de processos participativos seja menos evidente na concepção dum espaço de trabalho, a verdade é que conhecer as necessidades da população local pode enriquecer a complexo e impedir que este se torne mais uma ilha no centro da cidade.

**SÍNTESE**



# CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho analisaram-se os modos de organização da sociedade ocidental, os seus valores, princípios e objectivos, desde o aparecimento das grandes cidades industriais, ou metrópoles. Para compreender estas questões recorreu-se às distinções entre Comunidade e Sociedade estabelecidas por Ferdinand Tönnies sobre a composição de comunidade e sociedade. Partindo dessa teoria estudou-se a relação, ou ausência dela, que as comunidades mantiveram com a cidade desde a Revolução Industrial até aos dias de hoje, por conseguinte, o valor que têm no mundo actual.

Na primeira abordagem viu-se que a cidade tradicional, anterior à Revolução Industrial e ao êxodo rural do século XIX, se tratava duma construção comunitária *à la longue*, caracterizada pela homogeneidade da população e pela protecção oferecida face ao exterior. Viu-se que os espaços públicos dessas cidades eram extensões das habitações particulares, e pontos de reunião, tendo uma importância incontornável para a manutenção da comunidade e da sua concórdia. Percebe-se que nestas Cidades a população usufruía do espaço público como sendo uma extensão das suas próprias casas. Por conseguinte, o espaço público estava associado aos mais variáveis usos, desde rituais sagrados às tarefas quotidianas mais simples (como lavar a roupa ou ir buscar água). Contudo, a alteração de valores e novos usos consequentes da Revolução Industrial transformou profundamente as cidades e sua vivência.

A grande concentração de indivíduos nas cidades industriais provocou uma alteração considerável no tecido social ali residente: a população tornou-se heterogénea. Além disto, a grande quantidade e heterogeneidade de habitantes significou o estranhamento entre habitantes de uma mesma cidade. A presença de Estranhos cria uma atmosfera de insegurança dentro da cidade, pois se não se conhecem as intenções dos vizinhos não é possível confiar neles. É neste momento que ocorre a transformação da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft*, descrita por Tönnies. Isto significa que o agregador social, a concórdia da comunidade, é substituído pelo conceito de Bem-Comum vinculado aos Estados-Nação e, mais tarde, ao Estado-Social. Como resultado, as cidades deixam de ser construções comunitárias e tornam-se objecto da intervenção das Autoridades – conjunto de técnicos e representantes do Estado – com o intuito de promover a equidade social e os valores da Nação. Nos espaços públicos, os vizinhos são substituídos por estranhos à medida que os rituais comuns são substituídos por critérios racionalistas, extinguindo-se as comunidades.

Efectivamente, na reconstrução do segundo Pós-Guerra as cidades foram reestruturadas de acordo com princípios racionais que privilegiaram o anonimato e a mobilidade, precisamente o contrário dos alicerces da cidade tradicional. Grande parte dos centros históricos das cidades

foram saneados, e as populações realocizadas. Essas grandes intervenções modernistas permitiram o acesso da maior parte da população à habitação. Do mesmo modo, o desenvolvimento do Estado-Social conduziu à maior democratização do ensino. Conseqüentemente surgiu uma classe de cidadãos com formação superior cujos interesses diversificados, desenvolvidos pela sua formação, nem sempre se alinham com os valores do Estado-Social. Esta camada da população começou a mostrar o seu descontentamento pelo papel do Estado no início da década de 70 do século XX. O individualismo surge, neste contexto, como a libertação dos cidadãos às diretrizes dos Estados e, conseqüentemente, à valorização do Privado sobre o Público.

Mais precisamente, nas cidades construídas durante grande parte do século XX tem submergido uma nova forma de pensar. O primado do universo privado sobre a esfera pública tem, evidentemente, conseqüências na vida urbana. Tradicionalmente, a vida urbana confunde-se com a vida pública, na acepção mais clássica do termo. Porém, o advento do indivíduo destaca-o das relações sociais e, conseqüentemente, da esfera pública, já que os seus interesses individuais vêm antes dos do grupo. Do ponto de vista urbano isto significa que há um recuo do espaço público e, muitas vezes, uma reconversão deste em espaço privado. Por um lado, o isolamento social conduz à desconfiança e preconceito com outros grupos sociais. Por outro, o individualismo leva à aproximação, até certo ponto, dos elementos dum mesmo grupo. Os indivíduos parecem confiar apenas noutros indivíduos seus semelhantes. Isto gera insegurança na convivência entre os diferentes grupos e, por conseguinte, o despovoamento dos espaços públicos. Para compensar esta situação, surgem espaços privados de acesso público que promovem àqueles que lá se desloquem controlo e vigilância, bem como alguma homogeneidade entre os indivíduos e as suas intenções. De algum modo estas unidades, de que são exemplo os centros comerciais, não propõem nada de diferente das ruas e praças tradicionais, simplesmente são geridas por uma entidade privada – individual – e não por um grupo abstrato e heterogéneo – o Estado. Esta *nuança* parece apelar aos indivíduos, que se reconhecem mais facilmente nos interesses individuais numa empresa do que na atenção social do Estado.

#### VALOR DA COMUNIDADE

De resto, já nos anos 70 se tinha compreendido que a concretização dos objectivos individuais se simplifica através da associação com uma comunidade. Significa isto que, muitas vezes, os indivíduos se confundem com as comunidades em que se inserem. Assiste-se, portanto, a um retorno da comunidade à vida da cidade. Estas novas comunidades, embora possam ser classificadas de acordo com os tipos enunciados por Tönnies, estão inseridas na sociedade actual seguindo, por isso, a volatilidade que a rege. Neste sentido pode-se estender o sentido que Bauman dá à Comunidade Estética. No campo da habitação, o *Cohousing* perfila-se como uma das materializações possíveis destas novas comunidades. A comunidade surge assim como uma forma de pensar a arquitectura. Precisamente, as experiências participativas implementam esta visão mas ao nível do planeamento urbano, recuperando a construção comunitária

da cidade. Os espaços resultantes são a materialização da concórdia da comunidade local e não duma unidade nacional e, por isso, mais adequados aos indivíduos que deles vão usufruir. Ainda assim, a participação é a concretização do primado da vontade individual sobre as directrizes públicas, já que ela devolve aos cidadãos a capacidade de construir a sua cidade. As comunidades actuais começam a substituir o Estado nas questões sociais, relegando-o para um plano de concertação entre as iniciativas. A pertença a uma comunidade é, actualmente, uma garantia de estabilidade.

Os exemplos abordados na primeira parte deste trabalho mostram um padrão de recurso à partilha em momentos de crise. Constatou-se que a manutenção de determinadas condições de vida numa conjuntura económica adversa parece resolver-se naturalmente através da partilha de recursos e espaços. Com a actual conjuntura social e económica verifica-se o mesmo padrão. Assiste-se assim a uma substituição dos serviços públicos, oferecidos pelos Estados aos seus cidadãos, por serviços privados equivalentes, prestados por grupos privados a indivíduos particulares. Esta situação estende-se além dos serviços, até aos equipamentos, infraestruturas, e até habitação, havendo contornos perversos no estatuto social de cada indivíduo de acordo com a sua possibilidade de acesso a serviços particulares. Como nem todos os indivíduos têm fácil acesso a todos os serviços privados disponíveis, surgem diversas soluções que ajudam a contornar essa dificuldade. Os condomínios fechados são um exemplo disto. Os seus habitantes têm acesso a um grande número de comodidades partilhadas na sua habitação que de outro modo não poderiam pagar. Contudo, os equipamentos disponíveis no interior do complexo não são nem abertos a um público mais alargado nem incentivam os residentes a sair dos seus limites. Assim, os condomínios fechados significam a perda do espaço público da cidade.

A principal diferença entre um condomínio fechado e um complexo *Cohousing* reside no conjunto de valores adjacente a cada um. O primeiro valoriza o acesso independente e anónimo às comodidades disponíveis no complexo. O segundo valoriza as interações e partilha que podem acontecer nos espaços. Ambos usam a comunidade de interesses para garantir o acesso a equipamentos que de outro modo não seriam acessíveis. Contudo, nos condomínios fechados a segregação do espaço privado mantém-se tanto para o exterior como no seu interior, os seus residentes mantêm-se estranhos entre eles. No *Cohousing*, existe um desejo genuíno de manter contactos entre os residentes, construindo-se uma arquitectura muito mais aberta e com maior ênfase nos espaços comuns, sobre os espaços privados.

Este trabalho focou-se no esbatimento destes limites e na sua abertura. Por outras palavras, percebendo a desarticulação entre as cidades existentes e a sociedade actual, estudou-se um modo de renovar as cidades consolidadas de modo coincidente com a sociedade actual. Tendo-se analisado a prevalência dos interesses individuais sobre o interesse público, compreendeu-se a necessidade de criação das actuais comunidades e

**REGENERAÇÃO URBANA**

o seu valor no contexto social. O estudo dessas formas de comunidade – *Cohousing* e *Coworking* – mostrou que se elas representam um modo actual de viver em comunidade, existe também a recuperação de *um modo de vida antigo como o mundo*.

De resto, a ubiquidade do acesso à internet é um factor libertador que, por um lado, torna os indivíduos em seres extraterritoriais e, por outro, lhes permite retornar à escala local. Se se aliar o retorno a esta escala ao desejo de pertença a uma comunidade cria-se um paralelo com a cidade tradicional. Mais, tal como esta, parte do desejo de comunidade dos indivíduos advém na necessidade de protecção face aos Outros. Quer isto dizer que a dinâmica inerente a estas novas comunidades torna-as aliantes para a renovação de antigas áreas da cidade.

Através da análise das transformações sociais mais recentes, concluiu-se que cada vez mais a cidade se compõe da aglomeração de guetos, voluntários ou não, tornando-se as ruas num espaço intermúndio descaracterizado. Enquanto ferramenta importante, a arquitectura deve fazer o possível para evitar que a segregação social se cristalice em fronteiras intransponíveis e indestrutíveis. Pensa-se que, através da introdução de comunidades é possível tornar apelativas as ruas de outrora, recuperando-as para a actualidade. Não se trata aqui da reintrodução da vida urbana tradicional, composta pelo homem público clássico, mas duma tradução moderna e coerente com os indivíduos actuais.

Em Lisboa o paralelismo entre os actuais movimentos comunitários e as Vilas Operárias da viragem do século é evidente. Neste sentido, a conjugação desde dois mundos só pode ser vantajosa, pois requalifica o património arquitectónico, fixa residentes na cidade, cria um pólo dinâmico e regenera partes da cidade. Nos casos de estudo – a Vila Sousa e o Bairro Estrela d'Ouro – procedeu-se precisamente à renovação de uma parte da cidade consolidada de acordo com os movimentos estudados. Isto é, exemplificou-se como o carácter secundário das Vilas Operárias é vantajoso para a implementação de estruturas comunitárias baseadas em sistemas de vizinhança. Esta conjugação é útil não só para a manutenção de conjuntos de edificado degradados, como pode também apontar para a construção dum elemento chave para a população local. Contudo, existem mais áreas em que é possível inserir comunidades deste tipo. Basta ter em atenção a escala do local ou edifício, que não deve ser demasiado grande, e as potencialidades para a vivência dum espaço comum. Em todo o caso, a participação durante o processo de concepção não se deve limitar à comunidade residente, deve também estabelecer pontes entre estes, os habitantes locais e as Autoridades, de modo a tornar a intervenção mais pertinente no seu contexto.

**DIFUNDIR OS  
MOVIMENTOS  
COMUNITÁRIOS**

O processo de criação de complexos deste tipo pode, como se viu, variar bastante. Contudo, quer a iniciativa parta dos cidadãos ou das Autoridades, para que o complexo seja pertinente, deve sempre haver um processo participativo que combine as necessidades da comunidade residente, com as necessidades da população local e acordos com as Autori-

dades, para a manutenção da concórdia entre todos os participantes.

Actualmente, a compreensão de que faz cada vez menos sentido criar soluções arquitectónicas genéricas é fulcral. Espera-se que este trabalho possa servir de base à compreensão da ligação entre sociedade, arquitectura e cidade, mostrando as novas formas de pensar e viver. Talvez a sua aplicação pareça um desafio. Porém o município de Lisboa já apoia diversas medidas participativas. *A Linha* em Alfama e o premiado *Rés-do-Chão*, são apenas os mais conhecidos dos vários projectos apoiados pelo programa BIP/ZIP. Uma Praça em Cada Bairro é um programa que visa debater os usos adequados para os centros de bairro. O Orçamento Participativo, à semelhança de Porto Alegre, pretende dar aos cidadãos a possibilidade de escolher alguns dos projectos a construir na capital. Como se vê, muitos destes projectos baseiam-se na colaboração entre indivíduos que têm um objectivo, local comum e usam formas de *Coworking* para os concretizar. Talvez por isso, este fenómeno tenha aceitação em Portugal e em Lisboa.

De resto, o envolvimento da população na regeneração da cidade é latente. Mesmo que os programas não visem vivências comunitárias, este trabalho pode ser pertinente. As diversas soluções apresentadas podem servir de inspiração para problemas futuros. Contudo, salienta-se a importância da adequação das técnicas participativas a cada caso concreto e às suas especificidades. Finalmente, espera-se que esta investigação possa contribuir para a reconstituição da cidade. Não pela adição de novas infraestruturas e bairros, mas pela inserção dos novos modos de vida contemporâneos na massa já existente, de modo a manter as cidades vivas e actuais, em consonância com a sociedade actual. Seria importante compreender de que modo pode uma cidade composta por pequenos retalhos comunitários ser gerida, bem como o papel que cada parte pode vir a ter no futuro.



# BIBLIOGRAFIA

- Alexander, C., Ishikawa, S., Silverstein, M. (1977). *A Pattern Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Alterman, R., Harris, D. e Hill, M. (1984). “The impact of public participation on planning”. *Town Planning Review* (55) 2:177-196.
- Altheide, D. (2002). *Creating Fear: News e the Construction of Crisis*. Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- Augé, M. (2012). *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Baptista, L. (eds). (2013). *Arqa: arquitectura e arte*, 107. Lisboa.
- Baptista, L. (eds). (2013). *Arqa: arquitectura e arte*, 90, 91. Lisboa.
- Barone, A. e Dobry, S. (2004). “*Arquitectura Participativa*” na visão de Giancarlo de Carlo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369> [acedido a 15 Abril 2015].
- Barreto, A. (1995). “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”. In: *Análise Social*, 134:814-855.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidad: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI.
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Barth, F. (1969). *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Illinois: Waveland Press.
- Belk, C. (2006). *Cohousing Communities: a sustainable approach to housing development*. Disponível em: [https://extension.ucdavis.edu/sites/default/files/co\\_housing.pdf](https://extension.ucdavis.edu/sites/default/files/co_housing.pdf) [acedido a 14 Abril 2015].

Bessis, B. e Bailey, G. (2013). *L'habitat participative: une solution pour le logement abordable?*. CETE de Lyon. Disponível em: [http://www.centre-est.cerema.fr/IMG/pdf/CETE60\\_AVEQ\\_Rapport\\_habitat\\_participatif\\_Vdef\\_cle242d8b.pdf](http://www.centre-est.cerema.fr/IMG/pdf/CETE60_AVEQ_Rapport_habitat_participatif_Vdef_cle242d8b.pdf) [acedido a 14 Abril 2015].

Blundell-Jones, P., Petrescu, D. e Till, J. (2005). *Architecture and participation*. New York: Spon Press.

Brindley, T., Rydin, Y. e Stoker, G. (1996). *Remaking Planning: The Politics of Urban Change*. Londres: Routledge.

Brynard, P. (1996). "Realities of Citizen Participation". In: Bekker, K (ed); J.L. van Schaik. *Citizen Participation in Local Government*. Pretoria: 39-50

Calvino, I. (2011). *As cidades invisíveis*. Lisboa : Teorema.

Cahn, E. e Passet, B. (1971). *Citizen Participation: Effecting Community Change*. Michigan: Praeger.

Campbell, S. e Fainstein, S. (2003). *Readings in planning theory*. Malden: Blackwell Publishers.

de Carlo, G. (2005). "Architecture's public". In: Blundell-Jones, P., Petrescu, D. e Till, J. *Architecture and participation*. New York: Spon Press: 3-22.

Carvalho, G. (2009). *A Reciclagem dos Usos Industriais e as Novas Tipologias de Actividades e Espaços de Cultura*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

de Certeau, M. (1984). *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California.

Clapper, V. (1996). "Advantages and Disadvantages of citizen participation". In: Bekker, K. (ed.). *Citizen Participation in local government*. Pretoria: J.L. van Schaik: 58-68.

Chevalier, J. (1999). *L'État de droit*. Paris: Montchrestien.

Choay, F. (2003). *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

Cohen, P. (1999). *Protéger ou disparaître*. Paris: Gallimard.

Le Corbusier (1946). *Propos d'Urbanisme*. Paris: Éditions Bourrellier et Cie.

Crespo, J. (2013). *Governança e Território. Instrumentos, métodos e técnicas de gestão na Área Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

Crespo, J. (2010). "A participação pública no sistema de planeamento e gestão do uso do solo municipal". In Gonçalves, F.; Bento, J. & Pinheiro, Z. (Coord.) *Os dez anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo: génese e evolução do Sistema de Gestão Territorial, 1998-2008*. Actas do Encontro Anual da Ad Urbem, DGOTDU, Lisboa: 247-258.

Crespo, J. (2003). *Participação pública no planeamento municipal. Área Metropolitana de Lisboa, 1990-2000*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Crespo, O. (2011). *Procesos de participación: proyectar, construir y habitar la vivienda contemporánea*. Doutor. Escola d'arquitectura la salle universitat ramon llull.

Daniell, T. (1971). *Inns of Court in London*. Londres: Wildy & Sons.

Davidoff, P. (1965). "Advocacy and Pluralism in Planning". In: *Journal of the American Institute of Planners*, 31: 331-338

Dede, O., Dikmen, Ç. e Ayten, A. (2012). *A new approach for participative urban design: An urban design study of Cumhuriyet urban square in Yozgat Turkey*. Disponível em: [http://www.academicjournals.org/article/article1381914884\\_Dede%20et%20al.pdf](http://www.academicjournals.org/article/article1381914884_Dede%20et%20al.pdf) [acedido a 14 Abril 2015].

Delfante, C. (2000). *A grande História da cidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Durrett, C. e MacCarmant, K. (1988). *Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves*. EUA: Habitat Press.

Edensor, T. (Eds.) (2010). *Geographies of rhythm: Nature, place, mobilities and bodies*. Farnham: Ashgate Press.

Fernández, A. (Eds.) (2014). *a+t*, 43. Vitória.

Fisherman, R. (2003). “Urban Utopias: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, and Le Corbusier”. In: Campbell, S. e Feinstein, S. *Readings in Planning Theory*. Malden, MA: Blackwell Publishers: 21-60.

França, J. (1997). *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.

Friedmann, J. (1973). *Retracking America: a theory of transactive planning*. EUA: Anchor Press.

Förster, J. (2014). *Diagnósticos, We Traders*. Lisboa: Goethe Institut.

Genevieve, D. e Andrew, T. (2011). *Working in the UnOffice A Guide to Coworking for Indie Workers, Small Businesses, e Nonprofits*. São Francisco: Night Owls Press LLC.

García, V. (2008). *Participación ciudadana y vivienda. el programa de autoconstrucción de la junta de Andalucía (1988-2007)*. Doutor. Universidad de las Palmas de Gran Canaria.

Goitia, F. (2008). *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Gumpert, P. e Druncker, P. (1998). *The Future of the City of Intellect: The Changing American University*. Stanford: Stanford University Press.

Habermas, J. (1985). *The Theory of Communicative Action: Reason and the rationalization of society*. Boston: Beacon Press.

Hill, S e Barlow, J. (1995). “Single Regeneration Budget: hope for those inner cities?”. In: *Housing Review*, 44 :32-35

Hobsbawn, E. (1996). “The cult of identity politics”. Londres, *New Left Review*, 217: 40.

Holtzman, G (2010). **Introduction to cohousing e the Australian context**. Disponível em: [http://synthesisstudio.org/wordpress/wp-content/uploads/Introduction-to-Cohousing-and-the-Australian-Context\\_\\_GiloHoltzman\\_2010.pdf](http://synthesisstudio.org/wordpress/wp-content/uploads/Introduction-to-Cohousing-and-the-Australian-Context__GiloHoltzman_2010.pdf) [acessado a 15 Abril 2015].

Horelli, L. (2013). “The role of shared space for the building and maintenance of community from the gender perspective - a longitudinal case study in a neighbourhood of Helsinki”. *Social Sciences Directory*, 2(5): 47-63.

Horelli, L. (2013). *New Approaches to urban planning*. Helsinquia: Aalto University.

Horelli, L. e Wallin, S. (2013). “Towards an Architecture of Opportunities”. In: Horelli, L.. *New Approaches to urban planning*. Helsinquia: Aalto University: 153-160.

Hoskyns, T. (2005). “City/democracy: retrieving citizenship”. In: Blundell-Jones, P., Petrescu, D. e Till, J. *Architecture and participation*. New York: Spon Press: 117-126.

Hunt, S. (2007). *Cohousing for stages of an aging Britain*. Disponível em: <http://core.ac.uk/download/pdf/17300527.pdf> [acessado a 14 Abril 2015].

Jackson, K. (2013). *Making space for Others*. Disponível em: [http://www.makingspaceforothers.com/content/home/Making-SpaceForOthers\\_By\\_Katy\\_Jackson\\_sml2.pdf](http://www.makingspaceforothers.com/content/home/Making-SpaceForOthers_By_Katy_Jackson_sml2.pdf) [acessado a 16 abril 2015].

Jenkins, P. e Forsyth, L. (2010). *Architecture, Participation and Society*. Abington: Routledge.

Judt, T. (2012). *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.

Kim, J., Brouwer, R. e Kearney, J. (n.d.). *Next 21: a prototype multi.family housing complex*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68212035/Next-21#scribd> [acessado a 15 Abril 2015]

Kuoppa, J. (2013). “Sensing, Learning and Transforming a Neighbourhood by Walking”. In: Horelli, L. *New Approaches to urban planning*. Helsínquia: Aalto University: 89-110.

Kweit, M. e Kweit, R. (1981). *Implementing citizen participation in a bureaucratic society: a contingency approach*. Michigan: Praeger.

Lacaze, J. (1990). *Les méthodes de l'urbanisme*. Paris: Presses universitaires de France.

Lafond, M. (2010). *Experimentcity Europe*, 1. Hattingen.

Lévy, M. e Jouyet, J. (2006). *L'économie de l'immatériel : la croissance de demain*. Paris: Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie

Lévi-Strauss, C. (2011). *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Lietart, M. (2010). *Cohousing's relevance to degrowth theories*. Disponível em: [http://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/05/lietart\\_cohousing-and-degrowth.pdf](http://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/05/lietart_cohousing-and-degrowth.pdf) [acedido a 15 Abril 2015].

de Lima, M. (2011). *Operações saal, uma política urbana vanguardista*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Lindén, K. (1992). *Community e Privacy in the Swedish Collective House*. Lund: University of Lund (available at <http://www.kollektivhus.nu/uppsatser.html>).

Lopez, R. (1988). *A Cidade Medieval*. Lisboa: Editorial Presença.

Machado, A., (2012). *Vida imobiliária*, 167. Lisboa.

Mäntysalo, R. (2008). “Dialectics of Power : the case of tulihta land-use agreement”. *Planning theory and Practice*, 9 (1): 81-96.

Manzo, L. e Perkins, D. (2006). “Finding Common Ground: The importance of place attachment to community participation and planning”. *Journal of Planning Literature*, 20: 335-350.

Mendes, M., Sá, T., Crespo, J. e Ferreira, C. (2012). *A cidade entre bairros*. Lisboa: Caleidoscópio.

Meyboom, A. (n.d.). *Giancarlo De Carlo and the Question of WHY*. Disponível em: <http://apps.acsa-arch.org/resources/proceedings/uploads/streamfile.aspx?path=ACSA.AM.99&name=ACSA.AM.99.38.pdf> [acedido a 15 Abril 2015].

Moriset, B (2014). *Building new places for the creative economy. The rise of coworking spaces*. Disponível em: <https://hal-univ-lyon3.archives-ouvertes.fr/halshs-00914075/document> [acedido a 14 Abril 2015].

Moriset, B (2011). *Tiers-lieux de travail et nouvelles territorialités de l'économie numérique : les espaces coworking*. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00724540/document> [acedido a 14 Abril 2015].

Noble, J. e Gilfoyle, I. (1975). *Papers from the CES Structure Planning Conference, 21-23 April 1975 at the University of Birmingham*. Pensilvânia: Centre for Environmental Studies.

Oldenburg, Ray (1989). *The Great Good Place: Cafes, Coffee Shops, Community Centers, Beauty Parlors, General Stores, Bars, Hangouts, e How They Get You Through the Day*. Nova Iorque: Paragon House.

Ostrom, E. (2009). *Understanding Institutional Diversity*. Princetown: Princetown University Press.

Pereira, N. (1994). "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário". In: *Análise Social*, 127: 509-524.

Pew Research Center (2010). *Millenials, a portrait of generation next*. Washington : Pew Research Center.

Pinto, S. (2008). *Vilas Operárias em Lisboa: emergência de novos modos de habitar*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Poitras, C. e Breux, S. (2013). *Que désirent les habitants des villes et que peut-on leur offrir ? Étude en prospective urbaine dans le cadre d'une démarche de planification participative*. INRS. Disponível em: [http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/hippo\\_fr/media/documents/etude\\_prospective\\_urbaine\\_inrs.pdf](http://ville.montreal.qc.ca/pls/portal/docs/page/hippo_fr/media/documents/etude_prospective_urbaine_inrs.pdf) [accedido a 15 Abril 2015].

Portas, N. (2007). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.

Puigjaner, A. (2014). *KITCHEN LESS CITY - Apartamentos com Serviços Domésticos Colectivos em Nova York 1871 - 1929*.

Puigjaner, A. (2014). *Ciudad sin cocina : el Waldorf Astoria, apartamentos con servicios domésticos colectivos en Nueva York, 1871-1929*. Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya.

Puigjaner, A. (2012). *From the American Apartment Hotel to Nowadays*. Disponível em: [http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/12610/C\\_89\\_3.pdf?sequence=1](http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/12610/C_89_3.pdf?sequence=1) [accedido em 16 Abril 2015].

Querrien, A. (2005). "How inhabitants can become collective developers: France 1968-2000". In: Blundell-Jones, P., Petrescu, D. e Till, J. *Architecture and participation*. New York: Spon Press: 105-116.

Reich, R. (1992). *The work of nations*. New York: Vintage Books.

Richardson, T. e Connelly, S. (2005) "Reinventing public participation: planning in the age of consensus". In: Blundell-Jones, P., Petrescu, D. e Till, J. *Architecture and participation*. New York: Spon Press: 77-104.

Roget, L. e Corubolo, M. (2012). *HousingLab, exploring new ways of housing the city*. Disponível em: <http://cumulushelsinki2012.org/cumulushelsinki2012.org/wp-content/uploads/2012/05/HousingLab-Exploring-new-ways-of-housing-the-city.pdf> [accedido a 15 Abril 2015].

Ruiu, M. (2014). *Differences between cohousing and gates communities*. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soin.12031/abstract> [acedido a 14 Abril 2015].

Russel, B. (1967). *Porque não sou cristão e outros ensaios sobre temas afins*. Porto: Brasília Editora.

Saad-Sulonen, J. (2013). "Multiple Participations". In: Horelli, L. *New Approaches to urban planning*. Helsínquia: Aalto University: 111-130.

Sanoff, H. (2006). *Multiple views on Participatory Design*. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1182&context=focus> [acedido a 15 de Abril 2015].

Sargisson, L. (2012). *Second-wave cohousing: a modern utopia?* Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/10.5325/utopianstudies.23.1.0028?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/10.5325/utopianstudies.23.1.0028?seq=1#page_scan_tab_contents) [acedido a 15 Abril 2015].

Schmidt, L., Seixas, J. e Baixinho, A. (2014). *Governança de proximidade*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Scott, J. (2003). "Authoritarian High Modernism". Malden, MA: Blackwell Publishers. In: Campbell, S. e Fainstein, S. *Readings in Planning Theory*. Malden, MA: Blackwell Publishers: 125-141.

Scott, P. (2000). *The needs of innovative community housing projects*. Bachelor. University of Auckland.

Scott-Hansen, C. e Scott-Hansen, K. (2005). *The cohousing handbook*. Philadelphia, Pa.: New Society.

Shane, P. (2009). *Madison's Nightmare: How Executive Power Threatens American Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press.

Shepherdson, B.-D. (2009) *Hyper-Geographic Office: How the clouds activate public space*, Masters Thesis, Rice University, ETD.

Simmel, G. (ed. Bridje, G. e Watson, S.) (2002). *Metropolis e Mental Life*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Skeffington, A. (1969). *People and Planning: Report*. Chairman: A.M. Skeffington.

Sutton, I. (2004). *História da Arquitetura no Ocidente*. Lisboa: Verbo.

Tönnies, F. (ed. Harris, J.) (2000). *Community and society*. Cambridge: Cambridge University Press.

Torres-Antonini, M. (2001). *Our common house: using the built environment to develop supportive communities*. Disponível em: [http://etd.fcla.edu/UF/UFE0000360/torres\\_m.PDF](http://etd.fcla.edu/UF/UFE0000360/torres_m.PDF) [acedido em 14 de Abril 2015].

Vestbro, U. (2014). *Cohousing in Sweden, history e present situation*. Disponível em: <http://www.kollektivhus.nu/pdf/SwedishCohousing14.pdf> [acedido a 15 Abril 2015]

Vestbro, U. (2008). *History of Cohousing*. Disponível em: <http://www.kollektivhus.nu/pdf/colhisteng08.pdf> [acedido a 15 Abril 2015].

Vestbro, D. *From central kitchen to community co-operation*. Disponível em: [http://habiter-autrement.org/33\\_collectifs/contributions-33/Collective-Housing-in-Sweden-Dick-Urban-Vestbro.pdf](http://habiter-autrement.org/33_collectifs/contributions-33/Collective-Housing-in-Sweden-Dick-Urban-Vestbro.pdf) [acedido a 15 Abril 2015].

Vestbro, U. e Horelli, L. (2011). *Design for gender equality – the history of cohousing ideas e realities*. Disponível em: <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:578172/FULLTEXT01.pdf> [acedido a 15 Abril 2015].

Wallin, S. (2013). “Urban complexity challenging urban planning”. In: Horelli, L. *New Approaches to urban planning*. Helsinquia: Aalto University : .

Williams, J. (2005). “Designing neighbourhoods for social interaction: The case of cohousing”, *Journal of Urban Design*, 10, (3): 195-227.

Young, J. (1999). *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime e Difference in Late Modernity*. Londres: Sage Publications.

Anon, (2015). [online] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/patio-do-bagatela> 27.02.2015 [Acedido a 20 Abril 2015].

Anon, (2015). [online] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/premios/premio-valmor-e-municipal-de-arquitetura> 27.02.2015 [Acedido a 20 May 2015].

[ a linha ], (2012). intro. [online] Disponível em: <https://alinhaalfama.wordpress.com/intro/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Aera-cvh.org, (n.d.). AERA - AERA. [online] Disponível em: <http://www.aera-cvh.org/aera/> [Acedido a 14 Abril 2015].

AG, E. (2015). Google Hub,Zurich / Google / Office / Architecture - Technology - Design - Evolution Design. [online] Camenzindevolution.com. Disponível em: <http://www.camenzindevolution.com/Office/Google/Google-Hub-Zurich> [Acedido a 14 Abril 2015].

Apontamentoslisboa.blogspot.pt, (2015). Apontamentos sobre Lisboa: Vila Sousa. [online] Disponível em: <http://apontamentoslisboa.blogspot.pt/2014/01/vila-sousa.html> [Acedido a 30 May 2015].

ArchDaily, (2014). Nagatino 2.0 Coworking Center / Ruslan Aydarov Architecture Studio. [online] Disponível em: <http://www.archdaily.com/492456/nagatino-2-0-coworking-center-ruslan-aydarov-archietcture-studio/> [Acedido a 14 Abril 2015].

ArchDaily, (2009). Open Air Library / KARO Architekten. [online] Disponível em: <http://www.archdaily.com/39417/open-air-library-karo-architekten/> [Acedido a 28 Abril 2015].

ArchDaily, (2015). R50 – Cohousing / ifau und Jesko Fezer + HEIDE & VON BECKERATH. [online] Disponível em: <http://www.archdaily.com/593154/r50-nil-cohousing-ifau-und-jesko-fezer-heide-and-von-beckerath/> [Acedido a 14 Abril 2015].

ArchDaily, (2014). Sprint Accelerator / RMTA. [online] Disponível em: <http://www.archdaily.com/548407/sprint-accelerator-rmta/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Architecturetoday.co.uk, (2015). Jump Studios' Google Campus in London. | Architecture Today. [online] Disponível em: <http://www.architecturetoday.co.uk/?p=25054> [Acedido a 14 Abril 2015].

Artifix.nu, (2015). Kollektivhuset Älvsjö. [online] Disponível em: <http://www.artifix.nu/kollektivhus/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Botequim, (2012). O Botequim da Graça. [online] Disponível em: <http://botequim.net/obotequimdagraca/> [Acedido a 28 Abril 2015].

Cm-cascais.pt, (n.d.). Orçamento Participativo | Câmara Municipal de Cascais. [online] Disponível em: <http://www.cm-cascais.pt/area/orcamento-participativo-0> [Acedido a 14 Abril 2015].

Cm-lisboa.pt, (2015). Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura. [online] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/premios/premio-valmor-e-municipal-de-arquitetura> [Acedido a 14 Abril 2015].

Coabitare.org, (2015). Cohousing Numero Zero di CoAbitare a Porta Palazzo. [online] Disponível em: [http://www.coabitare.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46:cohousing-numero-zero-di-coabitare-a-porta-palazzo&catid=24:notizie-coabitare](http://www.coabitare.org/index.php?option=com_content&view=article&id=46:cohousing-numero-zero-di-coabitare-a-porta-palazzo&catid=24:notizie-coabitare) [Acedido a 14 Abril 2015].

cohousing numerozero, (2010). Il progetto. [online] Disponível em: <http://www.cohousingnumerozero.org/il-progetto> [Acedido a 14 Abril 2015].

DGPC - Direção Geral do Património Cultural, (2015). Bairro Estrela d'Ouro. [online] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72302> [Acedido a 16 Abril 2015].

Europa.eu, (n.d.). Livro Branco sobre a Governança. [online] Disponível em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/decisionmaking\\_process/l10109\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/l10109_pt.htm) [Acedido a

14 Abril 2015].

Familjebostader.com, (2015). Prästgårdshagen i Älvsjö. [online] Disponível em: <http://www.familjebostader.com/uthyres/bostader/kollektivboende/prastgardshagen/> [Acedido a 13 Abril 2015].

Guia da Cidade, (2015). Graça (Lisboa) - Distrito de Lisboa | Guia da Cidade | Região de Lisboa. [online] Disponível em: <http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-graca-24151> [Acedido a 16 Abril 2015].

Issuu, (2013). Blurring the Kitchen Work Triangle. [online] Disponível em: <http://issuu.com/ethel.baraona/docs/volume33> [Acedido a 14 Abril 2015].

Micasa Fastigheter, (2015). Prästgårdshagen 2. [online] Disponível em: <http://www.micasa.se/Vara-boenden/Vard--och-omsorgsboenden/Prastgardshagen-2/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Moeckernkiez.de, (n.d.). Möckernkiez, Berlin. [online] Disponível em: <http://www.moeckernkiez.de/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Sættedammen. (2015). [online] Disponível em: <http://www.xn--sttedammen-d6a.dk/> [Acedido a 14 Abril 2015].

Shepherdson, B. (2009). Hyper-Geographic Office: How the clouds activate public space. [online] Hdl.handle.net. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1911/61909> [Acedido a 14 Abril 2015].

Stacken.org, (2015). [online] Disponível em: <http://www.stacken.org/> [Acedido a 14 Abril 2015].

STUDIO TILT (2015). Featured Projects Archives - Studio TILT. [online] Studio TILT. Disponível em: <http://studiotilt.com/projects/featured/> [Acedido a 14 Abril 2015].

The Verge, (2012). Google Campus, a startup Petri dish, to open in London's Tech City on Thursday. [online] Disponível em: <http://www.theverge.com/2012/3/27/2905966/google-campus-east-london-tech-city-opening> [Acedido a 14 Abril 2015].

Wikimapia.org, (2015). Vila Sousa (antiga urbanização operária) - Wikimapia. [online] Disponível em: <http://wikimapia.org/3444556/pt/Vila-Sousa-antiga-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-oper%C3%A1ria> [Acedido a 30 May 2015].

**FILMES**

La Galleria Umberto I. (2013). [DVD] França: Richard Copains, Stan Neuman.

Le Familistère. (2013). [DVD] França : Richard copains, Stan Neuman.

Une vie radieuse. (2013). [film] França: Meryll Hardt.





# ANEXOS

## Índice de Anexos

### a. Inquérito - Formas Partilhadas de Habitar

Inquérito	226
Síntese de Respostas	227
Folhas de Respostas	229

### b. Projectos de Referência

Sættedammen	250
Stacken	252
Prästgårdshagen	254
R50	256
Numero Zero	258
Google Campus London	260
Google Zurich	262
Nagatino	266
Sprint Accelerator	268
Club Chiswick	270
Club Bankside	272
Club London Bridge	274



# **INQUÉRITO**

## FORMAS

## PARTILHADAS

## DE HABITAR

## Formas Partilhadas de Habitar

O presente inquérito destina-se à elaboração duma Tese Final de Mestrado em Arquitectura, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Agradeço a sua colaboração.

### 1. Género

- Feminino
- Masculino

### 2. Idade

- <18
- 18-24
- 25-40
- 41-64
- >65

### 3. Nível de Instrução

- 1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo
- Secundário
- Curso Superior

### 4. Conhece o conceito cohousing?

- Sim
- Não

#### 4a. Se sim, como?

- Familiares/Amigos
- Publicações
- Conhece uma comunidade
- Outros

5. O Cohousing é o conjunto das habitações privadas e espaços colectivos partilhados que potenciam a interacção e partilha entre os seus habitantes. Agrada-he esta perspectiva?

- Sim
- Não

#### 5a. Porquê?

6. Prefere viver num complexo vedado a estranhos?

- Sim
- Não

#### 6a. Pode justificar a sua preferência?

7. Quais os equipamentos comuns que lhe parecem mais pertinentes:

- Lavandaria
- Cozinha e Sala de Refeições Partilhadas
- Sala de Jogos
- Garagem
- Salas Multifunções
- Jardim
- Piscina
- Ginásio
- Biblioteca
- Outros

8. Que actividades conjuntas lhe parecem mais interessantes?

- Refeições
- Workshops
- Actividades de Exterior
- Clubes de Interesses
- Encontros Espontâneos
- Outros

9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis num complexo deste género:

- Creche/Jardim e Infância
- ATL/Centro de estudos
- Enfermaria
- Centro de Apoio a Idosos
- Serviço doméstico
- Segurança
- Mercearias
- Outro

10. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?

- Sim
- Não

#### 10a. Porquê?

11. Estaria disposto a ceder 10% da área da sua habitação para espaços comunitários?

- Sim
- Não

#### 11a. Porquê?

12. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?

- Fora das Cidades
- Nos arredores das Cidades
- No Centro das Cidades

#### 12a. Porquê?

## Formas Partilhadas de Habitar

### Síntese de respostas

<b>1. Respostas Válidas</b>	<b>170</b>		<b>7. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
<i>Feminino</i>	117	68,2%	<i>Lavandaria</i>	99	10,8%
<b>2. Respostas Válidas</b>	<b>170</b>		<i>Cozinha e Sala de Refeições Partilhada</i>	44	4,8%
<18	1	0,6%	<i>Sala de Jogos</i>	88	9,6%
18-24	63	37,1%	<i>Garagem</i>	92	10,0%
25-40	30	17,6%	<i>Salas Multifunções</i>	99	10,8%
41-64	64	37,6%	<i>Jardim</i>	121	13,2%
<b>3. Respostas Válidas</b>	<b>170</b>		<i>Piscina</i>	96	10,4%
1º Ciclo; 2º Ciclo; 3º Ciclo	0	0%	<i>Ginásio</i>	116	12,6%
Secundário	26	15,3%	<i>Biblioteca</i>	109	11,8%
<b>4. Respostas Válidas</b>	<b>170</b>		<i>Playground</i>	1	0,1%
<i>Sim</i>	117	68,2%	<i>Actividades para crianças e jovens</i>	1	0,1%
<b>4a. Respostas Válidas</b>	<b>53</b>		<i>Lojas/Mercado</i>	1	0,1%
<i>Familiares/Amigos</i>	16	26,2%	<i>Horta</i>	3	0,3%
<i>Publicações</i>	38	62,3%	<i>Fornecimento de refeições confeccionadas</i>	1	0,1%
<i>Conhece uma comunidade</i>	2	3,3%	<i>Infoteca</i>	1	0,1%
<i>Faculdade</i>	1	1,6%	<i>Sala de cinema</i>	1	0,1%
<i>Suécia</i>	1	1,6%	<i>Escritório</i>	1	0,1%
<i>Estudos</i>	1	1,6%	<b>8. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
<i>Jornal</i>	1	1,6%	<i>Refeições</i>	49	8,5%
<b>5. Respostas Válidas</b>	<b>170</b>		<i>Workshops</i>	96	16,6%
<i>Sim</i>	149	87,6%	<i>Actividades de Exterior</i>	124	21,4%
<b>6. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>		<i>Clubes de Interesses</i>	90	15,5%
<i>Sim</i>	51	34,2%	<i>Encontros Espontâneos</i>	89	15,4%
			<i>Festas</i>	3	0,5%
			<i>Orgias</i>	1	0,2%
			<i>Ginásios</i>	1	0,2%
			<b>9. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
			<i>Creche/Jardim de Infância</i>	106	17,8%
			<i>ATL/Centro de Estudos</i>	71	11,9%
			<i>Enfermaria</i>	69	11,6%
			<i>Centro de Apoio a Idosos</i>	95	16,0%
			<i>Serviços doméstico</i>	89	15,0%
			<i>Segurança</i>	97	16,3%
			<i>Mercearia</i>	66	11,1%
			<i>É por isto que não gosto de condomínios</i>	1	0,2%

<b>10. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
<i>Sim</i>	<b>118</b>	<b>79,2%</b>
<b>11. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
<i>Sim</i>	<b>104</b>	<b>70,3%</b>
<b>12. Respostas Válidas</b>	<b>149</b>	
<i>Fora das Cidades</i>	<b>9</b>	<b>6,1%</b>
<i>Nos arredores das Cidades</i>	<b>78</b>	<b>52,7%</b>
<i>No Centro das Cidades</i>	<b>61</b>	<b>41,2%</b>

N. 1. Género: 2. Idade: 3. Nível de instrução: 4. Condição de Co-Housing? 5a. O Co-Housing é o conceito de Co-Housing? 6a. Pode justificar a sua escolha? 7. Quais os pontos fortes? 8. Que atividades mais interessantes? 9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis? 10. Concordaria com a presença de espaços públicos no complexo? 11. Estaria disposto a pagar 10% da área do complexo deste género? 12. Onde pensa que deveria ser implantado?

1 Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Porque potencia mais proximidade psicológica possível.	Sim	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca	Atividades de Exterior	Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos	No centro das cidades	Sim, acho que poderia ser uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço.
2 Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Porque potencia mais proximidade psicológica possível. <td>Sim</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Atividades de Exterior <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos <td>No centro das cidades <td>Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td></td>	Sim	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Atividades de Exterior <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos <td>No centro das cidades <td>Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td>	Atividades de Exterior <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos <td>No centro das cidades <td>Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td>	Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos <td>No centro das cidades <td>Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td>	No centro das cidades <td>Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td>	Sim, pois parece-me uma excelente forma de promover a vida e a interação entre os habitantes. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço.
3 Feminino	18 - 24	Secundário	Não	Porque um ambiente onde promova a relação de entre-ajuda entre os habitantes. <td>Não</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Workshops, Clubes de Interesses <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td></td>	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Workshops, Clubes de Interesses <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td>	Workshops, Clubes de Interesses <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td>	Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td>	No centro das cidades <td>Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td>	Se o objetivo primário do co-housing é estimular a interação e a proximidade entre os habitantes, a localização deve ser determinada em função da comunidade, do mesmo modo que a localização de uma comunidade deve ser determinada em função da comunidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço.
4 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Sim	1. Espaço público de interação entre os habitantes. 2. Criação de habitações mais acessíveis. 3. Convergência entre o público e o privado. <td>Não</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td></td></td>	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td></td>	Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td>	Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td>	No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td>	ver resposta a pergunta 5a
5 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	1. Espaço público de interação entre os habitantes. 2. Criação de habitações mais acessíveis. 3. Convergência entre o público e o privado. <td>Não</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td></td></td>	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td></td>	Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td></td>	Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td> </td>	No centro das cidades <td>ver resposta a pergunta 5a</td>	ver resposta a pergunta 5a
6 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Sim	permite preparar uma privacidade de bem grande materiais e serviços no nível de salutar. <td>Não</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Workshops, Clubes de Interesses <td>Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Normalmente é onde é mais caro viver</td> </td></td></td></td>	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Workshops, Clubes de Interesses <td>Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Normalmente é onde é mais caro viver</td> </td></td></td>	Workshops, Clubes de Interesses <td>Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Normalmente é onde é mais caro viver</td> </td></td>	Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Normalmente é onde é mais caro viver</td> </td>	No centro das cidades <td>Normalmente é onde é mais caro viver</td>	Normalmente é onde é mais caro viver
7 Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Porque estimula o desenvolvimento de espaços mais profundos. Nível de interação entre os habitantes. <td>Sim</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td></td>	Sim	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td>	Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td>	Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td>	No centro das cidades <td>Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td>	Porque isto é um inquérito dependente da realidade. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço.
8 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Agradamos a ideia de desenvolver um projeto sustentável por si mesma. Este sistema mantém o contacto com a natureza e a proximidade entre os habitantes. <td>Não</td> <td>Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td></td>	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Releções, Parquímetros, Ginásio, Biblioteca <td>Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td></td>	Releções, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos <td>Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td></td>	Cozinha, Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Centro de Atividades, Serviço Doméstico, Mercadorias <td>No centro das cidades <td>Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td></td>	No centro das cidades <td>Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço. </td>	Talvez nos centros das cidades este tipo de projeto seja mais viável. Talvez nas periferias, temas de flexibilidade de espaço.

11. Estaria disposto a pagar 10% da área do complexo deste género? 12. Onde pensa que deveria ser implantado?



N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de instrução:	4. Contexto do conceito de Co-housing?	5. O Co-Housing é o conjunto das habitações privadas e espaços comuns que potenciam a interação e partilha entre os seus habitantes.	5a. O Co-Housing é o conjunto das habitações privadas e espaços comuns que potenciam a interação e partilha entre os seus habitantes.	6. Prefere viver num espaço vedado a estranhos?	7. Quais as razões que lhe parecem mais pertinentes?	8. Que atividades conjuntas lhe parecem mais interessantes?	9. Quais os serviços que num complexo deste género:	10. Concordaria com a existência de equipamentos públicos no complexo?	11. Concordaria com a existência de equipamentos públicos no complexo?	11a. Estaria disposto a pagar um valor adicional para a sua habitação por estar em um espaço comunitário?	12. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?	13a. Onde pensa que o espaço comunitário deveria ser implantado?
19	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Familiares / Amigos	Sim	Não	Porque em ambiente urbano, gosto de estar perto das pessoas, nos espaços comuns, jardins, piscinas, etc.	Releções, Atividades Espirituais	Croche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos	Sim	Sim	Porque embora pense que este tipo de habitação é interessante em habitar espaços comuns e de vida comunitária, o equipamento seria um espaço de interação e a cidade.	Porque embora pense que este tipo de habitação é interessante em habitar espaços comuns e de vida comunitária, o equipamento seria um espaço de interação e a cidade.	
20	Masculino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Não	Depende da noção de espaço para o privado e para o público.	Workshop, Atividades Informais, Encontros Espontâneos	Croche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos	Sim	Sim	Em espaços a definir. A minha habitação tem um espaço comum onde poderiam ser utilizados para a manutenção e natureza comunitária.	Porque é a zona onde se encontram as populações.	
21	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Não	Garantias de segurança, reserva da vida privada, sossego.	Workshop, Atividades Informais, Encontros Espontâneos	Croche/Jardim de Infância, Enfermaria, Segurança	Não	Sim	Depende da área da reserva da vida privada e do preço da renda, a resposta tanto é positiva como negativa.	Nos arredores das cidades, onde a renda permite a realização do tipo de vida que a população deseja e maior, e como forma de manter os jovens.	
22	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Não	Não	Prefiro viver num bairro seguro, com espaços entre os prédios, jardins que as moradores usufruem e que proporcionam entre os moradores, também ficados, mais as despesas são onerosas.	Workshop, Atividades Informais, Encontros Espontâneos	ATL/ Centro de Estudos, Apoio a Doméstico, Segurança	Sim	Não	Moro num apartamento em um agregado familiar de 3 pessoas.	Se possível no centro da cidade para combater a tendência da densidade populacional, mas não impossibilitando a possibilidade de espaços comunitários.	
23	Masculino	18 - 24	Secundário	Não	Sim	Sim	Não	É um ambiente mais controlado e mais seguro para o dia-a-dia. Este facto não invalida a partilha de espaços.	Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos, Mercadaria	ATL/ Centro de Estudos, Mercado Doméstico, Não	Não	Sim	Embora tivesse uma casa, provavelmente passaria mais tempo em espaços comunitários.	No entanto penso que este tipo de complexos habitacionais são mais interessantes para pessoas e famílias beneficiam a comunidade (pela sua manutenção e custos). O espírito de viver em comunidade também me interessa, mas não inexistente nas cidades embora seja algo natural ao ser humano.	
24	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Sim	Familiares / Amigos	Sim	Sim	se for numa cidade onde a insegurança e o crime são constantes.	Workshop, Atividades Informais, Encontros Espontâneos	Croche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Doméstico, Segurança	Sim	Não	Porque a área da minha habitação tem um espaço comum onde poderiam ser utilizados para a manutenção e natureza comunitária.	potência a interação com a natureza.	

1. Género:	2. Idade:	3. Nível de instrução:	4. Conhece o Co-Housing?	5. O Co-Housing é o mesmo que as comunidades privadas e espaços coletivos partilhados entre os seus habitantes.	6. Procura viver num complexo visitado a estranhos?	7. Quais os equipamentos comuns que não tem mais pertencentes?	8. Que actividades conjuntas lhe parecem mais interessantes?	9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis no complexo?	10. Concordaria com a presença de espaços públicos no complexo?	11. Concordaria com a presença de espaços públicos no complexo?	12. Onde pensa que um complexo deste tipo deveria ser implantado?	
25 Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições Multifunções, Jardim, Biblioteca</p>	<p>Refeições, Workshops, Clubes de Interesses, Jogos, Orgas</p>	<p>Cochet/Jardim de Infância, Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico</p>	Sim	<p>Ainda que alguns demorados complexos ou "indústrias" para de complexos (ou exemplo processos de distribuição altamente eficientes e grandes periferias), os serviços vias para o bem-estar da sociedade devem ser mantidos e, mesmo em relativa autonomia.</p>	<p>No centro das cidades (resposta anterior)</p>	<p>A maior da população nas que a vida quotidiana toma forma. Cidades impossíveis qualquer forma de vida social do espaço público.</p> <p>As cidades (e subúrbios, principalmente) não são mais a população urbana viva, devem ser reorganizados, reorganizados devido à desintegração do tecido urbano, legais, ausência de vida pública e abando.</p> <p>As cidades (e subúrbios) não são mais a população urbana viva, devem ser reorganizados, reorganizados devido à desintegração do tecido urbano, legais, ausência de vida pública e abando.</p> <p>As cidades (e subúrbios) não são mais a população urbana viva, devem ser reorganizados, reorganizados devido à desintegração do tecido urbano, legais, ausência de vida pública e abando.</p>
26 Feminino	41 - 64	Curso Superior	Sim	Sim	Não	<p>Lavandaria, Salas Multifunções, Jardim, Piscina, Biblioteca</p>	<p>Refeições, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos</p>	<p>Serviço Doméstico, Mercadorias</p>	Sim	<p>Sim porque as atividades são mais integradas e social</p>	<p>No centro das cidades</p>	
27 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Lavandaria, Cozinha, Jardim, Piscina, Ginásio</p>	<p>Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos</p>	<p>Cochet/Jardim de Infância, ATU Centro de Estudos, Centro de Segurança, Mercadorias</p>	Sim	<p>Se a ideia é criar quase núcleos auto-suficientes, que os equipamentos de uso diário sejam incluídos no complexo</p>	<p>Nas arredores das cidades</p>	
28 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Gargem, Salas Multifunções, Jardim, Biblioteca</p>	<p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos</p>	<p>Cochet/Jardim de Infância, ATU Centro de Estudos, Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança</p>	Sim	<p>Traz maior segurança</p>	<p>No centro das cidades</p>	
29 Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Sim	Sim	<p>Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições Partilhadas, Sala de Estudos, Jardim, Piscina, Ginásio, Biblioteca</p>	<p>Refeições, Workshops, Atividades de Exterior</p>	<p>Cochet/Jardim de Infância, Mercadorias</p>	Sim	<p>Sim, pois encontra-se dentro do conceito, e algo como um espaço de trabalho, de refeições, de estudo, de lazer, de exemplo, cada habitante poderia ter um espaço alimentar, a não ser que o conceito abranja também esse aspecto</p>	<p>Sim, pois encontra-se dentro do conceito, e algo como um espaço de trabalho, de refeições, de estudo, de lazer, de exemplo, cada habitante poderia ter um espaço alimentar, a não ser que o conceito abranja também esse aspecto</p>	
30 Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições Partilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Biblioteca</p>	<p>Refeições, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos</p>	<p>Cochet/Jardim de Infância, ATU Centro de Estudos, Centro de Segurança, Mercadorias</p>	Não	<p>A privacidade é boa até certo ponto. O ser humano tem uma necessidade social, deve saber reconhecer os limites dos outros, caso contrário, não há ninguém. Tal como referi, considero importante estabelecer relações entre vizinhos, não só.</p>	<p>Não encontro neste momento uma opção para tal.</p>	<p>Não encontro neste momento uma opção para tal.</p>

N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de Educação:	4. Conhece o Co-Housing?	4a. Se Sim, como?	5. O Co-Housing é o conjunto das habitações que potenciam a interação entre os seus habitantes.	5a. O Co-Housing é o conjunto das habitações que potenciam a interação entre os seus habitantes.	6. Prefere viver num espaço comum ou em estâncias?	7. Quais os benefícios que o equipamento comum oferece?	8. Que atividades mais interessantes?	9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis no complexo?	10. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?	11. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?	12. Onde pensa que um espaço de "ponte" deveria ser implantado?	13. Onde pensa que um espaço de "ponte" deveria ser implantado?
31	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não		Não	Não		Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Releções, Workshops, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Não	Nos arredores das cidades		
32	Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não		Sim	Não		Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Releções, Workshops, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Não	Nos arredores das cidades		
33	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Familiares / Amigos	Sim	Não	A cidade é de toda a comunidade na era da informação	Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Releções, Workshops, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Sim	No centro das cidades	Estes serviços só funcionam quando há uma certa interação entre os habitantes, caso contrário ou se houverem outros serviços que os complementem.	
34	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não		Não									
35	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Não		Sim	Sim	Forma de interação e conviver.	Sala de Jogos, Multifunções, Jardim, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses	Centro de Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Sim	Nos arredores das cidades		
36	Feminino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Conhece uma Comunidade	Sim	Não	Nunca vivi num espaço comum, mas sei que é bom para a interação social e familiaridade com a situação em questão.	Lavandaria, Sala de refeições, Jardim, Biblioteca	Releções, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Cheche/Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Não	Nos arredores das cidades	Não. Pensa que as habitações não tem que ser prejudicadas pelos espaços comuns. Pensa que estes devem ser planejados e integrados com alguma coisa que os mesmo em melhores condições.	
37	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não		Sim	Não	Não é confortável, estanho prefere uma discriminação social com a qual não me sinto confortável. Ainda que existam disparidades sociais não vejo como isso se resolve. PESSOAS diferentes quem é diferente não entra num mesmo espaço. Não entra porque se é diferente não se encaixa. Por isso não me desagrada a ideia de espaço comum, mas em que estâncias não tem o que fazer.	Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Serviço de Segurança, Mercarias	Não	Nos arredores das cidades		
38	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Sim	Publicações, Conhece uma Comunidade	Sim	Não	Exatamente pelo que pressupõe a definição pessoal.	Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Releções, Workshops, Encontros Espontâneos	Cheche/Jardim de Infância, ATL, Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Sim	Nos arredores das cidades	Dependendo da área de habitação, sim, face ao antecedido.	
39	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não		Sim	Não	Porque gosto do conceito de "comunidade" e este uso de conceito permite usar.	Lavandaria, Cozinha e Sala de refeições, Garagem, Piscina, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço de Segurança, Mercarias	Sim	Nos arredores das cidades	Mais calma..	



N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de Educação:	4. Conheço o conceito de "habitação comunitária"?	5. Se Sim, como?	6. Prefere viver num complexo vedado a estranhos?	7. Quais as razões que lhe parecem mais interessantes?	8. Que actividades conjuntas lhe parecem mais interessantes?	9. Daria os serviços que 10. Concordaria com a 11. Concordaria com a 12. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser construído?	13. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?			
51	Feminino	18-24	Secundário	Não	Sim	Não	Sala de Jogos, Jardim, Pícnica, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Actividades de Exterior, Clubes de Esportistas	ATI/Centro de Estudos, Enfermaria, Segurança, Mercadorias	Não podemos esquecer que existe mais espaço que habitar. Não	Nos arredores das cidades	4. Uma necessidade e algumas zonas a espaços são praticamente nula.	O crescimento das cidades veio trazer a forma como as pessoas se relacionam. Para responder a falta de espaço para a falta de espaço, os nossos planos de habitação têm vindo a proporcionar um espaço privado de cada um.
52	Feminino	18-24	Curso Superior	Sim	Familiares/Amigos, Paralelos	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Jogos, Jardim, Pícnica, Ginásio, Biblioteca	Releções, Workshops, Encontros Espontâneos	Criche/Jardim de Infância, Centro de Estudos, Apoio a idosos	Nem sempre o ritmo acelerado dos dias de hoje nos permitem fora do nosso círculo próximo (família, amigos, etc), pelo que espaços públicos de interesse devem servir como espaços de encontro.	No centro das cidades	Para mim a privacidade é o que mais falta. Penso que os espaços comuns devem ser bem planejados e com espaços específicos para tal não sendo o espaço privado de cada um.	
53	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Sim	Não	Lavandaria, Cozinha e Sala de Jogos, Jardim, Pícnica	Releções, Actividades Espontâneas	Centro de Apoio a idosos	Sim	No centro das cidades	Para mim a privacidade é o que mais falta. Penso que os espaços comuns devem ser bem planejados e com espaços específicos para tal não sendo o espaço privado de cada um.	
54	Feminino	41-64	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	Lavandaria, Sala de Jogos, Jardim, Pícnica, Biblioteca	Workshops, Actividades de Exterior, Clubes de Interesses	Criche/Jardim de Infância, ATU/Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a idosos, Serviço de Segurança	Mais dinamização do complexo	No centro das cidades	Por causa das acessos mais facilitados a serviços não temos no complexo	
55	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Lavandaria, Sala de Jogos, Jardim, Pícnica, Biblioteca	Workshops, Actividades de Exterior, Clubes de Esportistas	Criche/Jardim de Infância, ATU/Centro de Estudos, Serviço de Segurança, Mercadorias	segurança	No centro das cidades	Na realidade não é a falta de espaço, mas sim a falta de infraestrutura social. Considero que uma instalação deste tipo autossuficiente em termos de áreas sociais preferiria viver nos arredores da cidade.	
56	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Sala de Jogos, Sala de Estudos, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Clubes de Interesses	Criche/Jardim de Infância, ATU/Centro de Estudos, Serviço de Apoio a idosos, Serviço de Segurança	Privacidade	No centro das cidades	Para melhorar a vida da comunidade	
57	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Não	Sala de Jogos, Sala de Estudos, Ginásio, Biblioteca	Actividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Criche/Jardim de Infância, ATU/Centro de Estudos, Serviço de Apoio a idosos, Serviço Doméstico	Porque é efetivamente a sociedade necessária porque não dispomos de espaços de encontro que dessem um sentido a estes espaços. Não sei se assim seja.	No centro das cidades	Sim, porque não sei o que se passa lá fora. Penso que a falta de espaço é um problema que não se resolve sozinho. Penso que a falta de espaço é um problema que não se resolve sozinho.	
58	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Não	Sala de Jogos, Sala de Estudos, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Clubes de Interesses	Criche/Jardim de Infância, ATU/Centro de Estudos, Serviço de Apoio a idosos, Serviço Doméstico	Interação entre pessoas é sempre importante.	No centro das cidades	Estaria disposta a ceder, mas a privacidade é a prioridade. Penso que a falta de espaço é um problema que não se resolve sozinho.	
59	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Não	Lavandaria, Sala de Jogos, Garagem, Pícnica, Ginásio, Biblioteca	Workshops, Actividades de Exterior, Clubes de Interesses	ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico	Não tenho conhecimento do conceito e, portanto, não sei o que é uma habitação comunitária. Penso que a privacidade é a prioridade e for de bem como o conceito de habitação comunitária. Penso que a falta de espaço é um problema que não se resolve sozinho.	No centro das cidades	Porque a cidade deve ser construída para ter um espaço público partilhado.	





N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de instrução:	4. Conhece o Co-Housing?	5a. O Co-Housing é o conjunto das habitações que potenciam a interação entre os seus habitantes.	5b. O Co-Housing é o conjunto das habitações que potenciam a interação entre os seus habitantes.	6. Prefere viver num co-housing em estranhos?	7. Quais os motivos que lhe parecem mais pertinentes?	8. Que atividades mais interessantes tem?	9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis no seu género?	10a. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo?	10b. Concordaria com a presença de equipamentos públicos nos complexos?	11a. Estaria disposto a habitar 10% da área da sua habitação por espaços comunitários?	12. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?
85	Feminino	41-64	Secundário	Não	Sim	Sim	Não	Cozinha e Sala de Jantar, Sala de Estar, Sala de Trabalho, Sala de Jogos, Sala de Banho, Sala de Cozinha, Sala de Lavandaria, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca, Sala de Jogos, Sala de Trabalho, Sala de Banho, Sala de Cozinha, Sala de Lavandaria, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Refeições, Workshops, Atividades de Exterior	Chefe/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Não	Como dipo ards, grato muito da minha presença. Não vejo porque não! Não	Centro das cidades por uma questão de facilidade de transportes para quem tem carro bem e os transportes poderão melhorar com a criação de uma coisa destas.
86	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Não	Cozinha e Sala de Jantar, Sala de Estar, Sala de Trabalho, Sala de Jogos, Sala de Banho, Sala de Cozinha, Sala de Lavandaria, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Refeições, Workshops, Atividades de Exterior	Chefe/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	Devido a um serviço de apoio a família	Porque é mais fácil e mais próximo de facilitar o nosso dia a dia.
87	Masculino	18-24	Curso Superior	Não	Sim	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Refeições, Workshops, Desporto	Coléctiva/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	Fora das cidades	Fora das cidades
88	Feminino	41-64	Curso Superior	Sim	Sim	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico	Sim	Sim	Fora das cidades	Por serem lugares onde geralmente há mais falta deste tipo de espaço, por haver mais espaço.
89	Masculino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Clubes de Interesses	Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Não	No centro das cidades	No centro das cidades
90	Masculino	41-64	Curso Superior	Não	Não	Não	Não	Sala de Jogos, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico	Sim	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades
91	Feminino	41-64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico	Sim	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades
92	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	Pois são locais mais ativos e permitem mais contacto com tudo
93	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Chefe/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	Maior espaço para poder expandir, criar do stress da cidade, trabalho em especial, garantido bons acessos, não se cobrem como os parques, r' mais "buro"
94	Feminino	25-40	Curso Superior	Não	Sim	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Chefe/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	Pois são locais mais ativos e permitem mais contacto com tudo
95	Feminino	18-24	Secundário	Sim	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades
96	Feminino	18-24	Secundário	Não	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Chefe/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	Porque trabalhar e ao mesmo tempo em que o momento em que se trabalha pelo público.
97	Feminino	25-40	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Sim	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades
98	Feminino	25-40	Curso Superior	Não	Sim	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Não	No centro das cidades	No centro das cidades
99	Masculino	>65	Secundário	Sim	Não	Não	Não	Lavandaria, Jardim, Sala de Multiuso, Sala de Biblioteca.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermagem, Apoio a idosos, Apoio a crianças, Apoio a jovens.	Sim	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades

N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de Instrução:	4. Conhece o Co-Housing?	5a. O Co-Housing é o conjunto das habitações coletivas partilhadas que potenciam a vida entre os seus habitantes.	5b. O Co-Housing é o conjunto das habitações coletivas partilhadas que potenciam a vida entre os seus habitantes.	6. Prefere viver num espaço com áreas comuns e estâncias?	7. Quais os equipamentos comuns que lhe parecem mais interessantes?	8. Que atividades gostaria de fazer em espaços comuns mais interessantes?	9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis e interessantes?	10. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo deste tipo?	11. Concordaria com a presença de equipamentos públicos no complexo deste tipo?	12. Onde pensa que um espaço comunitário deveria ser implantado?	13a. Onde pensa que um espaço comunitário deveria ser implantado?	13b. Onde pensa que um espaço comunitário deveria ser implantado?
100	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	A partilha e a interação entre os habitantes.	Motivos de segurança	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses	Creche/Jardim de Infância, ATU, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
101	Masculino	>65	Secundário	Não	Sim	Não	Porque permite um maior conhecimento e interação com os outros. Não aprova as pessoas com dificuldades de resolução de problemas comuns.	O homem é um animal grega flo por natureza.	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, ATU, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Sim	No centro das cidades	Para as realidades. Para as realidades.	Para as realidades.	
102	Masculino	18 - 24	Secundário	Não	Sim	Sim	Troca de valores, sinais de culturas e novas vivências. A partilha aproxima as pessoas do indivíduo, tanto como pessoa como indivíduo.		Releções, Workshops, Atividades de Exterior	ATU, Centro de Estudos, Enfermaria, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias	Sim	Não	Não	Não	
103	Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Não	Quero ter interação social com quem eu quero que não posso escolher.		Releções, Workshops, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Segurança, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
104	Masculino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Sim		Por ser mais fácil interagir com estranhos...	Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Sim	Não	Não	Não	
105	Feminino	18 - 24	Secundário	Não	Sim	Sim			Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Enfermaria, Segurança, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
106	Feminino	>65	Curso Superior	Não	Sim	Sim			Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
107	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Talvez pela segurança que se possa sentir pela privacidade...		Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
108	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	Permite aproximar as pessoas, facilita a comunicação e a interação.		Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos, reuniões pontuais	Creche/Jardim de Infância, Enfermaria, Serviço Doméstico, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
109	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Sim			Releções, Workshops	Creche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Não	Fora das cidades	Fora das cidades	Fora das cidades	
110	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Não	Sim	Sim			Releções, Atividades de Exterior, Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
111	Feminino	18 - 24	Secundário	Não	Sim	Sim	Ter um espaço individual e privado, mas que se possa sentir o prazer de encontrar com outras pessoas quando viverem de partilha a casa em si mas os espaços comuns. A privacidade das pessoas é importante. Mas a partilha dos espaços pode ser diferenciada.	Segurança	Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	ATU, Centro de Estudos, Enfermaria, Mercadorias	Não	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
112	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Quero pessoas ao lado de casa e se quiser ver pessoas convivas p minha casa.		Workshops, Atividades de Exterior	Creche/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
113	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Sim			Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Espontâneos	Creche/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias	Sim	No centro das cidades	No centro das cidades	No centro das cidades	
114	Masculino	41 - 64	Curso Superior	Sim	Publicações / Amigos, Publicações	Sim			Workshops	Creche/Jardim de Infância, ATU, Centro de Estudos, Enfermaria, Apoio a Idosos, Serviço Doméstico, Segurança, Mercadorias	Não	Fora das cidades	Fora das cidades	Fora das cidades	



N	1. Género:	2. Idade:	3. Nível de instrução:	4. Começa o Curso de Co-Housing?	5. O Co-Housing é o conjunto das habitações privadas e espaços comuns que potenciam a interação e partilha entre os habitantes.	6. Prefere viver num complexo visado a outros?	7. Quais as razões que lhe pareçam mais pertinentes?	8. Que atividades conjuntas lhe interessam mais?	9. Quais os serviços que lhe pareçam mais úteis num complexo deste género?	10. Concordaria com a existência de equipamentos públicos no complexo?	11. Está disposto a colaborar com a organização de equipamentos públicos no complexo?	12. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?	13. Onde pensa que um complexo deste género deveria ser implantado?
125	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	<p>Mãe os estranhos conhecem-se e conhecem-se e seremos humanos e por isso sociais, sempre a relações sociais.</p> <p>Sala de Jogos, Gardagem, Salas Multifunções, Jardim, Balneário, Biblioteca</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>Criche/Jardim de Infância, Centro de Apoio a Domésticos, Segurança, Mercarias</p> <p>Sim</p> <p>Sim</p> <p>Fora das cidades</p>	<p>Por já possuem uma organização/instituição</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Para ficar ao redor/centro das cidades</p>				
126	Feminino	41 - 64	Secundário	Sim	Publicações	Não	<p>Um estranho só o é até o conhecemos</p> <p>Lavandaria, Cozinha e Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Refeições, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>Criche/Jardim de Infância, Enfermaria, Segurança</p> <p>Sim</p>	<p>Por já possuem uma organização/instituição</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
127	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>É um conceito bastante interessante de pessoas e uma forma mais económica de se viver. Cada vez mais para o epicentramento, viver em me arai.</p> <p>Cozinha, Jardim, Sala de Jogos, Jardim, Balneário, Biblioteca</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Por já possuem uma organização/instituição</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
128	Masculino	25 - 40	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Devido à possibilidade de interação entre espaços que sejam de diferentes tipos, ainda assim, integrados na vida privada, nacional e privada.</p> <p>Lavandaria, Cozinha e Parilhadas, Gardagem, Balneário, Biblioteca</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses, Encontros Esportivos Bar/Chaleira</p> <p>Sim</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
129	Masculino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Devido à possibilidade de interação entre espaços que sejam de diferentes tipos, ainda assim, integrados na vida privada, nacional e privada.</p> <p>Lavandaria, Cozinha e Parilhadas, Gardagem, Balneário, Biblioteca</p> <p>Refeições, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>Criche/Jardim de Infância, Enfermaria, Segurança</p> <p>Sim</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
130	Masculino	25 - 40	Secundário	Não	Não	Não	<p>Porque gosto de ter a minha liberdade.</p> <p>Lavandaria, Jardim, Balneário, Biblioteca</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>Criche/Jardim de Infância, ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Sim</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
131	Feminino	18 - 24	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
132	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
133	Feminino	25 - 40	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
134	Feminino	41 - 64	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
135	Feminino	>65	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
136	Feminino	>65	Curso Superior	Não	Sim	Sim	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
137	Feminino	18 - 24	Curso Superior	Não	Sim	Não	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				
138	Feminino	41 - 64	Secundário	Sim	Publicações	Sim	<p>Porque cada vez mais as pessoas se isolam e não das de hoje tem os nossos vizinhos que nos toma vulneráveis, sozinhos e com pouca segurança</p> <p>Sala de Jogos, Parilhadas, Salas Multifunções, Jardim, Balneário</p> <p>Workshops, Atividades de Exterior, Clubes de Interesses</p> <p>ATI/Centro de Estudos, Serviço Doméstico, Segurança</p> <p>Não</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Promovia o desenvolvimento de desenvolvimento de desenvolvimento, desde que, salvaguardada a moradores, mas sim, melhorasse o complexo de moradia, mas sim, em um lado, caso que sim.</p> <p>Sim</p> <p>Nas arredores das cidades</p>	<p>Os arredores das cidades têm, por norma, um espaço verde que permite implantar de melhor forma esta tipologia de habitação. No entanto, é também possível implantar o centro da cidade desde que salvaguardadas as necessidades dos cidadãos também é possível, desde que seja sustentável.</p>				







N	1. Género:	2. Etade:	3. Nivel de instrução:	4. Conhec o conceito de Co-Housing?	5. O Co-Housing é o mesmo que as vivendas privadas e espaços coletivos partilhados entre os seus habitantes.	6. Prefiro viver num complexo fechado e estanhos?	7. Quais os benefícios de viver num complexo partilhado?	8. Que atividades mais interessantes?	9. Quais os serviços que lhe parecem mais úteis no complexo?	10. Concordaria com a presença de espaços públicos no complexo?	11. Estaria disposto a pagar 10% da área do complexo para espaços comunitários?	12. Onde pensa que o complexo deve ser implantado?
173	Feminino	41-64	Curso Superior	Sim	Cultura geral	Sim	Só confraternizo com as pessoas que seleciono para viver com mim. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.	Workshops, Clubes de Interesses	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Não	Alterar a tranquilidade e impedir novos habitantes	No centro das cidades
174	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Não	Não	A facilidade de encontrar pessoas com interesses semelhantes. A possibilidade de fazer amigos. A possibilidade de fazer coisas em grupo. A possibilidade de fazer coisas em grupo. A possibilidade de fazer coisas em grupo.	Workshops, Clubes de Interesses	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque é uma boa oportunidade de conhecer pessoas com interesses semelhantes. A possibilidade de fazer amigos. A possibilidade de fazer coisas em grupo. A possibilidade de fazer coisas em grupo.	Nos arredores das cidades
175	Masculino	41-64	Curso Superior	Sim	Publicações	Sim	Penso que o somo muito interessante e que já não interessa muito falar-se uma coisa privada. É um espaço privado, por isso não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque seriam mantidos os espaços públicos	Nos arredores das cidades
176	Masculino	18-24	Secundário	Não	Não	Sim	Embora seja necessário viver em comunidade, eu não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	10% não é muito. É uma área razoável para a área que se pretende criar. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.	Longe da cidade, é melhor para a vida na cidade
177	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Não	Sim	Troca de valores, sinais de cultura, vivências, experiências e novas vivências. A partilha promove o crescimento pessoal, tanto como o crescimento da sociedade.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque há quem não os queira. Há quem os queira. Há quem os queira. Há quem os queira.	Zonas com maior número de pessoas desfavorecidas da sua zona. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.
178	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Não	Sim	Troca de valores, sinais de cultura, vivências, experiências e novas vivências. A partilha promove o crescimento pessoal, tanto como o crescimento da sociedade.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque há quem não os queira. Há quem os queira. Há quem os queira. Há quem os queira.	Zonas com maior número de pessoas desfavorecidas da sua zona. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.
179	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Não	Sim	Troca de valores, sinais de cultura, vivências, experiências e novas vivências. A partilha promove o crescimento pessoal, tanto como o crescimento da sociedade.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque há quem não os queira. Há quem os queira. Há quem os queira. Há quem os queira.	Zonas com maior número de pessoas desfavorecidas da sua zona. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.
180	Feminino	>65	Curso Superior	Sim	Publicações	Não	Apenas por curiosidade	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Para facilitar a vida das pessoas, facilitando o acesso aos serviços	No centro das cidades
181	Masculino	25-40	Curso Superior	Sim	Familiares/Amigos, Publicações	Não	Menos recursos necessários, mais liberdade individual.	Workshops, Clubes de Interesses	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Para facilitar a vida das pessoas, facilitando o acesso aos serviços	No centro das cidades
182	Masculino	25-40	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Por uma questão de segurança dos filhos	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque é uma boa oportunidade de conhecer pessoas com interesses semelhantes. A possibilidade de fazer amigos. A possibilidade de fazer coisas em grupo. A possibilidade de fazer coisas em grupo.	Nos arredores das cidades
183	Feminino	18-24	Curso Superior	Não	Sim	Sim	Porque assim as pessoas interagem com as outras, cria-se uma cultura comunitária de respeito e de coexistência. Não quero ninguém mais. Não quero ninguém menos.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Atividade de exterior, jogos, passeios, caminhadas, etc.	Sim	Porque é uma boa oportunidade de conhecer pessoas com interesses semelhantes. A possibilidade de fazer amigos. A possibilidade de fazer coisas em grupo. A possibilidade de fazer coisas em grupo.	Nos arredores das cidades







# PROJECTOS DE REFERÊNCIA

## COHOUSING – Sættedammen

Arquitectos:

Localização: Ny Hammersholt

Ano: 1972

Descrição: Inspirada pelo livro de Bodil Grae – As Crianças devem ter cem pais – a primeira unidade de Cohousing é composta por 27 fogos, com cerca de 70 habitantes no total. O complexo é gerido por duas associações, a dos proprietários que gere a manutenção geral do edificado e decide sobre novas intervenções; e a dos moradores, que gere as actividades que acontecem para a comunidade. A participação nestes órgãos é voluntária, sendo as decisões ali tomadas feitas através de votação.

1. Vista Satélite

2. A Comunidade de Sættedammen

1





2

## COHOUSING – Stacken

Arquitectos:

Localização: Bergsjön, Suécia

Ano: 1980

Descrição: O prédio compõe-se de trinta e seis fogos, com dois a sete quartos. Além do tamanho a configuração dos fogos é também muito variável, na medida em que cada residente é livre de os alterar a seu gosto. Os espaços comuns, no quinto andar, incluem cozinha e sala de refeições comuns, uma creche pública, e alguns ateliers. Existem ainda um quarto de hóspedes e um café no piso térreo, e algumas oficinas e um estúdio de fotografia no terreno envolvente. Os moradores têm que dedicar duas horas semanais à comunidade, podem o seu trabalho inserir-se em nos diversos grupos de limpeza, jardinagem, café, eventos entre outros. Os residentes têm acesso livre a todos os equipamentos do complexo. As actividades são maioritariamente dedicadas à comunidade, contudo existem alguns eventos, como festas, que são abertos ao público em geral e que servem para a angariação de fundos.

1. Cozinha Comum
2. Sala de Jantar Comum
3. O Edifício e os Primeiros Residentes
4. Planta Piso 5



1



2



3



ESCALA



4 Legenda: 1- Jala de Jantar Comum; 2- Copa; 3- Cozinha Comum; 4-10- Creche; 11-13- Atelier de Costura.

**COHOUSING – Prästgårdshagen****Arquitectos:** Lestra Entreprenad**Localização:** Armborstvägen, Suécia**Ano:** 1990

**Descrição:** Esta unidade é composta por trinta e dois apartamentos, sendo que o número de quartos dos apartamentos varia entre um e quatro. O edifício pertence ao município, sendo os fogos alugados pelos inquilinos, por viado programa Familjebostäder. Para serem aceitos, os inquilinos têm que concordar com as regras da comunidade que implicam algum trabalho para a comunidade – desde jardinagem, a limpeza das áreas comuns, à confecção de refeições. Esta unidade dispõe de uma multiplicidade de áreas comuns a dispor dos seus habitantes, desde saunas, salas de cinema, sala de música, sala de jogos e de bilhar, quartos de hóspedes, cozinhas e sala de refeições comuns.

1. Alçado Posterior
2. Alçado Frontal
3. Planta Piso Térreo



1



2



**3** Legenda: 1- Espaços de Convívio; 2- Sala de Refeições; 3- Cozinha Comum; 4- Lavandaria; 5- Atelier de Cerâmica; 6- Espaço de Estar; 7- Sauna; 8- Laboratório de Fotografia; 9- Creche; 10- Arrumos.

## COHOUSING – R50

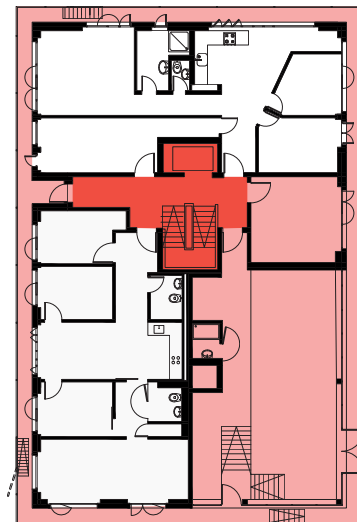
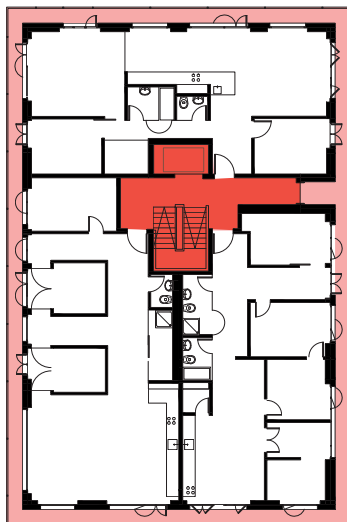
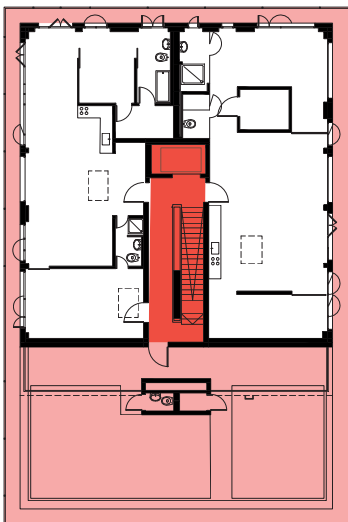
Arquitectos: ifau und Jesko Fezer, Heide & Von Beckerath

Localização: Berlim, Alemanha

Ano: 2013

Descrição: Este complexo de dezanove apartamentos e um jardim está situado num bairro do período pós-guerra de Berlim. O edifício corresponde à aspiração dos residentes dum local flexível e económico para viver. Cada fogo foi desenhado em estreita comunicação com os futuros residentes, tendo sido deixada margem para a autoconstrução e adaptação dos fogos ao longo da vida. Do mesmo modo, os espaços comuns são o resultado da discussão entre todos os residentes. No piso térreo, meioenterrado, existem salas multiusos com duplo pé-direito, dedicadas à comunidade e a um público mais alargado, estabelecendo uma ligação entre a torre e o espaço público. Além destas salas existem ainda uma lavandaria, oficina, e um terraço na cobertura equipado com cozinha e jardim de inverno. As varandas no perímetro do edifício permitem uma continuidade entre as áreas interiores e exteriores, além de possibilitarem a interacção entre os residentes.

1. Plantas Pisos 1, 3 e Cobertura
2. Terraço na Cobertura
3. Entrada do Edifício
4. Varandas
5. Interior dum Fogo



Área de Distribuição

Espaços Comuns

ESCALA

0 5 10



2

3



4



5

## COHOUSING – Numero Zero

Arquitectos: Paolo Sanna e Chiara Mossetti

Localização: Turim, Itália

Ano: 2013

Descrição: A iniciativa Numero Zero teve como objectivo implementar Cohousing no contexto urbano. Através duma associação, os futuros moradores adquiriram um palacete oitocentista no centro de Turim. A intervenção teve como premissa a conservação do antigo traçado do imóvel e a requalificação dos seus espaços de acordo as necessidades dos moradores. Foi levado a cabo um processo participativo, tanto para a construção dos 8 fogos como para o desenho dos espaços comuns. Os futuros residentes participaram também nalgumas partes da construção, como forma de economia. Pela sua localização, junto ao mercado de Porta Palazzo, foi introduzido comércio e um jardim aberto ao público. A manutenção deste espaço é da responsabilidade da comunidade. O Numero Zero está equipado com biblioteca e sala de estudo, ginásio, oficina e um Bread & Breakfast. Este último é uma forma engenhosa de proporcionar algum retorno para a manutenção do espaço.

1. Evento no Pátio
2. Processo Construtivo
3. Modelo 3D
4. Planta Piso 0
5. Alçado Frontal



2



1



3



4



5

## COWORKING – Google Campus London

Arquitectos: Jump' Studios

Localização: Londres, Inglaterra

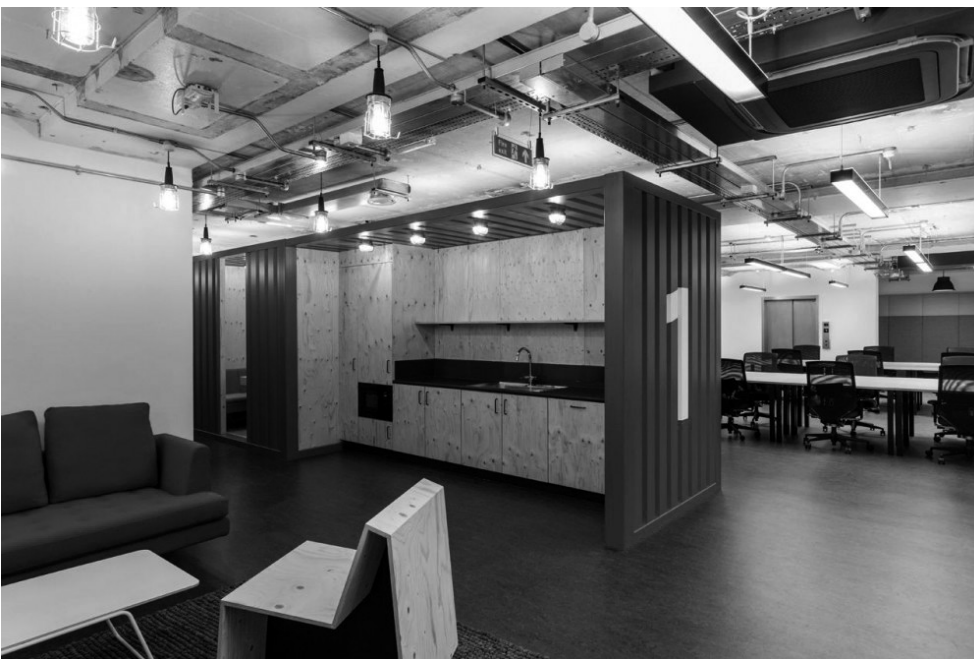
Ano: 2012

Descrição: Esta incubadora da Google é dedicada a start-ups no âmbito da tecnologia. O complexo divide-se em sete andares de planta livre. Os trabalhadores têm à sua disposição uma pequena biblioteca, uma auditório com cento e quarenta lugares, um pátio com café e uma sala de repouso além das habituais salas de reuniões, secretárias e espaços informais que caracterizam os espaços Coworking. Foram escolhidos materiais industriais e acabamentos em bruto para reforçar a ideia de work in progress.

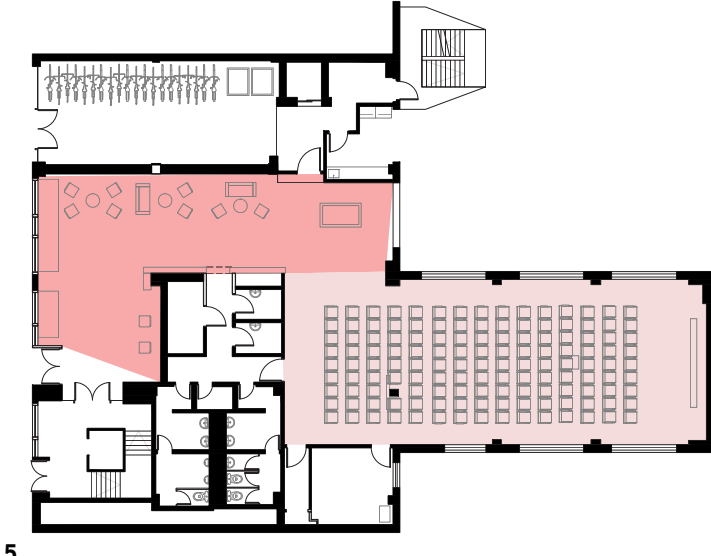
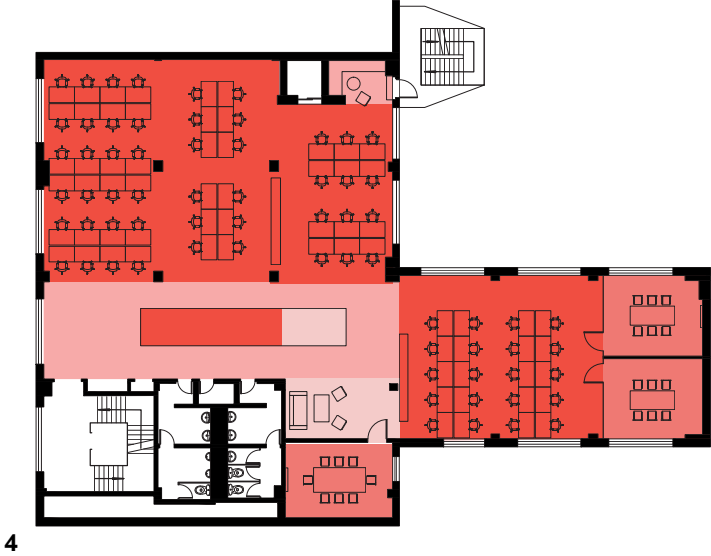
1. Espaço Interior
2. Espaço de Reuniões
3. Espaço Refeições
4. Planta do Piso Tipo
5. Planta Piso 1
6. Planta piso 0



1 2



3



ESCALA



- Espaço de Trabalho
- Espaço de Reunião
- Espaço Informal
- Espaço de Lazer
- Equipamentos

COWORKING – Google Zurich  
Arquitectos: Evolution Office  
Localização: Zurique, Suíça  
Ano: 2008

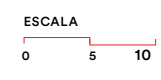
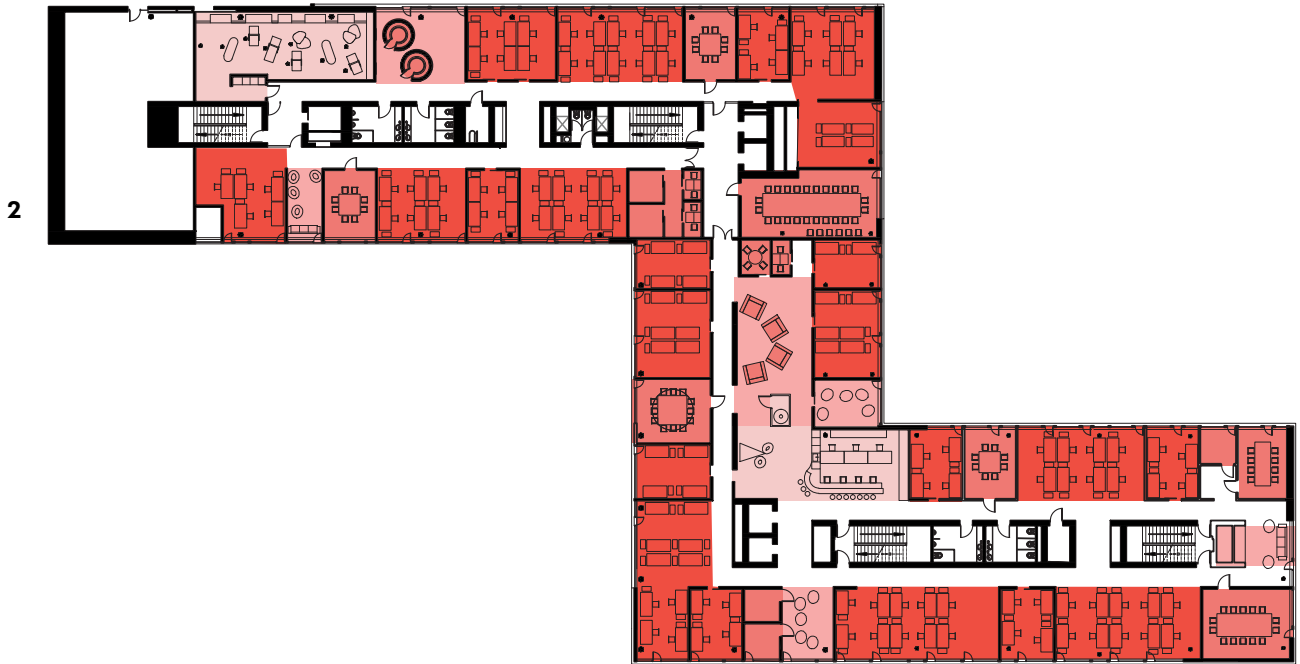
Descrição: A Sede Europeia da Google foi desenhada através de um processo participativo. Uma comissão de representantes dos futuros trabalhadores foi nomeada para rever, aprovar e desafiar a equipa de arquitectos, resultando num complexo pouco ortodoxo. Para melhor conceber o espaço, os arquitectos serviram-se dum questionário entregue a todos os futuros trabalhadores. Este instrumento permitiu compreender que os trabalhadores procuravam um local de trabalho que pudesse ser neutro mas também diversificado nos seus espaços. Assim, as áreas de trabalho foram desenhadas de forma neutra, enquanto que os locais informais e outros equipamentos oferecem fortes sensações visuais e diversidade de ambientes. Assim, os trabalhadores podem servir-se de diversas áreas que lhe permitem relaxar, distrair-se e, conseqüentemente, inovar.

1. Diferentes Espaços Informais
2. Planta Piso 1
3. Planta Piso 0
4. Área Informal
5. Área de Lazer
6. Área de Trabalho



1





- Esquema
- Espaço de Trabalho
  - Espaço de Reunião
  - Espaço Informal
  - Espaço de Lazer
  - Equipamentos





5



6

**COWORKING – Nagatino**

Arquitectos: Ruslan Aydarov Architecture Studios

Localização: Moscovo, Rússia

Ano: 2013

Descrição: Este espaço foi construído no último andar duma antiga fábrica. O conjunto oferece diversas áreas de trabalho, cafetaria, área de descanso com cinco camas, e creche. Diversos módulos estruturam o espaço, oferecendo diferentes vistas e locais, sem no entanto quebrar a continuidade espacial do conjunto.

1. Espaço de Lazer
2. Espaço de Trabalho
3. Vista para Espaço de Reunião
4. Planta Plso 1
5. Planta Piso 0



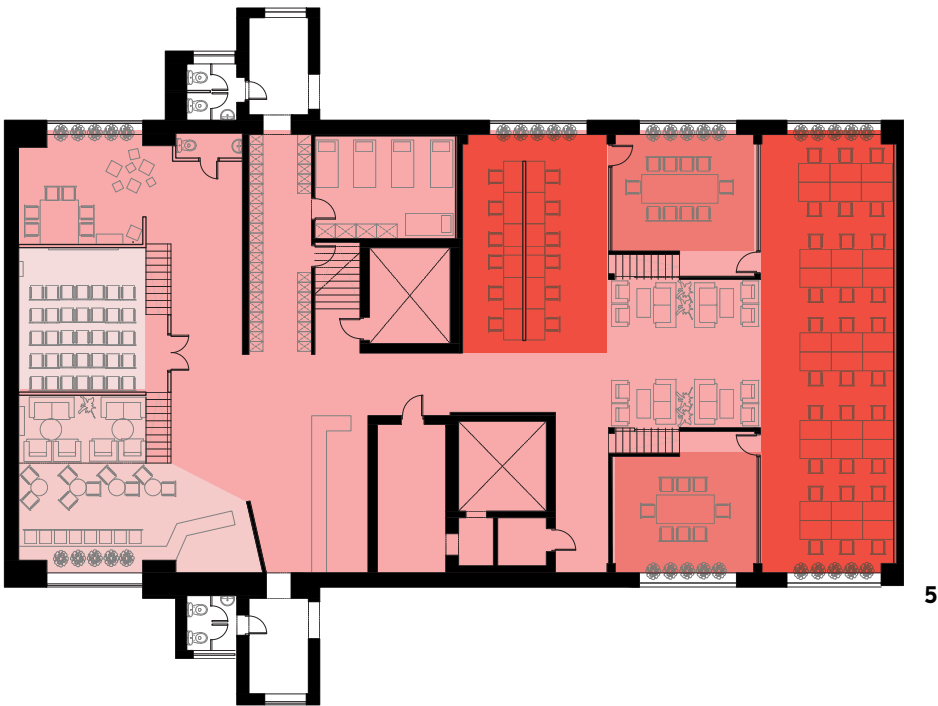
1



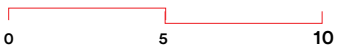
2



3



ESCALA



-  Espaço de Trabalho
-  Espaço de Reunião
-  Espaço Informal
-  Espaço de Lazer
-  Equipamentos

**COWORKING – Sprint Accelerator**

Arquitectos: RMTA

Localização: Kansas City, Estados Unidos da América

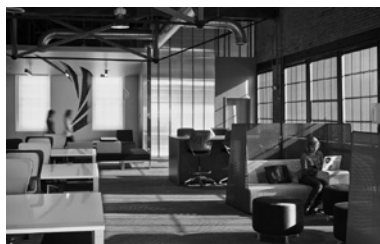
Ano: 2014

Descrição: Originalmente uma fábrica de gelo, este edifício foi reconvertido numa incubadora de empresas à escala mundial. Startups de todo o mundo são convidadas para um estágio de três meses onde terão contacto com uma equipa de gestão e outros projectos. Dado o carácter intensivo deste estágio os indivíduos devem ali permanecer muitas horas. Para contornar o stress que esta situação pode causar, o espaço oferece várias áreas de descanso e fruição, bem como pontos de utilização individual. Para fomentar a interacção e captar a criatividade o uso de tecnologia foi reduzido ao mínimo. Praticamente todas as superfícies planas, secretárias, balcões ou paredes, são passíveis de ser escritas e apagadas, como um quadro de giz.

1. Espaço de Reunião
2. Espaço de Trabalho
3. Palco para Apresentações
4. Cabine Individual
5. Planta



1



2

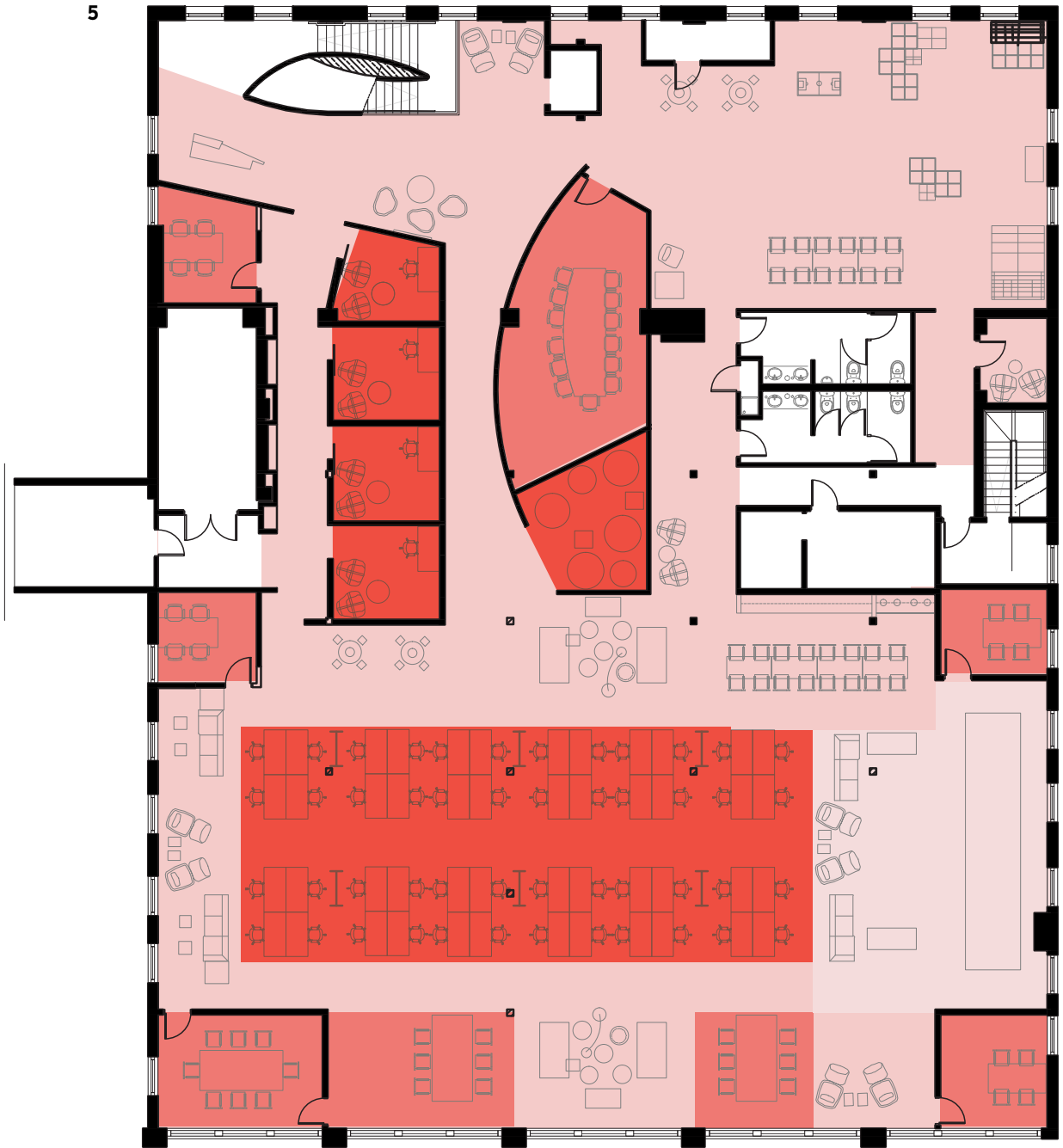


3

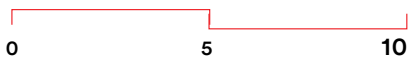


4

5



ESCALA



- Espaço de Trabalho
- Espaço de Reunião
- Espaço Informal
- Espaço de Lazer
- Equipamentos

## COWORKING – Club Chiswick

Arquitectos: Studio Tilt

Localização: Londres, Inglaterra

Ano: 2012

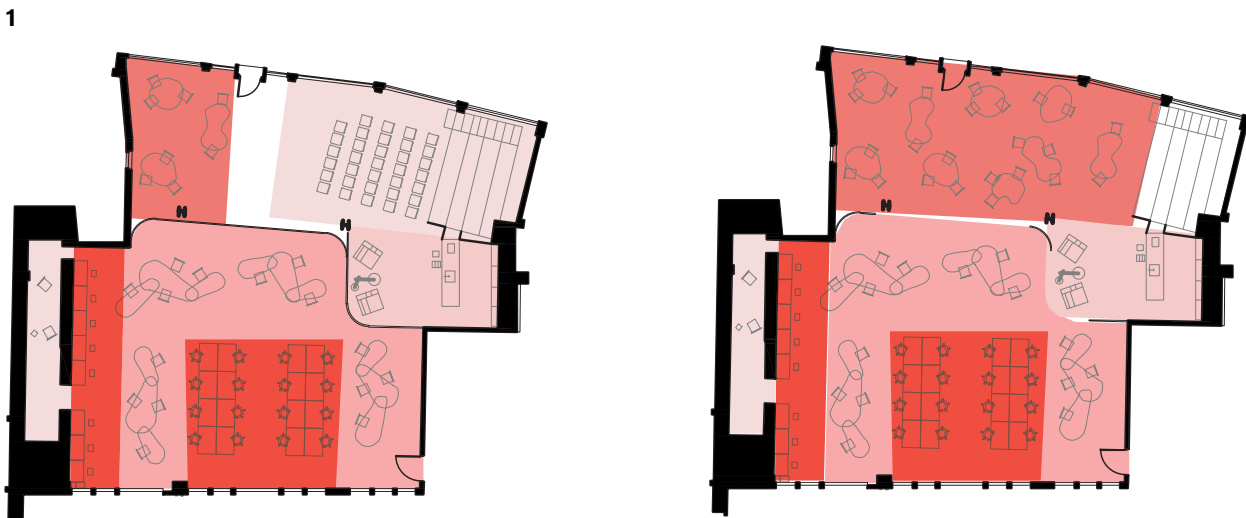
Descrição: O principal interesse deste espaço reside na sua adaptabilidade e no uso criativo dado às bancadas. Por um lado, uma cortina permite isolar a zona de trabalho da zona de eventos. Assim, torna-se possível fazer continuar o trabalho enquanto decorre uma apresentação. Por outro lado, o desenho das bancadas permite utilizá-las como zona de conversa informal e mesmo de trabalho nómada. Finalmente, o mobiliário foi desenhado com vista a permitir o trabalho confortável, conciliando uma secretária com um cacifo.

1. Planta Com e Sem Cortina
2. Bancada
3. Espaço de Trabalho
4. Espaço de Trabalho
5. Espaço de Reunião

ESCALA



- Espaço de Trabalho
- Espaço de Reunião
- Espaço Informal
- Espaço de Lazer
- Equipamentos





**COWORKING – Club Bankside**

Arquitectos: Studio Tilt

Localização: Londres, Inglaterra

Ano: 2012

Descrição: A particularidade deste espaço Coworking é a sua localização na cave dum antigo edifício industrial. A configuração em L permite organizar dois espaços de trabalho em torno num espaço mais informal, central, onde se encontra a cozinha e alguns sofás. Além disto, esta unidade apresenta ainda uma biblioteca e um espaço de descanso onde é possível dormir um pouco. Em prol da diversidade do espaço, foi aberta uma antiga entrada que dá acesso directo ao local e se torna apenas conhecida pelos coworkers.

1. Planta
2. Quadro de Giz
3. Biblioteca
4. Escadas
5. Espaço Interior





2



3



4



5

**COWORKING – Club London Bridge**

Arquitectos: Studio Tilt

Localização: Londres, Inglaterra

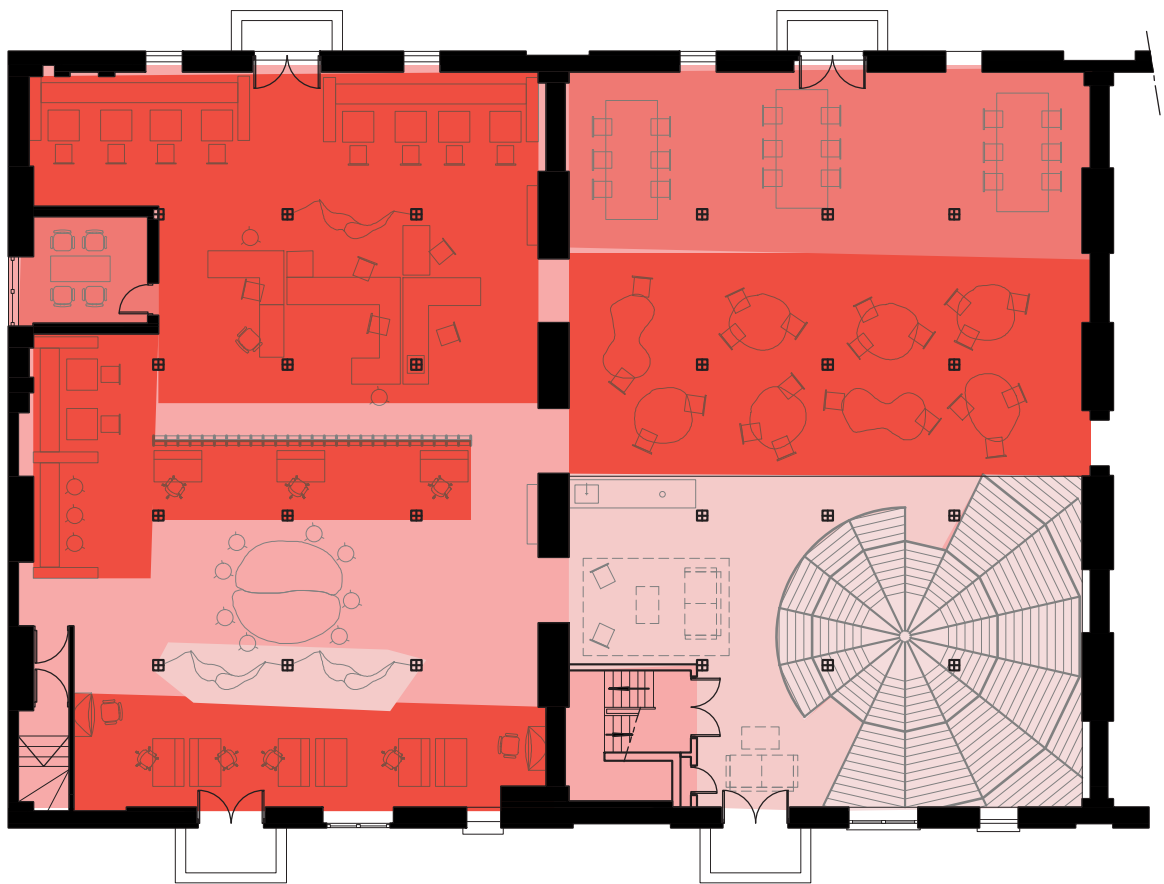
Ano: 2013

Descrição: Este espaço resulta da experiência dos dois anteriores: Club Chiswick e Club Bankside. Trata-se da reabilitação duma antiga cervejaria para um espaço de trabalho qualificado e descontraído. Aqui os espaços informais e de trabalho confundem-se pelo desenho do espaço e também do mobiliário. É de notar a interessante dualidade do auditório, em anfiteatro, que serve tanto para apresentações formais como local de descontração e descanso.

1. Espaço de Lazer
2. Espaço de Reunião
3. Espaço Informal
4. Anfiteatro
5. Espaço Informal
6. Vista Interior
7. Planta



7



ESCALA



- Espaço de Trabalho
- Espaço de Reunião
- Espaço Informal
- Espaço de Lazer
- Equipamentos

